



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

O MARANHÃO TEM LINDAS
PRAIAS, PRAIA DE PROTÁSIO CÉZAR DOS SANTOS E



**DISCURSOS DA MÍDIA IMPRESSA SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DA ALCOA MINERAÇÃO S.A. EM SÃO
LUÍS, MARANHÃO**

A Alcoa Alumínio S.A. está implantando em São Luís uma das maiores fábricas de alumínio da América Latina.

Serão 500 mil toneladas de alumina e 100 mil toneladas de alumínio produzidos na primeira fase em 1982.

Temos oportunidade em várias áreas de Construção, Manutenção e Operação, como:

– Engenheiros mecânicos, eletricitas, metalúrgicos e químicos, com diversos graus de experiência ;

**Envie seu Curriculum vitae.
Quem sabe você vai entrar 81
com o pé direito na sua terra?
Espere depois a nossa
resposta, para coordenar os
primeiros contatos.**

Alcoa Alumínio S.A.  **ALCOA**

Departamento de Relações Industriais Av. João Pessoa, 240 – Filipinho 65000 – São Luís-MA.

Belém

Novembro – 2010

PROTÁSIO CÉZAR DOS SANTOS

**DISCURSOS DA MÍDIA IMPRESSA SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DA ALCOA MINERAÇÃO S.A. EM SÃO
LUÍS, MARANHÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de doutor em Ciências Ambientais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Rosa Acevedo Marin

Belém

Novembro – 2010

PROTÁSIO CÉSAR DOS SANTOS

**DISCURSOS DA MÍDIA IMPRESSA SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DA ALCOA MINERAÇÃO S.A. EM SÃO
LUÍS, MARANHÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de doutor em Ciências Ambientais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Rosa Acevedo Marin

Aprovado em _____.

Banca Examinadora:

Professora Dra. Rosa Acevedo Marin
Orientadora – NAEA/UFPA

Professora Dra. Edna Castro
Examinadora – NAEA/UFPA

Professor Dr. Manuel Dutra
Examinador – NAEA/UFPA

Professor Dr. Fábio Carlos da Silva
Examinador – NAEA/UFPA

Professor Dr. Benjamin Alvino de Mesquita
Examinador – Externo/UFMA

Ao Senhor da minha vida.

Aos meus pais.

À minha esposa, Fátima, meu esteio,
meu viver, meu complemento.

Aos meus filhos, razão de todas as minhas
lutas e que me fazem acreditar que todo
combate vale a pena.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, fonte de todas as coisas, minha luz, salvação e proteção da minha vida. Fonte da qual eu bebo e sempre beberei.

Aos meus pais José Gabriel dos Santos Netto (*in memoriam*) e Maria da Conceição Farah dos Santos, que souberam dar passos largos e firmes deixando o interior, com todos os filhos, e buscando na capital oportunidade para que pudéssemos crescer. Meu muito obrigado.

À minha mulher, Fátima, companheira, cúmplice, guia em todos estes anos vividos e que muito me ajudou a crescer e a dar os passos seguros em direção à concretização dos sonhos. Meu sol. Amo-te muito, muito.

Aos meus filhos Thiago e Saulo, dádivas do meu SENHOR, que me fizeram e fazem saborear as delícias de ser pai e ter sempre garra para suplantar e vencer qualquer obstáculo. Vocês me completam e fazem meu coração produzir e derramar muito carinho e amor. Obrigado meus filhos.

Aos meus irmãos, pela convivência fraterna, em especial ao João Batista, por mostrar que o carinho e a humildade devem estar presentes sempre, no dia a dia.

À minha irmã, Nágile, pelo apoio ao longo de anos de estudo e pelos “lanches de criança”, de um tempo que, hoje, sobrevive apenas na lembrança.

Às Universidades Estadual e Federal do Maranhão, pela liberação e por serem campo de aprendizado, em todos os sentidos.

À Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos pelo acolhimento e apoio.

À minha orientadora, Professora Doutora Rosa Acevedo Marin, por me permitir compartilhar de sua finura e delicadeza, auxiliando-me na busca e aperfeiçoamento do saber.

Aos meus professores do Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NAEA, por repartirem, sem reservas, os conhecimentos.

Aos Professores Doutores Edna Castro e Manuel Dutra, pelas indispensáveis contribuições.

Aos meus companheiros de Departamento das Universidades Estadual e Federal do Maranhão, pela boa convivência.

Aos colegas do Doutorado do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, que, cada um a sua maneira, souberam contribuir para a melhoria e crescimento de todos.

Ao “anjo bom” Silvana Chediack, sempre atenciosa, pronta a servir, sem medir esforços na busca de solução aos problemas dos alunos, os “migrantes”, suavizando-lhes com uma palavra de carinho e conforto, a dor da saudade dos entes queridos.

A Regina Chelly, Ana Claudia e Rosana pelos cuidados que dispensaram a este “migrante”.

Às minhas cunhadas/comadres Sofia, Conceição e Penha, por terem ido a Belém “suavizar” a saudade de casa e partilharem bons momentos.

Aos primos Dora e Romário e aos sobrinhos Alisson e Brenda pelo abrigo, pelos passeios e por tudo que fizeram para tornar a cidade de Belém mais acolhedora. Obrigado pelo carinho e companheirismo.

Aos meus queridos sobrinhos, guardados que estão em meu coração – Shirley, Pedro, Daphne e Edmundo, por saberem me compreender, preenchendo o vazio temporário da convivência com os meus; pelo envolvimento, por terem vivido as minhas dúvidas, alegrias, interrogações e, sobretudo, por terem formado os alicerces e a coluna emocionais que me sustentaram durante o tempo que estive em Belém. Meus sinceros e profundos agradecimentos.

A Jovelina, amiga de décadas, pelos “empurrões”, apoio, convivência e ao partilhar de conhecimentos que nos levam a crescer.

À Professora Fabíola Soares Santana, da Universidade Estadual do Maranhão, e à Professora Josenilde Cidreira Dorneles, pelas trocas de ideias.

Aos professores Antonio Jardim e Francisco Gonçalves, pelas contribuições.

A Idízio Moura, Haroldo Sabóia, Augusto Pellegrini, João Otávio Malheiros, Luiz Alberto Costa Rodrigues, aos professores Alan Santos, Ricardo Zimbrão, José Ribeiro, Josemar Pinheiro, José Antonio Ribeiro de Carvalho, Judite Costa e D. Cícera e família. Meu muito obrigado.

Obrigado a todos. Ganhei muito, fui enriquecido pela contribuição de cada um de vocês.

“Sem conhecer a força das palavras,
é impossível conhecer as pessoas”

Confúcio

RESUMO

Nesta tese é realizada a análise dos discursos da mídia face às políticas e ações orientadas pela ideologia desenvolvimentista, além da análise de documentos particulares relativos ao processo de implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. A pesquisa teve como objetivos: descrever os percursos e discursos sobre o processo de industrialização e desenvolvimento do Brasil a partir dos anos 1950, examinando os impactos à luz do contexto da Região Amazônica; relacionar o quadro da economia maranhense em 1980 com o projeto de implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A.; examinar os discursos veiculados pela mídia impressa maranhense no sentido de informar a população de São Luís sobre os impactos ambientais quando da implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A.; identificar as ações e reações da ALCOA MINERAÇÃO S.A. em resposta ao discurso da mídia impressa durante a implantação da fábrica de alumina/alumínio. Para atingir tal fim, apresenta-se um conjunto histórico-teórico sobre a ideologia desenvolvimentista via processo de industrialização dos Governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, e a estratégia de ocupação da Amazônia durante o regime militar. O Governo Getúlio Vargas defendia um projeto de desenvolvimento nacional autônomo. A retórica governista era a de construção de uma nação desenvolvida. O Governo Juscelino Kubitschek buscava o desenvolvimento pela atração e estímulo aos investimentos estrangeiros em setores produtivos. Já o Governo Militar intensificou a ocupação da Amazônia com a implantação de planos de desenvolvimento regional. Mostra-se que a implantação do projeto ALCOA MINERAÇÃO S.A. desencadeou impactos na economia, no âmbito social e ambiental maranhense. O modelo de pesquisa usado é o qualitativo/interpretativo, passando também pela pesquisa exploratória, descritiva, bibliográfica e documental. O suporte documental está respaldado na mídia impressa local, no período da implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. nos anos 1980 a 1984. A técnica adotada para análise e interpretação dos resultados é a análise do discurso, tendo como suporte a escola francesa. Na análise do discurso da mídia impressa foi possível verificar que ela age em nível da ideologia e que seus discursos têm origem em vários lugares de enunciação: governo, políticos e atores sociais diversos.

Palavras-chave: Discursos da Mídia. Governos Vargas e Kubitschek. Ideologia Desenvolvimentista. ALCOA MINERAÇÃO S.A. Maranhão.

ABSTRACT

In this research it is done the analysis of the discourse of the media faced to the politics and actions oriented by the development ideology and also the private documents in the process of implantation of ALCOA MINERAÇÃO S.A. This research aimed on describing the routes and discourses about the process of industrializing and development of Brazil from the year of 1950, examining the impacts toward the Amazon region context; relate the economy scenario of Maranhão State in 1980 with implantation of the ALCOA MINERAÇÃO S.A Project; examine the discourses of the press media from Maranhão when informing the population of São Luís about the environmental impacts of the implantation of the ALCOA MINERAÇÃO S.A Project.; identify the actions and reactions of ALCOA MINERAÇÃO S.A Project about the discourses of the press media during the implantation of the alumini and aluminium plant. To guarantee this aim, it is presented a set of theories about the development ideology, via the process of industrialization of the government of Getulio Vargas and Juscelino Kubitscheck and the strategy of occupation of the Amazon Rain Forest during the military government. The government of Getulio Vargas defended a project of autonomous national development. The governmental rhetoric was the construction of a developed nation. The government of Juscelino Kubitschek aimed on the development through the attraction and stimulus of foreign investments in productive sectors. The Military Government though, intensified the occupation of Amazon Rain Forest, through the implantation of regional development plans. It is shown the impacts of the implantation of the ALCOA MINERAÇÃO S.A Project on the economy, on the social and on the environmental aspects in the State of Maranhão. The model of the research used is quality and interpretation based, also going through the exploring, descriptive, bibliographic and documental research. The documental background is based on the local press media in the period of implantation of the ALCOA MINERAÇÃO S.A Project, from the years of 1980 to 1984. The techniques used to analyze and interpret the results were the analysis of the discourse underlined by the French School. Along the analysis of the discourse of the press media, it was possible to verify its action on an ideological basis and that its discourses, originally come from several enunciations: govern, politics and other civil actors.

Key words: Discourse of the Media. Development Ideology. Getulio Vargas and Juscelino Kubitscheck Government. ALCOA MINERAÇÃO S.A. Project in the State of Maranhão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema	1	JK ideologia do desenvolvimento.....	60
Quadro	1	Compreensões ideológicas.....	65
Mapa	1	Amazônia Legal Brasileira.....	81
Quadro	2	Estratégias de desenvolvimento para a Amazônia (após 1912).....	87
Mapa	2	Localização dos Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia.....	91
Quadro	3	Projetos Agropecuários em área da pré- Amazônia Maranhense.....	99
Quadro	4	Projetos mínero-metalúrgico do Programa Grande Carajás em implantação na década de 1980.....	105
Mapa	3	Localização da bauxita no Vale do Rio Trombetas.....	108
Gráfico	1	Evolução do PIB do Maranhão e do Brasil 1985-2004.....	114
Gráfico	2	Evolução da taxa de crescimento do PIB real do Maranhão.....	115
Gráfico	3	Estrutura do PIB do Maranhão segundo setor de (sub) atividade econômica 1985/90/95/2000/2004.....	116
Gráfico	4	Balança Comercial do Maranhão.....	117
Foto	1	O plantio de ipê amarelo marcando o início para implantação do Consórcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR, 1980.....	125
Foto	2	O presidente da ALCOA.....	125
Foto	3	Padre Sidney; Presidente da ALCOA; José Joaquim; Luiz Rocha; José Burnett e o prefeito da cidade de São Luís, Roberto Macieira.....	125
Figura	1	Oferta de emprego pela ALCOA.....	131
Mapa	4	Mapa da Ilha do Maranhão.....	135
Quadro	5	Distribuição percentual do numero de funcionários da ALUMAR, segundo a especificação das atividades da empresa em São Luís (MA).....	138
Figura	2	Áreas de influência direta e indireta.....	139
Figura	3	Instancias descritivas e comunicação.....	150
Quadro	6	Diferenças das tendências da Análise do Discurso.....	151
Quadro	7	Quadro síntese dos três jornais- O Imparcial, Jornal Pequeno e o Estado do Maranhão.....	166
Quadro	8	Categorias do Discurso ALCOA MINERAÇÃO S.A.....	171

Quadro 9	Categorias do Discurso do Jornal O Imparcial.....	171
Quadro 10	Categorias do Discurso do Jornal O Estado do Maranhão.....	172
Quadro 11	Categorias do Discurso do Jornal Pequeno.....	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Investimento requerido pelo Programa de Metas por Setores (%), de 1957 a 1961.....	70
Tabela 2	Brasil: taxas de variação (%) em relação ao ano anterior.....	71
Tabela 3	Produto Interno Bruto em US\$ 1.000,00 (1980-1999).....	109
Tabela 4	Índices e variações anuais do Produto interno Bruto Real segundo os Setores Econômicos (1980 -1995).....	110
Tabela 5	Saldo da Balança Comercial (1980-1999).....	111
Tabela 6	Evolução absoluta e distribuição geográfica da população 1960-1991.....	118
Tabela 7	Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, segundo a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal – Maranhão-2006.....	119
Tabela 8	Número de municípios de população estimada, segundo as classes do Índice de Desenvolvimento Municipal- Maranhão - 2008.....	120
Tabela 9	Evolução absoluta e distribuição geográfica da população (1960-1991).....	126

LISTA DE SIGLAS

ALCOA – Aluminum Company of América
ALUMAR – Alumínio do Maranhão
AMZA – Amazônia Mineração
BASA – Banco da Amazônia S. A.
BCA – Banco de Crédito da Borracha
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CACEX – Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CFCE – Conselho Federal do Comércio Exterior
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CODEBAM – Comissão de Desenvolvimento da Baixada Maranhense
COHAB – Companhia Habitacional do Maranhão
COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização
COPEMA – Comissão de Planejamento Econômico do Maranhão
COTERMA – Companhia de Colonização e Terras do Maranhão
CDI – Companhia de Desenvolvimento Industrial
CDI – Comissão de Desenvolvimento Industrial
CMBEU – Comissão Mista para o Desenvolvimento Brasil - Estados Unidos
CNPA – Comissão Nacional de Política Agrária
CPA – Conselho de Política Aduaneira
CTEF – Conselho Técnico de Economia e Finanças
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DEBAMAR – Grupo de Estudos para o Desenvolvimento da Baixada Maranhense
DNPM – Departamento Nacional da Produção Mineral
EFC – Estrada de Ferro Carajás
FD – Formação Discursiva
FI – Formação Ideológica
FIEMA – Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
FINAM – Fundo de Investimento da Amazônia
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNM – Fábrica Nacional de Motores
GERA – Grupo Executivo de Reforma Agrária

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBESP – Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
IPES – Instituto de Pesquisa Econômico-Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
MRN – Mineração Rio do Norte
ONU – Organização das Nações Unidas
PDRI – Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado
PGC – Programa Grande Carajás
PIN – Programa de Integração Nacional
PNB – Produto Nacional Bruto
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agro Minerais da Amazônia
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SAVA – Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico
SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores
SESP – Serviço Especial de Saúde Pública
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDEMA – Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL NOS ANOS DE 1930 A 1950	32
2.1	Os organismos estatais e a intervenção na economia	41
2.1.1	A visão nacionalista de Alberto Torres.....	44
2.2	O nacionalismo do Governo Vargas entre 1951 a 1954	46
2.3	Construção da ideologia desenvolvimentista	51
2.3.1	Nacional desenvolvimentismo como política.....	58
2.3.2	Programa de metas sinônimo de desenvolvimento.....	68
2.4	O Estado e a ocupação da região amazônica	72
2.4.1	A batalha da borracha.....	78
3	INTERPRETAÇÕES SOBRE A “OCUPAÇÃO” DA AMAZÔNIA	81
3.1	O Programa Grande Carajás e o Maranhão	93
3.1.1	Análise econômica.....	113
3.1.2	Balança comercial.....	116
3.2	Implantação do projeto ALCOA MINERAÇÃO S.A.	121
3.3	Impactos econômicos	128
3.4	Impactos sociais	134
3.5	Impactos ambientais	138
4	DISCURSOS E MUDANÇA SOCIAL	143
4.1	Análise do discurso como instrumento de pesquisa	151
4.2	Formação das regras e do objeto	153
5	DISCURSOS E POLÊMICAS EM TORNO DA IMPLANTAÇÃO DA ALCOA MINERAÇÃO S.A.	162
5.1	Contra discurso da ALCOA MINERAÇÃO S.A.	164
5.2	Discurso do Comitê de Defesa da Ilha	168
6	JORNAIS LOCAIS PRODUZINDO DISCURSOS POSICIONADOS	170
6.1	Especificidades dos corpus	174
6.2	Análise do corpus discursivo: as categorias	176
7	CONCLUSÃO	209

REFERÊNCIAS.....	217
ANEXOS.....	235

1 INTRODUÇÃO

“Maranhense, volte para casa. O Maranhão tem lindas praias, babaçu, camarão e empregos!” Esse discurso, em estilo “proclama”, inaugurou, em 1981, a entrada da ALCOA MINERAÇÃO S.A. em São Luís, Maranhão. Milhares de exemplares do panfleto que exibiu essa mensagem circularam no estado do Maranhão associando a abundância e a facilidade de encontrar esses recursos da natureza aos empregos que seriam criados pelo empreendimento. De maneira direta, a oferta de emprego torna-se o álibi de mais um dos projetos de mineração anunciados pelos governos, que desde a década de sessenta, constituíram-se o objetivo precípua de planos, programas e projetos de desenvolvimento, concretizados em empresas que levaram a dianteira em termos da intervenção econômica e política realizada pelo Estado na Amazônia. Simultaneamente, ações e discursos políticos/politizados ocuparam espaços públicos. Com base em projetos políticos e de sociedade, agentes sociais, grupos intelectuais e movimentos questionariam o discurso desenvolvimentista e apontaram as estratégias empresariais e governamentais de articulação com os interesses de setores capitalistas apoiados em visões que se confrontavam com os modos de vida e as culturas locais.

As conexões políticas dos empresários junto ao governo local facilitaram adesões e promoveram a confiança nos “benefícios” do projeto representados na quantidade de empregos; uma imagem sobrepujante àquilo que a natureza oferecia no Maranhão. “Benefícios” constituem capítulo obrigatório dos planos e projetos e formula-se de forma a suscitar convencimento veemente sobre sua importância para a economia e sociedade, o que elabora a “ideologia dos benefícios” da intervenção desenvolvimentista. (ACEVEDO MARIN; TRINDADE, 2009).

O discurso da mídia impressa na implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. em São Luís do Maranhão constitui-se o objeto desta tese. Trata-se de três ordens de discurso: o da empresa, o da mídia impressa – ambos enunciados no mesmo plano temporal de início da década de oitenta – e o discurso analítico do pesquisador como maneira de compreender esses enunciados discursivos enquanto estratégia de convencimento por parte da empresa; forma de contestação ou de resistência crítica por parte de segmentos da mídia, ao mesmo tempo em que outros

se pronunciavam de maneira favorável. A radicalização de posições que acompanharam as ações de instalação da empresa revelou-se como tal, em razão da impossibilidade de expressão, por parte da mídia, de uma polaridade como queriam críticos contemporâneos àquele contexto histórico, em relação às opiniões favoráveis ou contrárias à instalação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. Entender o discurso da mídia significa inseri-lo em um jogo de poder, decodificar quais as regras estabelecidas, observar e entender a posição dos enunciantes.

O discurso sobre “benefícios” do projeto está entrelaçado a categorias que se tornam auto-explicativas, como “desenvolvimento” – na versão atualizada “desenvolvimento sustentável”; “crescimento”, “progresso” – capazes de produzir a “redução da pobreza” pelo efeito positivo criado pelo “emprego”. Há cinco décadas de enunciação do “desenvolvimento da Amazônia” e aqui, busca-se entender os mecanismos de penetração, formulação, legitimação assim como os espaços conquistados por esse discurso e suas antinomias.

Não se trata de um fato excepcional, pois a história recente da Amazônia está impregnada da recorrência a esse discurso. E esta volta à cena da implantação de um “novo projeto” não é de causar surpresa às situações, procedimentos, processos, discursos verossimilhantes ao da instalação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. A história repete-se! Sim. Para o discurso científico esta espécie de constatação representa o ponto de partida.

Desde a década de quarenta do século passado, a Amazônia tem-se constituído o objeto de planos, projetos e programas de desenvolvimento. Os instrumentos técnicos, políticos e financeiros para a intervenção desenvolvimentista revelaram-se prolixos e unívocos, assim como os diversos discursos que a legitimam. Dificilmente, posições diferenciadas conseguem se opor a esses discursos e, na maioria dos casos, é papel de movimentos sociais e setores intelectuais minoritários manifestar uma crítica radical aos projetos, corpos legais que sustentam o pensamento e as ações desenvolvimentistas. A implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. em São Luís, estado do Maranhão, marca uma fase de atuação do Estado, sob determinadas condições econômicas e de atuação de forças políticas.

O autor desta tese, como cidadão e professor, presenciou e vivenciou os debates na cidade de São Luís nos anos oitenta. Muitas das impressões, opiniões, e, sobretudo, dúvidas suscitadas por aqueles fatos tentam ser retomadas nesta tese,

29 anos depois, apoiadas em referenciais teóricos e metodológicos produzidos na academia. Portanto, alicerçando-se em um discurso científico que coloca em questão os pré-construídos, produz as “provas” e exerce uma vigilância sobre as certezas que venham a tornar-se absoluta.

A intervenção desenvolvimentista é demarcada como projeto de um Estado Nação sob determinadas condições de desenvolvimento da economia, das forças políticas. O recorte histórico deste trabalho está dado – grosso modo – de 1930 a 1980 (Governo Vargas e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA) e fundamentalmente da fase desenvolvimentista com a SUDAM e SUDENE. Neste sentido examina-se como a mídia impressa local avança marcando posições, definindo o papel dos atores econômicos e políticos que acompanham a execução dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia e, principalmente, a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., e como pontua seu próprio posicionamento.

No momento da implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., a mídia impressa estava representada pelo jornal “O Estado do Maranhão” apoiado pelo governo estadual da época, portanto, favorável ao empreendimento, e pelo “Jornal Pequeno” que define e manifesta uma posição contrária à implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., em apoio ao Comitê de Defesa da Ilha de São Luís. “O Estado do Maranhão” iniciou a divulgação de mais um grande projeto a ser instalado na Ilha de São Luís e no estado do Maranhão¹. As principais questões em debate giravam em torno da estrutura necessária à instalação que comprometeria milhares de hectares de terra; isenção de impostos – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros – preocupação com a poluição ambiental; a grande “venda”, oportunidade de negócios e milhares de empregos para os maranhenses.

Quando anunciada a instalação do Pólo Siderúrgico de São Luís, em 2006, resultado da associação entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD),

¹ Projetos implantados no estado do Maranhão a partir de 1980, no bojo do Programa Grande Carajás: Projetos minero-metalúrgicos, na região tocantina (Açailândia); projetos de reflorestamento em Buriticupu e Açailândia; pólos industriais em Rosário, Santa Inês, Imperatriz; Projeto Alcoa de Alumínio e Alumina – São Luís; construção da Estrada de Ferro, saindo da Serra dos Carajás até o Porto da Madeira, em São Luís, com 890 km, dos quais 590 km percorrem o território maranhense; ampliação e melhoria do Porto do Itaqui – São Luís; construção do Porto da Alumar, às margens da baía de São Marcos, em São Luís.

BOASTEEL (Chinesa) e a ARCELOR (Francesa), tem-se de volta a preocupação com a poluição ambiental e a expulsão dos moradores da área para instalação do empreendimento. A polêmica e os debates são retomados e volta-se aos anos 1980 quando da instalação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. em São Luís. É evidente que aquele cenário econômico, social e ambiental difere do atual, principalmente no que diz respeito ao comportamento da mídia impressa, com relação à questão ambiental.

Cabe lembrar que no período de instalação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. entre 1980 e 1984, o país encontrava-se sob regime ditatorial. O general João Batista Figueiredo era o Presidente do Brasil e o discurso oficial anunciava que o empreendimento a se instalar em São Luís geraria “milhares de empregos”, com oportunidade de qualificação técnica para o trabalhador maranhense e investimentos de U\$ 1 milhão e 700 mil dólares no Estado.

Sob a égide do Governo Militar, o estado do Maranhão, caracterizado como “pobre”, teria a possibilidade de deixar registrado nos anais da história um marco de industrialização. Dessa forma, anunciava-se que uma “população carente de tudo (emprego, saúde, educação, saneamento, moradia), abandonada pelo Estado” viria a ser favorecida. No entanto, essa mesma população não parecia preocupada com o impacto ambiental que a instalação do projeto provocaria. Como resposta as questões formuladas pode-se dizer que houve preocupação em esclarecer a população sobre as consequências sociais e ambientais da implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. ou a mídia impressa apenas reproduzia o discurso de agentes sociais, em especial o do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís criado em 1980 e formado por intelectuais, universitários, advogados e alguns políticos da oposição ao governo do Estado.

O discurso sobre o desenvolvimento alicerçado em uma economia industrial possui antecedentes na formação do Estado no Brasil. Dessa forma, apresentam-se as seguintes indagações: quais foram os percursos e discursos sobre o processo de industrialização e desenvolvimento do Brasil, a partir dos anos 1930 a 1980? Qual era o quadro da economia maranhense em 1980 com a chegada e implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. na Ilha de São Luís? Que discursos foram veiculados pela mídia impressa maranhense no sentido de informar a população de São Luís sobre os impactos ambientais à época da implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A.? Quais foram as ações e reações da ALCOA

MINERAÇÃO S.A. a respeito dos discursos veiculados pela mídia impressa maranhense durante a implantação de sua fábrica de alumina/alumínio?

À época, foi notório que parte da mídia impressa apoiava a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. em São Luís e, para isso, foram determinantes não somente as percepções, opiniões próprias de editores e repórteres, mas os vínculos entre a mídia, políticos profissionais e dirigentes do governo do Estado. Parte da mídia mostrava-se subordinada ao campo da política. No Maranhão, como em outras unidades da federação, o modelo de organização midiática era sustentado pela aliança entre comunicação, política e tecnologia. Tal aliança produz e institucionaliza formas particulares de mediação do espaço público, nos quais os critérios de noticiabilidade, incluindo seleção, classificação e hierarquização de informações são orientados por princípios e valores políticos dos que controlam a mídia.

O fato não é novo, pois, nesse período, a mídia estava sob censura² e o controle exercido sobre ela deu aos poderes constituídos uma força esmagadora quase imbatível. Frente à resistência de setores da sociedade ludovicense, a ALCOA MINERAÇÃO S.A. define um plano de mídia ancorado em ações culturais, sociais e esportivas. Grupos de cultura do município recebiam apoio financeiro. Também a empresa investiu em melhoria de laboratórios das Universidades Estadual e Federal e a Escola Técnica, hoje, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), ainda apoiou as agremiações esportivas amadoras e profissionais, bem como a realização de Seminários, Encontros e Congressos.

Nesta tese descrevem-se resumidamente os percursos e discursos sobre o processo de industrialização e desenvolvimento do Brasil a partir dos anos 1950, examinando os impactos ambientais em São Luís à luz do contexto da região amazônica; relaciona-se o quadro da economia maranhense em 1980 com o projeto de implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A.; analisam-se os discursos veiculados pela mídia impressa maranhense no sentido de informar a população de São Luís sobre os impactos ambientais quando da implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A.; identificam-se as ações e reações da ALCOA MINERAÇÃO S.A. quanto ao discurso

² Para melhor informação a respeito do assunto, Cf. MARCONI, Prado. **A censura política na imprensa brasileira – 1968 – 1978**. São Paulo: Parma, 1980. Cf. KHÉDE, Sonia Salomão. **Censores de pincenê e gravata: dois momentos da censura teatral no Brasil**. Rio de Janeiro: Codreci, 1981.

da mídia impressa durante a implantação da fábrica de alumina/alumínio. Desta forma, procede-se a análise dos discursos da mídia impressa em face de políticas e ações orientadas pela ideologia desenvolvimentista e a indicação precisa dos conteúdos particulares no processo de implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. em São Luís.

A implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. em São Luís foi projetada e executada de forma centralizada. Os Governos Federal e Estadual planejaram as ações segundo interesses dessa companhia transnacional de modo que as divisas, supostamente, seriam utilizadas para o pagamento da dívida externa brasileira. Durante o planejamento do empreendimento não foi considerada a diversidade socioambiental, tampouco o fato de São Luís ser uma ilha, característica de ordem geográfica que revelaria pontos específicos para a implantação do projeto e seus impactos ambientais.

As populações residentes na área onde se implantou o empreendimento, bem como toda São Luís, não tiveram oportunidade de dialogar e ser informada sobre o planejamento, mas foram, através da propaganda institucional, convencidas a aceitarem a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., como a redenção socioeconômica do estado do Maranhão.

O discurso desenvolvimentista utilizado pelos Governos Federal e Estadual referente ao montante de investimentos programados; à dimensão física do projeto (produção inicial de 100 mil t/ano de alumínio e 500 mil t/ano de alumina); à inserção do Maranhão no pólo de alumínio, enquanto contribuição para o desenvolvimento de São Luís e de todo o Estado maranhense a partir da criação do pólo metal-mecânico da cidade; à propalada criação de 10 mil empregos estava afinado com as questões de interesse dos Governos Federal e Estadual e da própria ALCOA MINERAÇÃO S.A.

Além do Maranhão e de sua capital, São Luís, a região Norte/Nordeste também haveria de alcançar o esperado desenvolvimento com a instalação do projeto ALCOA MINERAÇÃO S.A. Tais expectativas sobrepunham-se à questão ambiental. Segmentos da população, provavelmente cooptados pelo argumento do desenvolvimento e que, identificando o empreendimento como benefício em detrimento dos impactos socioambientais que viessem acarretar a região, bem como as alterações na qualidade de vida, teriam manifestado aquiescência, por verem

convergir os discursos sobre emprego e benefícios sociais com suas expectativas e demandas.

Bello Filho (1998), em *História do Planejamento Econômico do Maranhão: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento*, ressalta que os governos do estado do Maranhão, nos períodos de 1957 a 1965, elegeram o desenvolvimento como sua principal meta, acima de qualquer outro objetivo. Para alcançá-lo, os governantes criaram aparatos burocrático-institucionais³ necessários ao “processo de planejamento econômico que inclui a análise da socioeconomia estadual, a elaboração do plano de governo, o acompanhamento da execução dos programas e projetos implementados no Estado [...]” (BELLO FILHO, 1998, p. 57).

Todo esse planejamento econômico visou a criar uma nova mentalidade para enfrentar os problemas da socioeconomia estadual. Durante os governos de Mattos Carvalho (1957-1961), Newton de Barros Bello (1961-1966) e José Sarney (1966-1970), a ideologia do desenvolvimento que “perpassava prosperidade e ordem”, nos apregoada pelo presidente Juscelino Kubitschek foi, na opinião de Bello Filho, alimentada com base na crença de que o desenvolvimento seria importante “para afastar uma possível eclosão comunista.” O tema da industrialização, em decorrência do “ideário desenvolvimentista” do Governo de Juscelino Kubitschek, deu aos planejadores estaduais e ao governador maranhense, Newton de Barros Bello, a convicção da industrialização do Maranhão. O discurso desenvolvimentista é patente:

Estamos plenamente de acordo com a SUDENE, quando coloca a industrialização do Nordeste à frente das obras prioritárias de seu Plano diretor. É uma tese que tem validade não só para o desenvolvimento da região semi-árida como também do próprio Maranhão. Não podemos mais continuar com uma economia de subsistência, tipicamente colonial, vivendo exclusivamente do setor primário, a produzir matérias primas para os mercados externos, pelos preços que eles impõem, para depois importá-las sob a forma de manufaturas de elevado custo. (MARANHÃO, 1962).

Bello Filho (1998) afirma que a partir do governo de Newton de Barros Bello os planos estaduais de desenvolvimento passaram a incluir certo ordenamento no orçamento plurianual para aplicação em transportes, energia, saúde e

³ Comissão de Planejamento Econômico do Maranhão (COPEMA) criada no Governo Matos Carvalho, 1957-1961; Grupo de Estudo para Valorização Econômica da Região Litoral Nordeste do Estado (VERNE) e Grupo de Estudos para Desenvolvimento da Baixada Maranhense (DEBAMAR), durante o Governo Newton de Barros Bello, 1961 a 1966; Comissão de Desenvolvimento da Baixada Maranhense (CODEBAM); Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) em substituição à COPEMA, e o Instituto de Pesquisa Econômico-Social (IPES), no Governo José Sarney, 1966-1970.

saneamento: “[...] o desenvolvimento só poderia ser obtido se se dotasse a economia maranhense de infraestrutura necessária para sustentar um processo de crescimento econômico continuado.” (BELLO FILHO, 1998, p. 79).

Durante o Governo de José Sarney é extinta a COPEMA e criada a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) com recursos federais. Tem início a criação do Porto do Itaqui e a pavimentação da estrada São Luís Teresina (BR 135). Segundo o autor, nos três últimos anos do Governo Sarney a distribuição espacial dos desenvolvimentos “passou a estar assentada na teoria dos pólos de crescimento.”

Dez anos depois, na gestão do Governador João Castelo, chega a São Luís a ALCOA MINERAÇÃO S.A. que, na opinião daquele governante, injetaria “divisas em nosso deficitário balanço de pagamentos, [...], ensejará oportunidade de emprego à mão-de-obra nordestina [...]” (BELLO FILHO, 1998, p. 88). Tal assertiva faz com que a ideologia e a força do discurso adquiram vigor excepcional e faz “uma colonização de corpos e mentes.”

A lacuna de estudos sobre o discurso da mídia impressa relativos ao processo de implantação da fábrica de alumínio da ALCOA MINERAÇÃO S.A.⁴, focalizando a questão ambiental, sugere não ser trivial a relevância desta pesquisa.

Pretende-se atender aos objetivos da pesquisa pelo viés da dimensão ideológica por entender, como Deslandes (1998, p. 34), que as escolhas do pesquisador são, “em última instância, ideológicas.” Tal afirmação corrobora a acepção de Japiassu que considera a neutralidade científica um mito:

⁴ Há trabalhos que abordam a indústria de alumínio ALCOA (história e expansão no mundo) e sua instalação em São Luís, mas não especificamente com o foco na questão ambiental versus desenvolvimentismo e o discurso da mídia. Cf. BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo.** 2002. 160f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002. Cf. COSTA, Sílvia Cristina Mineu. **A Alcoa no Maranhão e o desenvolvimento regional.** 2003. 109f. Dissertação (Mestrado m Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2003. Cf. MOREIRA, José Cursino Raposo. **A implantação da Alcoa em São Luís: uma análise espacial da inserção do Maranhão no pólo de alumínio da região norte do Brasil.** 1989. 162f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989. Cf. MOREIRA, Maria Vilma Coelho. **Alcoa on the island: a case of a study of a multinational and its impact in a brazilian community.** 1992. 137f. Thesis (Master of Arts Degree) - The University of Tennessee, Knoxville, 1992.

[...] o que está em jogo é o conceito de objetividade científica. Ora, a 'objetividade' não existe. O que existe é uma 'objetivação', uma 'objetividade aproximada', ou um esforço de conhecer a realidade naquilo que ela é e não naquilo que gostaríamos que ela fosse. Bachelard fala de um 'conhecimento aproximado'. Sem dúvida, o projeto do conhecimento científico é atingir a realidade naquilo que ela é. Mas esse projeto é irrealizável. Só conhecemos o real como nós o vemos; o sujeito constrói o objeto da sua ciência. (JAPIASSU, 1992, p. 237).

Diversos estudiosos consideram que a objetividade da ciência e dos cientistas é de natureza ideológica, o que se estende à atividade científica. Nenhuma ciência é neutra. Contudo, apesar de o estado de espírito e visão de mundo do pesquisador refletirem-se em sua pesquisa, a “crítica” e a “autocrítica” são fatores imprescindíveis em todo processo de investigação.

Levando em consideração o objeto, o problema e os objetivos do estudo é que se escolheu o paradigma qualitativo/interpretativo. No dizer de Burrell (1998, p. 447, grifo nosso), paradigma é definido como:

[...] **uma forma de ver o mundo** e como este deveria ser estudado, e que este ponto de vista é compartilhado por um grupo de cientistas que vivem em uma comunidade marcada por uma linguagem conceitual comum, que buscam fundar um edifício conceitual comum e que são possuídos por uma postura política muito defensiva em relação aos de fora.

Consoante esse autor, a objetividade das ciências e dos cientistas é um valor de natureza ideológica que se acrescenta à atividade científica e que a ciência não demole os valores. Por outro lado, não há critérios universalmente válidos de objetividade, conferindo neutralidade para todos.

A escolha da abordagem qualitativa para este estudo ocorreu com o fim de proporcionar a “descrição detalhada de situações eventos, pessoas interações e comportamentos observados, **citações literais do que as pessoas falam sobre suas experiências, atitudes, crenças e pensamentos, trechos ou íntegras de documentos**, correspondências, atas, **relatórios de casos.**” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2001, p. 132, grifo nosso).

A pesquisa foi realizada com base no modelo qualitativo/interpretativo, no qual é relevante a apresentação de interpretação (ões) histórica(s) dos governos Vargas e Kubitschek; da Amazônia, do discurso desenvolvimentista e ambiental nos anos 1980 e da ALCOA MINERAÇÃO S.A. no Maranhão. A interpretação, na acepção de Ricoeur (apud MASINI, 1994, p. 63), é “trabalho do pensamento que consiste em decifrar o sentido aparente, em desdobrar os sinais de significação implicados na significação literal [...]”

Quanto à tipologia da pesquisa esta pode ser caracterizada como exploratória descritiva, bibliográfica e documental. A pesquisa exploratória “objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” (GIL, 2006, p. 41). Em geral, é o primeiro passo no processo de pesquisa, mostrando-se bastante flexível na coleta de dados, pois não obedece a uma estruturação sistemática. A intenção primeira é de recolher e de registrar os dados para, em seguida, organizá-los de forma mais sistemática.

A pesquisa descritiva, segundo Rudio (1983, p. 55, grifo do autor), é aquela em que “o pesquisador procura *conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir* para modificá-la. Trata-se de descrever um fenômeno como ocorre, sua relação com outros, sua natureza e suas características.” A pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los, com o objetivo de conhecer a sua natureza, sua composição, processos que o constituem ou neles se realizam. Quanto à pesquisa bibliográfica, é imprescindível em qualquer trabalho científico, pois é através dela que se chega ao conhecimento da literatura existente sobre o tema/problema que se pretende estudar. Além disso, ela situa o pesquisador em relação ao “estado da arte” tanto no âmbito regional quanto nacional. Assim, pode-se dizer que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, ou seja, por meio de referências teóricas publicadas em livros, revistas, jornais, material eletrônico.

Os jornais “O Estado do Maranhão”, “O Imparcial”, “Jornal Pequeno” e o “Alumar Notícias” constituem o material central de análise. Ressalte-se que os jornais “O Estado do Maranhão” e “Jornal Pequeno” serão as fontes principais de análise. Como já foi dito, o primeiro situava-se no campo da opinião favorável e o segundo esboçava posição crítica à instalação da fábrica de alumínio da ALCOA MINERAÇÃO S.A. “O Imparcial” será objeto de consulta para examinar os limites da neutralidade com a qual afirmava tratar a questão em estudo.

O recorte temporal compreende o período entre o anúncio da instalação, em 31 de julho de 1980, e a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. na Ilha de São Luís em 1984, com ênfase na questão ambiental e na sua relação com o desenvolvimentismo.

A pesquisa documental, por sua vez, aproxima-se muito da pesquisa bibliográfica. O diferencial consiste na natureza das fontes. Gil (2006, p. 45) ensina que “enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das

contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” Neste tipo, incluem-se as fontes primárias encontradas em arquivos públicos ou particulares. A documentação referente ao assunto estudado foi coletada em acervos de órgãos Federal e Estadual e de empresas envolvidos, à época, com o projeto de implantação da fábrica de alumínio/ alumina ALCOA MINERAÇÃO S.A. em São Luís.

A técnica adotada para análise e interpretação dos dados foi a análise do discurso. Os fundamentos teóricos da análise do discurso têm seu suporte na escola francesa⁵ em Foucault e Pêcheux. Tem-se, ainda, a base teórica em Maingueneau, Bakhtin, Charaudeau, Orlandi, Brandão, Pinto e outros.

A análise do discurso, na opinião de Vergara (2005, p. 24), “visa não só apreender como uma mensagem é transmitida, como também explorar o seu sentido. Analisar o discurso implica considerar tanto o emissor quanto o destinatário da mensagem, bem como o contexto no qual o discurso está inserido”. O termo discurso significa “em curso”, algo em movimento. No entender de Manhães (2005, p. 305, grifo do autor), discurso:

[...] é a **apropriação da linguagem** (código, formal, abstrato e impessoal) por um emissor, o que confere a este um papel ativo, que constitui em **sujeito da ação social**. Aquele que: classifica, ordena e organiza, enfim, significa o mundo mostrado; persuade, convence o locutor da pertinência de seu modo de classificar, ordenar e organizar o mundo mostrado; e constrói uma voz, um modo de falar, um entendimento do mundo.

Neste caso, o discurso tem por finalidade convencer, persuadir o receptor sobre aquilo que está sendo enunciado. O emissor busca no código da linguagem os diferentes mecanismos lingüísticos para alcançar seus objetivos, o que pressupõe que o emissor precisa dominar seu discurso para ser entendido e aceito pelo receptor.

⁵ A Análise de Discurso Anglo-saxã diferencia-se da Análise do Discurso Francesa, por conceber a oralidade como seu objeto de estudo. Tendo sua gênese na Antropologia, a Análise de Discurso Anglo-saxã assenta sua base teórica na Sociologia, na Psicologia. A Análise do Discurso Francesa tem o seu arcabouço teórico na Linguística de Saussure; no Marxismo, com base na leitura que Althusser fez de Marx e nos estudos que Lacan fez da Psicanálise freudiana. A Análise do Discurso Francesa apresenta uma preocupação com os propósitos textuais, com a explicação das formas narradas e com o discurso construído. Daí a opção pela Escola Francesa da Análise do Discurso como instrumento para análise dos dados desta pesquisa.

Por sua vez, analisar significa decompor, dividir. A análise do discurso compreende, portanto, “a desconstrução do texto em discursos, ou seja, em vozes. A técnica consiste em desmontar para perceber como foi montado.” (MANHÃES, 2005, p. 306)

As categorias que estão em equivalência à intencionalidade determinante das notícias e os gêneros a partir da natureza estrutural das notícias observadas são os dois parâmetros considerados por Melo (1985) na classificação dos gêneros jornalísticos. Na categoria informativa, a instituição jornalística exerce, através de variáveis, controles da estrutura da mensagem por meio da autoria e da angulação. Na categoria opinativa, os gêneros jornalísticos estruturam-se a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: o aparecimento e a evolução dos eventos.

A notícia é informação que se transforma em mercadoria e carrega apelos sensacionais, emocionais e estéticos. A notícia é a narrativa sobre um fato ou acontecimento, sendo este a matéria-prima da produção da notícia. No entanto, não é qualquer acontecimento que pode se transformar em matéria jornalística. Cada jornal opera com o seu próprio sistema de noticialidade. Os espaços para expressões de opiniões nos jornais são o comentário, a crônica, a caricatura, a carta, o artigo e o editorial.

As vozes dos jornais “O Imparcial”, “O Estado do Maranhão”, “Jornal Pequeno” e do “Alumar Notícias” constituíram o corpus de análise deste estudo. Essas vozes se fizeram presentes por meio dos editoriais, das notícias e dos artigos. No editorial, o jornal se posiciona, emite sua visão oficial diante dos fatos. Já os artigos, geralmente assinados, desenvolvem uma ideia e apresentam a opinião de quem os escreve, visto que o artigo não tem por função primeira a informação. “É o gênero que democratiza a opinião no jornalismo, tornando-a não privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, mas possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade.” (MELO, 1985, p. 96).

O principal papel da mídia, em qualquer que seja o suporte, é o de dar a conhecer a seus leitores os fatos ocorridos. Hoje, a mídia, de modo geral, deve informar e proporcionar o debate sobre temas de interesse da comunidade.

Posterior à qualificação do projeto, nos meses de maio e junho de 2009, foram feitas reiteradas tentativas de acessar o arquivo da ALCOA MINERAÇÃO S.A. supondo que a empresa detinha documentação sobre o período de instalação:

materiais de candidaturas a emprego, como *Curriculum Vitae*, lista de cadastrados e igualmente, informações sobre o projeto, correspondências da empresa. Com essa finalidade, encaminharam-se cartas à gerência que respondeu negativamente à solicitação, através de e-mail, alegando que não mais possuía tais documentos e que caso ainda restasse algum, somente na Unidade de Poços de Caldas (MG) seria encontrado.

Assim, este trabalho será construído com base na análise do discurso da mídia impressa na época da implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. em São Luís, analisando-se o discurso sobre a questão ambiental e o desenvolvimento socioeconômico. A “favor” e “contra” constituem-se os pólos que estarão sendo examinados.

Dessa forma, anuncia-se, de antemão, as limitações relativas a um trabalho teórico-documental, considerando a escassez de documentos produzidos no período de implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. assim, constitui uma lacuna de artigos ou outros escritos relativos às questões apontadas. Os materiais discursivos disponíveis restringem-se aos jornais já citados, de modo que a coleta de dados com empresas privadas se reveste de tensões tendo estas, em geral, como política “afastar” os pesquisadores, sobretudo das ciências sociais, com receio de críticas.

O trabalho está estruturado na ordem que segue:

Nesta introdução, considerada como primeiro capítulo apresenta-se o tema, a contextualização, a formulação do problema, o objeto da pesquisa, as hipóteses e os objetivos pretendidos, bem como os argumentos que justificam sua realização.

O segundo capítulo está reservado aos aspectos teóricos e conceituais. Essa robustez se justifica em razão de se dar ao constructo teórico a apresentação e compreensão do processo do Estado brasileiro, que sempre teve uma orientação às vezes intervencionista/desenvolvimentista, buscando através de diretrizes econômicas e providências de infraestrutura, viabilizar o desenvolvimento do capitalismo. Além disso, mostra-se a organização e articulação do processo de desenvolvimento capitalista pelo Estado entre 1930 e 1980, bem como o processo de industrialização do Brasil e os caminhos escolhidos pelos Governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek para alcançarem o desenvolvimento. Mostram-se também as formas buscadas pelo Estado para “ocupar” e desenvolver a Amazônia

através de planos, criação de organismos, construção de rodovias, hidrelétricas e concessões de incentivos fiscais e creditícios, a visão nacionalista de Alberto Torres, adotada como política de Estado por Vargas. Apresentam-se os conceitos/visões de nacionalismo de Gellner, Smith e Hobsbawn, fazendo-se uma abordagem da ideologia desenvolvimentista no Governo Kubitschek, como é trabalhada e desenvolvida com vistas à prosperidade e a ordem. Explica-se o papel desempenhado pelo ISEB na concepção e comprometimento com a ideologia do Governo Kubitschek. Finalmente, ressalta-se o “Acordo de Washington” que trata da produção, comercialização, exportação e das políticas setoriais para a borracha.

O terceiro capítulo traz o estudo sobre o processo de “Ocupação da Amazônia” através do desenvolvimento da infraestrutura e aplicação de planos, programas e projetos visando ao incentivo das atividades econômicas, a criação de órgãos, construção de estradas e legitimação de políticas em favor do capital. Expõe-se a economia maranhense e a ideologia apregoada pelo Governo Federal e Estadual de que o progresso e o bem estar chegariam com a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., sem qualquer referência aos consequentes impactos econômicos, sociais e ambientais.

No quarto capítulo abordam-se os discursos desenvolvimentistas e ambientais dos anos 1980, bem como o discurso da ALCOA MINERAÇÃO S.A. sobre “o deslanchar do desenvolvimento” do Estado com a chegada da indústria de alumina/alumínio. Na sequência, trabalha-se a análise do discurso como instrumento de pesquisa, o modo como se processa a formação das regras do processo discursivo e do objeto.

O quinto capítulo trata dos discursos e polêmicas em torno da implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., da criação do Comitê de Defesa da Ilha e suas ações contestatórias à implantação da ALCOA e da luta pela preservação do meio ambiente na Ilha de São Luís.

No sexto capítulo desenvolvem-se os procedimentos metodológicos, mostrando-se os jornais que constituem o *corpus* da análise com as respectivas categorias dos gêneros jornalísticos analisadas, a tipologia da pesquisa e os fundamentos teóricos orientados pela análise do discurso da Escola Francesa.

O sétimo capítulo contém a análise textual das publicações veiculadas pelos jornais locais e pelo *House Organ* da própria ALCOA MINERAÇÃO S.A. por

categoria discursiva, com ênfase para a posição de sujeito como determinante das interlocuções.

Por último, as ilações sobre o tema trabalhado encontram-se registradas nas considerações finais onde se pontuam as contribuições da pesquisa. Como elementos pós-textuais têm-se as referências, onde se reúne as obras que foram consultadas e mencionadas no corpo do trabalho. Em seguida estão incluídos os anexos contendo depoimentos de um advogado do Comitê de Defesa da Ilha, de um ex-deputado estadual da oposição, dois ex-funcionários da ALCOA MINERAÇÃO S.A. e o do diretor presidente da AMAVIDA.

2 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL NOS ANOS DE 1930 A 1950

Nesta pesquisa parte-se da concepção de que a formação discursiva sobre o desenvolvimento brasileiro é apreensível por certa genealogia dos projetos econômicos que conduzem, desde a década de trinta, a política de industrialização. Portanto, é a história que permite reconhecer essa construção discursiva a propósito de um projeto que se torna hegemônico. Araújo (2007) examina o conceito de formação discursiva como “chave para a arqueologia de Foucault” e afirma que a história tem duplo papel.

Indispensável para a análise (a priori histórico) dos discursos como acontecimentos na ordem do saber e como aquilo que deve ser levado em conta, isto é, a história genealógica do material produzido pelas relações entre saber e poder, e não a descoberta da origem da verdade ou a fundamentação absoluta do conhecimento. (ARAÚJO, 2007, p. 12).

No esquema interpretativo da história recente do Brasil tem-se que foi a partir da década de 1930 que se produziu uma primeira divisão/corte no que diz respeito à dianteira da acumulação capitalista no país em busca da implantação de indústrias de bens de produção, “bem como da redefinição do papel do Estado em matéria econômica, visando tornar o pólo urbano/industrial, o eixo dinâmico da economia.” (MENDONÇA, 1986, p. 15). O processo de desenvolvimento tem início com a chamada “Era Vargas”⁶, o que ocorre após a deposição, pelos militares, do presidente Washington Luís, em 1930.

A Revolução de 1930 pôs fim à política do café-com-leite “[...] e apeou do poder a oligarquia agrário-comercial brasileira que, por quatro séculos, dominou o Brasil.” (BRESSER PEREIRA, 1994, p. 31). A partir daí começa uma nova etapa na política e na economia do país, estendendo-se ao processo de estabelecimento do Estado brasileiro. Essa nova etapa na organização política e econômica estatal vem acompanhada da doutrina positivista⁷, postulada por Augusto Comte, em momento mais do que propício, pois, sendo “de cunho autoritário, o positivismo delegava

⁶ Era Vargas, o conjunto das políticas econômicas e sociais instituídos por Getúlio Vargas a partir de 1930, que marcaram de maneira indiscutível o processo de industrialização, urbanização e organização de sociedade brasileira. A Era Vargas pode ser dividida em três fases distintas: 1930 a 1934 – fase revolucionária; 1934 a 1937 – o período constitucional; 1937 a 1945 – a fase ditatorial. (D’ARAÚJO, 2004, p. 8).

⁷ Sobre esse tema Cf. Sell (2002).

grande poder à iniciativa do Estado e colocava em segundo plano as liberdades civis e democráticas.” (D’ARAÚJO, 2004, p. 14).

A República é recriada pela Revolução de 1930 e passa a impor a influência da União sobre os cidadãos, sobre os Estados e as organizações. Essa postura deu-se em decorrência do ideário positivista dos muitos membros da elite política. Viana (2001, p. 115) afirma que:

São elas [as elites políticas], nos primeiros anos da nova ordem, as principais personagens da sua institucionalização, em particular na deposição das oligarquias estaduais das suas funções de mando. São elas, também, a força que leva à frente, o impulso da revolução no que se refere ao papel do Estado, passando a entendê-lo como condutor da modernização, em franco dissídio com o liberalismo de mercado que dominou o cenário da Primeira República. E, são elas, por fim, que associam os objetivos da industrialização com os ideais de soberania nacional e de encaminhamento da questão social, manifestando-se, nesse caso, em favor da legislação protetora do trabalho, da qual deveriam ser excluídos os trabalhadores do campo. Dessa forma, o impulso para o moderno, para a indústria, para a regulação do mercado de trabalho e para a elaboração da legislação social provinha de setores antiliberais orientados por uma cultura estatista e refratária a mudanças na estrutura agrária do país. O moderno, pois, não vinha com a vocação de erradicar o atraso, mas sim, em solução de compromisso, denunciando a natureza conservadora do processo de modernização desencadeado pela Revolução de 1930.

Já na Presidência, Getúlio Vargas dá início ao seu Governo provisório (1931-1934) não mais com espírito conservador. De início, a Constituição de 1891 é substituída por Decretos-Leis e em seguida intervém nos Estados nomeando Interventores e tornando nulos os Poderes Legislativo, Federal, Estadual e Municipal. Com estes atos, rompe com as normas políticas da “Velha República”. Foram criados, nesse período, os Ministérios da Educação e do Trabalho, Indústria e Comércio, fixados previamente para proporcionarem uma permanente base institucional às reformas sociais, bem como servirem de base na ampliação do apoio ao seu Governo. (D’ARAÚJO, 2004).

Dentro dessa ótica, ocorre o rompimento com a velha estrutura e surge uma nova ordem política e econômica. O Estado torna-se, então, mais presente na vida econômica, política e ideológica do país e passa-se a contar com os institutos econômicos de alcance nacional, criados nessa época. O Brasil deixa de ser um país agrárioexportador para entrar na fase urbano-industrial, de renovação. Getúlio Vargas discursa sobre a necessidade imperiosa de “criar uma mentalidade renovadora, expurgada dos velhos vícios da politicagem e do regionalismo, vigilante e construtiva, capaz de aplicar no trato e solução dos negócios públicos, as mais

altas virtudes do patriotismo e do caráter brasileiros.” (VARGAS, 1940 apud FONSECA, 1999, p. 255).

Para tornar o Brasil uma nação industrial independente e não mais um mero exportador de matérias-primas, Getúlio Vargas acelera o ritmo das mudanças, domina o cenário político, utiliza sua habilidade política e usa a força do nacionalismo⁸. Em seu Governo, Getúlio Vargas dá início à construção da indústria no Brasil. Com o Estado Novo, houve a consolidação de um bloco de poder com hegemonia da burguesia industrial, o que implicou a convergência das classes oligárquicas com a burguesia industrial. (DREIFUSS, 1981).

A busca pelo desenvolvimento passou a ser associada à ideia de industrialização, pensamento este que se originou em 1930, e alcançou o apogeu no Governo de Juscelino Kubitschek, entrando em crise em 1960. O Estado, entre 1930 e 1980, passa a organizar e a articular o processo de desenvolvimento capitalista. Esse modelo se enquadrou nas linhas de política preconizadas pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)⁹. Quando apregoava que as nações da América Latina para serem livres e desenvolvidas, “autoras e senhoras” de seus destinos deveriam trilhar o caminho da industrialização para, conseqüentemente, chegarem ao desenvolvimento livrando-se da miséria, a CEPAL acreditava que a industrialização tornaria possível o acesso aos métodos produtivos mais eficientes e o Estado passaria a atuar como impulsionador das atividades econômicas. (D’ARAÚJO, 2004). Não se pode estudar/pesquisar/investigar a gênese da economia brasileira sem se ater ao preconizado pelo direcionamento econômico da CEPAL¹⁰, o qual deu sustentação à gestação das teses sobre o desenvolvimento, e gerou o sentimento de exaltação/brilho à discussão teórica do pós-guerra. A CEPAL buscava, ao mesmo tempo, explicar o atraso da América Latina em relação aos países do “centro” e descobrir/atinar com as formas de ultrapassá-lo/removê-lo. A análise da CEPAL focava-se na estrutura socioeconômica dos países da América Latina, os ditos “periféricos” e também na relação de comércio entre os do “centro” e os “periféricos” que, segundo a avaliação da CEPAL em nada auxiliavam a

⁸ O nacionalismo surgiu na Europa, século XVIII, como uma ideologia que combinava o patriotismo e as teorias da soberania (LAVERHASS JÚNIOR, 1986, p. 20).

⁹ A proposta do Chile à ONU fez surgir a CEPAL em 1948, com o propósito de desenvolver estudos que pudessem apoiar o projeto de industrialização para a América Latina e gerou o pensamento econômico que ficou conhecido como Estruturalismo.

¹⁰ O pensamento econômico da CEPAL está contido nos trabalhos *El Desarrollo Económico de La America Latina y algunos de sus Principais Problemas* e *do Estudio Económico de America Latina*.

melhoria/desenvolvimento dos países da América Latina. Muito pelo contrário, procuravam, esses países, em melhores condições econômicas, acentuar/dar ênfase às disparidades.

A CEPAL questionava não apenas a divisão internacional do trabalho vigente no mundo capitalista, mas criticava o destino atribuído aos países subdesenvolvidos pela Teoria Clássica ou Neoclássica do Comércio Internacional¹¹ que sustentava essa divisão. (MANTEGA, 1992, p. 34).

A CEPAL não aceita e investe contra a Teoria Clássica, ou melhor, opõe-se à lei das vantagens comparativas, uma das colunas dessa teoria, que estimulava/apregoava que os países “periféricos” deveriam particularizar-se nos produtos primários, enquanto os do “centro” ficavam com a industrialização. Para a CEPAL, se procedessem unicamente dessa maneira, os países “periféricos” colheriam apenas desvantagens e o “centro” se apropriaria do pouco desenvolvimento de produtividade que os “periféricos” viessem a obter.

A CEPAL tinha conhecimento do pouco dinamismo dos países da América Latina e de seu pouco desenvolvimento tecnológico e industrial.

O subdesenvolvimento depende, para a CEPAL, em primeiro lugar, da estrutura interna dos países periféricos que se caracteriza pela produção agrícola primário-exportadora, com baixa integração entre os diversos setores produtivos e com desemprego estrutural (uma vez que o lento crescimento da produção agroexportadora não consegue absorver a rápida expansão demográfica) combinados com o baixo nível de organização e sindicalização da força de trabalho; e, em segundo lugar, o subdesenvolvimento depende das relações comerciais com o centro, porque se verifica uma queda constante do poder de compra de bens industriais por parte dos bens primários, ou seja, cada unidade de bem primário compra quantidade cada vez menor de produtos industriais, exportando-se, assim, para o centro já desenvolvido a fonte primeira do desenvolvimento, qual seja, os aumentos de produtividade. (MANTEGA, 1992, p. 38).

Com essa visão conclui a CEPAL que os países “periféricos” não poderiam ficar sob o julgo das livres forças do mercado. Se assim permanecessem ficariam atreladas ao atraso/subdesenvolvimento, não saindo da economia agrária, do seu “próprio umbigo”, ou seja, do mercado interno e patinando no baixo nível de integração e de expansão industrial. (D’ARAÚJO, 2004).

A implementação de uma política industrial era “a luz do fim do túnel” para a CEPAL. A industrialização, o caminho para o alcance do aumento da renda nacional e da produtividade. E o Estado deveria, na visão da CEPAL, comandar

¹¹ A Teoria do Comércio Internacional surgiu da necessidade de explicação das trocas internacionais.

essas transformações que trariam como resultado uma economia mais sólida e autônoma.

Os Governos, na década de 1950, cultivaram esse pensamento dominante em relação à crença da CEPAL. Foram os governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek que buscaram transformar a sociedade brasileira através da chamada “ideologia do desenvolvimento”, alicerçada na industrialização integral e no papel que o Estado deveria exercer na expansão, captação e fornecimento de recursos, bem como a realização de investimentos em infraestrutura.

[Getúlio Vargas] Defendia a necessidade de o Estado tomar o rumo da industrialização, ir além das medidas já propostos por governos anteriores e foi com esse fim que ele, em conjunto com seus assessores introduziu o conceito de planejamento na economia brasileira, “tanto no nível teórico como prático conseguindo de uma forma bem acentuada a aceitação deste novo tipo de modalidade na administração do governo.” (HAFFNER, 2002, p. 22).

O Estado assumiu a tarefa de expansão da economia, buscando alcançar a solução para os problemas econômicos e financeiros do país, bem como acelerar o desenvolvimento industrial, o que veio a ocorrer posteriormente e adotou o planejamento econômico influenciado pela teoria da CEPAL, cuja concepção de desenvolvimento tinha por fundamento uma economia nacional, buscando assim, a independência econômica. A acepção cepalina afirma que o desenvolvimento econômico, o progresso técnico e a acumulação de capital estão estritamente relacionada.

Cabem ao Estado, portanto, as funções, entre outras, de combinar e ajustar, da melhor forma possível as agendas públicas, privada e estrangeira de investimentos, prognosticar necessidades da industrialização substitutiva de importações e articular eventuais políticas de incentivos ou proteção, criar políticas e geração de empregos e elevação da produtividade do trabalho, incentivar incrementos da poupança nacional, inclusive por meio de políticas fiscais e orientar créditos para o financiamento do desenvolvimento. (SCHWARZER, 1993, p. 54).

De acordo com essa perspectiva, o Estado assume o papel de principal dinamizador do desenvolvimento periférico fornecendo a infraestrutura, pautado na substituição de produtos industrializados. O Estado assumiu funções econômicas, principalmente após a crise de 1929, passando a atuar como regulador da economia, visto que o país que emergiu da crise não era mais o país cujo Estado estava quase que inteiramente submetido aos interesses agrárioexportadores que adotara como estratégia de desenvolvimento o nacional desenvolvimentismo.

Com a queda da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, as medidas ortodoxas foram abandonadas pela maioria dos países. Viu-se, então, uma mudança/ruptura no cenário mundial. Surgiram, na Rússia, década de 1920, os Planos Quinquenais; nos Estados Unidos, foi implantado o *New Deal*; o padrão ouro é desbancado na Grã Bretanha e, na Alemanha, acontece a Revolução nacional-socialista. (BERNARDES, 2009).

Tem início uma maior presença/intervenção estatal na vida econômica, conforme Myrdal (1962). Essa intervenção objetivava impedir o retorno de novas catástrofes políticas e sociais.

A discussão sobre o *Welfare State* e o planejamento econômico chegou ao Brasil e envolveu temas como a especificidade de uma economia periférica, e o desenvolvimento de uma economia nacional autônoma. (BERNARDES, 2009).

Através da ação de atores políticos e dos debates emergiu, no Brasil, uma nova concepção em relação ao papel do Estado. De acordo com Ianni (1996) as crises econômicas ocorridas a partir de 1929 proporcionaram a formulação de novas técnicas e órgãos para atuação governamental no Brasil. E essas mesmas crises, econômicas e políticas, explicaram a razão de o Estado executar atividades mais complexas na economia do país.

A partir de 1930, o Estado intervém fortemente na economia sob a forma de planejamento público para acelerar e preservar o ritmo de desenvolvimento econômico. O planejamento era visto pela CEPAL como:

[...] um método imprescindível do qual o Estado deve lançar mão para racionalizar a política de desenvolvimento a longo prazo. A necessidade de contar a ação estatal com uma política de desenvolvimento deliberada e coerente e de implantá-la através de planificação são três ideias-força do pensamento cepalino estritamente conectadas entre si. (RODRIGUES, 1981, p. 174).

Embora tendo concepções antagônicas acerca da realidade, os técnicos e os empresários aceitam, em consenso, a política de planejamento. Para alcançar o bem comum, seu objetivo principal, o Estado social concentra no Executivo e toma para si as prerrogativas assumidas pelo Estado. Conseqüentemente há um aumento da estrutura administrativa estatal e ineficiência na prestação de serviços públicos. Sobre essa questão Di Pietro (2002, p. 25) examina que:

A liberdade individual também sofre lesões em função da nova postura estatal que, ao intervir na ordem econômica e social, passou a, cada vez mais, limitar o exercício de direitos e a exercer atividades de interesse privado (comerciais e industriais) com o agravante de não alcançar a

realização do objeto inerente ao Estado social de direito, de assegurar o bem comum, pela realização dos direitos sociais e individuais nos vários setores da sociedade.

Esse modelo de Estado encontrou melhor ressonância em Estados-Nações com grau de desenvolvimento ascendente para o consumo. Em países desenvolvidos assumiu a forma de Estado de Bem-Estar Social propriamente dito – *Welfare State*.

No Brasil, tomou forma de Estado Desenvolvimentista que, logo cedo, se caracterizou pelo apoio ao ideário desenvolvimentista, tendo “na indústria sua locomotiva e no Estado o seu planejador e impulsor.” (FIORI, 1993, p. 6). Visando assegurar um processo interno de acumulação e produção capitalista, pautou sua atuação na implementação de políticas econômicas como instrumento de produção desse desenvolvimento.

Ianni (1991) interpreta que o Estado brasileiro pós-revolução de 1930 caracteriza-se por ter adotado condições estruturais para a transformação do Estado agrário. Novas relações foram estabelecidas entre o Estado e a economia (MELLO, 1998), e a industrialização aparece no momento em que a Nação deixa de ser uma *quase-ficção*. Dessa forma, o desenvolvimento interno decorrente da industrialização acarreta para a própria Nação o comando da economia. Tal intervenção econômica aceleraria o desenvolvimento. Comentando esse momento específico, Fonseca (1999, p. 257) afirma que:

Construir uma nação desenvolvida tornou-se o ponto principal da retórica governista, capaz de aglutinar em torno de si a expressiva maioria da nação. Iniciava-se a crença de que com o desenvolvimento econômico, os grandes problemas do país desapareceriam: a miséria, as desigualdades regionais, a incipiência do mercado interno, a exclusão e demais questões da nacionalidade encontrariam finalmente sua solução [...]

Os interesses agrários era o que predominava no país até meados dos anos de 1930. A intervenção sistemática do Estado na economia foi o projeto de Getúlio Vargas, pois acreditava que a industrialização funcionaria como uma força que levaria a Nação a autodeterminar seu desenvolvimento.

A questão nacional posta sobre as formas de nacionalismo, alguns com aspectos expansionistas – como foi o caso do nacional-socialismo alemão e do fascismo italiano – e, todos postulando a existência de um novo Estado, cujas características básicas seriam o rompimento com o liberalismo clássico, com sua postura de não intervenção na economia e na questão social, salvo, quase sempre, para reprimir as reivindicações dos trabalhadores. Ao contrário do Estado liberal clássico, o novo Estado nacional deveria intervir na economia, ser um indutor do crescimento econômico, através do investimento em infraestrutura e mesmo em setores produtivos estratégicos e, ainda, através do planejamento. Mas também,

deveria ter uma decisiva ação na questão social, regulando as relações entre o capital e o trabalho, provendo serviços públicos de saúde, educação, previdência e assistência social. (BERNARDES, 2004, p. 5).

Assim, o Estado torna-se o centro político decisivo para onde afluem as aspirações dos setores produtivos.

No golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, no estilo clássico de tais ocorrências, Getúlio Vargas repudiou seu papel constitucional democrático para assumir poderes ditatoriais, por um período indeterminado. Como justificativa para aquela ação radical, apontou a urgência de enfrentar a crise política do Brasil: caótica realidade partidária, caudilhismo regional, ameaça de comunismo e da luta de classes. O aparelhamento com governamental existente argumentou que já não podia satisfazer às exigências da vida nacional, quer no setor político, quer no econômico. O golpe tornou possível o fortalecimento do Estado, que se investiu nos poderes necessários para a consecução de vários objetivos nacionalistas. Implícito em sua argumentação também estava o fato de permitir o golpe de Estado à sua permanência no cargo, para elaborar construtivamente o seu programa nacionalista, obstado pela oposição política ativa. (LAVERHASS JÚNIOR, 1986, p. 143).

Dreyfus (1981, p. 23) afirma que a partir de 1937, com o Estado Novo, “teve início o primeiro estágio da nacionalização formal da economia com a criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas estratégicas de produção, como mineração, aço e petróleo.” O Estado, a partir de então, assumiu, de fato, uma disposição mais precisa em favor da substituição de importações pela produção interna, trazendo para si a supervisão da economia. Aos poucos o Estado vai controlando, de forma autoritária, o mercado com o apoio do empresariado. Viana (2001) comenta que os empresários outorgaram ao Estado o agenciamento de seus interesses. Tal postura equivalia à declaração de aceitação do Estado como seu intérprete político: “a ele confiavam a proteção das indústrias já existentes e o favorecimento para implantação de outras iniciativas imensamente proveitosas, não só para os capitalistas como para a economia do país.” (VIANA, 2001, p. 127).

A intervenção estatal teria acontecido em função da “fragilidade” da burguesia que não possuía condições de, sozinha, bancar a empreitada da industrialização. (CORSI, 1994; D’ARAÚJO, 1992; DREIFUSS, 1981; VIANA, 2001). A ação do Estado na economia seria, portanto, fundamental para alavancá-la e realizar avanços do processo. Corsi (1994, p. 19) aponta que “industrializar o país e elevar o nível de vida do povo não seria possível sem a intervenção do Estado na economia.”

Com o desenvolvimento e as transformações ocorridas no país introduziram-se mudanças no quadro institucional brasileiro. A intervenção planejada do poder público na economia¹² levaria ao esperado processo de desenvolvimento industrial. O reforço do aparelho estatal, as alternativas de financiamento e a questão do planejamento foram questões que o governo teve de enfrentar ao projetar o impulso da industrialização na década de 1930. Brito (2001), comentando sobre o Estado autoritário e a política de industrialização, afirma que o governo, no campo econômico, desejava estender-se por todos os setores da economia englobando recursos naturais, agricultura, transporte, indústria e serviços básicos. Sem deixar, porém, de investir na indústria, de modo que esta se constituísse fator impulsionador/instigador da economia. Todas as políticas estariam, pois, voltadas para a implantação da indústria siderúrgica e petrolífera.

Getúlio Vargas, em seus discursos desenvolvimentistas, apregoava que o objetivo era alcançar o desenvolvimento econômico facultado pela intervenção do Estado.

Vargas inúmeras vezes repetiu que o objetivo da intervenção governamental era alcançar o desenvolvimento econômico. O que mais tarde seria vagamente chamado de 'ideologia desenvolvimentista' – e que reflete, em várias formas, o compromisso dos diversos governos, com o desenvolvimento das forças produtivas e, mais especificamente, com a industrialização do país – teve seu aparecimento durante o Estado Novo. (D'ARAÚJO, 2004). “É bem verdade que anteriormente, seja no início da década de 1930 ou ainda na República Velha, Vargas falava na necessidade do desenvolvimento econômico.” (FONSECA, 1999, p. 256).

A busca, entretanto, do desenvolvimento econômico não significava a luta pela situação de independência econômica. Em relação a essa questão, o Estado buscou sustentáculo e recursos junto a grupos privados ou oficiais estrangeiros. Vê-se que os grandes problemas do país não desapareceram com a intervenção do Estado na economia, e a ideologia desenvolvimentista não levou o Brasil a conquistar a tão sonhada e propalada independência econômica.

O nacionalismo traduzia-se na ideia de industrialização como correlata à de dependência econômica, sendo necessária – para realizar-se na prática – a formulação de novas estratégias políticas que promovessem ruptura com a

¹² O Estado já havia se instalado em setores como transporte (ferrovias), 1940; Siderurgia, 1941; Mineração, 1942; Indústria Química, 1943; Indústria Automobilística, 1943; Energia Elétrica, 1945.

subordinação aos países dominantes no nível do capitalismo mundial. O nacionalismo, assim emergente, passou a integrar os discursos governamentais e a justificar suas próprias realizações, sendo encampado como um 'projeto' do Estado cujo papel seria o de mobilizar cada vez mais amplos setores sociais a fim de engajá-los na tarefa de solucionar os problemas da sociedade como um todo. Por outro lado, em contrapartida, também se legitimava a identidade que alguns grupos estabeleciam entre solução de seus problemas (leia-se interesses de classe) e a dos problemas nacionais. (MENDONÇA, 1986, p. 41).

Nesse sentido, tanto a burguesia industrial como os militares e alguns segmentos das camadas médias passavam a integrar-se ao debate sobre os problemas nacionais como a siderurgia, a segurança e a exploração do petróleo. O processo de desenvolvimento interno é assumido pelo Estado que passa a proteger a atividade econômica nacional promovendo, assim, um acúmulo inicial de capital, proporcionando a infraestrutura e planejando o modelo substitutivo.

2.1 Os organismos estatais e a intervenção na economia

Para o Governo, o caminho da independência econômica e da soberania estava na industrialização. Esta se constituía no veículo de transformação dos países periféricos ainda fortemente vinculados à economia agroexportadora. Supostamente, a industrialização livraria a sociedade da miséria. D'Araújo (2004, p. 66) sentencia que o Estado deveria se antecipar à sociedade e “abrir o caminho para os tempos modernos da industrialização, da assistência social, pautar-se pelo protecionismo [...] e a industrialização era a melhor maneira de proteger os interesses industriais e a soberania do país.”

O processo de implantação da indústria de base e a criação de empresas públicas aconteceram sob o Governo Getúlio Vargas, cuja retórica governista fundamentava-se na construção de uma Nação desenvolvida:

Construir uma nação desenvolvida tornou-se o ponto principal da retórica governista [...]. A construção da nova nação exigia trabalho e esforço de todos: dos empresários – aos quais Vargas apelava à imaginação, e à iniciativa à realização de novos investimentos e à modernização dos processos produtivos – e dos trabalhadores, dos quais se esperava trabalho e disciplina. Os primeiros teriam, em contrapartida imediata, o aumento dos lucros e do patrimônio individual; os segundos, a legislação trabalhista, de momento, e a promessa futura de uma sociedade mais justa e igualitária. O desenvolvimento econômico deixava de ser, portanto, apenas um ponto pragmático para tornar-se ideologia, presente praticamente em todos os discursos presidenciais depois do Estado Novo, inclusive dos governos

militares após 1964. O desenvolvimento apresentou-se não só como idéia norteadora da ação governamental, mas principalmente como sua fonte de legitimidade. (FONSECA, 1999, p. 257).

Na concepção de Ianni (1991) são criadas situações favoráveis ao crescimento do estado burguês, como um sistema que integra instituições políticas e econômicas. Esse desenrolar de situações culmina com um crescimento consubstanciado por medidas econômicas e inovações institucionais que em lugar de ser o resultado de estudo objetivo e sistemático era resposta a situações e problemas que se apresentavam por imposição de interesses sociais, militares e políticos, como bem pontua Draibe (1985). Foi em decorrência da busca de modernização e racionalização que emergiu o novo Estado, em 1930, e não em consequência de dispositivos organizacionais e institucionais, com existência anterior.

Após a Depressão Econômica Mundial de 1929-1933, a ação do poder público cria institutos, fundações, comissões, assim o governo passa a imprimir, redimensionar, integrar órgãos ou a criar novos órgãos governamentais.

No início dos anos 1930, como resposta à crise geral dos setores de exportação, além de encampar definitivamente a política cafeeira através do Departamento Nacional do Café (1933), o Governo Federal criou o Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool (1933) para 'ordenar' o setor açucareiro e evitar que a expansão da dinâmica agricultura paulista, em busca de alternativas para o café, ameaçasse vitalmente a velha oligarquia nordestina. Posteriormente, outros institutos específicos – de expressão estadual ou regional – foram sendo criados, tais como o Instituto Nacional do Mate (1938), o Instituto Nacional do Pinho (1941), o Instituto Nacional do Sal (1941) e o Instituto do Cacau da Bahia (1931). Nas áreas dos recursos naturais estruturou-se, primeiro, o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) (1934) e depois, vários Conselhos como o Conselho Nacional do Petróleo (1938), o Conselho de Águas e Energia Elétrica (1939), Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (1940), todos eles encarregados de conceber, originar e articular políticas setoriais para os seus respectivos campos. Quanto à área industrial, foram criadas comissões para responder a problemas correntes e oferecer diretrizes de política para o avanço setorial. No Estado Novo, quando as intenções industrializantes atingiam maior nível de articulação foram criadas as seguintes comissões: Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), Comissão Executiva Têxtil (1942), Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes (1941), Comissão Nacional de Ferrovias (1941), Comissão Vale do Rio Doce (1942), Comissão da Indústria de Material Elétrico (1944). (DRAIBE, 1985, p. 89-90).

A esse conjunto de organismos executivos que imprimiu direção/orientação de políticas gerais ou setoriais, o Governo acrescentou ainda vários órgãos de caráter consultivo, normativo ou deliberativo, responsáveis por políticas referentes a grandes áreas da atividade econômica ou a esferas mais abrangentes da ação estatal. (DRAIBE, 1985).

Estas novas comissões ou novos conselhos - quer tenham sido inter ou supraministeriais - buscaram alcançar/aglutinar as várias peças que se encontravam dispersas pela máquina estatal como a exportação de modo que, para ampliá-la e coordenar medidas que fomentassem a economia, foi criado o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), em 1934, e reformulado em 1937, o qual passou também a desempenhar a função de órgão consultivo da Presidência da República em relação às matérias econômicas. (DRAIBE, 1985).

Para se ter uma idéia do objetivo e espírito com que se criou o conselho, veja-se a síntese do pronunciamento de Getúlio Vargas (apud IANNI, 1991, p. 37-38):

A instituição do Conselho Federal de Comércio exterior correspondeu a um dos imperativos essenciais da administração do País. Durante largo período procuramos resolver os problemas do comércio exterior do Brasil, adotando fórmulas empíricas, aplicando métodos apriorísticos e sem base na realidade. A falta de um organismo centralizador, para onde convergissem e de onde irradiassem todas as medidas de estímulo e defesa da nossa produção e da sua colocação nos mercados nacionais e estrangeiros, tornava praticamente impossível exame ponderado e o conhecimento seguro das necessidades primordiais da economia nacional. [...] O Conselho Federal é, por excelência, um instrumento disciplinador [...]. A riqueza de estado é uma conseqüência das boas normas administrativas. Não nos podemos conformar [...] com sermos apenas um país exportador de matérias-primas, porquanto essa condição é própria de países semicoloniais. Temos que tratar das nossas indústrias de transformação, da exportação de produtos manufaturados e da sua colocação nos mercados externos de maneira a adaptar o nosso comércio a suas exigências e suas peculiaridades e aos rumos seguidos pela sua economia [...]

Para pôr em prática sua política de rearticulação econômica com enfoque no problema da infraestrutura o governo, como afirma Villas-Bôas (1995, p. 20), “sob a ótica de uma ideologia de independência e segurança nacional”, cria órgãos¹³ e melhora a economia. Com essa criação, o Estado demonstra a “vontade política de mudança” (VILLAS-BÔAS, 1995) e ganha instrumentos que permitem a intervenção na economia, além de incitar o desenvolvimento e regulamentar as atividades setoriais.

Ianni (1991) ressalta que essas realizações governamentais não derivaram de um estudo prévio, mas que as situações problemáticas ou críticas fizeram surgir essas realizações governamentais, mesmo não tendo ainda sido instituído o planejamento do desenvolvimento e muito menos ações de política econômica de longo prazo. O Governo chama a si a responsabilidade de fomentar

¹³ Sobre a relação dos órgãos criados Cf. D'Araújo (2004).

as atividades produtivas operando como se possuísse um projeto para alcançar determinados objetivos.

Consolidar o mercado interno e o desenvolvimento econômico era o que perseguia o Governo Vargas. Para isso, não bastava o processo de industrialização, mas a oferta de bem estar e o rompimento com a dependência. (DRAIBE, 2004). Essa ruptura significava ao país deixar de ser um simples produtor de matérias-primas, condição que lhe acarretava déficits constantes e cada vez maiores no balanço de pagamento, transferindo ao exterior grande parcela de renda. Vargas enfatizava que:

Todo o país agrário vendia barato sua produção para adquirir por preço alto seus bens de consumo. Como solução impunha-se redirecionar a pauta de importações e, ao invés de despender divisas na compra desses últimos, o Brasil necessitava importar máquinas para fabricar outras máquinas e amparar as indústrias de base. (VARGAS, 1944, apud FONSECA, 1995, p. 267).

O discurso sobre modernização e desenvolvimento levava a classe média e a burguesia industrial a sentirem-se mais agitadas devido ao novo dinamismo que se fazia passar e sentir no país. O pensamento nacionalista e o debate a ele inerente já eram fortes no Brasil em virtude dos escritos de Alberto Torres, desde 1920, influenciando gerações. O nacionalismo foi imposto como política de Estado por Getúlio Vargas, pois era visto como um direcionamento, uma orientação clara.

2.1.1 A visão nacionalista de Alberto Torres

Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917), nascido em Porto de Caixas, município de Itaboraí (RJ), foi militante abolicionista e republicano. Em 1885, já bacharel em Direito, fundou em Niterói o periódico “O Povo”, órgão que se posicionava contra a monarquia e o regime escravocrata.

Foi Deputado Estadual e Federal, presidente do estado do Rio de Janeiro e, em 1896, foi nomeado Ministro da Justiça e Negócios Interiores, no Governo de Prudente de Moraes. Em 1901, no Governo de Campos Salles, foi empossado Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Acreditava Torres que o Estado deveria criar a Nação brasileira, considerando a falta de desenvolvimento e dos vínculos orgânicos capazes de fazer do Brasil uma Nação estável/sólida. Na concepção de Torres (1982), cabe ao Estado, e a um Estado forte, agir “como órgão central de todas as funções sociais destinado a coordená-las e regê-las [...]” (TORRES, 1982, p. 173).

Somente um regime sólido pode atender/concretizar o que Torres (1982) pretendia com a democracia social. Todos os regimes autoritários brasileiros tiveram como objetivo declarado, a construção, a preservação ou restauração da democracia.

Torres concebia a sociedade como “uma entidade amorfa, sem vida interna, e suas energias são todas canalizadas para satisfazer necessidades de caráter individual. É dispersa e inorgânica por definição” (TORRES apud SOUSA, 2005, p. 307). Sentia-se Torres incomodado com a inorganicidade da sociedade brasileira, resultante, segundo a sua concepção, da conformação, transplantação de instituições e excesso de liberalismo, conseqüência da fragilidade do Estado. Torres (1982) defendia que os “países de origem colonial” deveriam impor a nacionalidade, criar uma consciência nacional.

O nacionalismo, assim concebido, representaria a ideia-força da organização do país e possibilitaria: o ordenamento político-administrativo capaz de barrar os interesses individuais ou de grupos particulares, promover a coesão social e harmonia entre as classes (e também entre capital e trabalho), o progresso material, zelar pelas fontes de vida e recursos naturais e colocar o país nos trilhos da evolução e do desenvolvimento. (BARIANI, 2006).

Estava na ideologia nacionalista de Torres oferecer/estabelecer novo conjunto de hábitos intelectuais, histórico, político e sociológico da sociedade brasileira. Servir às necessidades do país e não a necessidades individuais deveria ser o papel do Estado. E só um governo forte poderia tornar mais intenso o progresso interno e proteger o país.

Sobre a importância de Alberto Torres na afirmação do nacionalismo brasileiro, Fiori (1993) assevera que a publicação da sua obra *A Organização Nacional* (1914) incluiu/inseriu na agenda política a ideia de nação que se associou ao progresso econômico e à centralização estatal. Além de *A Organização Nacional* (1914), Torres ainda escreveu *O Problema Nacional Brasileiro* (1914) e *As Fontes da Vida no Brasil* (1915). Percebe-se que o nacionalismo e o conservadorismo estão

presentes nas ideias e escritos de Alberto Torres e que o seu projeto de nacionalismo é radical.

Aos poucos, o discurso torna-se mais complexo. A subordinação dos setores sindicais e operários e o apoio da burguesia industrial possibilitaram o aprofundamento da política de desenvolvimento capitalista do país. A reestruturação do âmbito nacional com a criação de um espaço econômico homogêneo integrado com o objetivo de compor o mercado interno foi impulsionada pela criação de ferrovias, portos, rodovias, instalação de grandes siderúrgicas nacionais e novos setores da indústria de base (ferro, aço), o que vem a se constituir em fator de unidade nacional. (BARIANE, 2006).

2.2 O nacionalismo do Governo Vargas entre 1951 e 1954

Com a Revolução Francesa (1789) inaugura-se a concepção/sentimento de nacionalismo, a partir da qual a ideia de poder divino é descartada e proclamada a lealdade à pátria e a pregação de que é do povo que emana o poder político. Embora associado à Revolução Francesa, onde se modificou no seu relevo e na sua amplitude, o sentimento nacional constitui um dos mais antigos sentimentos da Humanidade.

Foi na Inglaterra, em meados do século XVIII, que surgiu o capitalismo e com ele a ascensão do sentimento nacionalista. Guibernan (1997, p. 11) concebe o nacionalismo como sendo “uma ideologia estritamente relacionada com a ascensão do Estado nacional e comprometida com ideias a respeito da soberania popular e da democracia suscitadas pelas revoluções francesas e americanas.”

Hobsbawm (1990) também considerava que o nacionalismo teve início no século XVIII como fenômeno do capitalismo. Afirma o autor que o conceito de Nação não estava ligado à língua comum, território ou etnicidade, no início, próximo à Revolução Francesa, mas sim ao pertencimento. Hobsbawm (1990, p. 176) determina o apogeu do nacionalismo no período pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918) até 1950 e, ao analisar período entre guerras na Europa afirma que “o nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas durante o período antifascista, associação essa que foi reforçada subseqüentemente pela experiência da luta antiimperialista nos países coloniais.”

Uma análise comparativa dos conceitos de nacionalismo em Ernest Gellner (1993), Anthony Smith (1991) e Eric Hobsbawm (1990) esclarece a relação do nacionalismo com a ideologia e a ambivalência do conceito para esses autores, ao mesmo tempo em que facilita a compreensão da experiência brasileira.

O nacionalismo, na visão de Gellner, não é da ordem do ideológico, posto que a ideologia, em sua concepção, inverte a realidade através de seus mitos. O nacionalismo, para ele, não é senão um princípio político defensor da unidade nacional e a unidade política, por sua vez, deve corresponder à unidade nacional. Numa perspectiva cultural, Gellner vê o nacionalismo enquanto imperativo de legitimidade política através do qual as fronteiras étnicas não se devem sobrepor. Para ele, se a abordagem do nacionalismo é de caráter ideológico, em lugar da defesa da cultura popular e da diversidade cultural, tem lugar uma cultura erudita e uma sociedade homogênea e anônima de massas.

Na visão de Smith, o nacionalismo da época moderna não é mais do que uma reinterpretação ideológica da nação com raízes e traços deixados por etnias pré-modernas onde a mobilização e a hegemonia já existiam, ao contrário das nações que exige um código comum de cidadania. Para este autor, a partir dos anos 1960 houve o ressurgimento de um nacionalismo anterior à Segunda Guerra Mundial contra as nações modernas, cuja finalidade era a de instituir a dupla identidade: cultura/nacional e política/nacional numa identidade territorial/estatal.

Para Hobsbawm, ao contrário de Gellner, o nacionalismo é uma ideologia e é também o princípio que considera que a unidade política e a unidade nacional são congruentes. Hobsbawm concebe o ano de 1918 como sendo o marco da independência nacional que, em alguns casos, ocorreu sem revolução social e que nos países derrotados, provocou a revolução fazendo surgir o sentimento de nacionalismo. Para o autor, o nacionalismo tem como matriz o fascismo.

No Brasil, o nacionalismo tornou-se essencialmente político e protetor, e no segundo Governo Vargas (1951-1954) percebe-se a emergência do conceito nas lutas políticas. As práticas dos governantes, bem como os discursos, passam a ter cada vez mais o verniz da ideologia do nacionalismo e o desnudamento do significado nacionalismo em sua ideologia e prática: a união de forças internas para fortalecer/auxiliar o desenvolvimento, a industrialização a busca da autonomia política e a não subordinação em relação aos estrangeiros.

O contexto histórico em que o nacionalismo, em sentido lato, passou a ser um componente mais explícito do universo sócio-cultural e político foi, conforme Ianni (1991), o da ocorrência/surgimento do setor industrial, bem como a propagação/difusão do setor terciário, a urbanização e os progressos da divisão social do trabalho.

Guibernau (1997, p. 28) afirma que “para o nacionalismo o tirano é o ‘colonizador estrangeiro’, o ‘invasor inimigo’ (o imperialismo se nos referirmos a países do Terceiro Mundo). Para o marxismo, o tirano é o capitalista burguês.”

Assim, o nacionalismo passou a ser entendido e proclamado como o Estado como o combate à ameaça que vem de fora, e as lutas nacionais se tornaram sociais antiimperialista, mas aceitando os recursos estrangeiros sob a forma de empréstimos e financiamentos.

No segundo Governo Vargas (1951-1954) a sociedade brasileira estava bastante diferenciada daquela elaborada durante o primeiro Governo de Getúlio Vargas. Havia um sentimento/ uma ideia básica que a industrialização viria a ser um processo transformador e que mudanças decorrentes desse processo de industrialização, trariam melhores condições de vida para todos. O segundo Governo Vargas comportava arroubos e euforias de nacionalismo e levantava a bandeira de “o petróleo é nosso.” Em 1953, institui o monopólio e cria a Petrobrás. As novas forças políticas, surgidas no âmbito do Estado brasileiro após a derrota do poder oligárquico, estavam mais interessadas em defender novas soluções para os problemas da sociedade nacional. O tenentismo, a nascente burguesia industrial, os setores mais politizados do proletariado e alguns grupos da classe média, todos estavam, de alguma forma identificando a solução para seus problemas com soluções de tipo nacionalista, para os dilemas da sociedade como um todo. Note-se que os próprios movimentos artísticos, surgidos na década dos vinte, estavam fortemente impregnados de tonalidades nacionalistas: verde-amarelismo, antropofagismo, movimento pau-brasil, revalorização do folclore, revisão da história cultural do país etc. (IANNI, 1991, p. 69).

O novo Governo Vargas não concebe um documento semelhante ao do Estado Novo, mas, com base em diagnóstico da economia e da sociedade brasileira, estabelece um plano de desenvolvimento econômico e social de grande fôlego. Draibe (1985, p. 183) sistematiza a concepção varguista do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, nos seguintes termos:

- a) industrialização, inversões públicas e privadas em infraestrutura e indústria de base, atribuindo às empresas estatais relevância em importância no papel estratégico e dinâmico;
- b) modernização da produção rural através de investimentos em mecanização, créditos, estabelecendo um sistema de armazenamento e comercialização integrados;

- c) redistribuição de renda e melhoria dos transportes e alimentos (controle de preços e fluxo de abastecimento para uma transição de vida melhor das massas urbanas);
- d) dinamização do fluxo de investimentos quer públicos e/ou privados, criação de banco estatal e bancos regionais, tornando mais eficiente a arrecadação tributária.

Na abertura legislativa de 1951 foi apresentado ao Congresso o esboço dessa ideia de desenvolvimento, no qual se anunciava que os investimentos recairiam sobre infraestrutura, energia e transporte, problemas que precisavam ser atacados para atender aos setores a serem instalados: ferro e aço; indústria química pesada; indústria elétrica pesada; indústria automobilística e construção naval. Um maior investimento em Volta Redonda aumentaria a produção siderúrgica, produzindo, assim, um melhor padrão de vida na visão/concepção do Presidente Vargas, em função do consumo individual de aço e de combustíveis. (DRAIBE, 1985).

O Governo Getúlio Vargas tinha como definição e determinação que, além da infraestrutura e indústria de base, deveria o setor industrial, como um todo, ser contemplado com uma política específica que garantisse a expansão do setor de bens de consumo e de bens de produção. Tal concepção assentava-se na certeza de que com a indústria, o Brasil teria sua independência econômica. No entanto, tal não se efetivou plenamente. Com a expansão industrial, houve sim, pujança na economia, mas, por outro lado, a dependência assumiu novas formas. Os Estados Unidos substituíram a Inglaterra em um novo contexto histórico em relação à influência por ela exercida no Brasil e na América Latina, quando do início do processo de industrialização do país. A influência norte-americana não mais deixou de ser exercida no cenário econômico brasileiro. (DRAIBE, 1985).

A aplicação de capitais para o setor industrial¹⁴, manteve a economia fechada sem grande participação e relevância no mercado internacional, garantindo, assim, os interesses norte-americanos.

Segundo Brum (1999), o Brasil avançou em novo patamar de industrialização¹⁵ sem favorecimento direto do capital internacional monopolista que

¹⁴ Anteriormente eram direcionados ao comércio e ao setor de serviços públicos pelos britânicos.

¹⁵ Indústria de bens duráveis, insumos básicos, bens de capital.

se orientava para os países retardatários da evolução industrial. Low-Beer (2002, p. 75) explica esse avanço, ao afirmar que:

As elites passaram a defender com vigor o envolvimento do Estado [a partir da Revolução de 1930] na organização da sociedade e nos rumos do desenvolvimento econômico. A ideologia vigente introduziu uma (inicialmente) bem sucedida política de substituição de importações e o dinamismo da economia brasileira passou a estar associado a industrialização.

Neste ponto, é importante saber se o empresariado brasileiro teria assumido a política de substituição de importações e fomentado o dinamismo da economia brasileira, uma vez que foi alcançado com relativos resultados no período do Governo Getúlio Vargas nos setores de energia elétrica, comunicações, petróleo e siderurgia. A resposta negativa aponta que o empresariado brasileiro era fraco e ainda não reunia condições de competir nos setores de ponta (BRUM, 1999). Diante dessa lacuna, necessário era elaborar nova orientação para a instalação de grandes empresas privadas nacionais.

A elevação do desenvolvimento brasileiro a uma posição de destaque na economia capitalista mundial aconteceu no Governo de Juscelino Kubitschek, ao atrair volumosos investimentos externos para suprir a falta de recursos humanos qualificados, de uma poupança interna e de uma tecnologia própria. Nas décadas de 1950, 1960, 1970 o país foi marcado por uma forte presença estatal na elaboração de diversos planos cujo principal objetivo era o desenvolvimento econômico. (BRUM, 1999).

Getúlio Vargas alcançou os três níveis fundamentais do nacionalismo: o ideológico, o institucional e o popular.

O nível ideológico encontrado em escritos geralmente começa com uma crítica à sociedade existente, e, em seguida, oferece um plano de renovação ou realização nacional. Institucionalmente, assegura, com freqüência, a base para um movimento de massas, um partido político, uma constituição ou pode expressar-se de maneira significativa, através de organizações educacionais, propagandísticos, militares, trabalhistas, empresariais, femininas, juvenis, esportivas, profissionais ou culturais. Também, por ser institucionalizado simbolicamente em bandeiras, festividades, monumentos, canções e preces ou pode ser personificado em heróis nacionais. Do ponto de vista popular, manifesta-se através de cidadãos que têm fé implícita na supremacia do Estado, uma fé que é tacitamente conservada em tempos normais, mas proclamada com entusiasmo ou mesmo fervor, nos momentos de crise. (TORRES, 1999, p. 19).

No dizer de Low-Beer (2002) as ideologias do desenvolvimentismo dos anos 1930 e 1940 alongaram-se pelos anos 1950 com a inclusão e reforço do corpo burocrático de Estado que iria conduzir a industrialização brasileira até a década de 1980.

2.3 Construção da ideologia desenvolvimentista

Eleito com apoio de forças políticas varguista-nacionalistas e do Partido Social Democrata (PSD) coligado com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) chega à presidência da República do Brasil em 3 de outubro de 1955. O Governo Kubitschek substituiu o nacionalismo getulista pelo nacional-desenvolvimentismo. Ambos, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, buscavam o desenvolvimento por caminhos diferentes. Enquanto Getúlio Vargas, em nome do nacionalismo, aceitava o capital estrangeiro sob a modalidade de empréstimos e financiamentos, Juscelino Kubitschek atraía e estimulava os investimentos estrangeiros, abrindo as portas ao capital estrangeiro para investimentos em setores produtivos, pois acreditava ser a industrialização a solução para alcançar o desenvolvimento, acabar com as injustiças sociais e as tensões políticas. (DRAIBE, 1985) Esse modo de pensar fazia ecoar a diretriz da CEPAL, que apresentava a industrialização aos países subdesenvolvidos para fazer frente a esses problemas. Com o Governo de Juscelino Kubitschek, o Estado brasileiro se transformou em um instrumento razoavelmente eficiente do desenvolvimento do país. Três fatos explicam essa ação/posição do Governo como expressa Bresser Pereira (1994, p. 45):

Em primeiro lugar, fora ele eleito pelas mesmas forças políticas que desde 1930 estavam no poder. E essas forças, ainda que muitas vezes contraditórias, podiam ser definidas em suas linhas gerais como nacionalistas, industrialistas e intervencionistas moderadas [...]. Em segundo lugar, temos a personalidade do senhor Juscelino Kubitschek. Soube ele perceber, com raro senso de oportunidade, o momento histórico pelo qual o país passava e deu ao seu governo duas linhas mestras: a industrialização forçada, a todo vapor, e o otimismo, a confiança nas potencialidades do país e do seu povo. [...]. Um terceiro motivo que explica o papel positivo desempenhado pelo Governo no desenvolvimento econômico brasileiro entre 1951 e 1956 temos que o novo presidente soube rodear-se de uma equipe de técnicos, particularmente de economistas que vieram surgindo no Brasil, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em torno da Fundação Getúlio Vargas, da SUMOC, do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda.

Com a implantação da industrialização pesada na segunda metade da década de 1950, Juscelino Kubitschek promoveu um aumento progressivo da reestruturação produtiva (aprofundou todas as fases de implantação da indústria de base e de infraestrutura existentes) do Brasil, proporcionando as bases materiais para a industrialização. Em relação a essa questão, Mello (1985) afirma que se trata de uma industrialização retardatária e subalterna à lógica do capital internacional.

A opinião de Mello sobre esse caráter retardatário está relacionada ao tempo e ao contexto de desenvolvimento das forças produtivas em que ocorre o processo que mostraria uma defasagem. Já no entendimento de Carvalho (1995), o caráter retardatário do processo de industrialização está associado a processos históricos, políticos e econômicos, como o comportamento conservador das elites, o longo período de escravidão no Brasil, a não incorporação, de imediato, do progresso técnico da Revolução Industrial ocorrido cem anos mais tarde, e a inexistência de um Estado estruturante para promover a incorporação do progresso técnico.

Os governos anteriores à Revolução de 1930 que representavam a oligarquia agráriocomercial não viam com bons olhos a industrialização. No entanto, com os Governos Vargas, em particular o seu segundo Governo, teve-se um planejamento do desenvolvimento industrial brasileiro.

O Governo Vargas empenhou-se em instalar no país a indústria automobilística, reservando grandes recursos e investimento para a fabricação, principalmente, de caminhões pesados e tratores agrícolas. Caberia ao setor privado a fabricação de carros, jipes e caminhões leves. (DRAIBE, 1985).

Para acelerar a implantação da indústria automobilística, a Fábrica Nacional de Motores (FNM) o Governo Vargas propunha que os incentivos fossem em forma direta via Estado. Essa forma de pensar e agir do Governo Vargas deu-se em função da crença de que ao se desenvolver essa área haveria uma dinamização da economia cuja consequência seria o surgimento de outras fábricas e outros bens complementares, como peças e auto-peças.

Embora a industrialização tenha se configurado como meta e processo desde 1930, foi com o programa de metas que se transformaram as bases da acumulação capitalista e o país entrou na etapa da industrialização pesada. (DRAIBE, 1985).

A política governamental definida como conjunto de ações e objetivos norteadores dessa ação, expressa-se em discurso de intenções e esta focalizou-se na política econômica em condições de consolidar a industrialização brasileira alicerçada na instalação da indústria pesada (automobilística).

Do ponto de vista de Juscelino Kubitschek, o Estado devia transformar-se em instrumento indutor do processo de desenvolvimento, quer sinalizando os rumos da economia e direcionando os investimentos, quer investindo diretamente em setores fundamentais como infraestrutura e indústria básica. (BRUM, 1999).

O Governo Kubitschek, imbuído do propósito de consolidação da industrialização brasileira, promove um salto em estreita colaboração com a iniciativa privada, capital e tecnologia estrangeira. Em relação a essa questão, Barbosa (2006) esclarece que se combinava, dessa forma, a ideologia nacionalista com uma política econômica que não dispensava o forte apelo aos investimentos estrangeiros. A ideologia do desenvolvimentismo foi uma ideologia de transformação da sociedade brasileira que continha um projeto que postulava, segundo Bielschowsky (1996, p. 7):

- a) a industrialização como instrumento para se suplantar o subdesenvolvimento do país;
- b) o planejamento pelo Estado de tal industrialização, vez que o mercado por si só não geraria uma industrialização eficiente;
- c) a decisão, por parte deste planejamento, do grau de expansão dos setores da economia e do modo de se atingir esta expansão;
- d) a coordenação, por parte do Estado, desta expansão, granjeando e encaminhando os recursos financeiros, bem como fazendo investimentos diretos onde o setor privado não se apresenta de maneira satisfatória.

A ideologia do desenvolvimento, como a concebia Juscelino Kubitschek, perpassava prosperidade e ordem. Estava convicto, o Presidente Kubitschek, que através da industrialização o país haveria de experimentar um aumento de riqueza e prosperidade que atingiria toda a sociedade. A miséria era de tal modo relativizada, que o desenvolvimento conseguiria anulá-la. Assim, como sintetiza Cardoso (1978), o desenvolvimento econômico teria como consequência a eliminação da pobreza.

Ao negar o caráter absoluto da miséria, o Presidente Kubitschek o faz de modo impávido e absolutamente convicto, afirmando que “o desenvolvimento

econômico teria como consequência a eliminação da pobreza”. Cardoso (1978, p. 96) interpreta as palavras do Presidente Kubitschek assegurando que “já não se trata somente de melhoria das condições materiais, o que se acentua é seu caráter de generalidade”. Para alicerçar sua análise, Cardoso (1978) reproduz trechos extraídos da mensagem enviada ao Congresso Nacional, em 1956: “O objetivo do plano [de governo] é aumentar o padrão de vida do Povo [...]; “visa promover o bem estar generalizado do Povo”. Cardoso (1978, p. 97) faz a seguinte interpretação dessas palavras do Presidente Kubitschek:

Já aparece desde aqui se não propriamente uma imagem de igualdade social no futuro, no estado de desenvolvimento pelo menos a ideia, está então muito nítida de que a prosperidade atingirá todo o Povo, de que o proveito será de todos. Mesmo que permanecesse a diferenciação social, não haveria mais nem regiões pobres, nem grupos pobres. Se o desenvolvimento é riqueza, conseguindo se chegar até ele, não haverá mais pobreza.

O período relacionado à “marca” Juscelino Kubitschek significou um salto extraordinário desde os anos 1930, quando o Brasil assume o desafio de construir uma ordem burguesa e um Estado Nacional com suas implicações e particularidade. (ALMEIDA, 2006). O governante tomou posição aberta e declaradamente pró capitalista e, para cumprir o *slogan* de “cinquenta anos em cinco”, através do Programa de Metas, opta pelo caminho mais fácil: recursos externos e emissões inflacionárias¹⁶.

O volume de ingresso de empréstimo se deu em função do estímulo dado pelo Governo de Kubitschek à entrada de capital estrangeiro, configurando-se numa das principais formas utilizadas para obtenção de recursos que assim garantiam a execução do Programa de Metas.

O desenvolvimento, tal como tomou vulto no Brasil e na maior parte dos países latino-americanos, e além de um simples ideário, mas emergiu como um **guia de ação** voltado a sugerir ou justificar ações governamentais **conscientes**. Estabelece-se, portanto, a hipótese de que **sem uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimento [...]**. O salto maior ocorre quando o conjunto de ideias, como toda boa ideologia, **passa a justificar a si mesmo**, ou seja, quando há a defesa explícita de que **a principal tarefa** do Governo consiste na busca do desenvolvimento econômico, que esta é seu principal dever seu objetivo central, no limite, sua razão de ser. (FONSECA, 2004, p. 227, grifos do autor).

¹⁶ Ao contrário de Vargas, que em alguma medida acreditava que a criação de bases financeiras sólidas e austeras era uma pré-condição para o desenvolvimento industrial, Kubitschek parecia crer que a inflação era uma consequência dos desequilíbrios estruturais gerados pelo subdesenvolvimento. (PINHO NETO, 1996).

O Programa de Metas, segundo Lessa (1981), representou a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do Brasil, cuja prioridade foi construir estágios superiores da pirâmide industrial.

Juscelino Kubitschek e sua equipe de Governo estavam convictos de que a industrialização era a parte indispensável do processo de desenvolvimento econômico, e, portanto, seguia, de forma simplificada, a tendência estruturalista da CEPAL que “afirmava que a industrialização da economia subdesenvolvida só era possível com certo nível de inflação administrada.” (BRUM, 1999, p. 239).

É possível questionar até que ponto a crença em uma “inflação desenvolvimentista” levou o Governo a desconsiderar as consequências negativas da inflação. Isto porque, na visão governista, se o desenvolvimento atrai riqueza e bem estar, torna-se mais importante que uma inflação que não atinge níveis inconvenientes ou suas negativas consequências, quais sejam a decomposição dos salários, o desequilíbrio nos preços e o não atrativo à poupança privada. (BRUM, 1999). O Governo Kubitschek estava convicto de que os vultosos gastos do Governo permitiriam o crescimento, apesar do financiamento inflacionário. Deduz-se, daí, que a opção do Governo Kubitschek foi pelo crescimento e pela industrialização, mesmo acarretando danos para a estabilidade monetária. Almeida (2006, p. 291) apresenta a concepção de Juscelino Kubitschek sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, afirmando que:

Ao discursar na cerimônia de colação de grau dos engenheiros militares da Escola Técnica do Exército, Juscelino Kubitschek estava bem à vontade para afirmar que a industrialização libertaria o país. Segundo o presidente, o maior objetivo de seu governo era lutar contra o subdesenvolvimento e, para isto, era preciso elevar o padrão de vida do povo por intermédio – óbvio – da industrialização. Daí a importância de novos engenheiros militares que irão ajudar infatigavelmente, segundo compromisso assumido, na luta de todos os brasileiros contra o subdesenvolvimento, para levar o Brasil ao seu verdadeiro e glorioso destino: a emancipação econômica.

As ideias de Juscelino Kubitschek mostram que para os padrões político-ideológicos dominantes na época, o relevante era considerar o processo de industrialização, processo esse que contou com a participação crescente do capital oligopolista. É importante frisar que esse nacionalismo nunca se posicionou contrário ao capital oligopolista.

O Governo Kubitschek, através do seu Programa de Metas, priorizava áreas para investimento, já anteriormente mencionadas, entre elas a de indústria de base, que vem a ser indústria fornecedora de matéria-prima para outros setores

industriais. Para pôr em prática tais medidas, o Presidente Kubitschek passa a atrair o capital estrangeiro. (FONSECA, 2004). Ele utiliza um discurso marcado por forte apelo nacionalista e desenvolvimentista para afirmar que haveria um futuro de grande desenvolvimento e que o Brasil já estava maduro para receber e não temer o capital externo:

Considerem ou não imprudente a minha atitude – não recuarei um passo quando se tratar da defesa do Brasil, do meu desejo de se transformar num povo forte realmente dono dos seus passos. Nenhuma teoria é mais forte do que a convicção íntima que tenho – e que tendes vós – de que nossa segurança está em crescer, em expandir-nos, em elevar o nível de vida de nossos patrícios [...]. Nenhuma prudência me fará praticar a imprudência de desamparar a nossa indústria, de consentir que ela caia em mãos forasteiras, pelos efeitos da falta de financiamento justo e racional, ou que seja destruída pela anemia, pela falta de crédito [...]. Não vamos voltar para as tabas, não vamos retornar ao tempo em que consumíamos tudo de fora. Temos mercado interno, matéria-prima e condições favoráveis. Temos elementos humanos, cabeças e braços, para nos industrializarmos em condições de produtividade. (OLIVEIRA, 1960, apud CAMPOS, 2002, p. 35).

O Presidente Kubitschek acreditava que a vinda do capital ocorreria em função do esforço do Governo em atraí-lo, mas fazia “vista grossa” para o fato de que esse capital só estava sendo aplicado no Brasil porque os credores tinham a certeza do lucro de seus investimentos. (CARDOSO, 1978). A postura do Presidente Kubitschek torna mínima a questão do lucro a ser obtido pelo capital estrangeiro e exalta o esforço do Governo em atraí-los. Para acalmar o grupo do nacional econômico, reafirmar a defesa dos interesses nacionais e mostrar que seu Governo não era entreguista, o Presidente Kubitschek faz a seguinte defesa (1959 apud CAMPOS, 2002, p. 78):

Não é apenas obra do Governo muito do que foi dito, mas também da iniciativa privada nacional ou estrangeira que, recebida de braços abertos, veio colaborar conosco [...]. Considero em conjunto essas cifras testemunho da crescente confiança que nosso país inspira no mundo, confiança no futuro da nação brasileira, confiança no seu Governo democrático, confiança no temperamento ordeiro e laborioso de seu povo.

Nesse discurso o Presidente Kubitschek ressalta a eloquência e a exaltação na evolução das metas do seu Governo e não faz referência à forma de ingresso desses recursos estrangeiros e menos ainda de suas conseqüências. Cardoso (1978, p. 178) afirma que na visão do Presidente Kubitschek o que importava era “o capital, seja nacional, seja estrangeiro. Importa que se apresente em quantidade suficiente para ensejar a prosperidade.”

O Presidente Kubitschek percebe e deixa claro em seu discurso, que os países subdesenvolvidos, apesar de seus esforços, não conseguirão, sozinhos, vencer os obstáculos da pobreza, sem a colaboração e os recursos de países desenvolvidos.

Seria excessivamente longo citar aqui os numerosos empreendimentos de grande relevo, benefícios para nós da colaboração técnica e dos investimentos financeiros de povos amigos. O nacionalismo sadio, o que pugna pela independência econômica do Brasil, o que deseja a elevação do nível de vida dos operários e das classes menos favorecidas, só pode exultar com o interesse que despertamos nos meios industriais dos grandes países. (OLIVEIRA, 1958, apud CAMPOS, 2002, p. 109).

As críticas continuam por parte de grupos de um nacionalismo mais exigente, mais independente e o Presidente Kubitschek se posiciona em defesa do desenvolvimento do país e do capital estrangeiro que, a seu ver, era fundamental para o desenvolvimento/crescimento do Brasil.

Não há capital colonizador a não ser nas colônias. Num país como o Brasil o que é colonizador é a ausência de investimentos, ausência de empregos de capitais. Não somos mais nação colonizável. Acreditar na possibilidade de sermos escravizados por influência do dinheiro estrangeiro é o mesmo que concluir pela nossa fragilidade, pela nossa anemia completa e irremediável, é ofensa à nossa personalidade nacional e ao nosso caráter de povo formado. (OLIVEIRA, 1958b, apud CAMPOS, 2002, p. 110).

Não há, na acepção do Presidente Kubitschek, nos países subdesenvolvidos, posição radical à participação do capital estrangeiro no financiamento do desenvolvimento/crescimento do país. Esta postura/acepção do Presidente Kubitschek deu-se em função da realimentação das discussões de cunho nacionalista que retornam com mais intensidade em função da crise entre o Governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI). (CARDOSO, 1978). O Presidente Kubitschek reforça, em seus discursos, sua postura/condução política de nacionalista para rebater e “provar” que seu Governo não era “entreguista”. Defende suas ações por julgá-las necessárias para o alcance dos objetivos desenvolvimentistas e reafirma, sempre, que a sua política econômica é nacionalista.

2.3.1 Nacional desenvolvimentismo como política

Vencer os obstáculos que se interpunham ao desenvolvimento do país foi a meta do Governo Kubitschek. O nacional desenvolvimentismo foi a designação dada a essa postura de atuação que visava alavancar o país e dar condições de melhoria de vida. A expressão “modelo econômico” foi largamente utilizada na academia como sinônimo do nacional desenvolvimentismo. Loureiro (2004) aponta que seu principal traço se constituiu numa experiência que, a um só tempo, procurava construir um desenvolvimento de base nacional e autônomo. Para alcançá-lo “grandes orientações teóricas foram traçadas e elas tornaram-se evidentes para largas camadas da sociedade, algumas delas servindo de bandeiras para lutas populares, como a defesa da reforma agrária e outros. (LOUREIRO, 2004, p. 26).

O Governo de Getúlio Vargas e o Governo de Juscelino Kubitschek tinham como meta a industrialização do país. O primeiro buscava o desenvolvimento e pautava-se na ideologia nacionalista, também chamada de “capitalismo nacional autônomo”, com industrialização baseada em capital privado nacional e estatal, enquanto o segundo seguia a doutrina do nacional desenvolvimentismo, apoiado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB). (CARDOSO, 1978).

Para a doutrina do nacional desenvolvimentismo os entraves ao desenvolvimento tinham causas financeira, comercial e tecnológica. Somente com o fortalecimento da indústria nacional seria possível romper com a submissão e a dependente dominação estrangeira. A estruturação do nacional desenvolvimentismo assentava-se na presença/atuação das empresas estatais e no setor produtivo da economia. As políticas monetária, fiscal, cambial e o controle dos fluxos de capital estrangeiro objetivaram, obviamente, a industrialização do país. (CARDOSO, 1978).

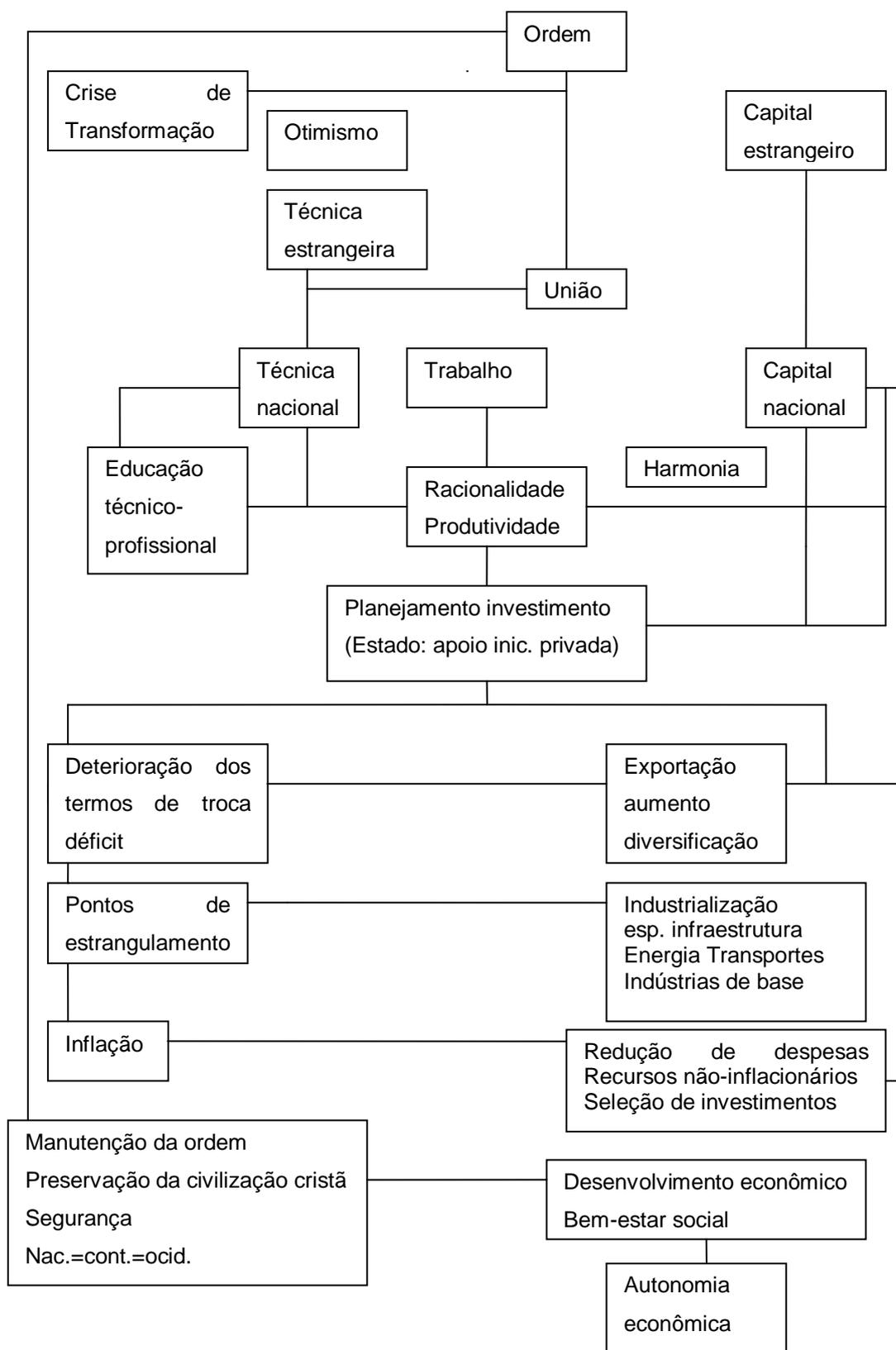
Em relação à questão da ideologia desenvolvimentista, é importante ressaltar os trabalhos de Octávio Ianni “Estado e Planejamento Econômico no Brasil” e Miriam Limoeiro Cardoso, “Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK – JQ”. Ianni (1991) faz um paralelo das versões de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek sobre industrialização, mostrando que, para Juscelino Kubitschek, industrialização e dependência econômica nacional seriam duas entidades distintas, portanto, não sendo incompatíveis, não geram tensões e podem ser conjugadas.

Cardoso (1978) argumenta, para tratar da ideologia do desenvolvimento, que o Governo Kubitschek concebia como necessário mudar e garantir a ordem e inserir a Nação em desenvolvimento na ordem global resguardando, no entanto, o direito de decidir. A ideologia do desenvolvimento repousa sobre a base formada por Nação e soberania. Conclui Cardoso (1978, p. 259) que:

O nacionalismo é resultado da convergência de três grandes vias e assim, compreende três qualificações. O nacionalismo patriótico [...], um nacionalismo internacionalista [...] e um nacionalismo anticomunista [...]. Assim, fica especificada, no plano ideológico do nacionalismo, a perspectiva política geral: mudar, desenvolver o país – nacionalismo patriótico; dentro da ordem, interando a nação ao sistema a que pertence – nacionalismo internacionalista; para garantir a ordem, impedindo o surgimento e a infiltração de idéias subversivas – nacionalismo anticomunista.

Juscelino Kubitschek buscava acelerar o desenvolvimento econômico como forma de transformar estruturalmente o país e, para isso, fez-se necessário uma enérgica política de industrialização que foi, sem dúvida, a transformação estrutural mais importante experimentada pela economia brasileira, depois dos anos 1950.

O Esquema 1 demonstra a estrutura da ideologia desenvolvimentista no pensamento juscelinista, elaborado por Miriam Limoeiro Cardoso.



Esquema 1 - JK – Ideologia do desenvolvimento
 Fonte: Cardoso (1978)

Ao formular o Esquema que demonstra os elementos formadores da ideologia do desenvolvimento, Cardoso (1978) traça as relações entre esses elementos ideológicos e aponta o desenvolvimento econômico e o bem estar social, como elementos fortes/chaves, isto é, como o objetivo básico a que se propunha o desenvolvimentismo idealizado/proposto pelo Presidente Kubitschek.

Em sua percepção de desenvolvimento, o Presidente Kubitschek não vê esses elementos como finalidade última, embora convergissem para a armação ou estrutura ideológica do desenvolvimentismo para alcançá-los. Em paralelo, ao fundamentar o desenvolvimento está a ordem que proporciona a segurança do sistema. E para sua garantia e manutenção foi colocado, sob seu serviço, o desenvolvimento do campo econômico como forma de garantir que o país não sofreria ameaças na questão da ordem em função do atraso/pobreza em que vivia.

Cardoso (1978, p. 263) aponta que o entendimento do Presidente Kubitschek sobre esse valor que deriva dos princípios democráticos e cristãos:

Entendo a ordem como conjunto de leis, das instituições e do regime, qualificadores da nacionalidade, ela aparece como o fundamento do estilo de vida ocidental e, assim, se identifica com a Democracia. Com os valores cristãos forma o par perfeito e evoca imediatamente a imagem do Ocidente. A ordem, esta ordem, não é apenas uma finalidade importante, é a mais importante. Ela está presente, como primeiro requisito, em todo processo do desenvolvimento. A desordem é inimiga de qualquer construção é desagregadora de esforços. Se é necessário mudar, torna-se ainda mais necessário que esta mudança transcorra dentro da ordem, ou não se terá como resultado a preservação do regime, mas uma outra legalidade, estranha aos princípios que os ocidentais mais prezam que são os princípios democráticos e cristãos.

A busca e manutenção do desenvolvimento não podem se exaurir nas exigências econômicas e sociais diretas, mas devem manter a ordem e buscar a segurança que vem a ser mais profunda, ou seja, a preservação do que “deriva da concepção ideológica de segurança, que a define através da eliminação de tudo aquilo que se opõe ao regime estabelecido.” (CARDOSO, 1978, p. 263). E o reforço ao regime estabelecido está no desenvolvimento econômico que promoverá um conjunto de bens econômicos e bem estar que afastará/combaterá ideias contrárias, como o comunismo, que possam solapar as instituições democráticas. Para a ideologia do desenvolvimento, este não produz igualdade social, mas atenua as carências e as privações. De acordo com a Ordem, requisito primeiro, e a preservação da Democracia, objetivo último, é necessária a relação equilibrada entre capital e trabalho. (CARDOSO, 1978).

Sendo capital, trabalho e técnica os fatores que, conjugados, permitem fazer surgir o processo de desenvolvimento, conseqüentemente nenhum cidadão brasileiro pode se esquivar/deixar de participar/colaborar, independentemente de sua qualificação, para aumentar o rendimento do trabalho realizado. Se somos possuidores de pouco capital e técnica para alavancarmos o desenvolvimento, torna-se, então, indispensável a cooperação estrangeira. (CARDOSO, 1978).

Se tivermos pressa em acelerar o desenvolvimento e, face à escassez de recursos, o planejamento governamental daria o rumo/o mote, definiria prioridades e tornar-se-ia o Estado o esteio da iniciativa privada para racionalizar as suas atividades.

A inflação, os pontos de estrangulamentos e o déficit do balanço de pagamento que se constituem os principais problemas, serão trabalhados por meio de planejamento, exceção feita às relações de intercâmbio que serão superados, considerando que são resultados próprios de um corpo social em crescimento.

Assim procedendo vislumbra-se o objetivo básico a ser alcançado, que é o desenvolvimento econômico e o bem estar social, segundo a ideologia do desenvolvimento no pensamento juscelinista.

O nacional desenvolvimentismo foi gestado, tendo como espaço de formação o Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos (IBESP), posteriormente substituído pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), concebido como centro de irradiação da cultura e de onde emergiriam a elite capaz de apontar o rumo e acelerar o desenvolvimento. O Estado assumiu o papel de agente da democratização. O desenvolvimento, entendido como ideologia identificada com o projeto que firma o desenvolvimento econômico como a principal tarefa do Governo, tinha como objetivo maior a industrialização do país como forma de superar o atraso e a pobreza. (CARDOSO, 1978).

Com a implantação do capitalismo industrial passa o Brasil, “pós-30-pré-desenvolvimentista e na fase de transição” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 133) a ter uma nova realidade marcada pelas mudanças/transformações políticas, econômicas e sociais. Essa nova realidade, início dos anos 1950, incluía acompanhar esse período de mudanças, com forte debate de idéias que melhor impulsionassem o entendimento dos problemas em curso e trouxessem soluções para o desenvolvimento do país.

O segundo Governo de Getúlio Vargas (1951-1954), buscando concretizar a Política Nacional de Desenvolvimento Econômico, cria órgãos como a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA), Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Transportes, cujo objetivo era o de propor mudanças/melhorias nas ações governamentais e políticas que acelerassem um desenvolvimento de cunho nacionalista, autônomo e de controle nacional. (CARDOSO, 1978).

O Estado vivia um singular projeto de estruturação da máquina estatal sob a influência dos ideais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que preconizava mudanças na estrutura dominante a fim de diminuir/eliminar a dependência externa via industrialização.

O desenvolvimento capitalista se faz assim por meio da produção econômica e da produção ideológica. Nesta, o principal papel cabe ao poder do Estado, voltado, primordialmente para o crescimento e o fortalecimento da economia. A estrutura ideológica capitalista é montada sob a dominância do seu campo ideológico político, a partir dos aparelhos de Estado, e neste campo a dominância cabe a ideologia econômica, com a formulação de políticas destinadas a permitir e a garantir a expansão econômica, com qual a forma do Estado é condizente (CARDOSO, 1978, p. 88).

Apesar de o Estado esboçar uma dimensão modernizante, nos anos de 1950, apresentava complexas contradições ideológicas (desenvolvimentismo, populismo e nacionalismo). Essas ideologias de Estado agiam e foram usadas para “desviar”, “neutralizar”, “distrair” as tensões latentes da percepção popular e, ao mesmo tempo, direcionar e direcionar o discurso oficial em torno do desenvolvimento. (CARDOSO, 1978).

O espaço de gestação do nacional desenvolvimentismo foi o IBESP, substituído, posteriormente pelo ISEB¹⁷ formado por um grupo de intelectuais de várias especialidades, nos anos de 1950, que estudavam/discutiam/pensavam o processo de industrialização do Brasil. Os intelectuais que se reuniam no Parque Itatiaia com o objetivo de discutir os problemas nacionais, dando origem ao ISEB, buscavam elaborar um projeto de desenvolvimento para o Brasil, “uma nova forma

¹⁷ A composição do grupo era formada por: Roland Corbisier, Almeida Salles, Paulo de Souza Queiroz, José Luís de Almeida Nogueira, Miguel Reale e Luigi Bagolini (todos de São Paulo), Hélio Jaguaribe, Rômulo de Almeida, Cândido Mendes de Almeida Guerreiro Ramos, Oscar Lourenço Fernandes, Ignácio Rangel, José Ribeiro de Lira, Israel Klabin, Sid Carvalho, Fábio Breves, Moacyr Félix, Jorge Serpa Filho, Ewaldo Correia Lima, Ottolmy Strauch e Heitor Lima Rocha (todos do Rio de Janeiro).

de Estado funcional, dinâmico, ou seja, planejador e promotor do desenvolvimento.” (TOLEDO, 1997, p. 153).

O Decreto nº 37608 de 14 de julho de 1955 criou o ISEB, em pleno Governo do Presidente Café Filho, subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, “concebido como centro de ‘irradiação da cultura’ e lugar onde formariam elites que iriam ‘colaborar na batalha do desenvolvimento.’ ” (TOLEDO, 1999, p. 157).

O ISEB fora concebido e comprometido com a ideologia do Governo de Juscelino Kubitschek. Sua gênese veio impregnada da ideologia juscelinista que se concentrava no desenvolvimento. O Presidente Kubitschek acreditava que a prosperidade viria e que se superaria o atraso com a mudança do estágio agropecuário para o da industrialização. (TOLEDO, 1999). Essa concepção/ideologia/ crença desenvolvimentista do Governo Juscelino Kubitschek e sustentado pelo ISEB que se transformou no principal centro de pensamento desenvolvimentista brasileiro e de sustentação ideológica, leva o Governo do Presidente Kubitschek a relativizar a miséria, pois via no desenvolvimento do país o único meio de realizar mudanças sociais e econômicas. Juscelino Kubitschek estava imbuído da crença ideológica de que a industrialização era um dever do Estado e que sua concretização daria impulso as exportações e alavancaria o crescimento do país.

Nasceu [o ISEB] de uma imposição decorrente das contradições entre o imperialismo e a burguesia nacional [...]. Espremida entre a extorsão imperialista e as reivindicações proletárias proporcionadas como efeito da industrialização do país, a burguesia, caracterizada pelo capital burocrático dos grandes bancos e da plutocrassia cafeeira, voltadas para os parques industriais em formação no país, sentia necessidade de uma ideologia que exprimisse suas próprias inspirações. Nem o imperialismo, nem a socialização, eis os trilhos dentro dos quais pretenderia correr livremente a burguesia brasileira [...]. A data escolhida para a assinatura do decreto (criação do ISEB) – 14 de julho – é um sintoma expressivo do pensamento que ditou a criação do ISEB, pois também na Revolução Francesa nada se pretendia dar ao proletariado, que deveria ser apenas veículo. (TOLEDO, 1999, p. 162).

Para propagandear e ufanar o desenvolvimentismo interessava ao Governo de Juscelino Kubitschek a utilização do ISEB “como instrumento ideológico”. O controle ideológico exercido pelo Governo sobre o ISEB não foi nem rígido nem absoluto, em decorrência da discordância quanto ao entendimento que se passa a ter do desenvolvimento nacional. A empreitada do ISEB foi a de sugerir a forma pela qual se poderia alcançar o desenvolvimento.

Conforme Toledo (1999) não existiu, a rigor, uma única ideologia entre os intelectuais do ISEB. Seus pensadores buscavam construir/elaborar uma ideologia genuinamente nacional. Entretanto, não possuíam posições homogêneas sobre o desenvolvimento, embora tivessem um projeto político comum, que era a construção/formulação da ideologia do desenvolvimento.

Toledo (1999) aponta em seu livro “ISEB: fábrica de ideologias”, as incongruências na fabricação dessa ideologia. Foram várias as compreensões ideológicas, como se observa no Quadro 1.

Teoria das construções sociais (*) autor	Existência de classes sociais no subdesenvolvimento	Contradição principal	Protagonistas da contradição principal	Ação do imperialismo e/ou capital estrangeiro
Álvaro Vilela Pinto	Sim	Nação X Antinação	Proletariado; burguesia industrial (autóctone); X Imperialismo, burguesia industrial (setor alienado)	Imperialismo: determinação de ordem interna – associado à burguesia industrial (s. alienado)
Candido Mendes	“Classes em projeto”	Centros Metropolitanos X “Proletariados históricos”	Empresariado industrial; prestação salarial qualificada; prestação salarial; X Latifúndio de expansão; intermediação de mercado; “clientela”	Capital estrangeiro espoliador (desde que não haja controle e disciplina por parte do Estado)
Guerreiro Ramos	“Classes em projeto”	Nação X Antinação	Burguesia nacional; massa proletária; X Setores vinculados à	Capital estrangeiro espoliador (s/ controle e disciplina p/ Estado) (cont.)

			estrutura colonial	
Teoria das construções sociais (*) autor	Existência de classes sociais no subdesenvolvimento	Contradição principal	Protagonistas da contradição principal	Ação do imperialismo e/ou capital estrangeiro
Hélio Jaguaribe	Sim	Setores produtivos X Setores decadentes	Burguesia industrial; classe média produtiva; classe proletária; X Burguesia latifundiária-mercantilista; classe média (cartorial)	Imperialismo (ausente na análise) – Capital estrangeiro benéfico e a ser disciplinado
Nelson Werneck Sodré	Sim	Nação X Antinação	Burguesia nacional; pequena burguesia; proletariado; X imperialismo; grande burguesia; proprietários de terras	Imperialismo ora como <i>força externa</i> , ora associado à economia interna
Roland Corbier	Sim	Nação X Antinação	Indústrias autóctones; proletariado industrial; lavoura base tecnológica; X Imperialismo; classes camponesas; médias parasitas; burguesia latifundiária-mercantil	Imperialismo associado a setores nacionais com interesses voltados para o exterior

(*) Empregam-se aqui, quase sempre, os conceitos utilizados pelos autores.

Quadro 1 - Compreensões ideológicas

Fonte: Toledo, 1999.

O nacional desenvolvimentismo foi uma elaboração ideológica que atravessava/transpassava “a realidade social por meio de diferentes maneiras: nos discursos presidenciais, nas publicidades governamentais, nos projetos institucionais e em produções intelectuais.” (SOUZA, 2009, p. 3). E, é claro, está no ISEB a menção/alusão dessa produção ideológica. Os pensadores do ISEB, impregnados de uma vontade de contribuir para a mudança/crescimento da sociedade brasileira, desejavam, segundo Toledo (1999, p. 123), “urgentemente, agir, porém procuram fazê-lo por meio do único instrumento que lhes está à disposição: a elaboração teórica, ou melhor, o pensamento ideológico.”

Intelectuais que se reuniam no Parque Itatiaia com o objetivo de discutir os problemas nacionais deram origem ao ISEB, que buscava elaborar um projeto de desenvolvimento para o Brasil, “uma nova forma de Estado funcional, dinâmico, ou seja, planejador e promotor do desenvolvimento.” (TOLEDO, 1999, p. 153).

Os cinco anos do Governo de Juscelino Kubitschek foram marcados pela política nacionalista e a internalização da economia brasileira.

[...] O seu compromisso nacionalista era apenas e exclusivamente ideológico e tático. Era muito mais uma concessão às forças políticas com as quais Kubitschek teve de jogar (PTB, PCB e PSD) devido às contingências do processo político. Além do mais, o nacionalismo dessas forças políticas era principalmente ideológico, pois que não correspondia a uma visão mais clara das possibilidades reais da economia brasileira. Também para essas forças o nacionalismo era muito mais uma retórica política; não se fundava numa interpretação objetiva da realidade nacional. (IANNI, 1991, p. 191).

Duas grandes tendências compunham o movimento nacionalista: o nacional desenvolvimentismo, que defendia a industrialização do tipo capitalista, alicerçado principalmente no capital externo, apoiado pelo Presidente Juscelino Kubitschek e os intelectuais do ISEB, e o nacional econômico, que defendia a industrialização do país sobre bases nacionais, apoiado pela esquerda. (IANNI, 1991).

Ressalte-se que a ideologia do Presidente Juscelino Kubitschek referente à industrialização e aos resultados benéficos que ela traria ao país, obteve um relativo sucesso na economia brasileira. São Paulo foi o mais beneficiado com a industrialização, enquanto o restante do país e a população do interior muito pouco se beneficiaram deste desenvolvimento.

A ditadura militar que depôs o Presidente João Goulart e se instalou em 31 de março de 1964, volta-se contra o ISEB e o identifica como subversivo, decretando sua extinção em 13 de abril de 1964.

2.3.2 Programa de metas sinônimo de desenvolvimento

O Governo do Presidente Kubitschek (1956-1960) propôs-se a desenvolver um projeto de crescimento que já estava esboçado antes da sua posse e que foi marcado por um crescimento econômico e industrial. Fiel ao seu slogan de “cinquenta anos em cinco”, o Presidente Juscelino Kubitschek, através do Decreto nº 38744, de 1º de fevereiro de 1956, institui o Conselho de Desenvolvimento Econômico¹⁸, elaborado sob a coordenação de Lucas Lopes, secretário-geral, que definiu um conjunto de trinta objetivos¹⁹, e que planejou, executou e acompanhou o Programa de Metas, com o objetivo de tirar o país do atraso, modernizá-lo e proporcionar “à população um futuro melhor.” Ianni (1991, p.162) sem os objetivos mais gerais do Programa de Metas. Durante a Segunda Guerra Mundial o Brasil começa a ter os primeiros traços gerais/esboço do planejamento econômico. O Programa de Metas recebeu cooperação da Comissão Mista para o Desenvolvimento Brasil - Estados Unidos (CMBEU), estudos estes que tiveram início em 1949 e chegam até 1953, bem como da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). (IANNI, 1991) Constituiu-se no último programa governamental para o processo substitutivo de importações. Na ótica de Lessa (1998), o Programa de Metas é a parte essencial de um conjunto de objetivos setoriais que teria por fim a industrialização do país.

¹⁸ O Conselho de Desenvolvimento Econômico era composto por todos os ministros de Estado, pelos chefes dos gabinetes Civil e Militar e pelos Presidentes do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico exercendo, este último, o cargo de Secretário Geral do Conselho.

¹⁹ Para conhecimento do conjunto de trinta objetivos Cf. Gomes (1991, p.56).

A ideia da industrialização²⁰ do país volta a crescer de maneira mais forte, tendo o Estado papel ativo nesse processo, “planejando e comandando todas as decisões fundamentais para efetivar tal tarefa.” (HAFFNER, 2002, p. 38). Daí passou-se a concentrar esforços para atingir este objetivo que, de acordo com o que apregoava a CEPAL, incluía: acelerar as ações que já estavam em curso e criar nova capacidade de produção quer nos setores ainda não suficientemente desenvolvidos, bem como nas áreas a serem criadas. (HAFFNER, 2002).

No que diz respeito a todo esse trabalho, Ianni (1991, p. 168) destaca:

Essa expansão acelerada da economia brasileira, em sentido horizontal e vertical, estava relacionada, em boa parte, às condições econômico-financeiras e político-administrativas que vinham se desenvolvendo desde alguns anos antes. A ação do poder público, nas décadas anteriores, teria criado algumas condições ideológicas, políticas e institucionais para a expansão verificada nos anos 1956-1960. E esta expansão, conforme revelam os dados, foi também do tipo integrativo, pois que se realizou segundo exigências de complementariedade e interdependência própria do sistema econômico existente. Em outras palavras, não houve somente ‘substituição de importações’, mas diferenciação interna do sistema econômico.

Pode-se afirmar, a partir da análise de Ianni, que houve uma substituição qualitativa nos vínculos entre o Estado e a economia capitalista no Brasil. É na era Kubitschek que são definitivamente incorporados os ideais desenvolvimentistas, pois as elites e o governo tinham ampla consciência das mudanças que haviam ocorrido dentro do país ao longo dos últimos anos. (BIELSCHOWSKY, 1996).

O Programa de Metas estava posto. O Presidente Juscelino Kubitschek, visando à operacionalização do Programa de Metas sem falhas ou demora no Legislativo, toma a medida de criar uma estrutura de administração paralela,

²⁰ Idealizada pela ONU e tendo sua política econômica traçada pelo economista argentino Raul Prebisch, a CEPAL que teve em seu núcleo central a contribuição de vários intelectuais brasileiros, é objeto da análise de João Manoel Cardoso de Mello. Considerando a formação do capitalismo latinoamericano e o contexto brasileiro, Mello estuda o desenvolvimento e aprofunda a ideia do centro que irradia tecnologia para a periferia e esta sendo drenada em seus recursos naturais, resultando, daí, uma situação de dependência tecnológica e política e, por extensão, econômica. Mas seu estudo sobre a ideologia cepalina traz a crítica à periodização-base: economia colonial → economia nacional; crescimento para fora → industrialização por substituição de importações; industrialização extensiva → industrialização intensiva. O autor acredita na existência de duas formas estruturais de formação econômica: a baseada na mão de obra escrava e a baseada no trabalho assalariado. A partir dessa concepção, ele passa a discutir o conceito de capital, com forte fundamento sociológico. Sua análise da formação do capitalismo latinoamericano vai além da visão centro-periferia, com a introdução do componente histórico que leva à percepção de um capitalismo específico, ou seja, a aceitação de duas economias primário-exportadoras. Conceitualmente o capital é o mesmo, avançando até o modo de produção formatado pela Revolução Industrial. Mello detém-se prioritariamente na incapacidade que a economia *voltada para fora* tem de, ao agregar valor no plano interno, criar por si só um mercado interno formando, desse modo, uma base industrial moderna.

eficiente e vinculada diretamente à Presidência que, no dizer de Benevides (1979), foram garantia de:

- a) uniformidade dos incentivos especiais oferecidos ao setor privado através da criação de Grupos de Trabalho e Grupos Executivos, subordinados ao Conselho de Desenvolvimento Econômico;
- b) simplificação e especialização dos instrumentos de controle da área externa de incerteza através da criação de órgãos especiais. Estes, intercoordenados por ligações formais e informais, controlavam as zonas de incerteza, decorrentes dos pontos de estrangulamento internos e externos. Essas zonas de incerteza eram: incerteza financeira quanto à realização de metas de infraestrutura, controlada pelo BNDE, lançando mão de seus próprios recursos ou de fundos federais; incerteza quanto ao financiamento e tecnologia estrangeiros para a realização das metas de substituição de importações, controlada pelos Grupos Executivos especiais, CACEX, CPA, SUMOC e pelo Banco do Brasil.

O Programa de Desenvolvimento englobava cinco áreas distintas, sendo que energia, transporte e indústria de base receberiam maior volume de investimento, em detrimento dos setores de alimentação e educação, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 - Investimento requerido pelo Programa de Metas por setores (em %), de 1957 a 1961

Setor	% do investimento
Energia	43,4
Transportes	29,6
Alimentação	3,2
Indústrias de base	20,4
Educação	3,4
Total	100

Fonte: Lessa (1981, p. 35)

Foi considerável o crescimento econômico ocorrido no país de 1956 a 1961, principalmente em relação ao desenvolvimento industrial produzido pelo

Programa de Metas. Pela Tabela 2 têm-se os resultados da política econômica do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek.

Tabela 2 - Brasil: taxas de variação (%) em relação ao ano anterior

Ano	Produto Interno Bruto	Produto Industrial
1956	2,9	5,5
1957	7,7	5,4
1958	10,8	16,8
1959	9,8	12,9
1960	9,4	10,6
1961	8,6	11,1

Fonte: Bresser Pereira (1994, p. 79)

A prioridade do Programa de Metas foi o desenvolvimento de níveis superiores da estrutura industrial para permitir uma maior integração vertical, suprimindo pontos de estrangulamento que inclui, para tanto, o desenvolvimento da infraestrutura.

O Plano de Metas surgiu da racionalização da política econômica governamental, devido ao acúmulo de experiências em torno do debate sobre esta área realizado por pesquisadores e economistas, e pelo trabalho desenvolvido pela CEPAL em torno da questão do planejamento econômico. Além disso, houve uma constatação por parte dos empresários de que a participação do Estado na economia se tornava uma garantia e não um risco para os seus investimentos. Isto significava, então, uma 'despolitização' da técnica do planejamento, trabalho realizado por técnicos, economistas do governo e pela própria CEPAL, a fim de que fosse possível conscientizar tanto a opinião pública como os investidores e o governo dos EUA, sobre a participação do Estado nas decisões econômicas capaz de trazer mais benefícios que prejuízos para o país. Sobretudo, é importante ressaltar que a figura presidencial foi determinante para atingir estes objetivos canalizando e estimulando as forças econômicas. (HAFFNER, 2002, p. 45).

A economia brasileira experimentou um período recessivo (1961-1967) com o esgotamento do modelo de crescimento proposto pelo Programa de Metas em consequência do aumento do endividamento interno e externo da economia brasileira, aprofundado durante o regime militar com a "política do milagre" e fundamentado na constatação de que o capitalismo dependente poderia encontrar mercado para seus produtos. (HAFFNER, 2002). Tendo uma orientação

modernizadora no plano econômico, ocorreu a expansão das fronteiras agrícolas, principalmente nos estados amazônicos.

É uma construção histórica a relação de reconhecimento de fronteira no Brasil e, conseqüentemente, tem passado por transformações ao longo dos anos. Esse fenômeno encontra-se, independentemente da relação com outras causas, associado à política de desenvolvimento econômico, interesses geopolíticos e pressão populacional. Tem-se, assim, nos anos de 1930 a 1940 a ideia de fronteira no país que enfatizava a questão da unificação nacional. Já numa interrelação de circunstância que acompanhou a internacionalização da economia brasileira nos anos 1950, foi adotado um “tom de modernização” em torno da fronteira com vistas a integrar a Amazônia brasileira às demais regiões do país, num momento em que se buscou aumentar a produção para instigar/estimular a indústria e as exportações. (HAFFNER, 2002).

Para os planejadores tecnocratas a Amazônia representava uma “imensa área vazia” passível de invasão por estrangeiros e grupos revolucionários nacionais contrários à “ordem política central”.

As intervenções estatais na região estimuladas, principalmente, pelo Governo Militar de 1964, promoveram uma rápida e “extensa ocupação”.

Os conflitos advindos da desordenada ocupação demográfica e econômica provocaram impactos ambientais com a poluição e assoreamento de rios e a devastação de muitos milhares de quilômetros quadrados de floresta.

2.4 O Estado e a ocupação da região amazônica

Antes da chegada da atividade industrial como força propulsora do desenvolvimento da região (a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, em 27 de outubro de 1966 e da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, em 28 de fevereiro de 1967), a Amazônia foi, durante muitos decênios, vista como “economia extrativista”, com baixo padrão tecnológico visto que toda atividade econômica centrava-se no setor primário, na pesca e no extrativismo vegetal que davam suporte a alguns empreendimentos industriais voltados para o beneficiamento das matérias-primas obtidas, em

destaque a borracha, a castanha do Pará, a juta, as madeiras de lei e as essências vegetais. “O extrativismo, em geral, marcou profundamente a história social e econômica da Amazônia, mas somente para o extrativismo da borracha é possível determinar o auge e o atraso.” (BRITO, 2001, p. 118).

Na segunda metade do século XIX, no Brasil, tem-se a mudança da direção populacional com a expansão da fronteira do café do Vale do Paraíba para o oeste paulista e a transferência de trabalhadores nordestinos para a Amazônia no início do ciclo da borracha. O extrativismo gomífero tornou consistente a presença da Amazônia no mercado mundial capitalista, sendo, no entanto, jogada na “estagnação” econômica pela crescente produção de látex das “plantations” da Malásia, interrompida, por alguns anos, após a eclosão da Segunda Guerra Mundial. (WEINSTEIN, 1993).

A “prosperidade” promovida pela borracha não teve a consistência e nem a diversidade da produção cafeeira na economia de São Paulo, tornando-o um centro industrial importante. Weinstein (1993, p. 16) afirma que:

A prosperidade promovida pelo negócio da borracha, ao contrário, mostrou-se efêmera e superficial. Os teatros de ópera mundialmente famosos, as mansões suntuosas e as extravagâncias de legendários nababos criaram para a região uma deslumbrante fachada, por detrás da qual, porém, havia um sistema de produção e uma rede de trocas que pouco diferia das estruturas sócio-econômicas características do período colonial.

O Governo do Presidente Hermes da Fonseca, através do Decreto nº 2453 – A, de 5 de janeiro de 1912, regulamentado pelo Decreto nº 9521, cria o Plano de Defesa da Borracha que visava, segundo Weinstein (1993, p. 18):

Estimular o cultivo, instalar áreas experimentais, isentar maquinarias e equipamentos de tarifas de importação, construir hospedarias para emigrantes, construir estradas de ferro nas áreas onde não era possível a navegação, promover a produção de cereais e empreendimentos de pesca, instituir procedimentos para elevar o padrão de higiene nas cidades e no meio rural, subsidiar o funcionamento das usinas.

O plano não foi em frente e veio a falir em 1914, e a economia regional permaneceu “estagnada” até a Segunda Grande Guerra.

Mahar (1978, p.11) destaca, sob uma ótica criticável, os fatores que condenaram o Plano de Defesa da Borracha: a) a precária situação econômica do país; b) a escassez de capital privado e de técnicos qualificados; c) a excessiva abrangência do plano; d) a falta de um mercado interno desenvolvido para a borracha.

Além desses fatores, o autor conclui que o principal defeito do plano foi o de vincular a prosperidade e o futuro desenvolvimento da Amazônia a um só produto que era vendido no mercado sobre o qual o Brasil tinha pouco ou nenhum controle. Tentativas foram desenvolvidas pelo Governo para fortalecer sua posição no mercado internacional, mas sem grandes resultados e a estagnação econômica que se abateu sobre a Amazônia, após insucesso do plano, beirou trinta anos. (MAHAR, 1978).

A partir de outra perspectiva de análise, Weinstein (1993) faz uma leitura não linear sobre a decadência que constitui um dos aspectos fundamentais da teoria dos ciclos econômicos. A autora realiza uma avaliação econômica da crise da borracha nas duas primeiras décadas do século XX usando como pano de fundo a situação política e social e o papel das elites do Pará e do Amazonas, elencando dados que demonstram como a decadência no interior e nos centros urbanos da Amazônia foi vivenciada.

Weinstein (1993) pontua inicialmente o ano de 1910, como sendo o período quando começa o declínio da “febre da borracha” iniciada dois anos antes com a alta de preço do produto e o surgimento de centenas de companhias em várias partes do mundo destinadas à exploração da borracha em quase trinta países. O início do fim veio com a queda do preço da borracha que chegou a custar no mercado, segundo Weinstein, menos de um dólar e vinte centavos. Duas situações são postas em evidência: primeiramente, o colapso do mercado da borracha decorria do fato de os empresários britânicos interessados em plantar a *hevea* na Ásia conseguiram quantidades consideráveis do produto gerando, assim, a consolidação das bases financeiras da economia do produto e o declínio dos negócios da borracha silvestre; em segundo lugar, o equívoco em que ocorreu a elite paraense, ao interpretar o colapso como sendo “uma depressão particularmente grave dos preços” à semelhança do que ocorrera nos biênios 1888-1889, 1900-1901 e 1906-1907 e, por assim perceber a crise, recomendou a aplicação da Emenda Chaves, utilizada na depressão anterior.

Decretada em 1908 a Emenda Chaves objetivava combater a inflação e a especulação pelas casas exportadoras. A reação dos comerciantes estrangeiros não tardou, dada a inadequação das medidas adotadas para a crise, mais ampla que as crises anteriores. Em decorrência da crise de 1910 foi instalada uma agência do Banco do Brasil em Belém que, além de arrematar todos os estoques da borracha,

ainda facilitou créditos para casas comerciais desfalcadas, mas acabou por retirar-se da empreitada. Ao lado da frustrada atuação da agência bancária em Belém, outras agravantes situações se instalaram: primeiramente, a superação da produção da borracha cultivada sobre a produção da borracha bruta; em segundo lugar, facilidade da burocracia na Ásia para aquisição de grandes extensões (em 1905 era de 5 milhões de hectares, em 1910 em mais de 46 milhões e em 1915 chegou a mais de 100 milhões de hectares), o que deixava à margem do crescimento dessa economia os estados do Pará e Amazonas; desse modo, os poucos agricultores permaneciam na dependência do cultivo da cana-de-açúcar e da mandioca como forma de subsistência.

Na tentativa de superação da crise na Amazônia algumas medidas foram tomadas. Em nível regional, políticos e comerciantes tentaram uma solução e foi então que o governo do Amazonas e a Associação Comercial do Estado patrocinaram o primeiro congresso comercial, industrial e agrícola, em fevereiro de 1910, recomendando concessões gratuitas de terra; redução dos direitos de exportação; e distribuição de sementes e mudas.

No entanto, nenhuma dessas medidas foi realizada por falta de recursos, a não ser a “propaganda em folhetos instrutivos”. Dois anos mais tarde, o Presidente Hermes da Fonseca recusava apoio ao Pará e Amazonas para a implementação de um acordo bilateral para defesa da economia da borracha e para a promoção do desenvolvimento regional. A recusa na esfera federal colocava a elite paraense de volta à busca de recursos próprios para a solução da sua decadente economia.

A decadência pode ser apontada de forma objetiva no colapso das casas comerciais, no abandono das estradas pelos seringueiros, na migração dos trabalhadores para outras áreas, na prática da pequena agricultura, da caça e da pesca como meios de sobrevivência e de suplementação de renda, e na indisciplina dos trabalhadores, em decorrência da situação e das condições de trabalho.

Cinco anos mais tarde apareceria um novo panorama político regional cujas metas eram o aumento da produção com vistas à auto suficiência do Pará em gêneros alimentícios e o estímulo ao cultivo do algodão e do tabaco. Para atingir essas metas o Governo adotou medidas como a distribuição de sementes, importação de máquinas de beneficiamento e redução de fretes em navios para produtos como algodão e cacau. Essas medidas governamentais foram ampliadas com o assentamento de 532 famílias na região bragantina, quando da seca de 1915.

Avalia Weinstein (1993) que os resultados contabilizados no período de 1914-1916 foram excepcionais, posto que houve um grande aumento na produção de arroz (160%) e de farinha de mandioca (90%) transportados pela estrada de ferro de Bragança para Belém. Houve também aumento na produção de milho e algodão.

Tal panorama econômico propiciou ao país certa elevação no patamar internacional, ocupando lugar entre os dez maiores produtores de milho, de feijão e de arroz [...] e a quarta colocação como produtor de mandioca. (WEINSTEIN, 1993). Não apenas o aumento da safra pode ser observado nesse período, mas se evidenciou, igualmente, a rentabilidade da pecuária. Na análise da autora, a elite também alterou suas atividades voltando-se para o comércio que representava uma fonte de riqueza maior que a terra. No entanto (WEINSTEIN, 1993), o pouco de inovação ocorrida durante o período de decadência parece ter se limitado às cidades mais importantes e a economia rural não retrocedeu totalmente às formas anteriores à expansão da borracha.

Ressalte-se que o conjunto de propostas do Governo do Presidente Getúlio Vargas, ao aplicar tratamento particular das políticas de Estado como a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, teve como objetivo, segundo Mahar (1978, p. 12), “tornar a região auto-suficiente em produtos alimentares e expandir a produção de matérias-primas para exportação e/ou consumo interno”, mostrando a preocupação do Governo em reparar não só os fracassos anteriores na promoção do desenvolvimento da economia amazônica, mas em dotar a região de planos de desenvolvimento por meio de uma agência de planejamento regional, do Banco da Borracha, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA).

Com a redivisão da região foram criados os Territórios Federais de Guaporé (hoje estado de Rondônia), Amapá e Rio Branco (hoje estado de Roraima). As reformas administrativas tiveram por objetivo planejar e executar as políticas públicas que “passaram a incorporar o princípio da racionalidade e da eficiência.” (BRITO, 2001, p. 128). Com efeito, conforme D’Araújo (1992), a região amazônica foi objeto da segunda grande experiência em planejamento regional no Brasil²¹.

²¹ A primeira, segundo D’Araújo (1992), deu-se com a criação em 1948, da Comissão do Vale do São Francisco, e a terceira, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, em 1959.

Conforme exposição anterior, os maiores passos para a arrancada brasileira em direção ao planejamento deram-se no segundo Governo de Getúlio Vargas (1951-1954), onde os esforços foram despendidos para a elaboração de ações governamentais planejadas. (D'ARAÚJO, 1992). Alimentadas por um ideário nacionalista e pela noção de que o país deveria buscar maior independência frente às pressões políticas e econômicas externas, tais ações marcaram a preocupação com o desenvolvimento como meta e conduziram o Brasil à “superação de seu atraso e do subdesenvolvimento”, discurso que legitimava ações e intervenções desenvolvimentistas.

Em virtude da Segunda Guerra Mundial e a dificuldade americana ao acesso da borracha asiática, volta ao centro dos interesses internacionais, a borracha brasileira. Essa situação fez a região voltar a ser alvo de atenções especiais. O Brasil assina com os Estados Unidos o chamado “Acordo de Washington” que consistia no mais pleno fornecimento de borracha aos Estados Unidos, tendo em vista o bloqueio das principais fontes abastecedoras. (WEINSTEIN, 1993).

A Amazônia era considerada de grande importância estratégica pelo Governo Getúlio Vargas propiciando, assim, as condições para que o acordo fosse cumprido, operação que ficou conhecida como “Batalha da Borracha”. Para cumprir com o acordo envolvendo a produção da borracha, o Brasil estabeleceu um plano de metas bem como tomou uma série de medidas e incentivos, como a criação do Banco de Crédito da Borracha (BCB) que passou a monopolizar a compra e venda da borracha, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA)²², o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) voltado ao atendimento da população local e a promover o saneamento geral e combater malária, e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), que daria suporte aos trabalhadores para que pudessem prover a própria subsistência.

²² A diferença era que agora, ao invés de o aliciamento ser feito pelos prepostos dos donos de seringais, era patrocinado pelo SEMTA, cujos cartazes prometiam a esses desamparados a passagem, um equipamento de viagem, alimentação, um bom contrato, ‘amparo à família’ e assistência médica e religiosa. Esse engodo cruel garantiu o êxodo de aproximadamente 55 mil nordestinos que foram largados nos seringais para nunca mais voltarem [...]. Ao chegarem a Belém ou Manaus eram despejados em hospedarias construídas especialmente par esse fim [...]. Fora dos limites urbanos, e nas quais s condições de vida eram sofríveis [...]. Ali eram mantidos concentrados em regime de quarentena [...]. Lá nos altos rios eram desembarcados em algum seringal – e entregues às mãos dos patrões, os proprietários cuja vontade era Lei – e passavam a viver a mesma sorte de seus antigos irmãos do período gomífero, explorados impiedosamente [...]. (LEAL, sd, p. 21).

2.4.1 A batalha da borracha

Pinto (1984) estabelece a relação entre a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, provocada pelo ataque japonês a Pearl Harbor em dezembro de 1941, e o fim da “ambiguidade da política externa do Brasil”, afirmando que sua consequência foi um breve ressurgimento da economia da borracha no Amazonas durante os anos 1942-1946, período da vigência do “Acordo de Washington”. Do ponto de vista da política interna, o Acordo consistiu no controle direto, pelo Governo Federal, da comercialização, industrialização e exportação da borracha. Seus objetivos eram “estimular ao máximo a produção extrativa” da Amazônia de modo a aumentar os excedentes da exportação para os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se “racionava o consumo interno de látex, na medida do possível, substituindo-o por elastômeros sintéticos.” (PINTO, 1984, p. 84).

O resultado daquilo que o autor designa de a inversão da América do Norte e Brasil pelo aumento da produção do látex natural não alcançou os rendimentos previstos, mas, ao contrário, gerou um esforço desumano que mobilizou mais de cinquenta mil pessoas à semelhança do ocorrido no período da expansão da borracha, 1867-1888, pela procedência de maioria de nordestinos, desta vez acompanhada, em grande parte, das famílias, conforme D’Araújo (1992). Esses “soldados da borracha” fugiam da seca do sertão e das questões latifundiárias que os atingia, persuadidos pela propaganda da guerra norte-americana e brasileira que proclamava que a “vitória aliada” dependia da borracha proveniente do Brasil. Segundo Simonian (2001), alguns desses “soldados” ficaram pelo caminho durante a viagem de ônibus e barco, que durou três meses, e os que chegaram ao destino não viram o cumprimento da promessa de recompensa econômica.

Durante a vigência do Acordo o preço do látex esteve em alta e o recrutamento de seringueiros e as relações de trabalho precisaram ser controlados pelo Governo brasileiro, através do SEMTA. Segundo Pinto (1984, p. 102), o BCB financiou os seringalistas em detrimento dos seringueiros que, em função da sua condição de “ilhado de tudo e de todos, analfabetos em sua maioria e com grandes obstáculos para se organizarem sindicalmente [...], continuavam dependentes e à mercê do patrão seringalista.”

Finda a guerra, os Estados Unidos, em função do êxito do programa interno de produção de elastômeros sintéticos, passou a não se interessar pela promoção do extrativismo na Amazônia e, no período de 1945, na análise de Carvalho (1982), o látex vegetal voltou a perder liderança econômica na região, deixando de ser uma atividade lucrativa.

O início dos anos 1960 foi caracterizado pelo crescente aumento da borracha em detrimento do produto natural e, a partir do momento em que o consumo da goma sintética começava a desbancar o consumo da goma natural na indústria brasileira, teve início uma pressão de interesses regionais sobre o Governo para uma política de estabilidade de preços no mercado da borracha. Na opinião de Pinto (1984), é importante ressaltar como o Brasil, que apesar de ter um apreciável mercado consumidor de artigos de borracha natural e não dispor de um setor petroquímico desenvolvido, optou por uma hegemonia dos elastômeros sintéticos no setor industrial durante quase toda metade do século XX. No entanto, alcançou, em 1978, “percentagens de utilização de 75,39%, superado apenas em termos relativos pelos Estados Unidos”, paradoxo considerado por Pinto (1984, p. 70) como uma decorrência da dependência de tecnologia, agravada pelas políticas setoriais comprometidas politicamente com interesses extrativistas amazônicos. O Governo promulgou as Leis nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967 e nº 5.459, de 21 de junho de 1968. A primeira, que visava à extinção da política de preços que distorciam o mercado da borracha natural, foi recebida como um golpe ao extrativismo amazônico. A segunda, fruto da pressão das oligarquias amazônicas, visava minimizar o impacto da anterior, consolidando, novamente, os recursos necessários à proteção do extrativismo gomífero. (PINTO, 1984). Com a Lei nº 5.459, a borracha importada com o objetivo de complementar a produção interna teria seus preços equiparados aos vigentes para matéria-prima nacional e naquele momento a cotação interna da borracha vegetal equivalia há um pouco mais de duas vezes e meia a da produção asiática. A diferença de valor era transferida para a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA). Na análise de Pinto (1984), a lei acabou criando uma contradição fiscal e políticas, visto que quanto menor a importação da borracha, menor a captação de fundos para a SUDHEVEA e, ao contrário, quanto menor a produção nacional e a auto-suficiência maior a captação de fundos.

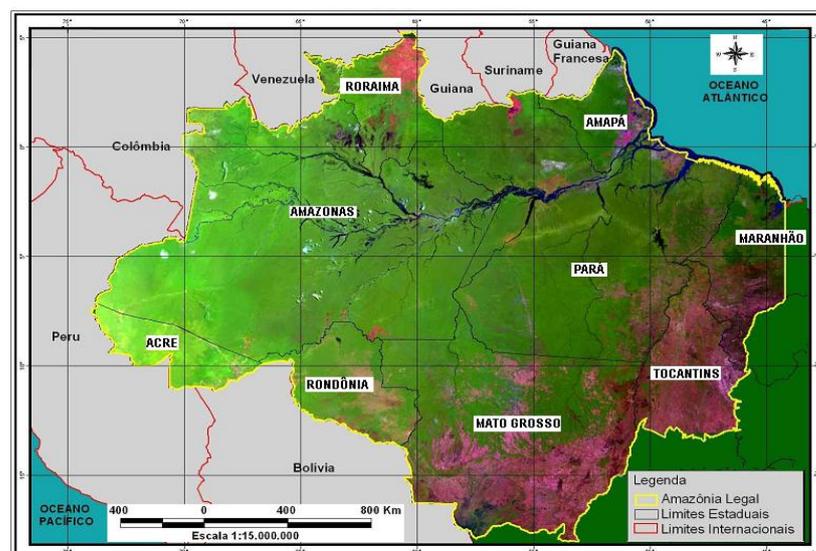
Em 1970 a SUDHEVEA apresentou o Plano Nacional da Borracha (PNB) substituído, logo em seguida, pelo Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal. Pinto (1984, p.148), conclui sua análise afirmando que:

O Governo Federal e as autoridades regionais não souberam atuar corretamente na questão da borracha durante o período de expansão industrial do país, o qual acabou por manter as estruturas arcaicas e ineficientes do extrativismo vegetal; estancar a produção do látex natural do país e permitir que a indústria de pneumáticos ficasse integralmente sob o controle de grandes empresas estrangeiras, de caráter oligopolista e com interesses supranacionais.

Observa D'Araújo (1992), que a aguda intervenção e regulamentação do Estado, bem como o impasse da região amazônica no que se refere a uma estratégia de desenvolvimento que repercutisse positivamente em níveis sociais e econômicos, corroboraram para compor o agravamento do quadro da produção do látex na Amazônia.

3 INTERPRETAÇÕES SOBRE A “OCUPAÇÃO” DA AMAZÔNIA

Ocupar a região e promover o desenvolvimento através da integração com outras áreas do país foram concepções e ações programadas por governos e a tecnocrassia que tentaram se institucionalizar desde o início da década de 1940. O Governo brasileiro adotou, a partir da década de 1940, uma política de “ocupação da região” com a intenção de realizar o desenvolvimento da Amazônia e integrá-la às outras regiões do país. O desenvolvimento da infraestrutura (estradas, eletricidade) e o incentivo ao ingresso de atividades econômicas (agropecuária, agromineral, indústrias) proporcionaram nas últimas quatro décadas uma dinâmica de “ocupação” intensa da região. Diversos estudos tiveram como objeto a “ocupação da região”, elemento discursivo dos Planos, Programas e Projetos que seriam adotados. (D’ARAÚJO, 1992) Em todos esses instrumentos de intervenção a ênfase é dada ao desenvolvimento da infraestrutura básica e ao incentivo de atividades econômicas. A primeira intervenção é feita para definir o espaço de abrangência dos Planos de Desenvolvimento e de atuação das agências desenvolvimentistas. Assim, formula-se como categoria de planejamento a denominada Amazônia Legal (Mapa 1), criada em 1956 e ampliada em 1967, que corresponde às áreas ao norte do paralelo 16° S do estado do Mato Grosso e do paralelo 13° S do estado de Goiás, além da porção do meridiano 44° W do estado do Maranhão.



Mapa 1 - Amazônia Legal Brasileira

Fonte: IBGE/SIPAM/INPE/Carta Imagem elaboradas com imagens Cbers (2009)

Pode-se afirmar que a construção política da Amazônia foi iniciada mesmo antes da origem do Estado brasileiro em si. Portugal empreendeu esforços para garantir o domínio de terras tão extensas, embora as finanças é da Coroa não apresentassem sinais de boa saúde financeira e de não ter uma população numerosa o suficiente para garantir o domínio sobre o território. (D'ARAÚJO, 1992).

Com a Companhia do Comércio do Maranhão e do Grão-Pará, século XVII, subordinada ao Conselho Ultramarino de Portugal, concretiza-se a incorporação da Amazônia.

Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no Tratado de Tordesilhas, graças à estratégia de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalecessem, não foram bem sucedidos e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência. (BECKER, 2005, p. 5).

O processo de apropriação formal da Amazônia aconteceu após a Revolução de 1930, no Governo Getúlio Vargas, e foi incluído no corpo da Constituição de 1946 que, em seu artigo 199, “deixava claro que a região amazônica se convertera em uma preocupação nacional.” (D'ARAÚJO, 1992, p. 47).

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi concebida para ser um organismo de planejamento e de execução, com a finalidade de criar as condições da ocupação real do território, como afirma Ruhoff (2005, p.2): “o exercício da soberania exige à apropriação efetiva do território e não apenas formal.” O que estava, de fato, por trás de uma “política de ocupação” era a preocupação da segurança nacional e internacional em uma área correspondente a 60% do território nacional. O que objetivou a “ocupação da Amazônia” não foi senão a ocupação de espaços vazios através da absorção de populações do Nordeste e outras regiões do país. (RUHOFF, 2005).

Na realidade, o principal projeto da SPVEA foi a construção da Belém-Brasília, que passou a promover a ligação da Amazônia com o restante do país. Na visão de Cota (1984, p. 34):

Constrói-se a Belém-Brasília sob o mito da integração nacional; ou seja, os produtos industriais de São Paulo seriam trocados por produtos agrícolas do norte do país, embora já se tivessem certeza da deterioração dos termos destas trocas. Repetia-se o modelo de substituição da importação, adotado no sul com certo sucesso ainda que não tivessem as unidades federativas do norte barreiras alfandegárias para proteger-se da produção sulina de maior tradição e produtividade. Nessa época, o mito de desenvolvimento

econômico é o assunto predileto das rodas intelectuais da terra. É a época dos incentivos fiscais, dos grandes projetos industriais e agropecuários. Somente assim, acreditava-se, a Amazônia alcançaria os padrões e consumo do sul do Brasil, ingressando na era industrial.

A busca pelo progresso - esse mito do progresso – constitui-se a base da ideologia burguesa, gênese da atual sociedade industrial.

A criação da SPVEA objetivava, fundamentalmente, a deflagração de um projeto desenvolvimentista que, por lei, deveria, no período de vinte anos, receber 3% da Renda Tributária do país, embora jamais o tenha recebido. Vários fatores levaram a SPVEA, posteriormente, ao caminho do descrédito público. Com seu Plano Quinquenal engavetado no Congresso Nacional, passou a SPVEA a funcionar como autêntica agência repassadora de dotação orçamentária, cuja consignação era estipulada de conformidade com a força, expressão política e parlamentar de cada unidade amazônica. Estava a SPVEA desvirtuada de suas verdadeiras finalidades. Este esquema de interpretação é consoante com o discurso de que o plano foi concebido de forma integrada, perfeito, pleno de virtualidades, não obstante ter sido alterado, desviado. (COTA, 1984).

Como resultado dos estudos e recomendações do Grupo de Estudo para Reformulação da Política Econômica da Amazônia restou uma série de leis aprovadas em 1º de setembro de 1966 pelo Presidente Castelo Branco, conhecidas em seu conjunto como “Operação Amazônica”, consubstanciada num conjunto de medidas que buscava modernizar a economia regional, ocupar a região pelo capital e solucionar os “problemas da região”. Entre estes problemas evoca-se o vazio demográfico ou baixa densidade; geração de um maior número de empregos para a mão-de-obra regional; eliminação da pobreza; aumento da oferta de alimentos; vias de transporte; sistema de comunicação mais eficiente; energia para a região e aproveitamento dos recursos disponíveis. (COTA, 1984).

Note-se que são complexos os problemas que reclamam no sentido de fazer a Amazônia ocupar, no contexto nacional, o lugar a que tem direito. O desafio da “ocupação” e desenvolvimento desta área, lançado pelo Governo Militar foi feito no sentido de desenvolver a própria economia do país, expandir o mercado nacional e preservar a soberania brasileira.

Em discurso proferido em Manaus, a 3 de dezembro de 1966, o primeiro Presidente do Regime Militar, Humberto de Alencar Castelo Branco, reafirma os

novos rumos reservados à Amazônia, bem como o seu papel, e a estratégia adotada pelo Estado para a execução do chamado plano de integração, conforme se lê:

Com uma área de cinco milhões de quilômetros quadrados e uma densidade populacional inferior a um habitante por quilômetro quadrado a primeira preocupação do país em relação à Amazônia brasileira tem de ser povoá-la racionalmente [...]. Prova-o este encontro, que, podemos chamar histórico, e no qual os homens da Amazônia, do nordeste e do centro-sul dão-se as mãos para uma empresa que repetirá, no Brasil, a façanha pioneira da conquista do Centro-Oeste dos Estados Unidos nas primeiras décadas do século passado. Por certo não viestes aqui pra ver a paisagem da Amazônia, como fazem os turistas à cata de quadros exóticos. Homens de negócio, vitoriosos em outras partes do Brasil, estais preocupados em bem utilizar as facilidades concretas, que se oferecem à iniciativa privada, para aqui repetir as vitórias obtidas em outras regiões através de empreendimentos agrícolas ou industriais modelares [...]. De sua parte está o Governo preparado para segurar investimentos maciços especialmente nos setores ligados a infraestrutura, energia, saneamento básico, aperfeiçoamento de recursos humanos e levantamento sistemático de recursos minerais [...]. Começamos não digo a redescobrir, mas a integrar a Amazônia na economia nacional. (BRASIL, 1967, p. 9).

No plano institucional seriam “saneadas” suas disfunções através da criação de novos órgãos desenvolvimentistas que legitimariam/fundamentariam a expansão e as férteis políticas em favor do capital.

a ‘Operação Amazônica’ pode ser considerada um marco inicial da irreversível investida do grande capital na região, um momento em que a intervenção do Estado, expressando a preeminência econômica e a ascensão política da burguesia monopolista, se redireciona para acelerar a desagregação da decadente produção extrativista e alcançar a sua substituição por uma economia tipicamente capitalista. Neste primeiro aspecto as políticas estatais têm sido geralmente negligenciadas. ‘A Operação Amazônica’ não apenas cria os mecanismos institucionais de amparo ao grande capital, mas se faz acompanhar de medidas restritivas ao capital mercantil extrativista. A nova política para a borracha natural (Lei nº 5.227 de 18 de janeiro de 1967, complementada pela Lei nº 5.459 de 21 de junho de 1968) equiparava os preços da borracha nacional aos preços do mercado internacional, extinguindo o monopólio estatal da comercialização de elastômeros [...]. Nas condições de crescente força do capital monopolista do setor de artefatos de borracha e de uma forma de Estado ditatorial de transição, aquele pode fazer prevalecer os seus interesses sobre a burguesia mercantil extrativista e os seringueiros na Amazônia. (RÊGO, 2002, p. 308).

O Estado de exceção tem preponderância sobre a enunciação precisa e institucionalização do projeto do grande capital para a Amazônia. Entre os instrumentos preconizados pela “Operação Amazônica”, figuravam:

- a) a reestruturação geral da SPVEA e sua transformação na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);
- b) a reformulação do Banco de Crédito da Amazônia (BCA), com modificação total de sua linha de operação, passando a funcionar

como agente financeiro da SUDAM, sob a denominação de Banco da Amazônia S/A (BASA);

- c) adoção de uma política diversificada de incentivos fiscais;
- d) implantação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA);
- e) estabelecimento de créditos técnico-científicos e créditos mais dilatados para exploração dos seringais nativos e formação de seringais de cultura;
- f) reaparelhamento e fortalecimento das Forças Armadas, notadamente na faixa de fronteira. (COSTA, 1987).

Várias políticas foram implementadas na Amazônia com o intuito de “ocupá-la” e desenvolvê-la. Uma delas foi a de valorizar a região com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que buscava “ocupar” de forma real a Amazônia, considerada um “vazio” a ser povoado integrado e desenvolvido na direção do melhor aproveitamento de suas potencialidades. Para dar suporte à SPVEA foi criado o Banco de Crédito da Amazônia S/A (BCA) com características de banco regional misto para financiar as atividades produtivas. (RÊGO, 2002).

A outra política foi uma decorrência da visão/preocupação do Governo Militar (1964), com o “inimigo interno” e com a “cobiça internacional”. Para enfrentá-los, os militares propuseram políticas que viabilizassem a integração e a defesa das fronteiras. Um modelo “inovador de desenvolvimento para a Amazônia” foi estabelecido, ou seja, o Estado passaria a ser o promotor/indutor do desenvolvimento, substituindo a economia extrativa, atraindo a iniciativa privada “inovadora” e empresas multinacionais para promover a industrialização. (RÊGO, 2002).

Para a consecução desses objetivos, foi lançado um grande aparato institucional que ficou conhecido como “Operação Amazônia”, lançado pelo Presidente Castelo Branco, em 1º de novembro de 1966.

A SPVEA e o BCA foram substituídos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pelo Banco da Amazônia S/A (BASA). Esses órgãos coordenaram as ações do Governo Militar na região, elaborando e executando planos e programas, através dos quais o Governo Militar ofereceria a

infraestrutura, a concessão da isenção fiscal e os estímulos creditícios, como forma de atrair as indústrias para a região.

Um elemento desta retórica precisa ser destacado a propósito do extrativismo condenado por “planejadores e burocratas”, como escreve Almeida: (2008) a “superação” do extrativismo é tomada como prioridade de política, “não obstante o reconhecimento da importância do extrativismo para indígenas e ribeirinhos, como se verifica neste discurso:

O extrativismo constituiu, durante muitos anos, a principal fonte de renda da Amazônia, tendo mesmo possibilitado época de grandeza e fausto. Diluído no conceito geográfico da Amazônia Legal, o extrativismo social é hoje mais um problema social do que esteio econômico [...]. Por outro lado, o extrativismo representa um recurso de sobrevivência das populações rústicas e marginais, cuja importância é provavelmente maior do que os dados disponíveis indicam, uma vez que o alto consumo representa uma proporção substancial da renda dessas populações que não é incluída nas estatísticas. (SUDAM, 1967, apud ALMEIDA, 2008, p. 66).

Nesse sentido, Costa (1987, p. 7) indica os elementos de infraestrutura para a ação do Governo: o estabelecimento de toda uma parafernália institucional arquitetada inicialmente no bojo da chamada “Operação Amazônica” – SUDAM, BASA, SUFRAMA posteriormente ampliada através do PIN, PND, PRÓTERRA e POLAMAZÔNIA, na medida em que se foram fazendo os necessários ajustes às cambiantes estratégias para a cristalização dos objetivos colimados; uma generosa política de acoplamento de incentivos fiscais, cambiais, creditícios e infraestruturais.

Para garantir a viabilização da Amazônia como fronteira de povoamento e de expansão agrícola, o Governo Militar viabilizou a construção de estradas. As estratégias do Governo Militar são concretizadas por meio da elaboração e implementação de planos de desenvolvimento regional “aos quais se articularam a criação de instituições, o estabelecimento de políticas públicas, a implementação de mecanismos de financiamento e edificação de obras de infraestrutura”. (MONTEIRO; COELHO, 2004, p. 92).

No Quadro 2, têm-se os planos²³ e estratégias de vários Governos para o desenvolvimento da Amazônia.

Plano de Defesa da Borracha	Batalha da Borracha	Plano de Metas	Operação Amazônia	I PND PIN I PDA	II PND POLAMAZÔNIA
1912-1914	1942 –1947	1956 –1961	1966 - 1970	1969-1971	1974 -1979
Destinação de recursos pelo governo federal; Criação da Superintendência para a Defesa da Borracha; Redução das alíquotas dos impostos cobrados sobre a borracha.	Criação no ano de 1941 do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA) e da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA).	Criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que elaborou o 1º Plano de Desenvolvimento da Amazônia, em 1955. Rodovia Belém-Brasília.	Definição de políticas de incentivos fiscais aplicados a projetos agropecuários, indústrias e de serviços básicos. Criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), do BASA e da SUDAM.	Recursos destinados à redistribuição de terras – PROTERRA. Construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Manaus– Porto Velho.	Incentivos fiscais e creditícios. Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Quadro 2 - Estratégias de desenvolvimento para a Amazônia (após 1912)
Fonte: Monteiro e Coelho (2004)

²³ Plano – A redação de um texto (documento) que consubstancie os objetivos a serem alcançados pelos diversos setores da economia ou da sociedade; as diretrizes; a alocação dos recursos e os prazos necessários para alcançar os objetivos. (CARVALHO, 1979, p.43).

Programa – São instrumentos do processo do planejamento que procuram demonstrar a melhor alocação de recursos, no tempo e no espaço, para um conjunto homogêneo de metas estabelecidas. (BORDENAVE; CARVALHO, 1979, p.114).

Projeto – É uma peça para decisão. É um instrumento pra estudo de alternativas. Ele não é elaborado para ser imediatamente implantado. Não é ainda um documento para a execução. Portanto, não deve ser confundido com um guia para a ação. O termo projeto oculta várias outras denominações nele contidas, ou melhor, várias fases para se atingir o nível de 'projeto final'. O projeto é de fato um documento. Porém, ele é mais do que um documento. É um conjunto de documentos elaborados numa concatenação complexa por aproximações sucessivas. (BORDENAVE; CARVALHO, 1979, p. 125).

O Governo Militar cria a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 27 de outubro de 1966 através da Lei nº 5.173, em substituição à SPVEA, como agência de planejamento e desenvolvimento regional, com as atribuições de:

- a) coordenar as atividades dos projetos e entidades federais;
- b) julgar a prioridade dos projetos ou empreendimentos privados de interesse para o desenvolvimento econômico da região, visando à concessão de benefícios fiscais ou de colaboração financeira na formação da legislação vigente. (BRASIL, 1967, p. 131).

Através da criação desses organismos - SUDAM, BASA e FIDAM criados pela Lei 5.122 de 28 de setembro de 1966 – O Governo adequou o aparelho econômico estatal para colocar em prática as políticas públicas de incentivo à ocupação econômica pelo grande capital.

A criação de um amplo sistema de incentivos fiscais viria com a Lei nº 5.174 de 27 de outubro de 1966, extensivo inclusive ao capital estrangeiro. Este sistema compreendia:

I – isenções em geral:

a isenção do imposto de renda e quaisquer adicionais de empreendimentos instalados (cinquenta por cento de isenção), a serem instalados, ampliados ou modernizados até 1971 (cem por cento de isenção); e

a isenção de quaisquer impostos e taxas de importação de máquinas e equipamentos sem similares nacionais, destinados à Amazônia, para execução de empreendimentos prioritários para o desenvolvimento econômico da região, a critério da SUDAM;

II – deduções tributárias para investimentos:

deduções de imposto de renda e seus adicionais de até setenta e cinco por cento do valor de aquisição de obrigações do BASA por pessoas jurídicas, com o fim de ampliar os recursos do FIDAM;

dedução de até cinquenta por cento do imposto de renda devido por pessoa jurídica desde que se destine a investimentos em projetos agrícolas, pecuários, industriais e de serviços básicos prioritários para o desenvolvimento da Amazônia, a critério da SUDAM;

Dedução de despesas na pesquisa de recursos naturais e doações para ensino tecnológico ou pesquisa, a título de despesas operacionais, para efeito de cálculo de imposto de renda devido de pessoas jurídicas; e

Abatimento da renda bruta de pessoas físicas de despesas previstas no item “c”. (RÊGO, 2002, p. 291).

A SUDAM promoveu a política de incentivos fiscais alimentada pelo Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) criado pelo Decreto-Lei nº 1.376 de 12 de dezembro de 1974, que recebia recursos provenientes da renúncia fiscal da União no imposto de renda.

O FINAM passa a recolher os recursos provenientes das deduções tributárias até então vigentes (de pessoas jurídicas para fins de reinvestimento), a subscrição de cotas por pessoas físicas e jurídicas e subscrição da União de cotas inconversíveis em ações (conforme artigo 3º da Lei). Assim, cria-se um mercado de ações para as empresas cujos projetos eram considerados prioritários pela SUDAM, ampliando-se as possibilidades de financiamento. Os incentivos fiscais se constituíram no mais poderoso instrumento de intervenção do Estado para ocupação da Amazônia pelo grande capital, materializado nos grandes projetos industriais, agropecuários, agroindustriais, minerais e minero-metalúrgicos. (RÊGO, 2002, p. 293).

O Governo Militar, desejoso de povoar a Amazônia com o migrante nordestino atormentado pela seca, viria a instituir canais de acesso através do Programa de Integração Nacional (PIN) criado pelo Decreto-Lei nº 1.178 de 1º de junho de 1971, com o objetivo de “melhorar as condições do trabalho rural e promover a agroindústria na Amazônia e Nordeste.” (MAHAR, 1978, p. 33). O Governo Militar cria, então, o primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) através do Decreto-Lei nº 1.079 de 6 de julho de 1971, que objetivava dar as condições de acesso à terra aos trabalhadores rurais e promover a agroindústria no Nordeste e no Norte. A intervenção desenvolvimentista é um encadeamento de ações pontuais que convergiram para grandes empreendimentos mineradores, pecuários e madeireiros. (ALMEIDA, 2008). Na interpretação da tecnoburocracia a implantação da agropecuária, da indústria madeireira e da mineração tinha em vista apenas interesses nacionais e a promoção do desenvolvimento econômico regional. Embora sabendo que enfrentaria vários problemas sociais, econômicos e geopolíticos, buscava assim, o Governo Militar, modernizar o Brasil e torná-lo uma Nação equiparável aos países desenvolvidos. (ALMEIDA, 2008).

Inseridas nas metas do PIN/PROTERRA, a construção das rodovias Transamazônica (BR 230), Santarém/Cuiabá (BR 163) e Perimetral Norte que estavam destinados a dar suporte à zona de fronteira. Para implementar a estratégia de ocupação, o Governo Militar cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do Decreto-Lei nº 1.110 de 9 de julho de 1970, que reunia as funções do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA). O regime ditatorial brasileiro passa a dar maior importância ao planejamento enquanto condição para o aumento do grau de eficiência das políticas econômicas.

O Estado se faz cada vez mais presente na economia através da formulação e da implantação de todos esses planos. Nos discursos que anunciam as políticas de intervenção desenvolvimentista, predomina o tom da euforia. (RÊGO, 2002).

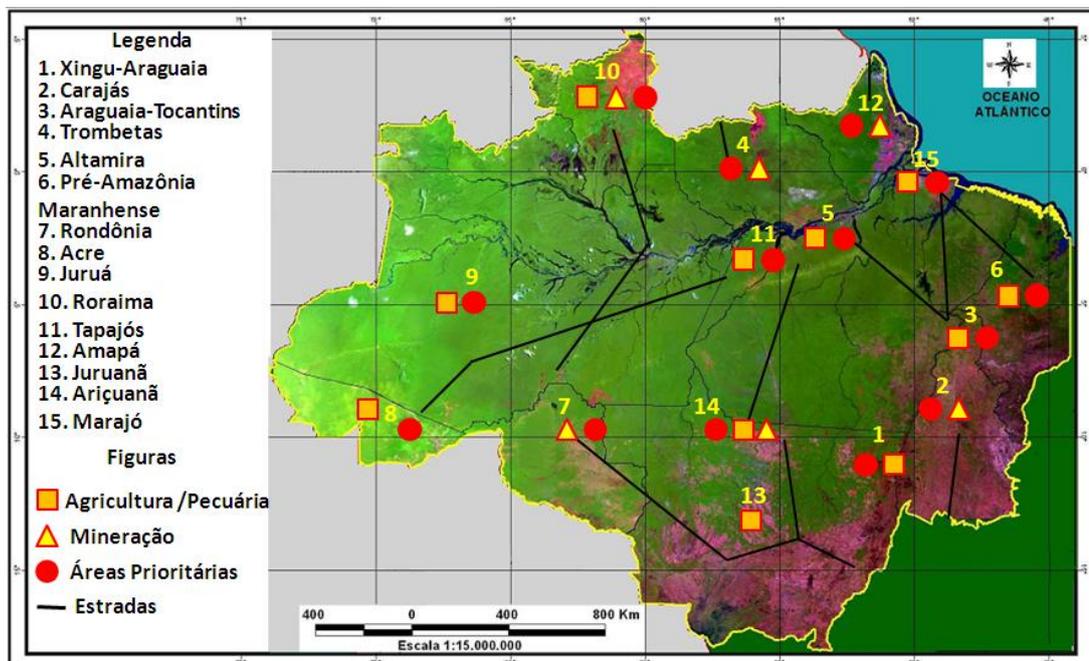
No entanto, o PIN não teve o sucesso esperado em função do precário sistema de infraestrutura montado para apoiar a produção agrícola, bem como os serviços de educação, saúde e habitação que deixaram de receber a devida atenção, permanecendo precários. A burocracia causou insegurança aos pequenos produtores que tiveram de enfrentar dificuldades, muitas delas não sendo superadas, impedindo a obtenção da titulação sobre o lote trabalhado. Tais problemas contribuíram para o esvaziamento do apoio político ao programa. O investimento público em estradas e infraestrutura proporcionou a valorização das terras amazônicas, apoiando o ingresso de agentes empresariais do Centro-Sul e do estrangeiro que passaram a ocupar grandes áreas com a pecuária e a exploração de madeira. (ALMEIDA, 2008).

No discurso desenvolvimentista argumentava-se que para aproveitar a “vocação” de cada sub-região e otimizar os programas e serviços existentes, seria necessária a cria o de pólos de desenvolvimento. O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) criado por meio do Decreto 74.607 de 25 de setembro de 1974 definiu quinze áreas de Amazônia Legal, em fun o de suas potencialidades agropecuárias, agrominerais e agroindustriais, bem como concedeu incentivos fiscais as empresas que se instalassem na região, com fundamento no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e no Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM). (AMPARO; PINTO, 1987).

O POLAMAZÔNIA (1975 a 1979) destacou mais claramente a fun o da Amazônia como fornecedora de m teria-prima e reorientou a ocupa o da Amazônia no sentido da grande empresa capitalista em prejuízo/perda da coloniza o oficial, com origem na pequena propriedade familiar. O maior destes pólos de desenvolvimento foi o Programa Grande Carajás (PGC), através do qual foi regulamentada em pouco tempo a maior área de extra o de minério de ferro do Brasil, cuja m teria-prima serviria   gera o de divisas. Cabe salientar, como destacam Amparo e Pinto (1987, p. 47), que:

Apesar das reveladas limitações pode-se, no entanto, afirmar que o POLAMAZÔNIA tem se constituído num dos principais instrumentos de ação da Amazônia. Essa afirmação baseia-se não somente a extensa relação de obras realizadas, mas também no grande volume de recursos ali investidos.

O planejamento despontaria como a técnica que indicaria meios, formas e instrumentos de ampliação da “racionalidade” da ocupação. O POLAMAZÔNIA (Mapa 2) marcou uma mudança na prática governamental brasileira que passou a priorizar as grandes companhias agroindustriais, a produção agropecuária e os projetos de colonização privada, associados aos investimentos em infraestrutura, extração e beneficiamento de minerais. (AMPARO;PINTO,1987)



Mapa 2 - Localização dos Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia
Fonte: IBGE/SIPAM/INPE/Carta Imagem elaboradas com imagens Cbers (2009), adaptado pelo autor com base nos dados extraídos do POLAMAZÔNIA (2009)

O Governo Militar, através do Decreto-Lei nº 28.288 de 28 de fevereiro de 1967, criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) para superar os “vazios demográficos”, bem como incrementar a frágil economia, colocando esta parte da Amazônia subordinada à política de segurança nacional.

Amparo e Pinto (1987, p. 40) apresentam os meios contemplados na legislação da SUFRAMA para a consecução dos objetivos propostos:

- a) criação de uma área de livre comércio de exportação e importação;
- b) concessão de incentivos fiscais especiais;

- c) criação, no interior da Amazônia, de um centro comercial industrial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento em face dos fatores de produção locais e da grande distância em que se encontram os centros consumidores de seus produtos.

Para viabilizar a instalação de indústrias e empreendimentos agropecuários, os incentivos fiscais gerenciados pela SUDAM passam a ser direcionados à Zona Franca de Manaus (ZFM), instituída pelo Decreto-Lei 288 de 28 de fevereiro de 1967 e regulamentada pelo Decreto nº 61.224 de 28 de agosto de 1967. Todas as empresas que viessem a se estabelecer na ZFM receberiam total isenção sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM), e teriam facilidade de infraestrutura concedida pelo Estado. (AMPARO; PINTO, 1987).

A Zona Franca de Manaus impulsionou, no primeiro momento, o Setor Terciário da economia. Também intensificou os fluxos migratórios para Manaus, criando um descompasso em relação ao setor agrícola do Estado que continuava estacionado, “não acompanhando o crescimento da capital.” (AMPARO; PINTO, 1987, p. 41). Com a ZFM há um crescimento de Manaus, apesar do descompasso entre o setor rural e o urbano, gerando migrações crescentes e produzindo um esvaziamento da zona rural e a conseqüente redução de suprimento alimentar.

Com o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado Amazonas (PDRI), o governo buscava, segundo Amparo e Pinto (1987, p. 53):

- a) a melhoria do nível de renda e a qualidade de vida dos pequenos produtores beneficiários do projeto;
- b) aproveitamento racional de área de terra firme;
- c) incremento da produção de alimentos em área de várzeas;
- d) desenvolvimento de formas associativas de gestão das atividades rurais;
- e) desenvolvimento da exploração da cultura do dendê em cerca de 5.000 ha através de pequenos produtores.

3.1 O Programa Grande Carajás e o Maranhão

As ações do governo desenvolvidas na Amazônia através da dotação de infra-estrutura (rodovias, pontes, hidrelétricas) e dos programas governamentais tornaram possível a reestruturação da economia regional, com base na crença do Estado brasileiro de que só com sua participação maciça e a criação de instrumentos políticos específicos seria possível a “inclusão” da Amazônia ao restante do país e seu esperado desenvolvimento.

Em que o PGC se assemelha aos planos descritos e em que deles se diferencia? Assemelha-se por ser mais um plano de salvação nacional. Assemelha-se na oratória de resgate regional do homem e da natureza. Diferencia-se da concepção de plano para programa. Carajás não é um plano para a região toda: é um programa para a Amazônia Oriental. Diferencia-se no grau de participação privada do empreendimento, com ampla utilização de incentivos governamentais, que era reduzida ao tempo da SPVEA (COTA, 1984, p. 59).

A exploração dos recursos naturais com vista ao maior acréscimo de capital foram as orientações básicas contidas nesse programa, do que a busca do desenvolvimento regional em sentido amplo. Todas essas ações na Amazônia levam-na a se intercalar na estratégia econômica do capital transnacional. (RIBEIRO, 2005).

A decisão de instituir o Programa Grande Carajás (PGC), projeto integrado ao desenvolvimento na Amazônia Oriental abrangendo uma área de 900.000 km², direcionou-se para o pagamento da dívida externa, desenvolvida pelos governos autoritários e pela premente necessidade das grandes empresas transnacionais por recursos naturais abundantes e mão-de-obra barata. O PGC foi concebido para ser a base de estímulo para a denominada “modernização da Amazônia”, e para criar um pólo de desenvolvimento na Amazônia com base na mineração, no processamento de minerais ferrosos e não ferrosos, na agropecuária e na exploração madeireira, com a produção voltada fundamentalmente para a exportação. (RÊGO, 2002). Grandes aportes de recursos públicos foram destinados ao PGC, que também passou a contar com o sistema especial de financiamento estatal, abertura e apoio para financiamento internacional (Banco Mundial, União Européia e o banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW) além das isenções fiscais, a cargo da SUDAM e BASA.

O Regime de Exceção instaurado em 1964 cria os mecanismos de preparo do Estado brasileiro para o início dos grandes investimentos que se

realizariam. O primeiro Presidente do Governo Ditatorial, Marechal Castelo Branco, sancionou o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que promoveu a reforma administrativa e a expansão da administração pública com a apresentação de novos instrumentos da gestão tais como empresas públicas, fundações, autarquias e sociedades de economia mista. Estas inovações embutidas no Decreto-Lei nº 200/67 podem ser vistas como sendo a organização da estrutura burocrática federal para os grandes projetos que seriam executados pelos governos ditatoriais. (RÊGO, 2002).

O Programa Grande Carajás não se integrou a um programa consistente de desenvolvimento sócio-econômico nacional e regional. Estava o PGC impregnado pela **ideologia desenvolvimentista**, acarretando concentração econômica, marginalização e penalização da classe trabalhadora. Provocando, por conseguinte, um divisor entre o tão propalado desenvolvimento e a prática do programa implantado. Grandes empreendimentos são denominados “grandes projetos” porque, segundo Carneiro (1999, p. 6), estão “geralmente relacionados com as atividades industriais básicas nos setores minerais de produção de energia e de infraestrutura.” Estes são, no entanto, considerados potencialmente poluidores e utilizam em suas atividades, grandes recursos ambientais como a água, o solo e a vegetação, vindo a comprometer a qualidade do meio ambiente, bem como o aporte de grande volume de recursos financeiros.

Os empreendimentos que na área sob jurisdição do PGC, receberiam apoio ou incentivos do Governo Federal, segundo Ribeiro (2005, p. 247), compreendiam:

- a) projetos de infraestrutura, especificamente a construção da Ferrovia Serra dos Carajás–São Luís, de construção de portos, dos quais os mais importantes foram o da ponta da Madeira, na baía de São Marcos, perto de São Luís, destinado à exportação de ferro; e o de Barcarena, perto de Belém, destinado à extração de alumínio e de alumina;
- b) projetos de pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento ou industrialização de minérios, não só no Projeto Ferro-Carajás, como nos projetos de exploração em cadeia de bauxita, da alumina e do alumínio.

Em sua retórica de exaltação à época do apogeu e de uma “prosperidade passada”, o então Governador do Maranhão, José Sarney, levanta a bandeira do desenvolvimento e da modernidade, ao afirmar que:

O Maranhão não suporta mais, nem queria o contraste de suas terras férteis, de seus vales úmidos, de seus babaçuais ondulantes, de suas fabulosas riquezas potenciais, com a miséria, com a angústia, com a fome, com o desespero, das puídas que não nos levam lugar nenhum senão a um estágio em que o homem de carne e osso é um bicho de carne e osso. O Maranhão não quer a desonestidade no Governo, a corrupção nas repartições e nos despachos [...]. O Maranhão não quer a miséria, a fome e o analfabetismo, as mais altas taxas de mortalidade infantil, de tuberculose, de malária, de xistossoma, como um exercício de cotidiano. O Maranhão não quer morrer e não quis morrer sem gritar. Não quis morrer estático e de olhos parados e ficar caudatário, marginal do progresso, olhando o Brasil e o Nordeste progredir enquanto nossa Terra mergulhada na podridão não podia marchar nem caminhar (SARNEY, 1970, p. 103).

Com um discurso “modernizador” no que se refere ao aspecto econômico e social, Sarney se “reveste de legitimidade” para iniciar um suposto processo de libertação e desenvolvimento do estado, o chamado “Maranhão Novo”, projeto que, segundo Gonçalves (2000, p. 108), pretendia fazer do “desenvolvimento do Maranhão um elemento que permita não o regresso temporal, mas o estado de consagração que é dado pela prosperidade passada.”

Foi através do projeto político denominado “Maranhão Novo”, que Sarney buscou legitimar/alicerçar as modificações que garantiriam/rememoraria a “prosperidade passada.” (GONÇALVES, 2000).

O Governo do Maranhão, a exemplo do Governo Federal e de seu projeto desenvolvimentista, constrói um aparato burocrático para dar suporte ao planejamento das ações a serem desenvolvidas. Cria-se, então, através da Lei nº 2979/69 de 17 de julho de 1969, a Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Maranhão (SUDEMA)²⁴, aparelho burocrático destinado à construção de um futuro novo para o Maranhão. (SARNEY, 1969). A SUDEMA ocupou posição de relevância na estrutura estatal, sendo subordinada diretamente ao governador, voltada que estava para a realização do planejamento regional.

²⁴ Convém registrar que antecedendo a SUDEMA foi criado o Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento (GTAP) através do Decreto nº 3.178 de 14 de março de 1966, com o objetivo de elaborar e controlar a execução do Programa de Ação Governamental para o exercício de 1966 e elaborar o Plano Quadrienal de Desenvolvimento Econômico e Social do Maranhão. A SUDEMA, criada pela Lei nº 2,979/69 de 17 de julho de 1969, tinha oficialmente por finalidade, planejar, coordenar e controlar a chamada política de desenvolvimento econômico e social do Maranhão.

O governo – e cumpre ressaltar que não me tem faltado apoio legislativo – dotou o estado de um organismo de planejamento adequado às suas grandes responsabilidades e tarefas, a Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) onde conseguiu reunir um grupo de técnicos altamente qualificados para a tarefa de planejar o progresso do Estado, a fim de que se tenha a mais alta rentabilidade nos investimentos. (SARNEY, 1966, p. 2).

Planejar, propor ações e discutir o planejamento foram algumas das finalidades da SUDEMA que, no entanto, não gozou de autonomia financeira para o desenvolvimento de suas ações. (GONÇALVES, 2000). Assim como a SUDEMA o Governo Sarney, para favorecer a edificação do projeto “Maranhão Novo”, criou a Lei da Terra através da Lei nº 2.979 de 17 de julho de 1969, que permitiria a instalação de grandes projetos econômicos no Estado. O Maranhão, em sucessivos Governos buscou, por meio de diversas ações, acentuar a multiplicação das atividades econômicas. (BELLO FILHO, 1998). Sem a construção/estruturação de um plano que incluísse educação, abastecimento, saúde e infraestrutura os recursos seriam, de acordo com os governantes, gastos/investidos de forma ineficiente e os objetivos propostos não seriam implementados de forma apropriada às atividades.

Entretanto, foi através dos empresários que tal crença se “infiltrou” entre os governantes. Representando a Associação Comercial do Estado, participaram da Conferência em Teresópolis, em 1945, alguns empresários²⁵ que trouxeram a concepção que apontava o planejamento econômico como necessário para a promoção do crescimento. (BELLO FILHO, 1998). Em decorrência da participação nessa Conferência, a Associação Comercial e o Governo produziram o Plano de Crescimento Econômico para o Maranhão.

Para implementar o Plano de Fomento e Defesa da Produção, primeiro plano de crescimento econômico elaborado no Maranhão²⁶, é criado em 1946 a Companhia da Produção Agropecuária que se transforma, dois anos depois, na Companhia da Produção e oferece assistência técnica, agrícola e médico-sanitarista aos lavradores.

²⁵ Representaram a Associação Comercial, os senhores: Arnaldo Ferreira, Eduardo Aboud, Assir Marques, Clodomir Milet, Zoroastro Vieira e Antonio Souza. A Conferência de Teresópolis realizou-se de 1 a 6 de maio de 1945, com o objetivo de realizar a análise aprofundada sobre a situação da economia nacional. O evento passou a ser conhecido como Conferência das Classes Produtoras do Brasil.

²⁶ O Segundo Plano Estadual de Desenvolvimento foi elaborado no Governo de Newton de Barros Bello (1961-1965), sob consultoria do senhor Antonio Dias Leite, da Fundação Getúlio Vargas e apresentado ao Presidente Jânio Quadros. O Terceiro Plano Estadual de Desenvolvimento (1968-1970) referente aos três últimos anos do Governo José Sarney, estava assentado na teoria dos pólos de crescimento.

O planejamento do Estado fica subordinado à Associação Comercial que, em 1948, apresenta o Plano SETA²⁷ (Saúde, Educação, Transporte e Agricultura), e recebe apoio e aprovação do Governo do Estado, através da Lei 290, de 27 de janeiro de 1949. A Associação Comercial solicitou ao Governo do Estado garantia de acesso à terra aos lavradores e à criação do Departamento de Terras, Geografia e Colonização. Ressalte-se que este foi o único ato do Plano SETA posto em execução pelo Governo. (BELLO FILHO, 1998).

Assumiu o Governo do Maranhão, em janeiro de 1961, em substituição a Mattos Carvalho, Newton de Barros Bello que reafirmou o compromisso de promover o desenvolvimento do Estado, assim como todos os seus sucessores José Sarney, Neiva de Santana, Nunes Freire, João Castelo e Luiz Rocha.

O Primeiro Plano Estadual de Desenvolvimento elaborado no Governo de Mattos Carvalho, 1959, o Plano de Recuperação Econômica do Estado, ou Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado foi assim descrito em mensagem enviada à Assembléia Legislativa:

[...] meu governo está presentemente empenhado na execução de um vasto plano de desenvolvimento econômico, tendo por finalidade precípua o robustecimento de nossa agropecuária para o que já estão elaborando sérios estudos referentes à racionalização da lavoura, a industrialização do babaçu, destacando-se, ainda, um plano de colonização das regiões inexploradas do Estado, **a base dos excedentes populacionais do Nordeste**. (BELLO FILHO, 1998, p. 35, grifo nosso).

As leis do Maranhão se afinavam com as leis federais para introduzir “braços livres” que poderiam comprar ou receber gratuitamente as terras “desde que aquele que as recebesse se propusesse em fundar colônias agrícolas na província. (SHIRAIISHI NETO, 1998, p. 6). Não lograram prosperidade as colônias e essas terras foram destinadas a outros propósitos pelo Estado.

Através da COMARCO, substituída pela Companhia de Colonização de Terras do Maranhão (COTERMA) e esta, pelo Instituto de Colonização de Terras do Maranhão (ITERMA) no período do Governo José Sarney, ocorreu a apropriação legal/ilegal, grilagem, acarretando uma série de conflitos com os camponeses, não reconhecendo as formas de usos dos diversos segmentos camponeses, ou seja,

²⁷ A sigla SETA foi inspirada na sigla SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) do Governo do Presidente Dutra (1948). O plano SETA teve duração de três anos (1949 a 1951) e abrangeu dez Municípios – Rosário, Itapecuru, Vargem Grande, Coroatá, Timbiras, Codó, Caxias, Bacabal, Ipixuna e Pedreiras. (BELLO FILHO, 1998).

aplicado a sua legitimação. Aos camponeses restou como defesa de seus direitos o reconhecimento e a legitimação da sua posse de terras. (SHIRAISHI NETO, 1998).

O Estado recebeu algumas empresas que “desejavam desenvolver projetos agropecuários” e entrega-lhes, a preços simbólicos, essas áreas. Alegando os mais vários tipos de problemas para desenvolverem seus projetos, as empresas “devolvem” as terras ao Estado por preços superfaturados para “fins sociais” de Reforma Agrária.

O programa do Governo Sarney (1966-1970) cujas facilidades atraíram empresários do Centro-Sul para o Estado para implantação de grandes projetos agropecuários, teve como conseqüência grave a destruturação da agricultura de subsistência familiar, pois estas terras foram utilizadas somente para efeito de especulação, principalmente aquelas de boa qualidade agrícola. A estrutura fundiária do Maranhão caracterizou-se pela concentração progressiva da posse, sob a forma de grandes propriedades classificadas de latifúndios na sua totalidade, prejudicando a economia do Estado e o bem-estar social. Os latifúndios atingem a mão-de-obra rural mantendo-a num regime de exploração efetivado, principalmente, por relações de trabalho, na sua grande maioria, do tipo pré-capitalista. Dessa maneira, o latifúndio usa em seu benefício um duplo monopólio: o da propriedade e o da renda da terra. (GONÇALVES, 2002).

Concessão de crédito, prazos de amortização a longos anos, juros reduzidos e isenção fiscal foram os instrumentos utilizados pelo Governo Federal na tentativa de ocupar o norte brasileiro, tornando, assim, esses incentivos atraentes para a ocupação da Amazônia Legal com novos projetos agropecuários que receberam a simpatia dos militares que vislumbravam, nessa forma de ocupação da Amazônia, um freio aos inimigos internos, além da defesa da fronteira contra a cobiça internacional. Desta forma também conseguiram apoio de setores conservadores vinculados ao agronegócio que manifestaram insatisfação desde os anos 1950 com qualquer aceno de programas e reforma agrária com receio da perda de posições econômicas e políticas.

Da superfície total do estado do Maranhão calculada em 331.983 km, os projetos que se instalaram na década de oitenta privatizaram aproximadamente 10%, como se depreende do Quadro 3.

GRUPO EMPRESARIAL	PROJETO CRIADO	LOCALIZAÇÃO DO PROJETO	HECTARES/PROJETO
BUNG-BORN* (intermediada pela SANBRA)	SANBRA MARANHENSE S.A. AMAZÔNIA S.A. NORDESTINA S.A.	Km 184 da Estrada Açailândia/Santa Luzia: BR 222	25.000 25.000 25.000 25.000
CACIQUE**	CACIQUE TUCUMÃ PINDARÉ GUAJARACÁ	A partir do km 85 da BR 222	21.822 20.355 25.000 25.000
MESBLA***	MESBLA BOM PASTOR FLORESTA MARACASSUMÉ TURIAÇÚ	MARACASSUMÉ	16.658 48.440 46.753 42.929 24.961
TOTAL			371.918

Quadro 3 - Projetos Agropecuários, em áreas da pré-Amazônia maranhense

Fonte: Gonçalves (2000)

*O Grupo empresarial Bung–Born, responsável pelos projetos Sanbra, Maranhense S.A., Amazônia S.A. e Nordestina S.A., não tinham um efetivo pecuário e nem conservação dos recursos naturais. Os imóveis são considerados latifúndios improdutivos e já ocupados por famílias de posseiros. É solicitada a desapropriação, tendo em vista o interesse social para fins de Reforma Agrária.

**O Grupo Cacique desenvolveu atividades agrícolas e industriais por algum tempo. Em virtude do clima de tensão social na região, ofereceram e propuseram ao INCRA, que a gleba fosse objeto de desapropriação para a Reforma Agrária, com acordo amigável.

***O Grupo empresarial Mesbla responsável pelos projetos Mesbla, Bom Pastor, Floresta, Maracassumé e Turiaçú, localizados em Maracassumé, alega dificuldades, como secas, inundações e crônicas dificuldades de acesso pela MA – 106, para implantação satisfatória, na área de algum projeto madeireiro, agrícola ou pastoril, submetem à consideração do INCRA proposta de venda das propriedades para assentamento de colonos, dentro do espírito da Reforma Agrária. Oficialmente, ideologicamente, o Governo do Maranhão apresentava a Lei da Terra como um mecanismo para modernizar o campo maranhense. O que se viu, no entanto, foi à venda “baratíssima” dessas terras a grandes Grupos para implantação de variados projetos (agropecuários, madeireiros, pastoril). Essas vendas se deram sem concorrência pública, com o simples requerimento dos interessados e posteriormente a revenda com “altos preços para fins sociais de Reforma Agrária”.

Informações verbais prestadas em 11 de maio de 2010 pelos Senhores Joel Nunes Pereira, Chefe do Serviço de Obtenção de Terras do INCRA – MA, José Ribamar Reis Freire – Procurador Federal.

A economia do Maranhão teve um passado de abundância seguido de retrocessos econômicos, segundo a perspectiva orientada pela teoria de ciclos. Os períodos de retrocessos econômicos, ou decadência, são tomados pela história econômica para mostrar que o Estado atingiu um patamar econômico dos mais ricos do Brasil com a produção de arroz, algodão, cana-de-açúcar; a indústria têxtil e a produção do óleo de babaçu, mas chega ao século XX em crise, sem um produto de consumo universal e com uma população em “avançado estado de pobreza.” (TSUJI, 1993). O cerne deste padrão explicativo é trazido para compreender a sociedade maranhense como baseada em uma economia agrícola e facilmente classificados os seus agentes como condenados a um estado de pobreza avançado. Este esquema interpretativo é a primeira questão a ser examinada neste capítulo,

pois ele tem sido reiterativo desde as explicações elaboradas por Gayoso, passando por teses universitárias e discursos de agentes do campo político e o empresarial.

Tsuji (1993) como diversos intelectuais locais que lhe precederam elabora sob um matiz de pseudo cientificidade o discurso de decadência rotineiramente também repetido pelos governantes. Esse discurso fundamentava-se na justificativa do curto tempo de exercício no cargo e do pouco conhecimento a respeito “dos negócios da província” e tinha por característica as limitações das análises que, segundo o autor, eram parciais e eivadas de imperfeições. (ALMEIDA, 2008). Desse modo, os governantes relativizavam a importância dos documentos que produziram sob o argumento da impossibilidade de elaboração de um estudo atento e completo dos fatos.

Em *A Ideologia da Decadência* (ALMEIDA, 2008), relaciona acontecimentos que, ao lado da “substituição rotinizada” dos governantes (presidentes e vice-presidentes em exercício, num total de 49 durante o Segundo Reinado), repercutiram na vida social e econômica da Província do Maranhão do século XIX. Tais acontecimentos são representados, principalmente, pelos conflitos e movimentos sociais como a Balaiada²⁸, pelos “surto” algodoeiros, pela reativação da lavoura canavieira entre 1840 e 1950, pelo estabelecimento de núcleos de colonização com emigrantes estrangeiros entre 1853-1856, pela extinção do tráfico de escravos e pela exportação maciça de escravos do Maranhão para as províncias do Sul.

Esses discursos eram publicados sob a forma de relatórios e apresentados à Assembléia Legislativa Provincial. No estudo de Almeida as razões que levaram os governantes a deixarem transparecer que cumprem tão somente um preceito constitucional, que reza a obrigatoriedade de expor aos governantes o

²⁸ A Balaiada foi uma importante revolta popular que explodiu na província do Maranhão entre os anos de 1838 a 1841. Nessa época, a economia agrária do Maranhão atravessava grande crise. Sua principal riqueza, o algodão, vinha perdendo preço e compradores no exterior, devido à forte concorrência internacional do algodão produzido nos Estados Unidos. Cansada de tanto sofrimento, essa multidão queria lutar, de algum modo, contra as injustiças. Lutar contra a miséria, a fome, a escravidão e os maus-tratos. Havia também muita insatisfação política entre a classe média maranhense da cidade, que formava o grupo dos bem-te-vis. Foram os bem-te-vis que iniciaram a revolta contra os grandes fazendeiros conservadores do Maranhão e contaram com a participação explosiva dos sertanejos pobres. A Balaiada não tinha uma organização consistente, nem um projeto político definido. Não possuía um movimento único e harmônico. Foi um conjunto de lutas dos sertanejos marcadas pelo desejo de vingança social contra os poderosos da região.

estado dos negócios públicos provinciais, sem uma maior segurança em termos de seus próprios conhecimentos sobre os negócios da província do Maranhão eram as seguintes: “o curto espaço de tempo de permanência no poder, os inapropriados critérios de competência e saber em relação à administração provincial e a reprodução de documentos e relatórios sobre a situação da Província produzidos pelos antecessores que lhes transferiram o cargo.” (ALMEIDA, 2008, p. 63).

Com base nessas razões, Almeida constrói a hipótese de que havia um corpo permanente de funcionários ou burocratas provinciais especializados em produzir documentos oficiais, ou pelo menos, “a cristalização de uma prática burocrática de repetir indefinidamente imagens, metáforas e figuras de retórica evocadas em documentos anteriores.” (ALMEIDA, 2008, p. 64). Partindo de tal conjectura e considerando a importância de compreender as justificativas para o aditamento dos relatórios e discursos dos governantes provinciais do Maranhão, o autor leva em conta a necessidade de esclarecer os seguintes aspectos: se o que se repetia nos relatórios e nos discursos eram os fatos ou seu enunciado; se tais relatórios consistiam em um texto único, supondo-se que sua produção-reprodução tinha diferentes autores e estes com diferentes formações acadêmicas; considerando a unicidade do texto, como articular o anonimato dos autores com as diferentes facções e partidos políticos da época no caso os liberais e os conservadores. Por último, como entender a relação entre as situações consensuais atestadas pelo mecanismo de repetição dos relatórios com o dissenso político. Por essas vias, o autor explica o discurso da *decadência da lavoura* no Maranhão considerando tal decadência como padrão explicativo para uma série de situações políticas, econômicas e administrativas que marcaram a vida da Província na segunda metade do século XIX.

Um dos aspectos primeiros a sustentar a ideologia da decadência é o da sua origem que se configura como um marco ou contraponto entre um período de prosperidade da agricultura, no passado, distante há pelo menos um século do período que corresponde ao da rotatividade dos governantes da Província caracterizado, então, pela propalada decadência. Almeida (2008, p. 67) afirma que:

A trajetória de construção dessa origem pressupõe uma ação retrocessiva cronologicamente, que elege um intervalo de tempo indeterminado mediante a utilização de uma datação delimitadora. A data mais remota que é acionada nos documentos, neste contexto, o ano de 1755, encerra uma peculiaridade. A própria escolha desta data e a razão de seu destaque para

efeito de clivagem se prendem aparentemente ao seguinte princípio: para bem se explicar um evento deve-se partir da referência a um seu contrário tomado como contraponto.

Idade de ouro da lavoura e decadência são, portanto, os contrários necessários à construção ideológica de um discurso imprescindível à explicação não apenas da teoria dos ciclos que toma por base a alternância entre abundância e retrocessos econômicos, mas, principalmente, para justificar os fracassos administrativos dos sucessivos governantes da Província. Mas há de se ponderar, como faz Almeida (2008, p. 68), que “nenhuma interpretação oficial pode afastar as esperanças de um futuro e indicar o caos como inevitável e a barbárie como origem sem colocar em questão a sua própria ação executiva e administrativa, isto é, seu próprio poder”, posto que a decadência diz respeito ao que deixou de ser um passado idealizado.

A construção de um discurso que buscava explicar a decadência pela prosperidade fundamentava-se na interpretação da Lei de 6 de junho de 1775 que proclamava a liberdade dos índios e autorizava a introdução em grande escala de escravos da Costa da África.

Da promulgação da Lei de 6 de junho de 1775 até a segunda década do século XIX, o Maranhão viveu período considerado de prosperidade, em decorrência da expansão da produção e exportação do algodão e do arroz. A queda da produção algodoeira ocasionou a cessação da prosperidade, marco da “idade de ouro” da Província e deu início ao começo da decadência da lavoura. As questões ideológicas e políticas da segunda metade do século XIX permeavam os aspectos econômicos vitais da província marcados pela oposição ao trabalho escravo.

Decorreram dessa oposição, representações sobre o desenvolvimento das forças produtivas a partir do “estímulo à colonização e às formas de incorporação da **população livre**.” (ALMEIDA, 2008, p. 71; grifo do autor). É dessa tessitura ideológica que surge a justificativa da escassez de mão-de-obra para explicar a decadência da lavoura e as questões levantadas pelas teorias do liberalismo econômico que relacionava o trabalho escravo à estagnação das técnicas produtivas. Os relatórios e os discursos agora apontam para a possibilidade da colonização e da implantação do trabalho livre. Tais possibilidades seriam a solução para a revitalização da lavoura e do comércio cuja decadência atingia a vida

social e política da Província, visto que suas causas eram, ao mesmo tempo, suas conseqüências, a saber: as questões econômicas, políticas e sociais.

Do ponto de vista econômico a queda do preço do algodão teve como consequência direta a bancarrota dos grandes proprietários, a inadimplência e a estagnação do comércio. (ALMEIDA, 2008). A estagnação acontecia pela falta de condições para o escoamento da escassa produção, conforme relata o administrador Augusto Olympio Gomes de Castro, em 1875, por ocasião da entrega do cargo ao segundo vice-presidente, Conselheiro Desembargador José Pereira da Graça. No tocante ao aspecto político e social, a fuga de escravos e suas ações quilombolas somadas à adesão da população aos movimentos contestatórios à política provincial ocasionaram a redução da mão-de-obra, resultando na queda da produção. A ideologia dos discursos dos governantes estava, pois, assentada no argumento da “escassez de braços” para lavoura, decorrente da “inoperância” e da “vadiagem”. São estas representações que vão justificar o uso das forças repressoras com vistas à organização de um sistema de trabalho pelo recrutamento de mão-de-obra submetida à peonagem por dívida. Desse modo, a colonização e a emigração estrangeira surgem como solução.

A ideologia que sustentava o discurso da decadência da lavoura e do comércio pela escassez de braços era a mesma que ocultava a inabilidade dos governantes da província para impor à população “livre” as leis do trabalho compulsório, segundo a análise de Almeida (2008). Parecia, portanto, viável a esses governantes, a utilização do sistema de colonização e da mão-de-obra de estrangeiros como meio de garantir um trabalho qualificado e produtivo.

A **colonização** enquanto uma política que organiza a ampliação do estoque de mão-de-obra prevê o estabelecimento e a fundação de colônias agrícolas com o objetivo de disciplinar uma oferta, que teoricamente seria acrescida e regularizada através da **emigração**. A **emigração** constitui um recurso, tido como mais apropriado, para preencher a ‘falta de braços’ ao assegurar a introdução de trabalhadores livres. Nesta ordem, é que a **emigração** se mostra associada à **colonização**, concretizando uma de suas proposições e partilhando do tópico que lhe é concernente nos textos oficiais (ALMEIDA, 2008, p. 97, grifo do autor).

Foram estabelecidas as colônias, quase todas financiadas pelo Governo Provincial e recrutados os colonos, em sua maioria portuguesa, mas o empreendimento não correspondeu às expectativas dos governantes provinciais em relação à superação da decadência da lavoura em função de novos problemas de ordem social e política que surgiram no interior de sua organização. Foi o caso das

epidemias, insubordinação dos colonos às cláusulas dos contratos de trabalho gerando a evasão e a conseqüente perseguição das forças repressoras para seu recrutamento, o que ocasionou o abandono das colônias e sua natural desagregação. O insucesso da colonização pelo recrutamento de emigrantes estrangeiros ocasionou busca de novos núcleos de colonização, desta feita com mão-de-obra cearense.

Da análise ideológica sobre o discurso da decadência da lavoura depreende-se o senso comum que fundamentou a sua produção a partir de reiterações de textos oficiais sem maior profundidade de análise de suas causas e efeitos por parte dos governantes provinciais, a não ser a polarização, como afirma Almeida (2008, p. 147), entre “prosperidade e decadência, opulência e ruína, progresso e atraso, apogeu e queda”.

O Governo Militar na década de 1970, com o Programa de Integração Nacional, buscava intensificar a ocupação da Amazônia e nessa mesma década é deflagrada a divulgação de informações sobre a região de Carajás localizada ao Norte do Brasil, no estado do Pará, município de Parauapebas, rica em minério de ferro, bauxita, ouro e outros minérios. (RÊGO, 2002).

O Governo do Estado passa a desenvolver ações que levariam ao aproveitamento de todo esse potencial de Carajás. É, então, criada a Secretaria de Indústria e Comércio do Maranhão e implanta-se, numa área de 130 hectares, o primeiro Distrito Industrial, em 1980. Em Moreira (1989, p. 3), encontra-se a seguinte consideração sobre o que o governo estadual buscava na época:

Desenvolver uma vocação metalúrgica no Maranhão, mais particularmente em São Luís, ponderando acima de todas as razões o seu porto, sempre considerando, mesmo em estudos realizados fora do Estado, até por consultorias internacionais como de condições excepcionais para operação de embarcações de grande capacidade de carga.

A economia do Maranhão caracterizava-se, no início dos anos 1980, como de subsistência, apresentando uma industrialização mínima que reunia umas poucas indústrias de óleo de babaçu, celulose e sabão. Assim, se apresentava o Maranhão “fundamentalmente agrícola, com um mínimo de industrialização.” (TSUJI, 1991, p. 20).

Castro (1993, p. 45) assevera que:

Ao contrário das políticas governamentais dos anos 60 e 70 dessa região, que davam prioridade à exploração da madeira e do gado, nos anos 80 o Estado vai garantir os interesses da empresa industrial. A descoberta de riquezas minerais acelera as negociações e a aceitação dos primeiros

projetos industriais no setor dos minerais: Projeto Ferro-Carajás (ferro), Mineração Rio do Norte (bauxita), Albrás e Alumar (alumínio-alumina), usinas siderúrgicas destinadas à produção de ferro fundido e de liga, Projeto Manganês, Projeto Cobre, Projeto Ouro entre outros.

Sobre o tripé capital estatal, capital privado nacional, capital privado internacional, grandes investimentos públicos foram realizados para pôr em prática a estratégia citada. Industrialização e energia foram ajustadas, a fim de possibilitar a implantação e a expansão de projetos minero-metalúrgicos na Amazônia, conforme representado no Quadro 4 a seguir.

Projetos	Acionistas	Capacidade Produtiva	Destino	Instrumento (\$ milhões)	Empregos	
					Nº	Custos (\$mil)
FERRO CARAJÁS	CVRD (100%)	35 milhões t/a de minério de ferro, sob a forma primária	100% exportação	4.600,0	7.7014	663,2
ALUNORTE	CVRD (18%) + NAAC-Japão	800 milhões t/a de alumina	80 % exportação (160 mil t/a VALESUL – 51% CVRD + 44% SHELL do Brasil 5% Reynolds Internacional) e 640 mil t/a ALBRÁS	571,0	7763	748,2
ALBRÁS	CVRD- 51% + NAAC-59%	320 milhões t/a de alumínio	100% exportação	1.289,0	33.213	401,3
ALUMAR	ALCOA (60%) + SHELL (40%)	2 milhões t/a de alumina 400 mil t/ de alumínio	90% exportação	1.475,0	1.300	614,1

Quadro 4 - Projetos minero-metalúrgico do Programa Grande Carajás em implantação na década de 1980

Fonte: Companhia Vale do Rio Doce – Amazônia Oriental - Preliminar de Desenvolvimento (1980)

O interesse do Governo Federal por Carajás vem desde o final de 1950. Entretanto, as jazidas de minério de ferro só foram descobertas pela Companhia Meridional de Mineração²⁹, em 1967. Constitucionalmente, a riqueza do subsolo deveria ser explorada por empresa nacional, o que levou a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) à busca de uma associação. Criou-se, então, a Amazônia Mineração (AMZA) que passou a assumir a responsabilidade de explorar e transformar Carajás

²⁹ Subsidiária da United States Steel Corporation.

em projeto. Subsidiária da CVRD, a AMZA inicia a preparação da área Itaqui-Bacanga, para acomodação da estrutura destinada às instalações porto-ferrovia e ampliação do porto de Itaqui em São Luís do Maranhão³⁰. (BARBOSA, 2006). O Programa Grande Carajás estava vinculado a grandes projetos de infra-estrutura, como a construção de rodovias e a construção de uma ferrovia de Carajás a São Luís para o transporte do minério de ferro até o porto de embarque. Foi construída a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA), para cobrir a grande demanda de energia, sobretudo, da indústria de alumínio. Embora sabendo que a exploração de minérios produz conseqüências desastrosas ao meio ambiente como desmatamento e assoreamento dos cursos d'água, por ser a extração realizada a céu aberto, o Governo Federal não se preocupou em minimizar os prejuízos sobre o ecossistema por levar em conta, em seus objetivos políticos, apenas a rentabilidade e a arrecadação de divisas que aquela atividade **desenvolvimentista** traria.

No que diz respeito à área de influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC), a pesquisa de Feitosa e Ribeiro (1995) a caracteriza como um espaço físico socioeconômico, político e cultural complexo. De acordo com Barbosa (2006, p. 97):

A partir da inauguração da Estrada de Ferro Carajás (1985), intensificou-se a expansão capitalista, bem como as transformações sócio-econômicas e ambientais e espaciais determinados pelos diferentes processos de ocupação como, por exemplo, a grilagem e as disputas pela posse e propriedade da terra. As grandes empresas se apropriaram de extensas áreas dessa região (90% da terra disponível) implementaram uma ocupação caracterizada pela expulsão dos posseiros, pelo desmatamento e implantação de pastagem, agravando ainda mais o quadro alarmante do latifúndio improdutivo.

O Governo Federal, através da CVRD, lançou mão de semelhante discurso utilizado por ocasião do lançamento do Programa de Metas, onde anunciava a criação das condições de trabalho, de saúde, de segurança e de educação para todos os brasileiros, e apresentou os benefícios que justificavam a implantação do Programa de Carajás. Conforme Barbosa (2006, p. 97):

- a) geração de divisas da ordem de US\$ 670 milhões anuais, mediante a exploração das vastas reservas de minério de ferro;
- b) implantação da ferrovia em 890 km de extensão, em região onde a rede de transporte é precária ou inexistente;
- c) contratação de firmas de engenharia e consultoria nacionais, prescindindo de contratos de assistência técnica externa e conseqüente economia de divisas;

³⁰ No município de São Luís estes projetos foram planejados sem nenhum conhecimento prévio da estrutura fundiária existente, sem alguma preocupação com a desarticulação que certamente seria provocada na economia local, com sérias conseqüências para os trabalhadores daquelas terras: posseiros, camponeses, quebradeiras de coco (SANTOS, 1984, apud BARBOSA, 2006, p.57).

- d) implantação de seis núcleos urbanos em uma região pouco habitada, ocupando assim, vasta área da região amazônica;
- e) geração de aproximadamente 8.250 empregos diretos;
- f) geração de cerca de 25.000 empregos na fase de implantação.

A população do interior do estado do Maranhão, vivendo em condições precárias, sentiu-se atraída pelo empreendimento e a capital São Luís, assim como as principais cidades cortadas pela estrada de ferro, destacaram-se na busca de melhores condições de vida. Sob essa ótica, encontra-se em Barbosa (2006, p. 87) a seguinte observação: “[...] a população, em grande parte constituída de famílias de pequenos produtores rurais, é alijada desse planejamento, tornando-se sujeita a um processo de proletarização pela forma violenta como é executada a desapropriação de suas terras.”

Esse alijamento contribuiu para a desintegração das atividades econômicas relacionadas à produção agrícola e valorizou as terras às margens da ferrovia, dando início a movimentos de concentração de terras nessas áreas. Estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Maranhão (IPES, 1989, p. 19) apresentam os números dessa migração de pessoas em busca de melhores condições de vida.

[...] em 1980 a população residente na AMIEFC³¹, somava 710,9 mil habitantes [...] A população rural constituía o maior contingente com 473,2 mil pessoas [...] sendo que desse total, 111,7 mil representavam a população de Imperatriz [...]

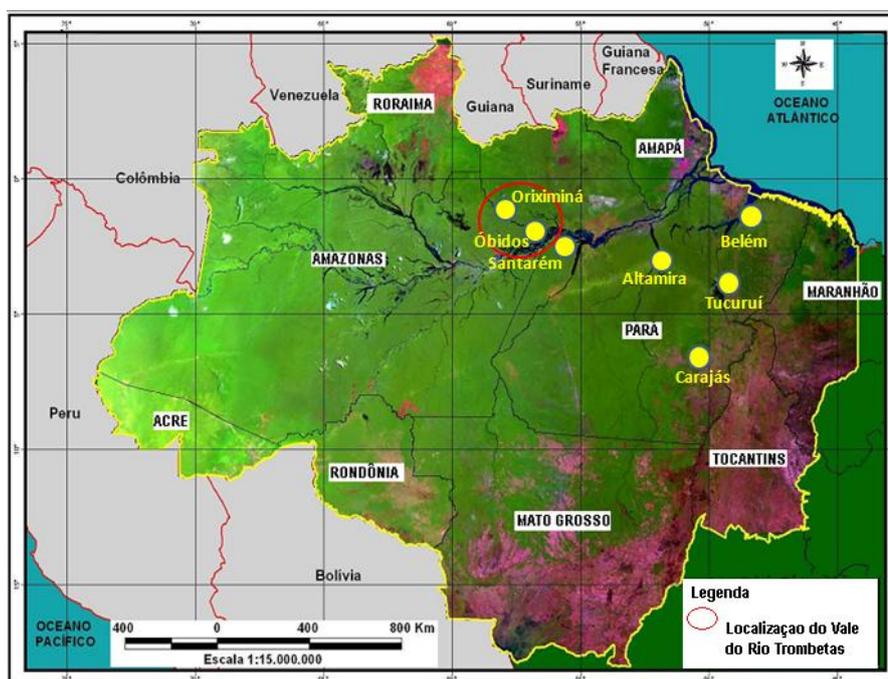
Não houve, da parte dos Governos Federal e Estadual, qualquer preocupação com a inserção dessa população que vivia da agricultura de subsistência, na nova dinâmica de produção. Percebe-se que o discurso oficial não reproduziu, na prática, a apregoada e decantada empregabilidade para os trabalhadores locais. Não houve preparo de mão-de-obra desses trabalhadores (cursos de marcenaria, ajudante de pedreiro, soldador, vigilância, pedreiro e outros) que lhes oportunizasse as condições de sustentabilidade e de sobrevivência mais dignas, tendo em vista que a nova área, chamada Vila Coquilho, para onde foram deslocados, não dispunha dos mesmos recursos naturais. Essa situação colocou no desemprego e no abandono considerável contingente de pessoas, vindo a engrossar

³¹ AMIEFC – Área Maranhense sob Influência da Estrada de Ferro Carajás e compreendida em 1987 quinze municípios: Açailândia, Anajatuba, Arari, Bom Jardim, Cajari, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Monção, Pindaré-Mirim, Pio XII, Rosário, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Rita e Vitória do Mearim. (IPES, 1989).

os problemas de violência tanto no campo como na área urbana, em função da própria política fundiária, no primeiro caso, e da falta de emprego, no segundo.

Os problemas sociais e ambientais, a desagregação da agricultura de sobrevivência, a proliferação de populações faveladas, a falta de perspectiva de solução para a questão agrária são resultados da chamada ideologia do progresso. A década de 1980 insere o Maranhão no mercado internacional e promove uma redefinição da sua economia. (BARBOSA, 2006).

No cenário da “economia do Grande Carajás”³² foram instaladas em São Luís, entre 1980 e 1984, o Consórcio ALCOA MINERAÇÃO S.A. (EUA)/ Billington Metais S.A. (Reino Unido e Países Baixos), projeto de iniciativa privada multinacional para a industrialização da bauxita, originária da Mineração Rio do Norte (MRN) no rio Trombetas (Mapa 3), cuja produção começou em 1979, com vista à produção da alumina e alumínio e que acabou sendo beneficiado pela legislação do Programa Grande Carajás.



Mapa 3 - Localização da bauxita no Vale do Rio Trombetas

Fonte: IBGE/SIPAM/INPE/Carta Imagem elaboradas com imagens Cbers (2009)

³² Pinto (1982) enumera sete pólos industriais no Programa Grande Carajás: a) usina de alumínio e alumina em São Luís (MA); b) usina de alumínio e alumina em Barcarena no Pará; c) mineração de bauxita em Paragominas (PA); d) mineração de ferro, cobre, níquel e produção de ligas em Carajás (PA); e) fabricação de gusa e ferro esponja em Tucuruí (PA); f) metalurgia e carvão vegetal em Marabá (PA); g) mineração de cassiterita em São Félix do Xingu (PA).

São acionistas da MRN a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), 46%; a ALCAN, 24%; a Billiton-Shell Metals, 10% e a Companhia Brasileira de Alumínio, Grupo Votorantim, 10%.(BARBOSA,2006).

A implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. teve o integral apoio dos Governos Estadual e Municipal que, ávidos em promover o **desenvolvimento**, ofereciam vantagens como cessão de terreno, desestruturação de leis trabalhistas, subsídios, isenção de impostos e alteração na legislação ambiental. Tudo respaldado no argumento ideológico de que a instalação de capital estrangeiro traria emprego e progresso. O Programa Grande Carajás, que começou a ser executado no final da década de 1970 e visava à introdução de grandes empresas na região, é um clássico exemplo desse processo. Devido à alta tecnologia utilizada, entretanto, a ocupação de mão-de-obra foi baixa. (FEITOSA, 1994).

Nos anos 1980 a economia brasileira foi marcada por desequilíbrios internos e externos. No plano interno, o Produto Interno Bruto (PIB) caía e a inflação, que alçava vôo, transformou-se em hiperinflação no final de 1989. No plano externo, o país sofria as conseqüências da moratória da dívida externa do México. O período foi caracterizado como sendo a “década perdida”. Foi nesse cenário que se instalaram os Grandes Projetos, com base em uma política de exportação de alumínio e alumina (ALCOA) e minério de ferro (CVRD).

A instalação desses projetos com suas tecnologias de ponta produziram impactos na sociedade, e ocasionou importantes mudanças na estrutura produtiva, como se pode observar nas Tabelas 3, 4 e 5 referentes ao PIB (1980-1999) do Estado, índice e variações anuais do produto interno bruto real, segundo os setores econômicos (1980–1995) e saldo da balança Comercial 1980 -1999.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto em US\$ 1.000,00 (1980 –1999)

PIB a.p.m (US\$ 1.000,000)			
Anos	Preços de 1999	Base 1999=100	Variação %
1980	2.659,41	30,0	-
1985	3.869,44	43,7	45,6
1990	5.914,53	66,7	52,6
1995	6.824,05	77,0	15,4
1999	8.862,41	100,0	29,8

Fonte: SUDENE (1999)

Como consequência da implantação dos Grandes Projetos, o estado do Maranhão teve um crescimento do PIB considerável. Em números, para um período relativamente pequeno (19 anos), o PIB real do estado do Maranhão cresceu em média 6,34% ao ano levando em conta todo o período (1980 - 1999), o Estado apresentou uma taxa de crescimento de 233,25%.

Tabela 4- Índices e variações anuais do Produto Interno Bruto Real, segundo os Setores Econômicos (1980 – 1995)

(Ano Base 1980)								
Setores Econômicos								
Anos	Agropecuária		Indústria		Serviço		Total	
	Índice	Variação	Índice	Variação	Índice	Variação	Índice	Variação
1980	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-
1985	68,0	- 32,0	159,7	59,7	165,0	65,0	145,5	45,5
1990	77,4	13,8	268,5	68,1	243,1	47,3	222,4	52,8
1995	98,3	27,0	291,0	8,3	289,4	19,0	256,6	15,3

Fonte: SUDENE (1995)

Analisando-se o desempenho econômico do estado do Maranhão por meio dos comportamentos dos setores de atividades (Tabela 4) observa-se que para o período de 1980 a 1995 (15 anos), os setores da indústria e serviços constituíram-se nos mais dinâmicos da economia maranhense, apresentando taxas médias de crescimento de 7,12% e 7,08% ao ano, respectivamente. Por outro lado, observa-se (Tabela 4) que a agropecuária teve um crescimento negativo (média de -0,11% ao ano) e que, no conjunto, a economia maranhense, embora apresentando razoável crescimento, não mostrou o mesmo vigor tendo em vista que o crescimento anual médio (1980 a 1995) foi de 6,28%.

Tabela 5 - Saldo da Balança Comercial (1980 – 1999)

Valor US\$ 1.000 FOB			
Anos	Exportação	Importação	Saldo
1980	11.810	26.940	-15.130
1985	82.689	66.199	16.490
1990	442.620	101.657	340.963
1995	671.361	237.401	433.960
1999	662.962	367.102	295.860

Fonte: MF/SECEX/DECEX/SUDENE (1995)

Nessa tabela confere-se comportamento favorável da balança comercial do Maranhão a partir de 1985. Refletindo a presença das empresas ALCOA MINERAÇÃO S.A. e CVRD, frutos dos Grandes Projetos, como se observa pelas Tabelas (3, 4, e 5), o estado não sofreu com a crise que abalou a economia brasileira, tendo em vista que os produtos das empresas voltavam-se grandemente para o mercado externo. Apesar desses dados, são questionáveis as implicações econômicas como resultado palpável a toda a sociedade maranhense.

O discurso das empresas sobre a relação custo/benefício do Projeto não passou de retórica, visto que em relação a empregos não houve melhora ou incremento, apesar do uso de tecnologias avançadas. Ao contrário, com a expulsão e atração do homem do campo para a cidade, agravaram-se os problemas urbanos.

O setor da construção civil, a partir da década de 1980, passa a ter maior importância diante da implantação dos novos empreendimentos e construção de residências e/ ou prédios de apartamentos para alojar a massa de profissionais que chegaram para dar sustentação às empresas dos Grandes Projetos. **A ideologia do desenvolvimento, do progresso e do bem-estar**, com a instalação de empresas de grande porte - seja com capital nacional ou internacional - não incluiu grande parte de população maranhense no mercado de consumo, nem mesmo de bens básicos, como alimentos, vestuários, moradia, saneamento, educação, saúde e higiene.

No que diz respeito ao comércio internacional verifica-se, na análise da Tabela 5, que o saldo da balança comercial do Estado, que representa a diferença entre exportações e importações, passou a ser superavitário em 1985, apresentando, a partir de 1990, crescimento significativo. Em termos percentuais,

considerando apenas as exportações, as taxas de crescimento de 1985 a 1980; 1990 a 1985; 1995 e de 1999 a 1995 foram, respectivamente, de 600,16%, 435,28%, 51,68% e -1,25%. Apesar da última taxa ter sido negativa, efeito da redução das importações, pode-se verificar que o desempenho do setor externo foi altamente favorável. Ao considerar a pauta de exportação maranhense, em que se constata a existência de uma forte representatividade dos produtos originados do Projeto Grande Carajás, percebe-se o grande impacto que esta atividade provocou no comércio exterior maranhense.

A economia maranhense chega ao início da década de 1980 no contexto do processo de integração comercial à economia nacional ocorrido entre 1940 e o início da década de 1970. Além disso, estava cercada por um ambiente criado pelo modelo nacional de desenvolvimento direcionado para o aprofundamento da internacionalização da economia e impulsionado pela forte presença estatal. Estava também orientada pela política militar de um projeto geopolítico de afirmação do país enquanto potência, ainda que regional, e de abertura política “lenta, gradual e segura”. Era um momento em que o cenário nacional e internacional já exercia influência crescente sobre o Maranhão.

No final da década de 1970 o Maranhão enfrentou um processo de redução na dinâmica da produção de óleo babaçu e da produção de arroz. Esses dois ramos produtivos já adquirido importância comercial crescente entre 1940 e 1970. Contudo, seus baixos níveis de produtividade não conseguiram concorrer com a pesquisa e inovação tecnológicas sistemáticas empreendidas em outros estados e países. O babaçu, ainda obtido de forma extrativa, não era competitivo em relação ao óleo de soja e de palma produzidos em larga escala pela lavoura mecanizada, cujo processo produtivo era constantemente aperfeiçoado pela pesquisa e inovação tecnológicas sistemáticas. Quanto ao cultivo do arroz tem-se que padecia da falta dos benefícios obtidos com a mecanização e com a falta de incentivos estatais, direcionados prioritariamente para a pecuária.

Esse processo de perda de dinamismo coincidiu com a crise conjuntural estabelecida na economia brasileira principalmente a partir do choque do petróleo em 1973. Essa crise se configurou pelo forte crescimento da dívida externa, pela elevação da concentração de renda, por pressões inflacionárias, e por uma redução na produção de alimentos e até na de matérias-primas. Era o fim do ciclo denominado Milagre Brasileiro.

Para dar resposta a esse cenário, o governo do general Geisel, que assumiu em março de 1974, procurou enfrentar a crise implantando o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). “A prioridade do II PND foram as indústrias produtoras de bens de capital e de bens intermediários, que constituíam os grandes pontos de estrangulamento que impediam a continuidade do desenvolvimento nacional.” (LACERDA, 2001, p. 118).

Nesse tempo inicia-se o Programa Grande Carajás. Tal projeto é fruto de investimentos privilegiados do grande capital nacional e estrangeiro, promovidos desde o final da década de 60 com forte apoio do Estado militar capitalista. As jazidas minerais identificadas na Amazônia Oriental vêm de encontro à exaustão das minas exploradas no Sudeste. Assim, a exploração mineral é deslocada para a região norte. “Legitimou-se, pois, uma grande área de atuação do Programa Grande Carajás: cerca de 11% do território brasileiro, abrangendo os estados do Maranhão, Pará e Tocantins.” (BOTELHO, 2007, p. 204).

Esse projeto, situando-se, então, no contexto da tendência mundial de globalização, transformou o Maranhão em corredor de exportação e o inseriu no que se denomina na literatura histórica de Maranhão dos Grandes Projetos. Nesse sentido, o Estado do Maranhão aparece como área estratégica, capaz de absorver investimentos.

Isso é resultado do alinhamento de interesses entre o Estado Militar, o grande capital nacional, o capital monopolista internacional e as oligarquias locais. Eles previram impactos econômicos e sociais que iriam contrapor-se ao cenário de crise que já estava instalado no âmbito nacional e, especificamente, no Maranhão do início da década de 1980. Por essa razão, faz-se necessária a avaliação da estrutura e evolução do desempenho socioeconômico do Maranhão a partir desse período.

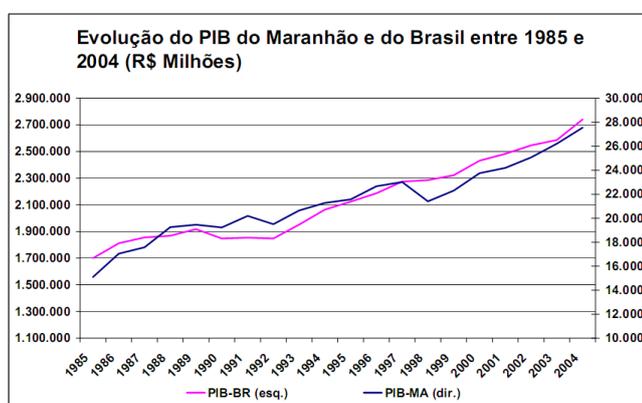
3.1.1 Análise econômica

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região. Todavia, sua análise para o Maranhão no período 1980-2010 padece de algumas limitações. Basicamente estão disponíveis somente dados levantados pelo IBGE e tratados pelo IMESC/MA. Além disso, a metodologia de apuração do PIB sofreu alteração a partir

de 1985. Por essas razões, o estudo aqui apresentado leva em consideração basicamente os dados do IBGE divulgados a partir daquele ano.

Tendo isso por base, abordam-se aqui as implicações do grau de integração da economia maranhense à economia nacional, o crescimento e participação do PIB, a estrutura e evolução da participação dos setores no PIB e a dinâmica demográfica e seu impacto sobre a renda *per capita*.

Inicialmente, infere-se da evolução comparativa do PIB do Maranhão e do Brasil no período de 1985 a 2004, pela forte correlação entre os dois movimentos, que a economia maranhense encontra-se hoje integrada à economia nacional. (Gráfico 1).



Fonte: IBGE

Gráfico 1- Evolução do PIB do Maranhão e do Brasil 1985-2004

Fonte: IBGE (2010)

Com isso, pode-se colocar em perspectiva que a economia do Maranhão, notadamente a partir do final da década de 70, tornou-se sensível à dinâmica das políticas econômicas nacionais e regionais bem como integrada à dinâmica da economia nacional e regional. Isso explica, por exemplo, porque as maiores variações do PIB em termos de quinquênio ocorreram no período de 1975 a 1980, auge dos incentivos fiscais e de maior expansão da pecuária e, as menores variações no período de 1990 a 1995, início do neoliberalismo econômico e do afastamento do Estado do setor agrícola. A política regional induziu taxas superiores de crescimento do PIB maranhense em relação às do Nordeste e do Brasil. (Gráfico 2).

Evolução da taxa de crescimento do PIB real do Maranhão, Nordeste e Brasil, entre os anos de 1985 a 2004 (a preço de 2004 = 100)

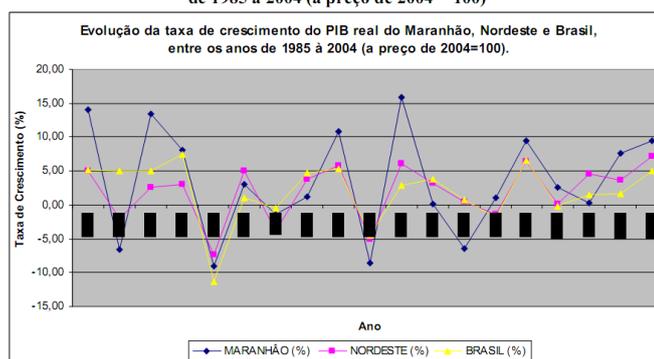


Gráfico 2- Evolução da taxa de crescimento do PIB real do Maranhão 1985-2004

Fonte: IBGE (2010)

No período 1985-2004 a taxa de crescimento da economia do Maranhão foi de 3,1% a.a., superior à do Nordeste que foi de 1,87% a.a. e à do Brasil que chegou a 1,89% a.a. De 2002 a 2007 a variação real anual do PIB do Maranhão continuou superior à do Nordeste e do Brasil, segundo dados do IBGE/IMESC. (2010).

Entretanto, entre 2004 e 2008, o setor que mais elevou sua participação no PIB foi o da agropecuária (IBGE/IMESC). Passou de 18,4% em 2004 para 22,2% em 2008. O setor secundário (indústria) sofreu recuo: de 17,4% em 2004 para 16,9% em 2008. Fato semelhante ocorreu com o setor terciário. Vale ressaltar que esse desempenho do setor primário foi puxado pela Lavoura Temporária, com 45,3%, e pela Silvicultura/Exploração Florestal, com 32,3% do VA bruto do setor. Foram destaques em 2008 em relação a 2007 o cultivo da soja (33%) e da cana-de-açúcar (21,4%) no crescimento em volume no setor da agropecuária. A pecuária e pesca cresceu 3,0% em seu valor adicionado bruto em 2008. Todavia, a criação de bovinos e outros produtos de origem animal cresceram 6,2%. (IBGE/IMESC, 2010).

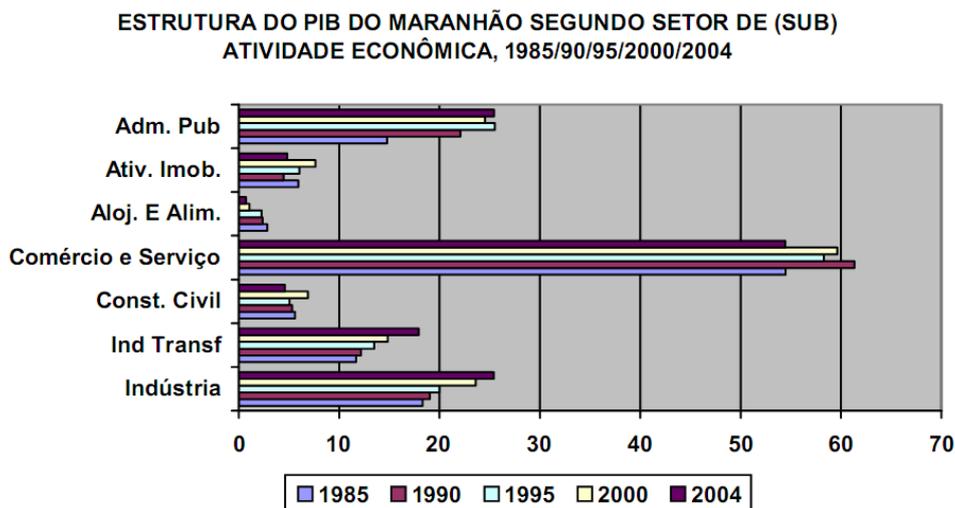


Gráfico 3- Estrutura do PIB do Maranhão segundo setor de (sub) atividade econômica, 1985/90/95/2000/2004
Fonte: IBGE/IMESC (2010)

O setor industrial passou por importante mudança no seu perfil, mas continua incipiente. O Projeto Grande Carajás foi o grande indutor dessa mudança, contudo, não foi suficiente para garantir grande expressão. Seu peso ainda é pequeno em nível regional e nacional, e é altamente especializado e concentrado em poucos produtos (*commodities* minerais) e locais geográficos. As principais atividades de porte que detêm alguma representatividade são as ligadas aos minérios de ferro, manganês, alumínio e carvão vegetal, madeira, higiene e limpeza, frigorífico, laticínio e complexos de grãos. Apenas cinco municípios, São Luis, Açailândia, Imperatriz, Balsa e Caxias representam mais de dois terço do PIB total do setor (IMESC, 2008).

3.1.2 Balança comercial

O Gráfico 4 permite verificar que as importações vêm superando as exportações desde 2006 e, com isso, gerando saldos negativos na balança comercial do Maranhão. Em 2010, esse resultado negativo foi puxado pelas importações de combustíveis (83,13% do total de importações). Os principais produtos exportados: minérios de ferro, alumina, outros grãos de soja, ferro fundido, alumínio não ligado e ligas de alumínio (96,52% das exportações), não foram suficientes para evitar o déficit na balança comercial.

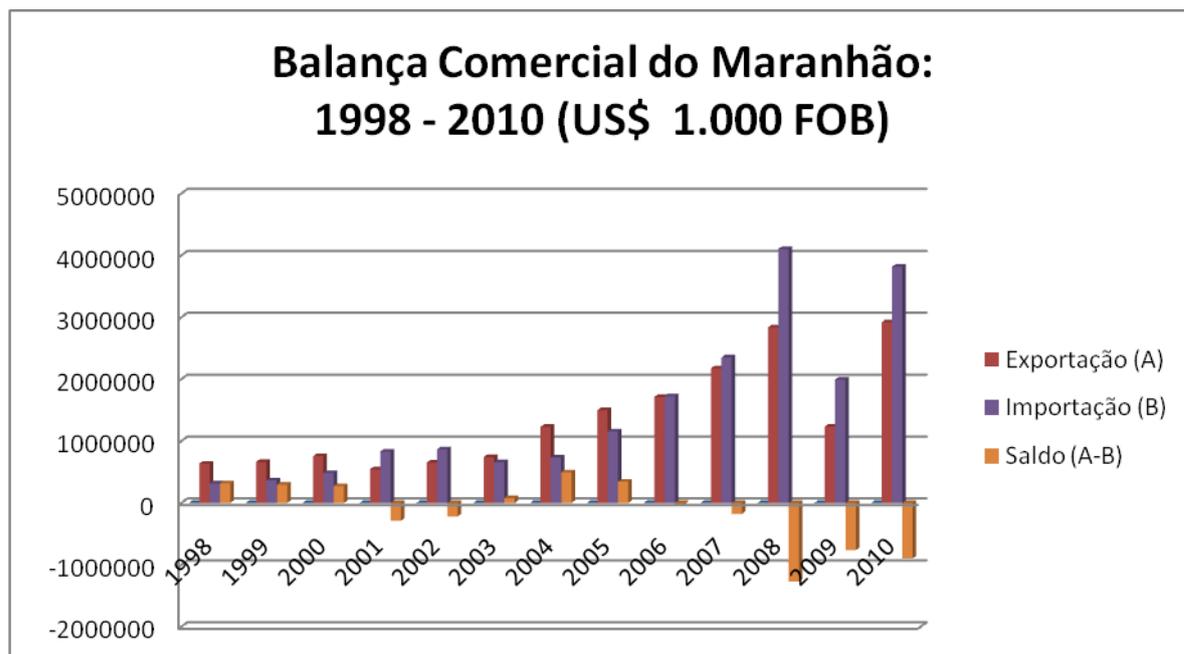


Gráfico 4- Balança comercial do Maranhão
Fonte: SECEX/IMESC (2010)

Em 2010, as três maiores empresas exportadoras foram a Vale S/A (50,37%), a Alcoa Alumínio S/A (9,05%) e a Alcoa World Alumina Brasil Ltda. (7,78%). Juntas representaram 67,20% do esforço de exportação. (IMESC, 2010).

No mesmo período, as três maiores empresas importadoras foram a Petrobras S/A (83,05%), a Vale S/A (3,38%) e a Alcoa Alumínio S/A (1,76%). Juntas foram responsáveis por 88,19% das importações. (IMESC, 2010).

Esses dados demonstram o que já vem ocorrendo desde que o Complexo Carajás entrou em funcionamento no final da década de 1980: a pauta de exportação maranhense é dominada por *commodities de produtos de origem mineral* (ferro e alumínio) e produtos de origem agrícola (principalmente grãos de soja e derivados). A predominância absoluta é de produtos semimanufaturados (bens intermediários). (IMESC, 2010).

Com esse perfil, as exportações maranhenses permanecem vinculadas à dinâmica econômica externa de seus principais compradores: países asiáticos (principalmente China), os Estados Unidos e a União Européia. (IMESC, 2010).

O mercado de trabalho maranhense, a exemplo do mercado de trabalho nacional e considerando o período circunscrito pela década de 1990 e até 2006, apresentou aumento de desemprego estrutural e crescente precarização nos novos

postos de trabalho criados. Segundo dados da PNAD (IBGE, 2010) o desemprego elevou-se no país de cerca de 3% da População Economicamente Ativa (PEA) ao final dos anos 80 para o patamar de 10 a 12% na primeira metade dos anos 2000. No Maranhão o desemprego avançou do patamar de 2,3% para 16,6% da PEA, sendo que o desemprego urbano elevou-se a 21,1% nesse mesmo período. Enquanto a PEA registrou crescimento anual médio da ordem de 2,31%, a população ocupada em termos globais (urbana e rural) evoluiu à taxa de 1,24%. (IBGE, 2010).

No setor urbano, elevou-se o peso relativo dos trabalhadores no setor terciário, que passou de 72,1% em 1980 para 77,4% do total dos trabalhadores urbanos em 2006. Percebe-se que o único setor a demonstrar ganho de participação na estrutura ocupacional no Estado entre 1980-2006 foi o de Comércio e Reparação, normalmente um setor que apresenta maior proporção de informalidade e precariedade nas condições de trabalho. O setor industrial perde participação na estrutura ocupacional no período da ordem de cinco pontos percentuais, sendo que a indústria de transformação foi a mais atingida, com a perda de cerca de três pontos percentuais. Outro aspecto importante é que os setores de Educação, Saúde e Serviços Sociais e a Administração pública, associados no plano nacional a ganhos percentuais de população ocupada no período pós-1990, no Maranhão demonstram estagnação e/ou ligeira involução no que se refere ao peso na estrutura ocupacional, como se observa na Tabela 6. (IMESC, 2010).

Tabela 6

Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas por setores e grupos de atividades - Total e participação no total, 1980, 1992 e 2006.

	1980	1980	1992	1992	2006	2006
Total	1.280.175	% do total	2.294.849	% do total	2.759.460	% do total
Agropecuária	884.472	69,09	1.388.111	60,49	1.105.593	40,07
Total - exceto agrícolas	395.703	100,00	906.738	100,00	1.653.867	100,00
Indústria	110.410	27,90	198.066	21,84	373.511	22,58
Indústria de transformação	54.971	13,89	101.470	11,19	176.410	10,67
Construção	44.653	11,28	65.751	7,25	179.709	10,87
Indústria (Outras)	10.786	2,73	30.845	3,40	17.392	1,05
Comércio e Serviços	285.293	72,10	708.672	78,16	1.280.356	77,42
Comércio e reparação	73.196	18,50	185.082	20,41	427.320	25,84
Transporte, armazenagem e comunicação	24.622	6,22	35.713	3,94	88.622	5,36
Administração pública	26.635	6,73	64.943	7,16	108.491	6,56
Educação, saúde e serviços sociais	52.288	13,21	155.860	17,19	216.995	13,12
Outros Serviços	108.552	27,43	267.074	28,21	438.928	26,54

OBS: A classificação Indústria (Outras) inclui Extrativa Mineral e Atividades de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP). No Censo de 1980 a rubrica Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais abarca as rubricas Serviços Domésticos e Alojamento e Alimentação, desdobradas a partir da PNAD de 1992. A partir deste ano (1992) Serviços de Reparação (Mecânica, entre outros) aparece em Comércio e Reparação, sendo que antes era incluído em Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais.

No que se refere ao grau de precariedade do mercado de trabalho maranhense observa-se que para cada um emprego formalizado gerado no Maranhão no período 1992-2006, foram gerados aproximadamente 1,7 empregos informais. Trata-se do principal impacto do elevado êxodo rural. (Tabela 7).

Tabela 7

Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, segundo a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal - Maranhão - 2006

Posição na ocupação e categoria de emprego	1992	1992 (%)	2006	2006 (%)	1992 a 2006	Taxa de expansão anual (%)
Empregados	543.064	23,7	1.029.430	37,3	486.366	4,4
Com carteira de trabalho assinada	146.929	6,4	316.367	11,5	169.438	5,2
Militares e funcionários públicos	123.394	5,4	167.297	6,1	43.903	2,0
Outros	271.930	11,8	545.766	19,8	273.836	4,8
Trabalhadores domésticos	86.046	3,7	192.142	7,0	106.096	5,5
Com carteira de trabalho assinada	1.624	0,1	12.421	0,5	10.797	14,5
Sem carteira de trabalho assinada	84.422	3,7	179.721	6,5	95.299	5,2
Conta própria	1.019.581	44,4	862.941	31,3	-156.640	-1,1
Empregadores	51.142	2,2	73.705	2,7	22.563	2,5
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	136.370	5,9	260.872	9,5	124.502	4,4
Trabalhadores na construção para o próprio uso	4.869	0,2	7.453	0,3	2.584	2,9
Não-remunerados	453.777	19,8	332.917	12,1	-120.860	-2,0
Total	2.294.849	100,0	2.759.460	100,0	464.611	1,24

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006

O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) disponibilizou em 2008 o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM). O IDM é composto de 45 indicadores distribuídos em dois grandes grupos: 1) Índice de desenvolvimento Econômico – constituído dos indicadores de Infra-Estrutura, Qualificação da Mão-de-Obra e Produtividade, e de Produção Municipal; e 2) Índice de Desenvolvimento Social – constituído dos indicadores de Saúde, Educação, Oferta de Serviços Básicos e Meio Ambiente. O melhor IDM seria teoricamente 1,000 e o pior seria 0,000.

A partir do resultado do IDM divulgado para 2008, os 217 municípios do Maranhão foram divididos em cinco classes de acordo com o seu IDM obtido.

Tabela 8- Número de municípios de população estimada, segundo as classes do Índice de Desenvolvimento Municipal – Maranhão - 2008

Classes	IDM	Número de municípios	Índice Médio	População Estimada	% população do Estado
1	0,616 a 0,748	2	0,699	1.223.137	19,40
2	0,481 a 0,615	5	0,510	363.934	5,77
3	0,351 a 0,480	24	0,406	1.306.934	20,73
4	0,216 a 0,350	131	0,268	2.706.869	42,93
5	0,104 a 0,215	55	0,182	704.665	11,18
Total	---	217	---	6.305.539	100,00

A partir da análise da Tabela 8 pode-se observar que apenas sete municípios estão nas classes 1 e 2. Eles representam 25,17% da população. Os demais 210 municípios, que representam 74,83% da população do estado, estão nas classes 3, 4 e 5. Isso evidencia a concentração de desenvolvimento em poucos municípios.

Essa observação fica ainda mais clara quando se verifica que em 2004 esses sete municípios das classes 1 e 2 representavam 56,56% do PIB do estado do Maranhão.

O dinamismo da economia maranhense nos últimos 25 anos está integrado ao dinamismo da economia nacional e da economia internacional. Contudo, possui aspectos que lhe atribuem peculiaridades e, por essa razão, diferenciam o seu processo de desenvolvimento dos demais estados.

Esse dinamismo da economia maranhense não trás/produz o que afirmam, Cardoso e Falleto (1970): o desenvolvimento é em si mesmo como um processo social. Esse dinamismo, processo social da economia maranhense com a implantação dos Grandes Projetos não trouxe/concretizou a modificação na estrutura social do estado do Maranhão. Não representou nesses últimos longos quarenta anos o que Bresser Pereira (2003, p. 31, grifo nosso) visualiza como desenvolvimento nos aspectos econômico, social e político.

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, social e política, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, sociais e políticas de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social.

Não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorizado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento não trazer consigo modificações de caráter social e político, se o desenvolvimento social e político não for a um tempo resultado e causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento. As modificações verificadas em um desses setores terão sido tão superficiais, tão epidérmicas que não deixaram traços.

Esse é o resultado do “discurso do modelo desenvolvimentista” no estado do Maranhão que não apresenta dados palpáveis de modificação/melhoria no tocante ao social, ao político e ao desenvolvimento como um todo, que beneficie sua população. Esse “desenvolvimento” não foi pensado e estruturado visando a melhoria do padrão de vida da população do estado do Maranhão, mas implantado como uma “camisa de forças”, para que bancasse o pagamento da dívida externa e para “alimentar o sonho de um Brasil forte e potente”, somente imaginado e embalado pela burocracia do governo militar. Deduz-se que as condições de vida dos maranhenses não apresentou/não apresenta dados concretos que possam ser ligados, como se pode constatar nos gráficos acima, do que se esperava da tão propalada, “ideologia do desenvolvimento”, “elevação da qualidade de vida”, dos “sonhos de grandeza”, com a implantação dos Grandes Projetos, avalizados pelos governos do estado e federal.

3.2 Implantação do projeto ALCOA MINERAÇÃO S.A.

Com base em uma política de exportação fundada em argumento ideológico sobre o desenvolvimento e criação de empregos, instalou-se o Consorcio ALCOA/Billington/Camargo Correa, para a fabricação de alumina e alumínio primário.

Estando no Brasil, desde 1965, na região de Poços de Caldas, em Minas Gerais, a ALCOA MINERAÇÃO S.A. é a transnacional mais poderosa dentre as chamadas “Seis Irmãs”³³. Instalou-se em São Luís, entre 1980 e 1984, o projeto ALCOA MINERAÇÃO S.A. recebendo a aprovação dentre outros, da Secretaria

³³ ALCOA (americana), KAISE (americana), REYNOLDS (americana), ALCAN (canadense), ALUSUISSE (Suíça), PECHNEY (francesa).

Executiva do Programa Grande Carajás, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da própria Presidência da República que a declarou como sendo de Relevante Interesse Nacional. O projeto ALCOA MINERAÇÃO S.A., que em 1981 constituiu-se no Consórcio Alumar – Alumínio do Maranhão passa a integrar o Projeto Grande Carajás (PGC) em 17 de agosto de 1982, recebendo, a partir de então, benefícios em relação a incentivos e créditos do PGC, favorecendo, portanto, suas pretensões. Feitosa (1998, p. 99) chama a atenção para o fato de que:

Os grandes projetos, no Terceiro Mundo, embora espacialmente implantados em áreas planejadas a nível nacional, regional e local estão econômica e politicamente interligados internacionalmente ao processo globalizado de reprodução do capital: portanto, programas como o Grande Carajás vão surgir num cenário de suprema intenção imperialista das empresas transnacionais, no caso brasileiro, da Amazônia e do Maranhão, em específico, a partir de interesses geoeconômicos, fiscais, financeiros e geopolíticos dos governos militares [...].

A diretriz geral dos Governos Militares em busca de “promover a modernização” na Amazônia assentou-se, por um lado, na geopolítica e na doutrina de segurança, e, por outro, no discurso oficial que assegurava ser a instalação de grandes empreendimentos capaz de “industrializar e modernizar a fração oriental da região em decorrência de efeitos dinamizadores em cadeia e da internalização das rendas decorrentes da base de exportação de produtos minerais” (MONTEIRO, 1998, p. 1). Desde a chamada “Era Vargas”, reforçada e levada ao extremo durante o Regime Militar de 1964, difundiu-se a forte convicção da capacidade de promoção do desenvolvimento econômico nacional associada aos grandes projetos estatais ou privados ligados a setores básicos da economia. (D’ARAÚJO, 2004).

O complexo industrial recebeu apoio irrestrito dos Governos Federal e Estadual que o viam como um marco do eixo industrial Itaqui/Carajás, concedendo 3.700 hectares de terras e reservando 10.000 hectares no Distrito Industrial de São Luís, para uma futura expansão da ALCOA MINERAÇÃO S/A. Essa concessão foi um ato arbitrário do estado do Maranhão que contrariava Lei 2.979/17/07/1969 e ignorava a Assembléia Legislativa do Estado, que não teve nenhuma participação no Termo do Acordo que formalizou o compromisso de cessão das terras à ALCOA MINERAÇÃO S/A. Os movimentos sociais (Comitê de Defesa da Ilha e Moradores de Coquilho), ao tomarem conhecimento de denúncias de favorecimento e de irregularidades, mobilizaram-se em protestos, deflagrando uma ação coletiva.

Araújo (2006, p. 3) entende a ação coletiva como sendo “um fenômeno capaz de trazer mudanças às estruturas sociais em termos de bem coletivo [...]” e que dispendo de uma “natureza agregacional contestatória”, é capaz de criar “um espaço político propriamente dito dada a conjunção de forças geralmente em conflito”. Na experiência da mobilização contestatória em relação à instalação da ALCOA MINERAÇÃO S/A, esse conflito aflora quando engenheiros, biólogos, químicos e economistas formaram Grupo de Trabalho³⁴ instituído pelo próprio governo do estado do Maranhão, para ajuizar o projeto e posicionaram-se contra a sua implantação.

Os documentos apresentados pela ALCOA MINERAÇÃO S.A., para análise e discussão, foram apresentados incompletos, portanto, considerados insuficientes por não apresentarem clareza do que fora assinado com o Estado. Os documentos entregues para a análise do Grupo de Trabalho eram:

- a) Carta Consulta da ALCOA, abril de 1980, impropriamente denominada pela Empresa como: “Projeto São Luís – Instalação de Unidade Industrial Produtora de Alumina e Alumínio em São Luís – Estado do Maranhão;
- b) folheto informativo do Empreendimento Industrial da ALCOMINAS, distribuído pela ALCOA;
- c) plantas de localização do “Projeto São Luís” em escalas variáveis;
- d) fotografias aéreas de 1:70.000 – vôo de julho de 1976, de CDI/MA;
- e) levantamento aerofotogramétrico, no sul da Ilha relacionada ao estreito do mosquito;
- f) mosaico aerofotogramétrico da região;
- g) plano diretor da cidade de São Luís relacionado com as áreas de uso e propriedade industrial;
- h) coletâneas de leis e decretos que regulamentam a implantação do Distrito Industrial de São Luís;
- i) correspondência dirigida pela ALCOA MINERAÇÃO S.A. ao Governador do Estado, caracterizado pela Empresa como Termo de Aditamento à carta de intenção já apresentada. (ENGLISH, 1984, p. 36).

A mesma autora reforça e justifica dizendo que:

Os documentos apresentados pela ALCOA são insuficientes, não deram informações claras sobre a produção, utilização da área, financiamento e indenização. Elevadas taxas de isenção de impostos: quinze anos de isenção de imposto de renda; 90% de isenção do ICM, isenção do IPI na compra de equipamentos nacionais. Isso tudo representa uma perda irre recuperável de 99 milhões de dólares nos primeiros cinco anos do Projeto. Além de não apresentar detalhadamente as ações de preservação do meio ambiente. E principalmente por ser um projeto nocivo ao meio ambiente. (ENGLISH, 1984, p. 37).

³⁴ Eng. Civil e sanitaria Rogério Antônio Nogueira Santos; Eng. Civil Carlos Augusto Dias Vieira; Eng. Civil Mário Perfette, Economista Fernando Barreto, Biólogo Mário do Nascimento Moraes e o Químico e Economista Raul Ximenes Galvão.

O estado do Maranhão omite o parecer negativo do grupo especial de trabalho. As negociações com a ALCOA MINERAÇÃO S.A. (alienação de 3.700 ha de terra, isenção do ICM durante cinco anos e investimentos do Estado da ordem de 90 milhões de dólares), prosseguem. A partir desses acontecimentos, o Comitê de Defesa da Ilha começa a mobilizar-se, exigindo que fosse levado a público o teor dos contratos assinados entre o estado do Maranhão e a ALCOA MINERAÇÃO S.A. Essa exigência, assim como a mobilização, nos remete a Simmel (1983), que apresenta o conceito de “associação”, forma pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Segundo Simmel (1983), as coisas só possuem valor proporcionalmente aos sacrifícios que estamos dispostos a fazer para obtê-las.

A implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. teve um custo social muito alto, contra a classe trabalhadora e as camadas populares da Ilha, provocando o desaparecimento de povoados, a expulsão de centenas de famílias de seus locais de moradia e trabalho, multiplicando conflitos sociais, provocando processos de migração e tensão social, poluição de rios e manguezais, fonte de subsistência da maioria dos moradores desses povoados. Essas famílias, agora desabrigadas, pertenciam à categoria de camponeses autônomos que trabalhavam na agricultura familiar e contribuía para o abastecimento alimentar da Ilha. O Estado, indiferente e insensível aos problemas/protestos/conflitos, ratifica o compromisso assumido com a ALCOA MINERAÇÃO S/A, desapropria a área, vende essas terras a preço simbólico e garante o fornecimento de água (Projeto Italuís) para fins industriais. É inevitável, diante desses fatos, questionar em que medida esse tipo de desenvolvimento econômico é válido.

O Comitê de Defesa da Ilha continuou contestando a ação de colaboração do Estado em relação ao processo de implantação da ALCOA MINERAÇÃO S/A na Ilha de São Luís. Entretanto, na presença de representantes de órgãos do governo, empresários, autoridades federais, do Estado e do município de São Luís, em 31 de julho de 1980, a empresa se instalou, com o ato simbólico de plantar uma muda de *Bebuia Serratifolia* (pau d’arco amarelo) no local de suas futuras instalações. (Foto1).

O Comitê de Defesa da Ilha foi fundado pelo escritor Nascimento Moraes, pelo advogado Josemar Pinheiro e pelo deputado Haroldo Sabóia no dia 10 de agosto de 1980, data comemorativa ao nascimento de Gonçalves Dias, considerado

poeta da natureza. Com a fundação do Comitê a luta já iniciada contra a ALCOA MINERAÇÃO S.A. prossegue com mais ênfase, condenando sua instalação através de notas de protesto publicadas na mídia impressa de São Luís. O Comitê de Defesa da Ilha promove campanhas em defesa da ecologia objetivando assim, despertar/informar a população sobre a presença da ALCOA MINERAÇÃO S.A. e o **progresso** que o empreendimento traria buscando, também, meios para as ações de defesa das famílias em processo de desapropriação.



Foto 1- O plantio de um Ipê amarelo marcando o início para implantação do Consorcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR, 1980: o Presidente da ALCOA e o chefe da Casa Civil, José Burnett plantando um pé de pau d'arco amarelo

Foto 2- O Presidente da ALCOA, o candidato a governador do estado à época, Luiz Rocha, o Presidente do CDI, José Joaquim e o chefe da Casa Civil, José Burnett

Foto 3- Padre Sidney; o Presidente da ALCOA; José Joaquim; Luiz Rocha; José Burnett e o prefeito da cidade de São Luís, Roberto Macieira

Fonte: ALUMAR (2005).

A ação coletiva pressupõe reciprocidade a fim de que cada integrante reconheça o outro e também seja reconhecido como pertencentes ao grupo, atuantes em um campo de relações. A reciprocidade, pois, é condição primeira. Busca-se em Avritzer (2000) a afirmação de que os autores coletivos ocupam o espaço público, criando um pólo distinto da sociedade política para a satisfação das necessidades e constituição de novas identidades. A ação política pode ser pensada como um movimento coordenado de agentes, compartilhando objetivos para algo em comum.

A remoção que atingiu as comunidades em diversos aspectos acabou por levar muitas famílias desapropriadas a retornarem para o interior do Estado e muitas outras a superlotarem a periferia de São Luís, fazendo aparecer a inaptidão do indivíduo ao meio familiar ou social. Foi esquecido, ou pelo menos, não levado em consideração que um espaço construído é um espaço vivido. Os incentivos dados pelo Estado levam à capital São Luís a servir de palco para a instalação não só da ALCOA MINERAÇÃO S.A., mas também da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que ocupa uma área de 22 km², 11,57%, dos 190 km² destinados ao Distrito Industrial do Município de São Luís, com superfície de 504 km².

O deslocamento compulsório das populações outrora residentes nessas áreas levou ao aumento da periferia da cidade, sobretudo quando essas ações ocorrem em terras próximas a um centro urbano. Culturas existentes, modos de vida e de organização da economia quase não foram considerados. Foram afetados, sobretudo, os pequenos produtores rurais e os pescadores, o que provocou contrastes como o desenvolvimento industrial com padrão tecnológico de última geração, por um lado, e, por outro, grandes problemas sociais e ambientais. Sendo o Maranhão um Estado que precisa atrair investimentos para alavancar seu desenvolvimento, o Governo investiu em estruturas, alinhando-se ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Governo Ditatorial, marcado pela construção das bases burocráticas que serviriam de alicerce para implementação de ações desenvolvimentistas. Pode-se afirmar que neste caso o desenvolvimento não teve a mesma significação de crescimento, pois enquanto o crescimento representa o acúmulo de riquezas, provenientes/criado pelos agentes econômicos instalados numa região, o desenvolvimento resulta do aproveitamento melhor pelo conjunto da população do bem estar gerado pela riqueza.

Essas ações, fruto da imposição, da força e dos interesses de grupos, não superaram nem melhoraram as condições de vida da população (Tabela 9), deslocada em função dos grandes projetos/empreendimentos (ALCOA / Vale).

Tabela 9- Evolução absoluta e distribuição geográfica da população (1960 a 1991)

Municípios	1960		Total	1970		Total	1980		Total	1991		Total
	Urbana	Rural		Urbana	Rural		Urbana	Rural		Urbana	Rural	
São Luís	137.820	20.472	158.292	205.413	60.073	265.486	247.288	202.144	449.432	246.213	448.986	695.199
P. do Lumiar	-	-	-	524	12.963	13.487	588	16.621	17.209	1.159	52.059	53.218
S. J. de Ribamar	7.578	13.450	21.028	14.050	9.586	23.636	18.765	13.555	32.320	26.089	44.304	70.393

Fonte: Feitosa e Ribeiro (1996).

A coexistência desses empreendimentos que requerem o uso de tecnologias avançadas com as diferentes formas de garimpo não acontece fora de um campo de conflito, conforme salientam Castro e Marin (2000). O conflito se estabelece a partir de embates objetivos, como afirma Olson (1999), visto que, para ampliar o envolvimento dos indivíduos na ação coletiva, seria necessário o surgimento de empreendedores capazes de assumir a maior parte dos custos de participação. Isso aconteceu a partir da resistência organizada da comunidade que ingressou com ação na justiça, através do Comitê de Defesa da Ilha, em busca do direito de posse da área de Coquilho, distante 18 km do local onde residia anteriormente. A ação levou a ALCOA MINERAÇÃO S.A. e a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI), órgão estadual responsável pela área industrial, a decidirem pela compra da área de Coquilho e distribuição do respectivo documento de propriedade. Zauli (1995, p. 18) comenta a análise de Olson, afirmando que:

A lógica da ação coletiva corresponde tão somente a um curso de ação aparentemente ótimo, fixado a partir de condições definidas de forma extremamente restritiva. Na medida em que se transforma a matriz social na qual se inserem os indivíduos envolvidos com qualquer problema da ação coletiva, alteram-se os termos mediante os quais as estratégias de comportamento são equacionadas. Se muda o contexto da ação individual, muda-se também a lógica que informa o comportamento dos atores relevantes.

A alteração do comportamento gerou nas famílias deslocadas para a Vila Coquilho³⁵ o sentimento de esperança de dias melhores, pois, por meio das pressões e das organizações, conseguiram do Estado, via CDI, e da ALCOA MINERAÇÃO S.A., melhorias de infra-estrutura e transporte. Obtiveram também da ALCOA MINERAÇÃO S.A. a construção de um poço artesiano, caixa d'água, prédio para funcionamento de uma escola, um templo católico, uma delegacia e um posto de saúde. Demonstra-se, assim, que os movimentos “não só ganham poder como influência para modificar uma realidade, posto que a mobilização ajuda o processo de libertação, como o discurso persuasivo é a forma de estruturação da ação coletiva.” (OTONI, 2006, p. 74).

Os problemas da comunidade foram, em parte, solucionados pela demanda de uma ação coletiva, em virtude da conscientização da necessidade de cooperação para sua erradicação. Nesse caso, pode-se afirmar que as formas de ação coletiva resultantes dos processos a que foram submetidas as famílias que moravam em áreas de interesse da multinacional ALCOA MINERAÇÃO S.A., contribuíram para mostrar que em uma sociedade tão desigual como a nossa, a extensão dos espaços de cidadania e da democracia requer uma ação coletiva contínua em busca de uma sociedade mais justa. A busca de estratégias de ação coletiva visa e leva a uma melhoria dos grupos envolvidos, bem como sustenta o diálogo necessário à modificação das relações sociais.

3.3 Impactos econômicos

A industrialização no estado do Maranhão era mínima e fundamentalmente agrícola. Com a instalação, em 1980, dos dois grandes projetos, considerados um marco na história econômica maranhense, esse panorama foi alterado em função da política de exportação e de geração de novas divisas em dólares para o pagamento das dívidas contraídas à época do milagre econômico brasileiro.

³⁵ As famílias desapropriadas da área de Coquilho foram deslocadas para nova área chamada Vila Coquilho.

Com os projetos da CVRD voltados para a exploração de minério de ferro e o da ALCOA MINERAÇÃO S.A. para a produção de alumina e alumínio, deu-se uma reestruturação de todo o sistema produtivo existente anteriormente no Maranhão, acarretando impactos econômicos, sociais e ambientais, que afetaram o modo de vida da população, em especial a contida na região-programa.

A pavimentação das estradas trouxe consequências negativas à vida dos pequenos produtores, tornando as terras nessas áreas mais valorizadas, atijando a cobiça de grandes proprietários e iniciando o movimento de concentração de terras. Mas a pavimentação também possibilitou a chegada da produção de outras regiões do Brasil para o Maranhão a preços mais competitivos. Associado a isso, a falta de uma melhor política agrícola levou os pequenos produtores ao abandono pelo Estado. Quanto à produção de subsistência, continuou sendo a principal fonte de alimentos para a população da zona rural do Estado. No entanto, os projetos implantados (Ferro Carajás e ALCOA MINERAÇÃO S.A.) geraram falsas expectativas de emprego.

A ALCOA foi instalada entre 1980 e 1984, apesar dos protestos dos movimentos sociais em São Luís, que denunciaram as irregularidades do processo de implantação e os prejuízos para a população e a economia maranhense. Essas denúncias se referiam as ações do governo estadual que praticamente doou a empresa dez mil hectares ou 11% da ilha – inclusive 57% de toda a área de todo o Distrito Industrial da cidade. Além disso, desapropriou cerca de 20.000 pessoas, muitas delas expulsas com violência e desconsiderou os relatórios ambientais que apontavam os riscos de contaminação do solo pelos resíduos deixados pela fabricação de alumínio. Tudo isso para gerar apenas 7.000 empregos na fase de implantação, reduzidos para 3.000, em 1991, e apenas 2.273 em 1994. De fato, o número irrisório de empregos gerados contrasta com o volume de minérios exportados para o mercado externo – cerca de 300.000 toneladas de alumínio somente 1993. Junte-se a isso o fato da própria ALCOA fazer todo o monitoramento dos resíduos produzidos pela industrialização da bauxita, sem nenhuma fiscalização do governo estadual. (SILVA, 2001, p. 166).

Verdade é que durante o período de construção civil milhares de empregos surgiram, atraindo fortemente o homem do campo, em busca de sobrevivência e sendo, posteriormente, jogado nas periferias da cidade após a conclusão das obras. A atração da população para a cidade aconteceu em função do discurso ideológico que garantia a geração de empregos e renda, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida por meio da instalação dessas grandes empresas.

Os vários projetos que compuseram o PGC geraram, em 1994, cerca de 5.800 empregos diretos e 28.700 indiretos. Desses, restaram aos trabalhadores

maranhenses aqueles de menor qualificação e remuneração. Já no quadro geral de empregos no setor industrial maranhense, o PGC contribuiu com apenas 10% do total. Portanto, os grandes projetos não dinamizaram a industrialização, tampouco aumentaram a oferta de empregos no Estado. Ao contrário, as famílias desapropriadas de suas terras não encontraram alternativas para a construção do seu modo de vida em melhores condições. “Em vez disso, houve aumento do número de pessoas morando em favelas, ampliação da concentração fundiária, a ponto de, em 1988, 88,04% das terras terem sido cadastradas na condição de latifúndios.” (SILVA, 2001, p. 167).

Os Aparelhos Ideológicos do Estado entram em ação e, utilizando a propaganda, apresentam os grandes projetos como sendo a redenção sócio-econômica do Estado. (Figura 1).

A promessa dos grandes projetos, tais como Ferrovia e o Terminal Porto do Itaqui da CVRD, a Alumar em São Luís, as 15 Guseiras instaladas ao longo da Ferrovia no Pará e Maranhão, os projetos de plantio de eucalipto, a expansão da cultura da soja no Sul do Maranhão e a ampliação da indústria madeireira e carvoeira fazem parte deste contexto de promessa ideológica em um ‘Eldorado de desenvolvimento e riqueza para a população local’ (OTONI, 2006, p. 69).

O grande discurso utilizado pela ALCOA MINERAÇÃO S/A foi de que com a instalação da fábrica de alumina/alumínio, São Luís teria empregos, desenvolvimento e divisas para o pagamento da dívida do país.

Maranhense, volte para casa

**O MARANHÃO TEM LINDAS
PRAIAS, BABAÇU, CAMARÃO E**



EMPREGOS!

A Alcoa Alumínio S.A. está implantando em São Luís uma das maiores fábricas de alumínio da América Latina.

Serão 500 mil toneladas de alumina e 100 mil toneladas de alumínio produzidos na primeira fase, em 1983.

Para movimentar este complexo industrial, que vai dinamizar a economia do Maranhão, precisamos de gente.

Gente capaz, maranhenses decididos, que deixaram a sua terra procurando melhores oportunidades de emprego e que agora querem retornar.

Escreva para nós.

A sua oportunidade de voltar para a terra de origem pode ser esta.

Qualquer que seja a sua especialidade, gostaríamos de conhecê-lo e falar com você.

Teremos oportunidade em várias áreas de Construção, Manutenção e Operação, como:

- Engenheiros mecânicos, eletricitas, metalúrgicos e químicos, com diversos graus de experiência;
- Bacharéis em química, com experiência em laboratório;
- Técnicos metalúrgicos, químicos, eletricitas e mecânicos em diversos graus de experiência;
- Contadores e contabilistas, com boa experiência de chefia nas áreas financeira, contábil, tributária e de acompanhamento de contratos;
- Técnicos em treinamento industrial;
- Secretárias bilingües, com proficiência em inglês;
- Instrumentistas, soldadores, encanadores industriais, eletricitas, mecânicos especializados.
- Programadores e analistas de CPD
- Chefes de Almoxarifado.

**Envie seu Curriculum vitae.
Quem sabe você vai entrar 81
com o pé direito na sua terra?
Espere depois a nossa
resposta, para coordenar os
primeiros contatos.**

Alcoa Alumínio S.A.  **ALCOA**

Departamento de Relações Industriais Av. João Pessoa, 240 - Filipinho 65000 - São Luís-MA.

Figura 1- Oferta de emprego pela ALCOA
Fonte: ALCOA (1981)

A Figura 1, produzido pela ALCOA MINERAÇÃO S.A., contendo uma espécie de apelo aos maranhenses residentes fora do Estado a voltarem motivados pela promessa de emprego, constitui excelente exemplo do discurso do poder: repleto de recursos retóricos e persuasivos que apontam não só as qualidades do perfil empresarial da própria ALCOA MINERAÇÃO S.A., mas, sobretudo, as razões por que os maranhenses deveriam voltar ao Maranhão e aceitarem a promessa de emprego. Apresentando-se como “uma das maiores fábricas de alumínio da América Latina” e prometendo produzir “500 mil toneladas de alumina e 100 mil toneladas de alumínio” logo na primeira fase de sua implantação em 1983, o discurso busca convencer os maranhenses a retornarem à sua terra, prestes a tornar-se uma espécie de “El Dourado” do final do século XX, graças à implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A.

O discurso do convencimento é também o que desconstrói a imagem do paraíso – “praias, babaçu e camarão” – onde o lazer e o descanso poderão conviver com o trabalho e o labor buscados pelos imigrantes maranhenses capacitados, essa gente capaz, “maranhenses decididos que deixaram a sua terra procurando melhor oportunidade de emprego e agora querem retornar”. É que só a ALCOA MINERAÇÃO S.A. pode trazê-los de volta com a promessa de emprego e sua conseqüente prosperidade. Os convocados ao retorno são profissionais qualificados, bacharéis ou técnicos, para atuação nos setores de construção, montagem e operação, conforme o anúncio: engenheiros, químicos, contadores e contabilistas, secretárias bilíngues, com proficiência em inglês, programadores e analistas em CPD; mas também a mão de obra especializada no trabalho pesado como instrumentistas, soldadores, encanadores e almoxarifes. Uma vez convencidos a retornarem à terra para o emprego, esses capacitados migrantes maranhenses tornar-se-iam co-participantes da Empresa, na tarefa de “dinamizar a economia do Maranhão.”

É importante ressaltar que o discurso da ALCOA MINERAÇÃO S.A. é um discurso persuasivo visando ao convencimento e a busca da mudança de atitudes e de comportamentos no sentido de fazer retornar ao Maranhão grupos profissionais capacitados. O panfleto com esse teor circulou apenas em âmbito local, não alcançando os que estavam fora do estado do Maranhão, embora fossem eles os destinatários. Implicitamente, estão contidos os seguintes pressupostos: a ALCOA MINERAÇÃO S.A. detinha o conhecimento da saída de maranhenses em busca de

trabalho em outros locais; que entre esses migrantes havia mão-de-obra especializada. Mas o não-dito implicava a falácia de um discurso que ocultava a intenção de não empregar essa mão-de-obra maranhense qualificada, inalcançada pelo anúncio. Sabe-se, na realidade, que sobrou para o maranhense apenas o trabalho rústico, ocupado por peões. O apelo ao retorno com a promessa de emprego e prosperidade constituiu o jogo da enunciação necessária ao reconhecimento e à legitimação da presença, em solo maranhense, de uma indústria mineradora já que na ânsia de garantir seus interesses, o que menos contava era a dinamização da economia maranhense e de seu povo.

São Luís cresce com o incremento populacional, tanto em termos de crescimento vegetativo como de migração, o que leva à expectativa de que ocorram intervenções de melhorias urbanas e estruturais na economia. Os projetos instalados – minério de ferro e alumínio e alumina – provocaram a construção dos conjuntos habitacionais do Maiobão, localizado ao norte da ilha de São Luís, e Cidade Operária, na zona leste. A intervenção na economia de São Luís ocorreu em função, direta ou indiretamente, da extração de produtos primários da Amazônia e se reverteu em:

- a) construção dos conjuntos habitacionais, anteriormente citados;
- b) construção da Ferrovia Carajás – Ponta da Madeira com extensão de 900 km, sendo que desse total 650 km em terras do Maranhão;
- c) construção de um terminal para estocagem do minério;
- d) melhoria e ampliação do Porto do Itaqui.

Esse contingente com melhor preparo profissional e salário diferenciado da média paga em São Luís causou aumento dos preços das moradias, a construção de residências verticais³⁶, mudanças na paisagem, deslocamentos e criação de serviços na região das praias.

Dessa forma, os efeitos nas atividades comerciais se concretizaram com a construção de dois *Shoppings Centers* (Tropical e Monumental), de lojas de departamentos (Mesbla, Americanas e Riachuelo) e outras atividades comerciais. Deu-se também o incremento no setor de serviços, hotelaria, restaurante e imobiliário. “São Luís vem passando por mudanças em seu perfil urbano, demográfico e cultural” (MATSUMOTO, 1990, p. 35), recebendo impactos com o

³⁶ Em 1980, São Luís contava apenas com seis prédios de 10 andares cada um (MATSUMOTO, 1990).

incremento migratório que passa a exigir do poder público, serviços que estavam além da capacidade de oferta.

Esse novo cenário econômico que se desenhou trouxe uma nova realidade que se expressou na construção civil, nos costumes no estilo dos que “vieram de fora” e trouxeram melhorias e sofisticação no comércio e serviços.

3.4 Impactos sociais

A baía de São Marcos juntamente com a baía de São José, forma o Golfão Maranhense. Neste, deságuam duas drenagens independentes: o sistema Mearim/Pindaré/Grajaú, na baía de São Marcos, e o rio Itapecuru, na baía de São José. Essas duas baías têm ligação distinta com o mar aberto.

A baía de São Marcos – um estuário ativo com um canal central bem desenvolvido e dominado por correntes de vazantes na confluência do estreito dos Coqueiros com o rio dos Cachorros em frente à ilha de Tauá-Mirim – foi o local escolhido pela ALCOA MINERAÇÃO S.A. para instalar sua fábrica de alumínio/alumina que, em 1981, passou a constituir-se no Consórcio Alumar.

No entorno da fábrica da Alumar, na baía de São Marcos, estão localizados vários bairros residenciais (Cf. Mapa 4) os quais sofrem impactos tanto diretos quanto indiretos, permanentes ou temporários, benéficos ou danosos, mitigáveis, ou não, que incidem sobre o solo, a atmosfera, os recursos hídricos, os ecossistemas e sobre os moradores.



Mapa 4- Mapa da Ilha do Maranhão

Os impactos sobre o solo causam mudanças na topografia e alteram o seu uso em relação à drenagem natural e à paisagem. Os rios que cortam a área onde se encontra instalada a Alumar são atingidos pela poluição em decorrência do uso de produtos químicos, como soda cáustica, que são jogados em seu leito. Os resíduos da fábrica também provocam danos aos aquíferos abaixo do depósito mineral. A instalação desse Complexo Industrial ocasionou o aumento da periferia urbana, desagregou comunidades e os problemas tendem a se agravar em função de um modelo de desenvolvimento marcado por ações contrárias à justiça as quais expõem determinados grupos populacionais, como trabalhadores e as comunidades pobres que habitam a área, a situações de risco.

A partir de 2008 a Alumar começa a demonstrar “preocupação” com o meio ambiente como um valor universal, através de medidas que levaram a empresa a normatizar procedimentos relacionados ao ecossistema como a Coleta Seletiva de Lixo; Reabilitação da Área de Disposição de Resíduos de Bauxita e Sistema de Gerenciamento Ambiental. Tais procedimentos parecem sinalizar o interesse pela “cidadania empresarial” e pelo “socialmente correto” que, em certa medida, levam à promoção do marketing social do Consórcio. A empresa, desde a sua instalação, oferece apoio financeiro, por meio de doações, a programas e campanhas, e fomenta a realização de programas socioeducacionais, artísticos e culturais. O processo conflituoso que marcou a constituição da Alumar na década de 1980 tende a mudar de foco pela busca de respostas e apoio às reivindicações dos movimentos sociais, sobretudo da área de influência direta da multinacional. (SANT’ANA JÚNIOR et al, 2009).

A chegada da ALCOA MINERAÇÃO S.A. era saudada pelo governo, posto que atrairia investimentos para a região, geraria empregos e novas oportunidades de negócio, dinamizando e contribuindo para diversificar a economia regional (ALUMAR, 2008), além de representar a redenção socioeconômica do Maranhão no discurso dos principais meios de comunicação local. (FEITOSA, 1994).

Muitos moradores nasceram, criaram-se e estabeleceram relação de identidade na área de onde estavam sendo deslocados. Ao serem retirados, deixaram para trás o trabalho realizado nas roças, suas moradias habituais, lugares históricos de ocupação imemorial mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem opção de contrapor e de reverter os efeitos de uma decisão ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos. (FERREIRA, 1997).

A ALCOA MINERAÇÃO S.A. repassou ao estado do Maranhão, por meio da Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI), os recursos necessários à desapropriação de toda a área, transferindo ao estado do Maranhão, a responsabilidade pelas desocupações, visto ser este o detentor dos instrumentos legais da ação de “despejo”. De certa forma, buscava resguardar sua imagem sabendo, de antemão, que as famílias não aceitariam passivamente as pressões e gestos intimidativos que colocavam sob ameaça suas condições de existência.

Remover não é apenas transferir as populações de um espaço físico para outro e compensar as perdas materiais deste processo. Todo o espaço físico humanamente ocupado é um espaço socialmente construído, um espaço que se transforma pelo vivido, pelo cotidiano, pelo conjunto das relações sociais, que o constituem. (FERREIRA, 1997, p. 45).

Ao lado desses acontecimentos, a fase de construção/ implantação da fábrica da ALCOA MINERAÇÃO S/A, ocupou um contingente de mão-de-obra não qualificada absorvida da própria construção civil em São Luís e outra grande parte atraída pela expectativa de trabalho contínuo, mas que acabou engrossando as fileiras de subempregados e desempregados que passaram a inchar os grotões de pobreza da capital. Essa desagregação familiar agravou as tensões sociais em razão do imobilismo social desse estrato da população e da inércia/incapacidade do Estado para buscar/gerar outras formas que pudessem absorver/atender às necessidades básicas dessa população seduzida pela perspectiva do emprego, prosperidade e redenção socioeconômica que chegaria ao Maranhão.

A ALCOA MINERAÇÃO S.A. não se preocupou, em momento algum, em promover/organizar programas de treinamento do pessoal local, provocando, conseqüentemente, outro impacto social entre os profissionais qualificados contratados em outras regiões do País e os recrutados na região local para a execução de tarefas medianas. O apelo contido no panfleto “Maranhense, volte para casa”, não se concretiza e a ALCOA MINERAÇÃO S.A preenche quase todas as vagas com profissionais de outras de suas unidades de produção e das regiões Sul/Sudeste do País, embora um de seus mais atraentes argumentos para justificar a implantação do projeto em São Luís tenha sido a oferta de empregos para os maranhenses.

Quando a ALCOA chegou em São Luís em 1980, a Companhia alegou que um dos maiores benefícios do seu projeto em São Luís seria a oferta de 2.500 empregos para a região. Nos primeiros anos de implantação da indústria, muitos operários foram atraídos para São Luís, dos municípios do Maranhão e dos estados vizinhos para trabalharem na construção da indústria [...] (MOREIRA, 1992, p.109).

O quadro de funcionários da ALUMAR é composto por profissionais com qualificação não encontradas no Estado e, por isso, é preenchido por trabalhadores de outros Estados. No Quadro 5 consta o percentual de cada categoria de trabalhadores inserida no empreendimento.

Especificação de atividades	%
Operadores	54,7
Técnico médio administração	39,0
Técnico supervisão	6,9
Encarregados supervisão	7,1
Superintendentes	0,8
Gerentes	0,5
Total	100

Quadro 5- Distribuição percentual do número de funcionários da ALUMAR, segundo a especificação das atividades da empresa em São Luís (MA)
Fonte: ALUMAR (1983)

“Em geral, os trabalhadores especializados (engenheiros, químicos e administradores) vêm de outras regiões, enquanto os menos especializados (mecânicos, metalúrgicos e eletricitas) são do Maranhão.” (MOREIRA, 1992, p. 110).

A implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A que foi propagada como a redenção econômica e promotora do desenvolvimento do Estado, acabou por produzir marginalidade, subempregos, desagregação familiar, destruição das relações sociais e dos espaços socialmente construídos, em troca de algumas vantagens econômicas.

3.5 Impactos ambientais

A produção de alumínio é feita a partir da extração da bauxita, rocha sedimentada que é processada mediante a adição de hidróxido de sódio, pressão e calor, numa primeira fase chamada de refinamento do alumínio. Na sequência,

ocorre o processo de fusão e faz-se a redução do processo eletrônico. Esses estágios de produção do alumínio acarretam contaminação da água, do solo e do ar.

Encontra-se em Fogliatti; Filippo; Goudard (2004, p. 8) que impacto o ambiental “é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente, provocada direta ou indiretamente por atividades humanas podendo afetar a saúde, a segurança e/ou a qualidade de recursos naturais.”

Todo empreendimento minerador afeta as relações físicas, biológicas e sociais do ambiente. Estas transformações constituem os impactos ambientais. Na Figura 2 encontram-se representadas as áreas e os efeitos.

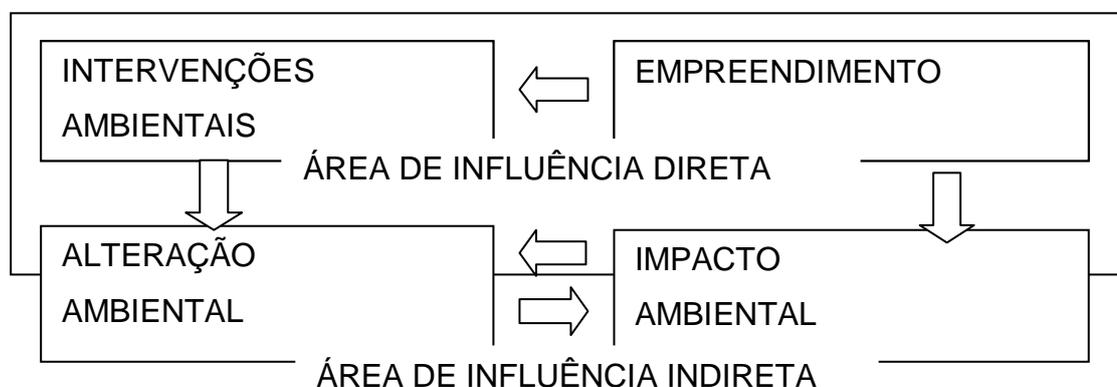


Figura 2- Áreas de influência direta e indireta
Fonte: Fogliatti, Filippo e Goudard (2004)

Dentre os impactos ambientais provocados por mineração segundo Fogliatti, Filippo e Goudard (2004), estão:

- a) poluição do ar – provocada por elementos como monóxido de carbono, óxido de nitrogênio, fumaça, poeira de alumínio e sódio que produzem diversos danos a saúde;
- b) ruído – produzido por motores e trânsito em geral e que provoca desde pequenos desconfortos até perturbações fisiológicas;
- c) uso e recuperação do solo – que provoca movimentos migratórios ou de invasão e adensamento populacional, com a conseqüente alteração no valor monetário da terra;
- d) alterações climáticas – decorrentes da destruição da vegetação natural ou da refração do pavimento da via ou pela construção de barreiras,

levando a alterações no ciclo biológico dos seres vivos e a migrações de espécies;

- e) efeito sobre águas superficiais e/ou subterrâneas – provocadas por desvios dos cursos d'água, ou pela impermeabilização da superfície, ou por modificações da drenagem superficial o que compromete a alimentação do habitat subterrâneo;
- f) impactos sobre abiota – provocados por restrições a circulação de animais, modificando características alimentares e/ou de reprodução de espécies;
- g) segregação de comunidades – provocada pela instalação do empreendimento e/ou construção de rodovias, seccionando a população de uma comunidade.

Tem-se, assim, o início dos impactos ambientais provocados pela produção de alumínio. No Brasil, as reservas mais expressivas de bauxita estão localizadas no Pará (76%), seguido por Minas Gerais (16%) e Maranhão (6%) (FEDERAÇÃO..., 2009). A mineração da bauxita provoca a remoção da camada vegetal e, conseqüentemente, a alteração e descaracterização da paisagem, o que resulta em danos à flora e à fauna. Sabe-se que a mineração, desde os rudimentares garimpos até os mais sofisticados complexos industriais, agride a natureza, rompe o seu equilíbrio e polui o meio ambiente.

Concomitante à instalação do projeto de mineração na Ilha de São Luís ficaram as evidências de danos ambientais gerados pelo projeto: contaminação dos recursos hídricos, do solo e do ar. A indústria de alumínio é classificada como uma das mais poluentes do planeta, razão pela qual foi transferida dos países desenvolvidos (ou centrais), para os subdesenvolvidos (ou periféricos) além de ser uma indústria energívora.

Os impactos sociais desfizeram o espaço humanamente ocupado e socialmente construído pelas famílias de pescadores e lavradores para acolher o projeto da ALCOA MINERAÇÃO S.A. As populações são deslocadas, os desmatamentos acontecem, há perda de habitat de espécies naturais, contaminação da água e do solo e o aumento de problemas sociais. São Luís, em decorrência do vento do quadrante sul e sudeste, passa a ter concentrada dose de poluentes. Uma

das consequências é o número de higroscópicos³⁷ no ar. O ambiente também está exposto à poeira de alumínio e sódio. Os rios e riachos que cortam a área onde está instalada a ALCOA MINERAÇÃO S.A. sofrem impactos diretos ao receberem águas utilizadas no processo que, dentre outros elementos, contêm sódio e soda cáustica.

Na produção de cada tonelada de alumínio são geradas, aproximadamente, 1,4 toneladas de lodo vermelho tóxico (*red mud*), resultante da produção de óxido de alumínio, afetando profundamente o solo, a água de igarapés, riachos (cachorros), lençol freático e o próprio mar. Essa lama contém soda cáustica, elemento nocivo ao meio ambiente, “podendo provocar chuvas ácidas, assoreamento de rios, riachos e igarapés e em contato com águas pluviais pode contaminar o lençol freático.” (MOREIRA, 2006, p. 53).

Essa lama também pode provocar danos irreversíveis aos ecossistemas dos mangues e estuários existentes no entorno. Sabe-se que esse ecossistema é frágil e vulnerável e propicia uma grande produtividade biológica. As modificações advindas da contaminação do ecossistema acarretam modificação no Ph, trazendo como consequência uma sensível diminuição da salinidade, gerando menor produção ou mesmo desaparecimento de camarões, sururus e de outras espécies que compõem o ecossistema dessa área.

Apesar de a ALCOA MINERAÇÃO S.A. utilizar recursos para mitigar³⁸ os impactos, sabe-se que a água despejada no estreito de Coqueiro vem provocando a diminuição de peixes e caranguejos, forte odor e coceira nos olhos dos que ainda se servem do estreito de Coqueiro para retirar o sustento da família. O igarapé Andiroba possui, hoje, uma camada de cálcio gerada pela fusão de ácido sulfúrico e de soda cáustica. Tal fusão transformou a água em verdadeira sopa química. Além disso, o desmatamento da área tem provocado erosão, desaparecimento de parte dos manguezais e vem provocando através da fumaça que sai de suas chaminés, doenças respiratórias, além de espalhar partículas ácidas sobre a cidade de São Luís, afetando, em particular, os sobradões e os monumentos históricos que compõem a área tombada da cidade.

³⁷ Materiais capazes de absorver, reter ou eliminar água são chamados de higroscópicos. Utilizados na construção civil, impedem a evaporação. São responsáveis pelos fenômenos patológicos como eflorescência e criptoflorescência. Os compostos higroscópicos são: cloruro cálcio (CaCl₂); hidróxido de sódio (NaOH); ácido sulfúrico (H₂SO₄); Sulfato de cobre (CuSO₄); Pentóxido de fósforo (P₂O₅). (GISLER, 1995).

³⁸ Medidas mitigadoras é qualquer ação prevista para diminuir os efeitos dos impactos negativos.

Em visita monitorada ao Complexo da ALCOA MINERAÇÃO S.A. durante a Semana do Meio Ambiente, em maio de 2008, para grupos organizados (professores, alunos, comunidade, associações), a Gerência de Comunicação e Meio Ambiente fez a apresentação de todo o complexo, dando ênfase ao cuidado com o meio ambiente. Após a explanação, foi realizada a visita ao complexo, para conhecimento do trabalho e “manutenção da qualidade do meio ambiente”, referente ao resíduo sólido decorrente da extração da alumina da bauxita disposto em lagos duplamente protegidos com mantos de PVC e argila para “impedir” infiltração e “assegurar a proteção” dos aquíferos.

A ALCOA MINERAÇÃO S.A. mantém uma Gerência do Meio Ambiente integrada por biólogos, químicos industriais, técnicos de saneamento e agrônomos encarregados pelos programas de preservação e recomposição do solo e da vegetação. A paisagem que se vê ao redor das instalações da ALCOA MINERAÇÃO S.A. parece muito bem preservada e arborizada, o que não se constitui garantia da inexistência dos impactos e poluição ambiental.

4 DISCURSOS E MUDANÇA SOCIAL

Para coordenar e direcionar o desenvolvimento capitalista, o Governo Geisel lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), 1974-1978, apesar da alta do preço do petróleo e da crise na economia mundial. Mas a medida tinha objetivos precisos:

Com o II PND, tardiamente, a economia brasileira deu um salto, internalizando os adventos da segunda Revolução Industrial. O problema do financiamento foi resolvido com recursos externos. Ao contrário do período anterior, desta vez, foi o setor estatal quem mais captou recursos no exterior, aproveitando a segunda rodada de liquidez internacional. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 86).

Pode-se afirmar que o II PND passa a ser à base da melhor síntese das relações entre Estado, acumulação de capital e subdesenvolvimento. A acumulação produtiva atinge o ponto mais elevado durante o II PND, apesar da desaceleração da taxa de crescimento.

O plano trazia efetivamente em seu bojo um projeto de transformação da estrutura econômica brasileira, baseada na substituição de importações no setor de insumos básicos (papel e celulose, combustíveis, lubrificantes, metais não-ferrosos). Dada a crise externa provocada pelo choque do petróleo, as autoridades brasileiras não se restringiram às alternativas convencionais entre ajustamento (recessão) ou financiamento. O Estado, através dos grandes projetos de investimento implementados pelas empresas estatais, procurando manter o ritmo de acumulação herdado do período do milagre, colocou a economia em marcha forçada para o desenvolvimento. (MILAN, 2002, p. 105).

Mas com a economia em marcha forçada os objetivos do II PND - substituição das importações, descentralização da atividade econômica, imposição de um novo padrão de industrialização visando fortalecer a empresa nacional – não foram alcançados. Ao final do governo Geisel, o Brasil continuava com um grande déficit, subdesenvolvido e endividado. A década seguinte, 1980, encontra um país sem capacidade de acumular capital e de promover o crescimento econômico sustentado.

Como o objetivo principal da política econômica, a partir dos anos de 1980, estava focado na busca de saldos comerciais para pagamento da dívida externa, o Estado passa a desempenhar papel totalmente passivo em relação à indústria. Para alcançar esse objetivo, o Governo aplicou medidas políticas macroeconômicas para ajustar a economia buscando, através de uma agressiva política cambial, incentivos e subsídios à exportação, maior rigor nas importações,

achatamento dos salários, cortes dos gastos públicos e do crédito, e elevação das taxas de juros. Medidas que levaram o país a uma grande recessão, considerada a pior da industrialização brasileira. (SUZIGAN, 1988).

Sem definir/estabelecer uma política industrial, passa o Estado a fazer maciços investimentos nos setores de petroquímica, fertilizantes, papel e celulose e siderurgia. O Governo, na versão de Suzigan (1988), caminhou para trás ao cogitar da criação de uma nova política industrial através da criação de Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs) sem o respaldo de uma estratégia de desenvolvimento industrial.

A 'nova política industrial' passou a ser anunciada em discursos do Presidente da República e pronunciamentos do Ministro da Indústria e Comércio. As medidas cogitadas, no entanto, formam um conjunto incoerente e até mesmo inconseqüente, e seriam mais bem definidas como anti-política industrial: ao mesmo tempo em que se afirma a necessidade de o país criar capacidade própria de desenvolver tecnologia e formar recursos humanos adequados, anuncia-se como princípios de política industrial a importação de tecnologias, **a total desregulação da economia, liberdade ao capital estrangeiro para estabelecer fábricas 'de qualquer natureza', criação de zonas de processamento de exportação inteiramente desvinculadas da estrutura industrial existente.** (SUZIGAN, 1988, p. 13, grifo nosso).

O Brasil escancarou-se para o capital transnacional, focando apenas a chegada de capital em indústrias que alavancassem o desenvolvimento econômico.

A total desregulação da economia e a liberdade ao capital estrangeiro para estabelecer fábricas "de qualquer natureza", marcaram o discurso ambiental nos anos 1980. A preocupação, a busca, o foco se concentrava na formação de divisas para o pagamento da dívida externa e não para as questões ambientais, visto que, além do pagamento da dívida, desejava o Governo a implantação de grandes projetos que "alavancassem o desenvolvimento". As restrições ambientais eram conflitantes com as estratégias de desenvolvimento considerado, por muitos, mito desenvolvimentista, e apoiavam e/ou "afrouxavam" as normas ambientais para implantação de indústrias poluentes como a petroquímica e a instalação de grandes projetos energético-minerais. A afirmação dos governistas era de que o desenvolvimento econômico e a questão/conservação ambiental eram frontalmente antagônicos. (SUZIGAN, 1988).

O meio ambiente nem sempre foi prioridade na contenda política. No dizer de Lemos (1991), a consciência social e política a respeito dos problemas

ambientais começou a ter maior relevância após a explosão populacional, a industrialização e a urbanização acelerada.

Estas foram questões debatidas na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia, em 1972, sem, todavia, um debate/ decisão marcante que deixou claro que em virtude da soberania dos Estados sobre seus territórios, o desenvolvimento econômico tinha prioridade sobre a proteção ambiental, não sendo, portanto, obrigados a cumprirem as ações recomendadas pela Declaração de Estocolmo. Os dirigentes/ representantes dos países do chamado Terceiro Mundo, em resposta à Conferência de Estocolmo, rejeitaram o chamado crescimento zero.

A questão era complexa, pois ainda existia espaço para o crescimento (ou desenvolvimento) econômico dos países do Terceiro Mundo. Negar esse direito, ao mesmo tempo em que os países ricos continuavam desfrutando do luxo, era algo totalmente improvável de se permitir e/ou pedir. Por isso, como conclusão, não houve avanços significativos na Conferência de Estocolmo. (MARTINS, 2006, p. 35).

Não sendo motivo de grande preocupação dos governos - centrais ou periféricos, principalmente, apesar de encontros e conferências promovidos por organismos como a ONU, o que se desejava e deseja era/é o crescimento/desenvolvimento. Em decorrência dessa busca pelo desenvolvimento, coube aos Países tomarem as decisões sobre seus territórios, considerando sua soberania de escolha entre proteção ambiental e/ou desenvolvimento econômico.

Até a década de 1960 a natureza não era motivo de grande preocupação para o homem. Com a publicação, em 1962, da obra “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, na qual a autora expõe os perigos do DDT³⁹, narra problemas relativos ao meio ambiente e estimula a população à tomada de consciência crítica sobre os efeitos danosos provocados ao meio ambiente pelo modelo de desenvolvimento adotado, o tema passou a ter relevância. (DIAS, 2004).

Economistas, humanistas, pedagogos e especialistas em áreas industriais reúnem-se para debater os limites do crescimento econômico, tendo em vista o uso crescente dos recursos naturais. O Clube de Roma conclui que há necessidade de conservação dos recursos naturais e controle do crescimento da população⁴⁰.

³⁹ DDT: veneno muito utilizado em inseticidas na agricultura, causando esterilidade dos pássaros, daí primavera silenciosa.

⁴⁰ Thomas Malthus (1766 – 1834) via no crescimento populacional a escassez de alimento e, conseqüentemente, de recursos materiais.

A posição dos países de Terceiro Mundo foi radicalmente contrária às propostas adotadas, por entenderem que estavam sendo sentenciados a não experimentarem a industrialização, enquanto a restrição que lhes era imposta garantia a solução dos impasses ecológicos resultantes do desenvolvimento dos países ricos. (DIAS, 2004).

A Declaração sobre o Ambiente Humano, saída da Conferência de Estocolmo, ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, trazia uma relação de Princípios e um Plano de Ação Mundial que objetivavam orientar a preservação e a melhoria do ambiente. Em decorrência dessa Conferência foi criado o Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA) com objetivo de unir as nações para o enfrentamento dos problemas comuns, buscando o equilíbrio entre interesses nacionais e o bem-estar global.

A Conferência de Estocolmo lançou as bases do desenvolvimento sustentável⁴¹ que ganhou respaldo no documento “Nosso Futuro Comum”, divulgado pela Comissão Brundtland⁴².

Correntes filosófico-científicas da época moderna (século XVII) como, por exemplo, o racionalismo cartesiano de René Descartes (1596-1650) influenciaram o pensamento ambiental, ao explicar a natureza de forma utilitária, com o objetivo de conhecê-la para dela usufruir, controlar e dominar (ANDRADE, 2001, v.3), estabelecendo o poder da razão sobre a mesma, rejeitando, assim, qualquer forma de intervenção sentimental. Desse modo, “a natureza passa a ser só um objeto criado, inteiramente à mercê da exploração humana”, pondera Andrade (2001, v.3, p. 76).

A noção de natureza como mero objeto a ser dominado pela razão humana é decorrente da visão/ética antropocêntrica estabelecida pela sociedade, de que o homem é o centro de todas as coisas. Questões exógenas como a Conferência de Estocolmo e a volta dos exilados políticos em 1979, anistiados pelo Governo Militar no poder desde 1964, bem como as endógenas, representadas pela superação do mito desenvolvimentista, pela devastação da Amazônia e pelos debates sobre qualidade de vida, formam os processo que deram suporte à

⁴¹ Para melhor compreensão sobre o termo Cf. FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Org.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2 ed. Ver. Belém: UNAMAZ/UFPA/NAEA, 2006.

⁴² A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), criada pela ONU foi presidida pela primeira ministra da Noruega Gro Brundtland, daí o nome do Relatório. Conferir no site <http://www.mma.gov.br> o histórico dos acontecimentos relacionados ao meio ambiente no mundo.

enunciação do pensamento ambientalista na sociedade brasileira na década de 1970. (JACOBI,2003).

Em 1972, na Conferência de Estocolmo, o Brasil posiciona-se e organiza um bloco para responder às restrições que os países desenvolvidos queriam impor em relação às questões ambientais e aos planos de desenvolvimento dos países do hemisfério Sul, inibindo, assim, a capacidade de competição no mercado internacional. Sobre a postura do Brasil em Estocolmo, Jacobi (2003, p. 3) posiciona-se afirmando que:

No Brasil, por exemplo, as restrições ambientais eram conflitantes com as estratégias de desenvolvimento apoiadas justamente na implantação de indústrias poluentes como a petroquímica e a instalação de grandes projetos energético-minerais. É importante ressaltar que a postura brasileira coincide com o período de auge de crescimento econômico do país, atingindo 10% ao ano.

De acordo com Dias (2004), representantes do Brasil davam “boas vindas” à poluição, sob o argumento de que o país não se importaria em pagar o preço da degradação ambiental, desde que o resultado fosse o aumento do Produto Nacional Bruto (PNB).

Bem vindas à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições. Temos várias cidades que receberam de braços abertos a sua poluição, porque o que nós queremos são empregos, são dólares para o nosso desenvolvimento. (SANSOLO; CAVALHEIROS, 2006, p. 117, grifo nosso).

O país vislumbrava o poderio econômico, estimulando a vinda de indústrias poluidoras dos países industrializados devido à condescendência de sua legislação ambiental. O Brasil, então, caracterizava-se, naquela época, pela busca desmedida do progresso econômico, vendo na pobreza o maior sintoma da poluição com a convicção de que ela só seria resolvida com o aumento tecnológico, ainda que à custa do meio ambiente. (JACOBI, 2003).

O Governo Militar estava focado no crescimento econômico e na propagação do mito desenvolvimentista, não dando espaço para ressonância dos discursos dos movimentos ambientalistas, por considerar que essa era a única saída capaz de resolver os problemas enfrentados pelo País. “O discurso relativo à necessidade de preservar o meio ambiente emergia como antítese do desenvolvimento nacional.” (JACOBI, 2003, p. 7).

Os movimentos ambientalistas não gravitavam em torno da população excluída, mas sobre o universo acadêmico, militantes de partidos políticos e ativistas sociais.

Durante a fase fundacional dominou no ambientalismo brasileiro uma definição estrita da problemática ambiental que o restringiu, basicamente, a combater a poluição e a apoiar a preservação de ecossistemas naturais [...] pouco ou nenhum diálogo ou repercussão na população excluída, [...] levando muito pouco em consideração as dimensões socioeconômicas da crise ambiental. (JACOBI, 2003, p. 8).

Enquanto na década de 1970 a característica era o confronto com o Estado, pode-se afirmar que nos anos 1980 o perfil do movimento ambientalista mudara, ao deixar o excesso de radicalismo, passando a ser mais orientado para a política. (LENZI, 2006).

Conseguindo superar sua desaprovação a qualquer diálogo com empresários, economistas ou agentes do governo, o movimento ambientalista passa a entender a necessidade de adoção de uma postura mais prática e cooperativa. Diante dessa nova postura surge um novo tipo de ambientalismo, distinto do preservacionista e, por extensão, mais ligado às questões sociais. Ressalte-se que as mudanças na forma de atuação do movimento ambientalista são complementadas com a transformação de seu discurso dominante em décadas anteriores. Incorporam o tema desenvolvimento econômico e aproximam-se de outros movimentos sociais. (JACOBI, 2003).

Em São Luís, a entrada dos movimentos sociais (Comitê de Defesa da Ilha e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos) nas discussões ambientalistas promoveu e dinamizou o discurso e a percepção sobre a questão ambiental na década de 1980 e incluiu o Maranhão no cenário nacional num momento em que o Brasil avançava em termos de legislação e melhoria no trato com o meio ambiente⁴³.

O capitalismo sempre entendeu a natureza como passível de transformar-se em mercadoria. O resultado desse entendimento provocou na Amazônia confrontos/conflitos entre a política ambiental e interesses econômicos entre atores poderosos. Porém, com a introdução de leis específicas, a criação de conselhos, a implantação de políticas ambientais e a melhoria na percepção da natureza como patrimônio coletivo, e não como propriedade particular, parece possível sonhar com um futuro ambiental mais equilibrado.

⁴³ Cf. <http://www.mma.gov.br>.

A partir dos anos 1970 com a expansão da televisão, a mídia, em suas diferentes modalidades discursivas e tecnológicas, constitui uma das mais importantes instâncias de produção discursiva e de disputa das formas de representação dos modelos de desenvolvimento nacional e regional, exemplo das disputas simbólicas em torno da Amazônia e dos projetos de impacto nessa parte estratégica do país e do continente.

O objetivo da ALCOA MINERAÇÃO S.A. era o de legitimar seu discurso, articulando “verdades” por meio da ideologia da propaganda favorável à implantação da fábrica e ao “deslançar do desenvolvimento”, enquanto o discurso da mídia impressa refutava tais “verdades”, expondo problemas de poluição ambiental. A exposição em torno destas questões conduziu a formulações teórico-conceituais sobre o discurso. (FAIRCLOUGH, 2001).

O discurso é, simultaneamente, um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação, como propõe Fairclough (2001). Sendo o discurso uma prática social, é possível mapear os seus efeitos que, para esse autor, consiste na construção do que variavelmente é referido como identidades sociais e posições de sujeito para os sujeitos sociais e os tipos de eu; as relações sociais entre as pessoas e o sistema de conhecimentos e crenças.

Esses efeitos do discurso, ainda de acordo com Fairclough (2001), são produzidos em um tensionamento entre as práticas discursivas e as estruturas sociais, já que por um lado existe uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, sendo a última tanto uma condição como um efeito da primeira e, por outro, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social como relações sociais, instituições, sistema de classificação, normas etc.

Foucault (1996), ao explicar esse fenômeno, supõe que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade. A isto Foucault vai denominar de “ordem de discurso”, em aula proferida em 1970.

A mídia, no entanto, constitui apenas uma das instâncias de produção do discurso. Charaudeau (2006), ao tratar do discurso político, distingue três lugares de fabricação dos discursos: um lugar de governança, um lugar de opinião e um lugar

de mediação. Segundo o autor, no primeiro desses lugares encontra-se a instância política e seu duplo antagonista, a instância adversária; no segundo, encontra-se a instância cidadã e, no terceiro, a instância midiática. Uma instância interage com a outra, formando um campo de forças. (Figura 2).

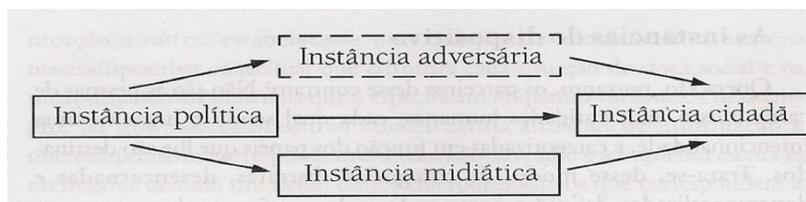


Figura 3- Instâncias descritivas de comunicação
Fonte: Charaudeau (2006)

Para Charaudeau (2006) a *instância política* encontra-se no lugar em que os atores têm o “poder de fazer”, isto é, de decisão e de ação, e o “poder de fazer pensar”, ou seja, de manipulação. É o lugar da governança. Já a *instância adversária* encontra-se no mesmo lugar de governança, na medida em que é movida pelas mesmas motivações (e por isso ela está representada com linhas pontilhadas no esquema proposto por Charaudeau).

A *instância cidadã* é o lugar no qual os atores buscam um saber para poder julgar os programas que lhes são propostos ou as ações que lhes são impostas, e para escolher ou criticar os partidos e os governos que lhes serão mandantes. A *instância midiática*, como a anterior, encontra-se fora da governança e é o elo que se vale de diferentes modos de mediação – panfletos, cartazes, cartas e grandes veículos de informação – para unir a instância política à cidadã. (CHARAUDEAU, 2006).

Em todas essas instâncias, é através dos discursos que os indivíduos e as instituições disputam tanto as formas de representação quanto as formas de significação do mundo, “constituindo e construindo o mundo em significado.” (FAIRCLOUGH, 2001). Deste modo, os agentes sociais “disputam a prevalência do seu modo de perceber e classificar as coisas do mundo e de produzir a realidade e de intervir sobre essa realidade.” (ARAÚJO, 2000, p.1).

Por essa e outras razões, o discurso ganha importância crescente em nossa época como objeto de análise científica. Como essas práticas sociais não são transparentes, mas opacas, a pesquisa científica que leve em conta esse objeto de estudo precisa dispor de teorias e metodologias adequadas. É neste sentido que a

Análise de Discurso vem se constituindo importante ferramenta de pesquisa em diversas áreas de conhecimento.

4.1 Análise do discurso como instrumento de pesquisa

O termo discurso, nos estudos linguísticos, de acordo com Maingueneau (1989), foi introduzido pelos formalistas russos, quando buscavam no texto “uma lógica de encadeamentos transfrásticos” (BRANDÃO, 2004, p. 13), empregando meios para não fazer um estudo impressionista ou filológico da língua, como era uma prática da época. Embora havendo uma abertura em direção ao discurso, essa proposta não foi mantida pelos seus seguidores, os estruturalistas, que se detiveram em estudar a estrutura do texto nele, por ele mesmo, sem a pretensão de relacioná-lo com o exterior.

Tem-se, nos anos 1950, o reforço de uma análise do discurso enquanto disciplina com a publicação dos trabalhos de Harris, *Discourse Analyses* (1952)⁴⁴ e com os trabalhos sobre enunciação de Jakobson e Benveniste, traçando-se uma linha de análise do discurso mais americana e outra mais européia. (Quadro 6).

	A.D. Francesa	A.D. Anglo-saxônica
Tipos de Discurso	Escrito Quadro institucional Doutrinário	Oral Conversa cotidiana Ordinária
Fins objetivados	Enfoques textuais Explicação de textos Construção do objeto	Enfoques comunicacionais Descrição de uso Imanência do objeto
Método	Estruturalismo Linguística e História	Interacionismo Psicologia e Sociologia
Origem	Linguística	Antropologia

Quadro 6- Diferenças das tendências da Análise do Discurso
Fonte: Gadet (1977).

⁴⁴ Em *Discourse Analyses* há preocupação de fazer uma análise fora dos limites da frase.

Os estudos de Bakhtin vão contribuir para a enunciação precisa de novas tendências de análise de discurso. Bakhtin (1986) considera a palavra o lugar singular/único para manifestação da ideologia, por ser ela produto da interação social. A linguagem enquanto discurso é interação e um modo de produção social, fazendo mediação entre o homem e sua realidade.

Na visão de Brandão (2004, p. 11), “a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico e não há como desvinculá-la dos processos históricos sociais que a constituem.” Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção. Esse será o enfoque a ser assumido por uma nova tendência lingüística que irrompe na década de 1960: a Análise do Discurso. A Análise do Discurso da Escola Francesa surge nessa década, associada a uma prática tradicional das escolas francesas, a explicação do texto.

A palavra texto vem do latim *textum* que traz o significado de tecer, ou seja: o entrelaçar de palavras e de termos que, por combinação ou exclusão, veiculam uma ideia, uma mensagem, uma ideologia. Assim, o texto é a escolha da combinação de elementos no momento em que é produzido o discurso, portanto, a sua manifestação verbal. “Na análise, o objeto teórico é o discurso e o objeto empírico (analítico) é o texto.” (ORLANDI, 1994, p. 21).

A prática de interdisciplinaridade, numa articulação de pressupostos teóricos da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise, na Análise do Discurso, é também preocupação de historiadores e psicólogos e não só de linguistas.

A Análise do Discurso especifica, a noção de sujeito e de interdiscursividade, e acrescenta a ambos as noções de história e de ideologia. Em função da multiplicidade de significados em circulação, a expressão Análise do Discurso tem possibilitado a expansão do seu campo de estudo para outras áreas. “A polissemia de que se investe o termo ‘discurso’ nos mais diferentes esforços analíticos então empreendidos faz com que a Análise do Discurso se mova num terreno mais fluído.” (BRANDÃO, 2004, p. 16).

O objeto da Análise do Discurso é o discurso, entendido segundo Pêcheux (2002), como o efeito de sentido entre locutores. A Análise do Discurso propõe descrever as articulações entre a materialidade do enunciado, suas inscrições em um arquivo histórico, seu controle por princípios relacionados ao poder, seu agrupamento em discursos e sua articulação através de práticas. A

Formação Discursiva (proposta por Foucault) e a Formação Ideológica (fundamentada por Althusser) são conceitos essenciais/básico/centrais para a Análise do Discurso. Como caracteriza Brandão (2004, p. 18):

As duas grandes vertentes que vão influenciar a corrente francesa de A.D. são, do lado da ideologia, os conceitos de Althusser e, do lado do discurso, as idéias de Foucault [...] De Althusser a influência mais direta se faz a partir de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos de Estados na conceituação do termo 'formação ideológica'. E será da Arqueologia do Saber que Pêcheux extrairá a expressão 'a formação discursiva', da qual a A.D. se apropriará, submetendo-a a um trabalho específico.

Cada Formação Discursiva compreende o lugar de construção dos sentidos, estabelecendo aquilo que é possível e o que não é possível ser dito no discurso, em dada conjuntura. Para Orlandi (1988) é na Formação Discursiva que se constitui o domínio do saber. As Formações Discursivas são influenciadas profundamente pelas Formações Ideológicas, entendidas como sendo o conjunto de métodos, normas e regras de precedentes regidos pela ideologia de acordo com as posições de classe ocupadas. Inserida está, obrigatoriamente, a Ideologia em qualquer discurso. A Formação Ideológica pode conter uma ou mais Formações Discursivas que determinam o que pode ser dito em determinada posição em dada conjuntura. Do ponto de vista de Brandão (2004, p. 47):

Constituindo o discurso um dos aspectos materiais de ideologia, pode-se afirmar que o discurso é uma espécie pertencente ao gênero ideológico. Em outros termos, a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas.

O discurso é governado, portanto, por Formações Ideológicas logo, todo e qualquer enunciado/discurso, trás o cunho ideológico mesmo que seja um discurso científico, político, econômico, feminista ou ambiental no momento da enunciação. Nesse sentido, o enunciado de um discurso se refere à sua Formação Discursiva.

4.2 Formação das regras e do objeto

É necessário ter claro que o discurso não se encontra solto, sem regras, mas submetido a procedimentos que levam a uma organização, controle e distribuição do que se diz. Foucault (2007) trabalha com a sujeição e com processos de regulação. É do próprio autor, em "A Ordem do Discurso", a sentença abaixo:

[...] Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada selecionada, organizada e atribuída por um certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2007, p. 8).

Estão atualizados ,em várias obras⁴⁵ de Foucault, os processos internos e externos que aferem o acontecimento discursivo. Como o homem é o protagonista da história, Foucault analisa sua posição discursiva relação a si mesmo, bem como as práticas discursivas nas quais está introduzido. As práticas discursivas são objeto de luta, portanto determinam o que pode ser dito e o que pode ser dito é regulado por uma ordem do discurso. (FOUCAULT, 2007). Os discursos se submetem a uma ordem, ou seja, não se pode falar absolutamente de uma coisa qualquer num lugar e tempo qualquer, percebe, então, Foucault. Regras anônimas governam e definem o que pode e deve ser dito. “Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?” (FOUCAULT, 2007, p. 8).

Posiciona-se Foucault(2007) sobre a questão por ele levantada ao afirmar que quem fala, fala de um lugar definido na interlocução que o legitima e fundamenta, sustentado por uma rede de referências teóricas, filosóficas ou políticas, e fala sob determinadas condições sociais, físicas, linguísticas e psicológicas.

O discurso, não é um ajuntado confuso de frases. Maingueneau (2008, p. 52), em “Análise de Textos de Comunicação”, diz que no senso comum, aos enunciados solenes chamam-se discurso (O homenageado fez um grande discurso ao receber seu diploma) ou denomina qualquer uso restrito da língua como o “discurso científico”, o “discurso feminista”, “o discurso religioso”, o “discurso dos jovens”. Devido a esse emprego, o termo “discurso” torna-se ambíguo, conforme assinala Maingueneau (2008), pois pode qualificar tanto a norma que permite produzir um conjunto de textos, quanto o próprio conjunto de textos produzidos. Exemplificando, tem-se o “discurso feminista” que tanto é o conjugado de textos gerado por feministas, quanto o sistema que permite produzir esses textos e outros, que possui qualificação como textos feministas.

⁴⁵ Em obras como: “As palavras e as coisas” (1999), “A arqueologia do saber” (1997) e “A ordem do discurso” (2007).

O discurso é uma prática que faz parte da interação social entre indivíduos na visão de Orlandi (1987), que o concebe como prática social de produção de textos, sendo, portanto considerado como construção social e não individual, por refletir uma visão de mundo. Dessa perspectiva sociológica Orlandi (1987, p. 157) faz a seguinte reflexão:

[...] Conceito de discurso é o da linguagem em interação, ou seja, aquele em que se considera a linguagem em relação a suas condições de produção, ou, dito de outra forma, é aquele em que se considera que a relação estabelecida pelos interlocutores, assim como o contexto são constitutivos da significação de que se diz. Estabelece-se, assim, pela noção de discurso, que o modo de existência da linguagem é social: lugar particular entre língua (geral) e fala (individual), o discurso é o lugar social. Nasce aí a possibilidade de se considerar a linguagem um trabalho.

Pinto (1999, p. 24) também afirma que “definir os discursos como práticas sociais implica que a linguagem verbal e as outras semióticas com que se constroem os textos sejam partes integrantes de contexto sócio-histórico, não alguma coisa de caráter puramente instrumental, externa às pressões sociais”.

O discurso é feito de sentidos entre locutores, em decorrência de ser um objeto sócio-histórico. Diferentemente de Saussure, Bakhtin, ao apresentar seu modo de conceber a língua, o faz valorizando a fala e afirmando sua natureza social, não individual. Ocorrem na palavra os conflitos dos valores sociais contraditórios e, por isso, os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior do sistema. Nesse sentido, Bakhtin (1986, p. 159) alerta que:

As relações dialógicas são extralingüísticas, mas não podem ser separadas do campo do discurso, ou seja, da língua enquanto fenômeno integral concreto. Por isso, são irreduzíveis as relações lógicas ou as concreto-semântica, que por si mesmas carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre elas possam surgir relações dialógicas.

As palavras de Bakhtin aproximam-se do conceito de Pêcheux que entende o discurso como um objeto histórico, ideológico, social e não lingüístico na sua totalidade.

O discurso é objeto histórico, ideológico e social, enquanto a língua é o objeto material do discurso. A língua não é algo estável e neutro e a incompletude transpassa tanto a língua quanto o discurso.(ORLANDI,1987).

O Discurso é o objeto da Análise do Discurso. Como afirma Pinto (1999), o papel do discurso é fundamental na reprodução, manutenção ou transformação

das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem numa sociedade.

Foucault (1995) entende o discurso como um tanto maior que a fala, algo mais que um conjunto de enunciados. Em “A arqueologia do saber”, texto no qual afasta o discurso de uma relação de transparência entre as palavras e as coisas, Foucault (1969) apresenta a fala em Formação Discursiva. Segundo Dominique Maingueneau, a **arqueologia do saber surgiu** quando a análise do discurso se tornou conhecida na França sob a visão do que se chamou mais tarde “Escola Francesa de Análise do Discurso”. Sabe-se que a publicação da “A arqueologia do saber” não se inscreve nem de longe nesse panorama da linguística estrutural, no marxismo de Althusser e na psicanálise de Lacan.

Foucault (1995, p. 50) explica o que pretende em “A Arqueologia do Saber”:

Tento fazer outra coisa e mostrar que havia em um discurso [...] regras de formação dos objetos (que não são regras de utilização de palavras), regras de formação dos conceitos (que não são leis de sintaxe), regras de formação de teorias (que não são regras de dedução nem regras retóricas). São regras postas em ação em uma prática discursiva em um momento dado que explicam que tal coisa seja vista (ou omitida); que ela seja enfocada em tal nível, que tal palavra seja empregada com tal significação e em um tal tipo de frase. Conseqüentemente, a análise a partir das coisas e a análise a partir das palavras apareciam nesse momento como secundárias em relação a uma análise primeira, que seria a análise da prática discursiva.

Para que o discurso seja completo, inteiro, é necessário uma concatenação das idéias para sua produção, designada de Formação Discursiva (FD).

Assim como uma frase faz parte de um texto, um enunciado pertence a uma FD nos coloca Foucault. A regularidade dos enunciados é definida pela FD, e um conjunto de enunciados apoiados numa mesma FD, constitui o que Foucault chamou de discurso. Os discursos são práticas sociais.

Por entender o conceito foucaultiano de discurso, como instância de materialização das ideologias e efeitos de sentido entre interlocutores, Pecheux (2002), não o utiliza. Os discursos dialogam porque são concebidos, sendo disseminados por outros discursos. Não há discurso desprovido de ideologia, “todo discurso é objeto de uma deformação ideológica cuja análise nos envia em última instância, à luta de classes” (MAINGUENEAU, 1989, p. 21) sendo que todo discurso traz o registro de outros. Constrói-se o discurso polifonicamente num jogo de

diversas vozes completamente opostas, concorrentes e contraditórias. O discurso, em Foucault, é concebido como dispersão e a FD como sendo um sistema enunciativo geral.

Foucault (1995, p. 136) entende por prática discursiva “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma época dada e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. A partir desse autor não se utiliza tanto o termo discursos, mas práticas discursivas.

Em Marx, a história é fruto do trabalho humano e o materialismo histórico vai marcar a expressão “formação ideológica”, que precede e determina a formação discursiva. A força material e econômica mantém vinculação, daí se afirmar que a classe detentora do poder econômico é também depositária das idéias.

A classe dominante busca a manutenção e o exercício do poder, e nela se encontram a reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas. Ela procura tornar os indivíduos dóceis e a ocuparem espaços próprios, de forma a não perceberem que estão sendo “guiados”.

Expressa-se, assim, Pêcheux (1997, p. 35) ao definir Formação Ideológica:

Falar-se-á de formação ideológica para caracterizar um elemento (determinado aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força confrontada com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras.

Encontra-se em “A arqueologia do saber”, a concepção foucaultiana de discurso com base nas normas de descontinuidade, de especificidade e de criterioridade. Discurso e sujeito são dispersão, logo Foucault explora a exterioridade, abordando o discurso enquanto descontinuidade e dispersão.

Segundo a concepção foucaultiana, o sujeito ocupa posições que se definem pela situação que lhe é possível ocupar em relação às práticas discursivas, em razão disso esse sujeito não fará o que quer, mas o que lhe é possível fazer dentro da posição que ele ocupa num dado momento. Determinações externas afligem o sujeito foucaultiano, o que o leva a não ser um sujeito autônomo, diferentemente do sujeito em Pêcheux que sofre intervenção tanto da ideologia quanto das lutas de classe.

È por meio do discurso persuasivo que se busca alcançar legitimidade e espaço na sociedade e fazer o sujeito mudar de atitudes e comportamentos já estabelecidos. Tem-se aí uma luta simbólica que não reside nos sistemas simbólicos, mas nas relações entre os que exercem o poder. Ao classificar ou nomear um objeto, o sujeito oferece a esse objeto uma posição no mundo .(PINTO,1989).

Dessa capacidade do discurso surge uma grande forma de poder denominado por Bourdieu (2007) de poder simbólico. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer a ordem das coisas. Nesse sentido, Bourdieu fala do poder simbólico como sendo o poder de constituição do dado pela enunciação. O discurso não é apenas alvo de disputas, mas o local privilegiado de disputa pelo poder, visto que em cada enunciação se busca a hegemonia ao que é dito. Afirma Bourdieu (2007, p.14) que esse poder simbólico é o que faz a si mesmo:

[...] como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos 'sistemas simbólicos' em forma de uma *illocutionary force* mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença.

A esfera da elaboração e movimento contínuo de sentidos é um espaço extremamente importante para o desenrolar das lutas contra-hegemônicas. É nessa arena que os diferentes grupos sociais tentam fazer propagar seus discursos, elaborar seus significados, torná-los legítimos perante o próprio grupo e perante a sociedade.

Dessa maneira a mídia, inserida no campo da produção simbólica, é capaz de elaborar a vida social, afirmando ideologias e mitos, hierarquizando grupos de acordo com sua etnia, cultura ou gênero na medida em que utilizam tecnologias discursivas para legitimar seus discursos como verdadeiros pelo outro.

O poder simbólico é a forma transformada e legitimada de outras formas de poder como o poder político, o econômico, o intelectual, nos afirma Bourdieu (2007). O poder simbólico é constituído pelos sistemas simbólicos em que está inserido porque o enuncia e pela forma como é enunciado. Conforme Bourdieu (2007, p. 14), “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de

manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é de competência das palavras”.

A Análise do Discurso está, portanto, ligada ao papel dos sujeitos, principalmente os construídos no interior dos discursos, enquanto efeitos discursivos. Van Dijk (2008, p. 18) afirma que “se o discurso controla mentes e as mentes controlam a ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar”. Tal concepção guarda coerência com a afirmação de Foucault (2007, p. 12) sobre a imbricação entre poder e verdade, presente nas práticas discursivas institucionais:

A verdade não existe fora do poder ou sem poder [...] a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ele acolhe e faz funcionar como verdadeiros os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona um e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

O campo político é, essencialmente, o campo do poder, campo de luta. Logo, onde há poder há resistência, pois do sujeito não completamente assujeitado e livre e da relação com o poder é que surgem as formas de resistência. As resistências só existem, por definição, no campo estratégico das relações de poder. A ideologia é uma prática discursiva. No entanto, não deve ser compreendida como influência ou simplesmente como prática discursiva, como destaca Poulantzas (1980, p. 53):

A ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de idéias ou de representações. Compreende também uma série de práticas materiais extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais aí compreendidas as práticas políticas e econômicas. [...] A ideologia não é algo neutro na sociedade, só existe ideologia de classe. A ideologia dominante consiste especialmente num poder essencial da classe dominante.

O poder está difundido em todas as extensões da sociedade; pessoas e/ou instituições o detêm somente em um determinado aparelho da sociedade. O poder é um conjunto de ações sobre ações possíveis, na medida em que:

Ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações. (FOUCAULT, 1995, p. 243).

O poder é um conjunto de correspondências de forças que se auto constituem, na ótica de Foucault. Ele afirma que “em qualquer sociedade existem relações de poder que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social [...] estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.” (FOUCAULT, 2007, p. 179).

O poder está em toda parte, pois, provém de todos os lugares. O lugar onde o sujeito está colocado deixa explícito de onde ele fala, o personagem que ele representa e o saber com o qual ele se identifica num determinado momento histórico e social, numa determinada conjuntura.

Sabe-se que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem discurso. Logo, desde sempre o inconsciente afeta o sujeito e a ideologia o interpela. Afirma-se, então, que o sujeito não é nem plenamente livre nem completamente assujeitado. Segundo a Análise do Discurso, ele transita, move-se entre o espaço discursivo de um e do outro, entre o saber de que é incompleto e a aspiração de ser completo.

Pode-se falar de um discurso da mídia, tendo em vista que todo discurso é um espaço habitado, pleno de vozes (VÉRON, 1980) “e se constrói a partir de elementos constituintes de diversificadas formações discursivas.” (DUTRA, 2005, p. 31). O mesmo autor comenta que na construção de um segundo discurso, o discurso informativo, há o sustentar de um discurso primeiro.

Ao mesmo tempo em que se pode falar de um discurso da mídia, não menos correto é afirmar que esse discurso diferenciado se constrói a partir de elementos constituintes de diversificadas formações discursivas. No caso específico do discurso informativo, produz-se aí um discurso segundo que se nutre obviamente de um discurso primeiro. É isto que realiza a especificidade desta prática: o discurso primeiro existe no seu campo institucional próprio, tornando-se segundo quando reproduzido/transformado pela mídia. É, portanto, um outro conjunto textual. (DUTRA, 2005, p. 31).

É de outro discurso que surge o contra-discurso que ganha vida. Refere-se Foucault (2007, p. 25) ao contra-discurso, que denomina de comentário:

Por ora, gostaria de me limitar a indicar que, no que se chama globalmente um comentário, o desnível entre texto primeiro e texto segundo, desempenha dois papéis que são solidários. Por um lado permite construir (e indefinidamente) novos discursos: o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essencial que lhe atribuímos tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais

forem às técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro.

O discurso surge de um discurso prévio (ORLANDI, 1987), onde o primeiro tende a confirmar ou refutar o outro discurso produzido. Pode-se chamar de contra-discurso a essa confirmação ou refutação. Assim, a relação de sentido surgida da “orquestração” discursiva não tem um “ponto zero” de partida, mas uma referência ou um discurso prévio. Como um discurso surge a partir de outro discurso, pessoas/comunidades/autoridades constroem seus discursos como forma de justificativa dos seus atos. O discurso tanto amplia e responde a outros discursos, quanto está submetido a regras no interior das instituições. Essas regras são necessárias para legitimar quem fala, quando fala, e em qual sistema se encaixa.

Na compreensão de Pinto (1989) o contra-discurso é caracterizado por uma reação discursiva em relação a um discurso já existente.

Charaudeau (2006, p. 17) assevera que “abordar as mídias para tentar analisar o discurso de informação não é uma tarefa fácil. É mesmo mais difícil do que abordar o discurso político.” Tem-se, no discurso político, a clareza de sua íntima imbricação com o poder ao passo que “o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 17).

Apesar dessa pretensão, as mídias são utilizadas pelos políticos para direcionarem a opinião pública sobre o que pensar/discutir e muitas vezes torná-la refém, “já que não existe discurso desinteressado ou neutro.” (DUTRA, 2005, p. 35). Ou seja, a mídia é também um lugar de luta, onde os agentes sociais disputam a prevalência de suas visões de mundo. Sabe-se que a mídia detém o poder, mas não o poder absoluto e infinito.

De acordo com Dutra (2005, p. 60):

O discurso da mídia tem, obviamente, especificidades quanto ao processo de sua produção, circulação e consumo; na sua essência, porém, em nada difere dos discursos que se realizam em outros campos e sob outros dispositivos e suportes enquanto esforço continuado de marcar presenças, produzir argumentações, identidades e tentar seduzir o receptor-co-produtor para o seu ponto de vista. Assim é hoje, tanto quanto o foi ao longo dos séculos.

A história atesta que a alguns poucos era permitido o exercício da leitura, do informar-se sobre os acontecimentos, privilégio dos que estavam intimamente ligados aos propósitos e objetivos da classe dominante, o que significa dizer que os agentes sociais não dispõem do mesmo capital nas disputas de poder e saber, na sociedade.

5 DISCURSOS E POLÊMICAS EM TORNO DA IMPLANTAÇÃO DA ALCOA MINERAÇÃO S.A.

As ações políticas que direcionaram a implantação do Projeto Grande Carajás na Amazônia deixaram expostas várias polêmicas em torno dessa implantação. Os embates entre a ALCOA MINERAÇÃO S.A. e o Comitê de Defesa da Ilha, em São Luís e a ação dos jornais locais oferecem um rico material de análise a respeito dos choques ideológicos surgidos em torno das políticas de desenvolvimento e das estratégias discursivas desses agentes.

Como já se afirmou anteriormente, enquanto o objetivo da ALCOA MINERAÇÃO S.A. era o de legitimar seu discurso articulando “verdades” por meio da ideologia da propaganda favorável à implantação da fábrica e ao “deslanchar do desenvolvimento”, o discurso da mídia impressa “refutava verdades”, expondo tais “problemas de poluição ambiental. Tanto a ALCOA MINERAÇÃO S.A. quanto a mídia fizeram uso do código lingüístico para tecerem seus discursos.

A linguagem, pois, é um dos instrumentos que o sujeito tem ao seu dispor para estabelecer relações sociais, dar forma ao pensamento, expressar desejos, concretizar ações. Através da linguagem os sujeitos criam identidades e a realidade social, constroem a cultura, influenciam e são influenciados. Codificam e decodificam o meio social e suas práticas, incluindo a política, através de símbolos. Pode-se afirmar, com Orlandi (2003), que a prática da linguagem é a palavra em movimento e é pelo estudo do discurso que se observa o homem falando.

Para acessar o discurso da mídia impressa e o do Comitê de Defesa da Ilha sobre o ambiente e sua relação com o desenvolvimento no processo de implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. em São Luís, foi necessário retomar alguns aspectos que permearam a questão.

Acot (1990) lembra que o vocábulo ecologia é um neologismo que foi utilizado, originalmente, em uma página de rodapé por Ernest Haeckel, para substituir a palavra biologia que ele considerava de uso muito restrito. O estudo das relações dos seres vivos entre si e com o meio ambiente é o sentido dado à palavra ecologia.

Desponta nos anos 1970 a percepção de que a questão ambiental não se restringe apenas aos ecossistemas, mas é também “o resultado da ação mútua

entre este e as atividades humanas.” (BONFIGLIOLI, 2005, p. 5). Nessa mesma linha de pensamento, Left (2001, p. 15) afirma que “a crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico negando a natureza.”

Evidenciam-se, tanto no espaço urbano como no agrário, os problemas ambientais. A superfície terrestre, de modo geral, sente seus efeitos. Em busca da riqueza, do lucro exorbitante e dos interesses econômicos, o cuidado e o respeito ao meio ambiente ficam relegados a um segundo plano. O desenvolvimento dos países centrais impulsionou a busca nos países subdesenvolvidos/em desenvolvimento/periféricos, dos recursos naturais. Serra de Carajás, na Amazônia, é o exemplo da extração exaustiva dos recursos minerais e florestais.

Desde a década de 1970 a preocupação com os danos ambientais tomaram proporções globais. Passa-se, então, a analisar e discutir os impactos humanos no meio ambiente: Clube de Roma; Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo); criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA); Convenção de Londres; Protocolo de Kyoto e Convenção sobre a Biodiversidade “marcam a produção de um discurso ecológico a partir de um determinado lugar de representação política: o espaço público internacional.” (SILVA, 1995, p. 73).

A respeito da questão ecológica, Guattari (2000, p. 15) comenta que:

[...] a ecologia só deixou de ser assunto de alguns poucos círculos a partir do momento em que as agressões ao meio ambiente, como a poluição atmosférica, a destruição das florestas, a ameaça à camada de ozônio, os acidentes nucleares apareceram para a opinião pública como importantes atentados à sobrevivência da humanidade.

A mídia, como espaço público, permite, sob condições específicas o discurso de vários e diversos sujeitos que se reportam à questão ambiental, de modo que novas vozes do discurso ecológico passam a ser legitimadas, desde governos até organizações ambientais e empresas. A permissão monitorada a essa polifonia pressupõe que o monitoramento não impede o interesse da mídia na revelação de segredos governamentais e empresariais referentes ao meio ambiente. Parte-se da conjectura que a mídia tem a função de propagar discursos e gerar a cultura da informação que está inscrita em um dado espaço socialmente organizado e que, por isso, lida com o poder que se origina da propagação de certas verdades. Como nos informa Charaudeau (2006), é ao receptor que, estando em condições de

emitir julgamento sobre o teor de uma informação, cabe apostar na sua validade e jamais no seu valor.

No corpus de análise deste trabalho, os jornais “O Estado do Maranhão”, “O Imparcial” e o “Jornal Pequeno”, caracterizam-se como porta-vozes de grupos socialmente representados por poetas, políticos, intelectuais, pelo Governo do Estado e membros do Comitê de Defesa da Ilha, vozes que expressam opiniões e visões acerca da questão ALCOA MINERAÇÃO S.A.. Os vínculos entre o campo do jornalismo e o campo da política no Maranhão estabelecem um lugar específico de fala dos jornais nos Estado.

Os mídias constituem-se em espaços agônicos, de luta entre discursos, de tentativas de modelação da opinião pública e da influência política. Para seu próprio proveito, e (ultra) simplificando as questões, reforçam dicotomias, aprofundam os abismos que separam os antagonistas. É neles que os diferentes grupos de pressão, de fundamentos ambientais ou não, se encontram com o público, é por ele que a opinião pública é construída e manipulada [...] (RAMOS, 2009, p. 3).

Os jornais analisado, “O Estado do Maranhão” e “O Imparcial”, são destinados aos estratos médios e altos da população de São Luís, enquanto o “Jornal Pequeno” dirige-se aos segmentos médios e populares. Cada grupo de leitores faz parte das condições de produção do discurso desses jornais.

O crescimento da mídia deu nova feição às formas simbólicas de produção e transmissão da informação, aparecendo assim, uma particularidade da modernidade, que é a midiatização da vida social. Na visão de Thompson (1998), o uso dos meios de comunicação implica em novas formas de ação e de interação no mundo social e novos tipos de relações entre os indivíduos. É ainda Thompson quem afirma que entre outros tipos de poder há o poder cultural ou simbólico que é tratado como a aptidão que os indivíduos/instituições envolvidos na produção e transmissão de formas simbólicas têm para tomar parte no curso dos acontecimentos, influenciarem as ações dos outros e produzir eventos. A mídia, utilizando-se de diferentes recursos técnicos, fixa e transmite conteúdos simbólicos aos receptores através de habilidades, competências e formas próprias de conhecimento que são utilizadas na produção, transmissão e recepção de informação e conteúdo simbólico.

Politicamente, esses jornais reivindicam lugares distintos de fala. “O Estado do Maranhão” de propriedade do principal grupo político do Estado, que desde a década de 1960 detém a hegemonia da política maranhense, e “O

Imparcial”, de perfil governista, tenderam a se aliar às proposições do governo da época. O “Jornal Pequeno”, tradicionalmente adotou uma posição de crítica ao grupo hegemônico liderado por José Sarney, tendendo a reforçar movimentos e propostas de oposição a esse grupo.

Fundado em 1950, surgiu com o nome de “Jornal do Dia”, “O Estado do Maranhão” passa a se chamar assim a partir de 1º de maio de 1959. Segundo sua proposta editorial, foi criado para constituir-se “genuíno porta-voz da população maranhense”. As edições do Jornal “O Estado do Maranhão” tinham, na década de 1980, 18 páginas de segunda a sábado, passando aos domingos para cerca de 22 páginas. Produzido pela Gráfica Escolar SA, as editorias que compunham o jornal eram Cidade, Política, Opinião, o País e o Mundo.

“O Imparcial”, fundado por José Pires Ferreira, em 1º de maio de 1926, ficou, a partir de outubro de 1944, sob a direção dos Diários Associados. Propondo-se, desde a sua formação, a uma linha editorial de sobriedade.

[...] o jornal pretende ser imparcial, objetivo e sóbrio na apresentação das informações sobre os mais variados assuntos que interessam aos leitores e pretende ser defensor da família, dos bons costumes e das autoridades legitimamente constituídas, sem, contudo, filiar-se a qualquer partido ou facção ideológica. (CADORIN, 1986, p. 5).

As edições de “O Imparcial” tinham, na década de 1980, 16 páginas de segunda a sábado, passando aos domingos para cerca de 18 páginas. Produzido pela empresa Pacotilha S.A, as editorias que compunham o jornal eram: Geral; Política; Opinião; Cidade e Nacional-internacional.

Fundado pelo jornalista José de Ribamar Bogéa em 29 de maio de 1951, no momento em que os demais jornais estavam vinculados a grupos ou partidos políticos, o “Jornal Pequeno” propunha-se a uma linha de independência ideológica. Na década de 1980, o jornal não apresentava editorias, as matérias eram voltadas para acontecimentos locais, principalmente em relação a crimes e violências, dando pouca ênfase a fatos nacionais e internacionais.

Para melhor visualização sobre os dados históricos desses jornais apresenta-se, no Quadro 7, a síntese de cada um deles, objetos deste estudo.

Jornais a Analisar	Data de fundação	Tiragem	Características Editoriais	Orientação
O Imparcial	Fundado em 1º de maio de 1926. Vendido ao grupo A Pacotilha em 1944, fundado por Assis Chateaubriand.	3 mil exemplares na semana 9 mil exemplares aos domingos	16 páginas; 1 Caderno aos domingos (Revista Nacional) 5 Editorias: Geral; Política; Opinião; Cidade; Nacional - Internacional	De tendência moderada, na prática sempre em oposição à linha editorial do concorrente O Estado do Maranhão.
Jornal Pequeno	Pertence à família do jornalista José Ribamar Bogéa. Foi fundado em 29 de maio de 1951.	3 mil exemplares na semana 5 mil exemplares aos domingos	8 páginas; 0 Caderno Não há editorias	Ideologicamente independente, de ataque a grupos governistas.
O Estado do Maranhão	Pertence ao Grupo Sarney. Fundado em 1959.	9 mil exemplares na semana 12 mil exemplares aos domingos	18 páginas; 4 Cadernos Especiais (Alternativo, Cidade, Sociedade, Revista da TV) 5 Editorias: Cidade; Política; Opinião; O País; O Mundo	De orientação partidária favorável à família do senador José Sarney e dos governos por ele apoiado.

Quadro 7- Quadro síntese dos três jornais - O Imparcial, Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão
Fonte: Dados levantados pelo autor

5.1 Contra-discurso da ALCOA

Como estratégia para minimizar o impacto gerado pelas notícias veiculadas nos jornais de São Luís sobre a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., a Gerência de Relações da Comunidade da ALCOA MINERAÇÃO S.A. criou um programa de visitas ao escritório e à área onde seriam instaladas a refinaria e o porto. O alvo da estratégia eram pessoas formadoras de opinião como profissionais liberais, líderes comunitários, professores e alunos das Universidades Federal e Estadual do Maranhão.

O esquema da Gerência de Relações da Comunidade consistia em conduzir esse público até o escritório onde um comitê de recepção formado por diretores e gerentes projetavam filmes sobre a ALCOA MINERAÇÃO S.A. nos Estados Unidos, Austrália, Canadá e em Poços de Caldas (MG), para demonstrar a expansão do empreendimento. Após a sessão cinematográfica, o grupo era conduzido à área destinada à construção da refinaria e do porto, onde um grupo de engenheiros garantia as condições de preservação do meio ambiente. Ao final das visitas, o grupo era brindado com almoço regado a sucos e refrigerantes e sobremesas. Ao fim da visita, o grupo era conduzido de volta a seus locais de origem, e, no trajeto, era saudado pelo diretor da ALCOA MINERAÇÃO S.A. em pessoa, e brindado com pequenos presentes (agenda, placa de alumínio, canetas).

Além de visitas monitoradas, a ALCOA MINERAÇÃO S.A. ainda subsidiava a realização de congressos e seminários de responsabilidade das Universidades (Estadual e Federal); realizava obras para beneficiar Instituições como, por exemplo, doação de um transformador para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia; reforma do auditório central e doação de um barco para o Laboratório de Hidrobiologia da Universidade Federal; doação de maquinário destinado ao laboratório de Mecânica da Universidade Estadual do Maranhão, para melhor atendimento às aulas práticas do curso.

Em relação à comunidade, os benefícios da ALCOA MINERAÇÃO S.A. se consubstanciavam na doação de equipagens para times de futebol e na liberação de recursos e equipamentos destinados a grupos de manifestação cultural e folclórica em São Luís.

Na verdade, o impacto sobre a opinião pública maranhense teve início com a divulgação das negociações entre a ALCOA MINERAÇÃO S.A. e o Governo do Estado do Maranhão, que se processava na surdina. O vazamento da informação aconteceu por meio de um discurso do então ministro de Minas e Energia, César Cals, em Recife. A notícia atingiu a comunidade maranhense que se sentia lograda por desconhecer negociações que já contava com mais de 50% de ações do Estado.

Dentre os meios utilizados pela ALCOA MINERAÇÃO S.A na produção de seu contra-discurso, como das estratégias de redução dos impactos negativos sobre parte da comunidade, estava a produção e divulgação de *house organs*⁴⁶ e artigos publicitários que eram distribuídos aos jornais maranhenses. Eram conteúdos que favoreciam a imagem da transnacional, sobretudo com relação à proteção ao meio ambiente. Transmuda-se de ALCOA para Consórcio Alumar - Alumínio do Maranhão, como estratégia ideológica de tornar a indústria um “empreendimento maranhense”, portanto, aceitável como empresa que traria a industrialização e a modernização ao estado do Maranhão.

5.2 Discurso do Comitê de Defesa da Ilha

Com o vazamento da informação sobre a chegada/implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. na Ilha de São Luís, o grupo de intelectuais, poetas, políticos, profissionais liberais e estudantes, sob a coordenação do Sr. Nascimento de Moraes passou a reunir-se com o objetivo de melhor conhecer o empreendimento e avaliar suas conseqüências/impactos sociais, ambientais e econômicos, bem como as negociações com o Governo do estado do Maranhão.

Nessas reuniões, que se realizaram ora na Igreja de São João, outras vezes nas dependências do “Jornal Pequeno”, o grupo debatia e planejava as medidas que poderia tomar. Embates, discussões, posições divergentes, ideologização da luta, marcaram a “gestação” do Comitê de Defesa da Ilha. Era preciso, então, decidir se o grupo seria alinhado político do Partido Comunista

⁴⁶ *House organ* é a denominação dada ao veículo (jornal ou revista) de uma empresa ou entidade. Ele geralmente é concebido para divulgar os fatos e as realizações da instituição e pode assumir diferentes configurações, dependendo do público a que se destina.

Brasileiro ou se seria somente um apêndice da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos.

Finalmente, a decisão recaiu sobre a criação de um Comitê independente para defesa da Ilha de São Luís, que afinasse o discurso também em defesa da vida, da preservação do meio ambiente e das comunidades tradicionais. Acertado o prumo, surge em 10 de agosto de 1980, o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, cujo patrono era o poeta maranhense Gonçalves Dias.

O Comitê de Defesa da Ilha sob o comando do Sr. Nascimento de Moraes parte para ações concretas com vistas à não instalação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. na Ilha de São Luís: encaminhamento de petições, ações populares, protocolos em várias instâncias da justiça, além de reuniões e comícios. Assim posicionado, o Comitê de Defesa da Ilha dá início à luta em favor da vida e da preservação da Ilha de São Luís, sem, contudo, radicalizar, visto que não se opunha à instalação da indústria de alumina/alumínio no Maranhão, desde que não fosse na Ilha de São Luís. Sua luta respaldava-se em informações técnicas do Grupo de Trabalho, liderado pelo químico Raul Ximenes.

6 JORNAIS LOCAIS PRODUZINDO DISCURSOS POSICIONADOS

A mídia impressa é um meio de comunicação que permite maior profundidade analítica em relação aos veículos eletrônicos. São por isso, tomados como referências por outras mídias, sobretudo o rádio e a televisão.

Os jornais analisados trabalho - “O Imparcial” (32 cm de largura por 56 cm de altura), “O Estado do Maranhão” (32 cm de largura por 58 cm de altura) e o “Jornal Pequeno” (32 cm de largura por 46 cm de altura - são diários impressos e periódicos com tiragem regular, acompanhados de cadernos especiais, exceção do Jornal Pequeno. Cada veículo cria um visual gráfico para identificar-se com o leitor, buscando construir uma estrutura própria para diferenciar-se de qualquer outro veículo impresso.

As matérias dos jornais analisadas foram recolhidas levando em conta o período da instalação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., 1980, até sua inauguração em 16 de agosto de 1984, sem o rigor cronológico de publicação, tendo em vista a não intensidade de produção jornalística como era esperado.

Para melhor caracterizar a visão dos atores sobre a instalação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. na Ilha de São Luís foram colhidos depoimentos do advogado Josemar Pinheiro, membro do Comitê de Defesa da Ilha (ANEXO A); do ex-Deputado Estadual Haroldo Sabóia (ANEXO B); do Sr. Augusto Pellegrini, Superintendente de Compras e Materiais da ALCOA MINERAÇÃO S.A. (ANEXO C); Sr. Luís Alberto Costa Rodrigues, Assistente Auxiliar de Expatriados da ALUMAR (ANEXO D) e do Sr. João Otavio Malheiros, Diretor Presidente da AMAVIDA (ANEXO E).

O estudo da representação das questões referentes ao ambiente na mídia impressa foi realizado por meio da Análise do Discurso nos três jornais e no *House Organ* já nominados. As matérias foram interpretadas com base na análise do discurso de textos informativos (notícias e reportagens) e opinativos (artigos e editorial).

Adotou-se, na trajetória metodológica a leitura do material para a posterior análise propriamente dita para, então, serem feitas as interpretações e inferências.

Questões como: “Quem se anuncia?”, “A quem se destina?”, “A que outros textos se remetem?”, “A que lugar e a que tempo pertencem?”, de acordo

com a Análise do Discurso Francesa convergem para uma maior compreensão da análise do corpus discursivo em questão.

As seguintes categorias foram levadas em conta para assinalar um perfil e comparar o conteúdo dos discursos/mensagens em que forem identificados pontos em comum. Estas categorias irão caracterizar os principais aspectos que compõem a discussão sobre o tema e responder sobre a pesquisa. (Quadros 8, 9, 10 e 11).

Categorias	
Progresso	Ressaltando a possibilidade de outras empresas se instalarem no Estado, maior arrecadação de impostos, inclusão do Maranhão no grupo produtor de alumínio e possibilidade de vir a ser um dos principais pólos industriais do Norte/ Nordeste.
Meio Ambiente	Propaga total controle para preservação do meio ambiente: “A natureza não foi agredida antes, não será agora”.
Emprego/ Migração de retorno	Alardeia a criação de 2.500 empregos diretos e 5.000 indiretos. Anúncio sobre oportunidades para maranhenses qualificados que estavam fora do Estado.
Eliminação da pobreza	37 milhões de dólares de arrecadação de ICM, 300 km de linha de transmissão de energia.

Quadro 8- Categorias do discurso ALCOA MINERAÇÃO S.A.

Fonte: Elaboração do autor a partir dos discursos da ALCOA MINERAÇÃO S.A.

Categorias	
Legislação Ambiental	Matéria sobre a preservação do meio ambiente.
Ações de Instituições	Ressalta trabalho da Universidade em relação às características ambientais da área de implantação da indústria.
Ações do Governo	Ressalta ação do Governo quanto à implantação do Sistema Italuís.
Ações da Empresa	Abordaram a dimensão econômica e social do projeto.

Quadro 9- Categorias do discurso do jornal “O Imparcial”

Fonte: Elaboração do autor a partir dos discursos do jornal “O Imparcial”

Categorias	
Infraestrutura	Destaca o projeto Italuís que trará a água do rio Itapecuru para São Luis, ampliação da rede de esgoto, ampliação e melhoria do Porto do Itaqui, construção do porto da ALCOA.
Legislação Ambiental	Matéria referente às normas ambientais.
Tecnologia e Biodiversidade	Pesquisas e estudos com criterioso balanço hídrico para preservação dos rios, lagos e do mar.
São Luís na era do alumínio	1,5 bilhões de dólares em investimento na fábrica para colocar São Luís (e o Brasil) no restrito clube de produtores de alumínio.
Inauguração da fábrica	Colaboração efetiva no processo de desenvolvimento econômico e industrial no Maranhão.

Quadro 10- Categorias do discurso do jornal O Estado do Maranhão.

Fonte: Elaboração do autor a partir dos discursos do jornal O Estado do Maranhão.

Categorias	
Ações do Governo	Ressaltam os projetos e as atitudes governamentais que não preservam o meio ambiente.
Poluição do lençol freático	Alerta sobre os problemas de desastre com o lençol freático da Ilha.
Denúncia de conflitos socioambientais	Alerta sobre problemas ecológicos e sociais.
Lutas ambientais e de movimentos sociais	Alerta para os riscos ambientais (poluição do ar, do mar e dos rios) e os conflitos com os movimentos sociais.

Quadro 11- Categorias do discurso do Jornal Pequeno

Fonte: Elaboração do autor a partir dos discursos do Jornal Pequeno.

As categorias do discurso do Comitê de Defesa da Ilha são as mesmas do “Jornal Pequeno”, tendo em vista que este jornal servia de porta-voz, vitrine, espaço de visibilidade e de influência do Comitê.

Os conteúdos encontrados nos jornais “O Imparcial” e “O Estado do Maranhão” são informativos, enquanto no “Jornal Pequeno” são opinativos. Vale ressaltar que não se encontram nos jornais “O Imparcial” e “O Estado do Maranhão” cartas e/ou artigos referentes ao empreendimento ALCOA MINERAÇÃO S.A. e suas conseqüências ambientais, como se detecta no “Jornal Pequeno”.

A leitura prévia do material demonstra uma construção discursiva com base no já-dito e se percebe que outros discursos e textos se cruzam, numa interação de diferentes componentes argumentativos, narrativos e opinativos.

As matérias lidas nos levam a afirmar que os discursos são endereçados a “uns outros”, qualquer que seja o status dessa alteridade. Nesses discursos “uns outros” são constituídos pela população de São Luís, quando o autor do discurso é a ALCOA MINERAÇÃO S.A., ou Governos Federal/Estadual ou a mídia. “O Estado do Maranhão”, quando apregoa o progresso, emprego, a inserção de São Luís na “era do alumínio” e o cuidado com o meio ambiente, como tinha escolhido responder no interior desses discursos e ações a seus adversários, o que permite, aliás, dirigir-lhes a palavra obliquamente, em um discurso já significativo.

Se a população é ou não o que pensam a ALCOA MINERAÇÃO S.A., Governos e o jornal “O Estado do Maranhão”, isto não se revela importante. A prioridade é a construção de uma relação - progresso, empregos, apoio ao Projeto Italuís de abastecimento de água na Ilha, preservação e cuidado com o meio ambiente, ajuda financeira e material a Instituições Filantrópicas, às universidades e visitas monitoradas ao complexo - que produza os efeitos desejados.

O Comitê de Defesa da Ilha e o “Jornal Pequeno” têm na população de São Luís também, o seu alvo e procuram alcançá-lo através de seus discursos contrários ao da ALCOA MINERAÇÃO S.A., demonstrando os danos que uma fábrica de alumínio traria para a cidade, principalmente por se tratar de uma Ilha. O Comitê de Defesa da Ilha participa, então, de reuniões, de atos públicos e move ações na justiça (Ministério Público Federal) como o processo de nº 000552/97, reivindicando relatórios de controle e fiscalização de acidentes ou desastres ecológicos ocorridos, bem como relatórios de monitoramento da Secretaria de Meio Ambiente do Estado e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (IBAMA). Até o momento do fechamento deste estudo, o processo ainda aguardava julgamento. Foi um contra-discurso que não encontrou respaldo do Judiciário e do Legislativo, mas que recebeu apoio de pequena parcela da população. O Comitê constrói, discursivamente, sua luta em defesa da Ilha, apoiando-se na questão ambiental, distanciando-se do propalado “progresso, emprego e inserção de São Luís na era do alumínio.”

6.1 Especificidades dos corpus

Em um primeiro momento, o conjunto dos textos está segmentado em três *corpus*:

O *corpus* 1 – O Imparcial compreende 6 textos

O *corpus* 2 – O Estado do Maranhão compreende 17 textos

O *corpus* 3 – Jornal Pequeno compreende 14 textos

O *corpus* 4 – Alumar Notícias compreende 7 textos

Percebe-se nos discursos e artigos dos jornais “O Estado do Maranhão” e “Jornal Pequeno” a presença de contra-discursos construídos a partir de outros discursos já enunciados, que objetivam responder, justificar ou reparar o que foi enunciado anteriormente.

O Comitê de Defesa da Ilha utilizou o “Jornal Pequeno” para dar visibilidade ao seu discurso de conteúdo agressivo/conflituoso/tenso. Tais discursos ganharam mais espaço social em relação aos discursos contrários. Os atores sociais desejavam mostrar a sua “verdade” dos fatos relacionados com a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. Essa “verdade de cada um” fica mais evidente quando se confrontam os veículos que tratam do mesmo fato, mas com discursos e enfoques diversificados.

O ser humano busca tornar inteligível a realidade descrevendo-a, interpretando-a e desnudando-a através da linguagem expressa por meio da palavra

que se constitui no meio “mais comum de expressão da capacidade humana de linguagem, mas [que] não é o único⁴⁷.” (SOUZA, 1995, p. 160).

A capacidade humana de expressão pelo uso da linguagem permite que estabeleça comunicação com “o outro” e a linguagem o caracteriza como o ser com habilidade para o “tratamento das informações”. Sendo o mundo uma construção de linguagem e de sentido das coisas e seus estados, não é possível ao ser humano realizar tal construção de forma egoísta/única/isolada, sem a relação com o outro, necessária ao embate e à ação mútua.

Orlandi (2003) lembra, no entanto, que sempre houve diferentes modos para se abordar a linguagem, dentre as quais como um sistema de signos ou como um sistema de regras formais. A linguagem faz a necessária intercessão entre a realidade e o homem, por meio da palavra em movimento: “[...] o sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.” (ORLANDI, 2003, p. 32).

A linguagem se concretiza na ideologia e esta se manifesta na língua, visto que não há discurso sem sujeito e nem há sujeito sem ideologia. Logo, se percebe que discurso é o lugar onde se dá a relação entre a língua e a ideologia. A experiência dos sujeitos é formada/composta pela ideologia.

A ideologia política evidencia a razão de ser dos atos políticos e revela aqueles que a detêm, os quais são depositários da autoridade, bem como enuncia os fins, e os caminhos para alcançá-los. Ansart (1978, p. 36) assim se posiciona:

A ideologia política busca uma explicação sintética, onde o fato particular adquire sentido, onde os acontecimentos se coordenam numa unidade plenamente significativa. A ideologia encarrega-se dessa função social geral e universalizante, a de atribuir sentido à ação e, em primeiro lugar, aos projetos e aos empreendimentos políticos.

Fiorin (1999) caracteriza o discurso como sendo a combinação de elementos lingüísticos utilizados pelo falante para expressar o pensamento. “O discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber, é gerador de poder.” (BRANDÃO, 1994, p. 31). As relações de poder estão sempre presentes na prática discursiva e

⁴⁷ Podem ser utilizadas pelo ser humano várias formas de linguagem, da verbal à não-verbal como os gestos, as imagens visuais, os sons musicais etc.

se manifestam pela linguagem e pela educação. O poder “cria” verdades para ajustar/moderar o sujeito, mantendo-o sob controle e politicamente inerte/apático.

Segundo Foucault (1986, p.146), o discurso é objeto histórico-social, pois que “não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história”. São, portanto, as Formações Ideológicas (FI) que direcionam/dirigem/governam o discurso. Assim como uma Formação Ideológica impõe o que pensar, uma Formação Discursiva determina o que dizer. Assim como a ideologia dominante é a da classe dominante, o discurso dominante também o é. (FIORIN, 1993).

Os elementos que formam os discursos não possuem uma unidade nem estabelecem uma ligação, daí a necessidade de regras que tracem/exponham/narrem essa dispersão. Através das regras de formação é possível determinar os elementos que compõem o discurso.

Os objetos que aparecem, coexistem e se transformam num ‘espaço comum’ discursivo; os conceitos em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema comum, os termos e teorias, isto é, o sistema de relações entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas e teorias. (FOUCAULT, 1997, p. 33).

Não basta apenas o conhecimento da língua para se compreender um discurso e sim de todo contexto que uma língua expressa, que demande em enunciado. O sistema lingüístico não é um fenômeno de classe, pois, ocorre também em sociedades sem classe.

Saliente-se que para uma melhor compreensão do objeto de estudo deste trabalho, utiliza-se a análise do discurso para distinguir/assinalar os posicionamentos ideológicos que se revelam nos discursos informativos (notícias e reportagens) e opinativos (artigos e editoriais).

6.2 Análise do *corpus* discursivo: as categorias

Pode-se afirmar que os anos 1930, da Era Vargas, foi um divisor de águas. O Estado passa a incentivar e organizar as atividades econômicas, tendo em vista a frenética busca do desenvolvimento nacional, via industrialização. Ideia nascida da dificuldade de importação durante a Grande Depressão, o que levou o país a produzir os bens industrializados que antes importava e da “criação de uma

mentalidade renovadora” no Brasil, segundo apregoava Getúlio Vargas. Discurso que se alinhava ao da CEPAL, afirmando que as Nações deveriam trilhar o caminho da industrialização e do desenvolvimento, para livrarem-se da miséria. O processo não mais se interrompeu, avançando, na década de 1950, com a implantação da indústria automobilística e, na década de 1970 com a produção de máquinas e equipamentos. O Estado assume, assim, o papel de incentivador do desenvolvimento e passa a produzir equipamentos, a se industrializar, ainda que de forma ineficiente, por meio da substituição de importações. Em todos os discursos de Getúlio Vargas, “o desenvolvimento econômico era anunciado como a redenção do país”, trazendo a independência que levaria o Brasil a conquistar sua soberania.

Promover o desenvolvimento e ocupar/integrar a Amazônia não foi preocupação e busca exclusiva do Governo Getúlio Vargas, mas, e de forma ativa e presente, do Governo Militar, de 1964, que elabora e implanta planos/programas de desenvolvimento para a região.

O Governo de João Figueiredo, último presidente do Regime Militar, foi marcado pelo déficit na balança de pagamento, queda na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e pelo montante da dívida externa. Esses elementos, somados aos incentivos fiscais, juros reduzidos, prazos de amortização, desenvolvimento de uma vocação metalúrgica no Maranhão contribuíram para alimentar o sonho de fazer do Brasil uma grande potência. Esse sonho põe São Luís no cenário da economia nacional e mundial, através do Projeto Grande Carajás e do Consórcio ALCOA S.A./BILLINGTON METAIS S.A que recebem do Governo Federal e Estadual, para instalação da fábrica de alumina/alumínio, benesses, subsídios, terrenos, alteração da legislação ambiental, bem como outras vantagens.

O argumento ideológico do progresso, do emprego, da inserção do Brasil (São Luís) no clube dos produtores de alumina e alumínio não considerou, na medida certa, os impactos ambientais e os conflitos sociais para a implantação de uma fábrica de alumínio numa Ilha de um país periférico sobre os quais se diziam ser “demasiados pobres para serem verdes.”

Até os anos de 1980 a percepção ambiental em São Luís não era manifesta, os tópicos relacionados à poluição não traziam grandes preocupações por uma parte expressiva da sociedade, bem como pelos meios científicos, visto que recebiam atenções e incentivos do “grande simbolismo” que representava a instalação da transnacional ALCOA MINERAÇÃO S.A.

Sendo a problemática ambiental “invisível ao olhar desarmado do cotidiano” (RAMOS, 2009), o homem é levado a alterar o seu meio ambiente e a anestesiar a consciência pública. Os textos publicados sobre as questões ambientais, sociais e econômicas decorrentes da implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. traziam pouco debate, não (in) formavam a opinião pública a contento, não promoviam à exaustão a discussão em torno do assunto e, menos ainda, mobilizavam os cidadãos para qualquer ação, como demonstram a análise do material selecionado.

O objeto de análise para a investigação é constituído por quatro corpóreas de textos contemporâneos. O primeiro consiste num conjunto de seis textos informativos publicados pelo jornal “O Imparcial” no período de janeiro de 1980 a março de 1983. Não há textos opinativos e nem tomada de posição diante do “simbolismo” que representou a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. na Ilha de São Luís. Os textos reproduzem o posicionamento do Governo e da ALCOA MINERAÇÃO S.A. e não mostram e nem chamam a atenção para o “jogo que jogam entre si.”

O segundo *corpus* é constituído por 17 textos publicados pelo “O Estado do Maranhão”, no período de janeiro de 1980 a agosto de 1984. Todos os textos estão na linha do discurso informativo, não havendo espaço para textos opinativos, a não ser, para realçar todo significado, simbolismo e o que representa, na visão do Governo e da ALCOA MINERAÇÃO S.A., a implantação da fábrica de alumina/alumínio. O jornal “O Estado do Maranhão” pertencente ao grupo dominante da política local, apoiava, defendia, exaltava as realizações do Governos Federal e Estadual pelas ligações políticas e interesses do grupo dominante. O jornal “O Estado do Maranhão” põe-se como instrumento para divulgar soluções, benesses, progressos, desenvolvimento e o despertar do Maranhão para sua inserção no Brasil e no mundo como grande produtor e exportador de alumínio.

O Governo do Estado e a ALCOA MINERAÇÃO S.A encontram no jornal “O Estado do Maranhão”, espaço vital de edificação e legitimação para seus discursos, pois que “O Estado do Maranhão” limita-se a espelhar “os poderes”, deixando de lado o serviço à sociedade como seu espelho legítimo e fiel. Conjetura-se que o jornal “O Estado do Maranhão”, por estar ligado a grupo político e a políticas governamentais, acabava por ser uma espécie de “caixa de ressonância” de um discurso.

O terceiro *corpus* é constituído de quatorze textos publicado pelo “Jornal Pequeno” no período de março de 1980 a maio de 1982. Os textos que compõem este corpus são de conteúdo opinativo (editoriais e artigos de opinião), mas também de discursos informativos. De acordo com Ramos (2009) é o discurso informativo da mídia, mais do que qualquer outro, que se vê construído sobre estratégias polifônicas de evocação de vozes alheias, dado que boa parte do material de que se nutre a informação é de teor discursivo – é o dito.

“O Jornal Pequeno” se nutre das declarações que capta por meio de entrevistas, elaboração de reportagens, registro de falas, do dito e do discurso de políticos, palestras de cientistas colhidas no interior dos espaços privilegiados de das práticas discursivas: o Comitê de Defesa da Ilha, que sustenta a tese do questionamento, da polêmica, da acusação e da problemática da instalação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., na Ilha de São Luís, com base nas questões ambientais advindas dos resíduos produzidos pela produção de alumina/ alumínio. O Comitê de Defesa da Ilha, através do “Jornal Pequeno”, sensibilizava e mobilizava os cidadãos a encontrarem/ocuparem o espaço da visibilidade e da influência, pois o locutor coletivo “fala com várias vozes” (RAMOS, 2009, p. 185) e anuncia o “apocalipse ambiental” eminente, o futuro catastrófico com repercussões em todos os níveis de vida. O discurso do Comitê de Defesa da Ilha promove, assim, a intensificação da controvérsia/debate na tentativa de fazer valer e reconhecer seus argumentos.

Numa leitura linear do *corpus* se reconhece que os textos do Comitê de Defesa da Ilha expressam a assumida posição de condenação, conflito/tensão contra a implantação da transnacional ALCOA MINERAÇÃO S.A., enquanto o “Jornal Pequeno” se deixa usar como vitrine do Comitê, sem, no entanto adotar posição frontal contra a ALCOA MINERAÇÃO S.A., através da opinião expressa em editoriais

O quarto *corpus* é constituído de sete textos opinativos publicados pelo “ALUMAR Notícias” no período de agosto a outubro de 1982. O “ALUMAR Notícias” (jornal interno ou *House Organ*) dirige-se ao público interno por considerá-lo receptor e difusor potencial de opiniões dentro e fora da empresa, dos fatos e notícias da organização, junto a familiares, grupos de relacionamentos que, multiplicados, passam a se interessar por seu desenvolvimento e defesa da Organização. O “ALUMAR Notícias” transforma-se, assim, numa indústria de informações para alcançar “visibilidade” e “tocar a afetividade do destinatário da mensagem”.

Charaudeau (2006, p. 19) considera que “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público”. E foi exatamente o que fez o “ALUMAR Notícias” ao levar aos funcionários, familiares, grupo de relacionamentos, o que “realmente acontece” na Organização, “democratizando” a informação e colocando em oposição os boatos, matérias contrárias publicadas em outras mídias, bem como os benefícios e “impulsos” ao desenvolvimento do Estado e todo tipo de benesses decorrentes da implantação da fábrica de alumina/alumínio, na Ilha de São Luís.

O conselho de redação, formado por profissionais de Relações Públicas, Jornalistas e funcionários da empresa recebe reforços de matérias provenientes dos escritórios (fábricas) de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. O conselho define o perfil editorial e as matérias a publicadas são produzidas para espelhar o interesse particular da empresa, como “um espelho deformante”, no dizer de Charaudeau (2006), mostrando, narrando, à sua maneira, a realidade que ela vê e quer que o seu alvo receba, veja e propague.

A – Categoria- Legislação Ambiental - “O Imparcial”

A manchete **“Nova legislação estabelece rigoroso controle na preservação do meio ambiente”**, revela, como pressuposto, que a “velha legislação” não atendia aos clamores dos movimentos sociais e não possuía mecanismos que impedissem ou colocassem a ALCOA MINERAÇÃO S.A, nos trâmites da preservação ambiental.

São Luís possuía, na década de 1980, uma grande e intocada área verde e seus habitantes manifestavam preocupação reduzida com o meio ambiente, logo, sua legislação ambiental não previa, nem tratava de problemas maiores no tocante à preservação do solo, da água e do ar.

A nova legislação ambiental, “mais rigorosa”, nada mais era que uma forma de mostrar, de “dar satisfação”, de acalmar setores da sociedade como o Comitê de Defesa da Ilha em relação à “preservação do verde” e “o controle” da nova fábrica de alumina/alumínio que se instalava na Ilha de São Luís, como declarou o então secretário do Meio Ambiente e Recursos Naturais: “para disciplinar a política Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente, conservando seu potencial como uma herança às gerações futuras”. Percebe-se o jogo de palavras, pois há

uma contradição nessa construção de uma São Luís ideal em termos de legislação ambiental, como se constata no excerto (1) **31.01.1980**.

Excerto (1) “A lei, frisou o Secretário do Meio Ambiente, a lei considera Meio Ambiente- o espaço físico composto dos elementos naturais (solo, água e ar) obedecidos os limites do Estado. Produção Ambiental - qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas quer direta ou indiretamente; Agente poluidor - qualquer pessoa física ou jurídica de direito publico e privado que direta ou indiretamente seja responsável por atividade poluidora ou potencialmente poluidora do meio ambiente e Agente Predador - qualquer pessoa física ou jurídica de direito publico e privado, que em virtude de uso ou exploração inadequadas, destrua a capacidade produtiva dos recursos naturais”.

Eis a contradição: “[...] destrua a capacidade produtiva dos recursos naturais”. A área onde se instalará a ALCOA MINERAÇÃO S.A. é rica em diversos mananciais e a água a ser despejada no Rio Coqueiro contém solda cáustica, sódio e afetará o solo, a água, os igarapés, o lençol freático, bem como o próprio mar. As gerações futuras herdarão, sim, um meio ambiente desequilibrado e com risco de colapsar, pois o construir, nutrir e educar para satisfazer as aspirações e necessidades das gerações futuras, foi substituído pela “ideologia do desenvolvimento” pelo aumento tecnológico, mesmo que à custa do meio ambiente. O enunciado do Secretário do Meio Ambiente foge, não condiz com uma das Leis do Discurso, a lei da sinceridade, pois sabe que não será respeitada e que há interesses outros dos quais se depreende a falácia do seu enunciado.

Excerto (2) ALCOA: protesto inútil. **25.07.1980**.

“[...] O prato atual é a instalação aqui na província da poderosa ALCOA que, através de um de seus diretores já disse no dia da solenidade de assinatura do contrato, “opera desde 1889 e nunca causou males a ninguém.”

O enunciador jornalista incorpora o termo província de forma subalterna, menor, insignificante, suburbana, o interior que, em assim sendo, não tem condições administrativas, jurídicas e/ou ambientais para barrar, impedir ou mesmo enquadrar a “poderosa ALCOA” que, instalada em muitos outros países, e operando desde 1889, “nunca causou males a ninguém”. Como afirma o discurso de um de seus diretores, essa luta é inglória, não resultará em nada e a transnacional se instalará a despeito das pressões e discursos de grupos sociais contrários. As colocações do sujeito jornalista são submissas, pequenas, não questionadoras quanto às questões

sócio-ambientais, fazendo, no entanto, um discurso-representação, com a incorporação de parte de outros discursos explicitamente marcados com as aspas. O enunciador jornalista, visto que o sujeito é constituído por vários “eus”, dirige-se àqueles para quem é endereçada a fala, o enunciatário, ou seja, os grupos sociais.

Excerto (3) Shell e Billinton associam-se à ALCOA no projeto São Luis.

03.07.1980

[...] Dada sua importância, o projeto São Luis- no qual será empregado moderna tecnologia para proteger o meio ambiente e evitar poluição - já mereceu aprovação do CONSIDER e da SUDENE e, mais recentemente, o reconhecimento de interesse nacional só concedido aos projetos que se enquadrem na estratégia brasileira de desenvolvimento econômico social e que atendam aos critérios relevantes de investimento, criação de empregos, nível de compras locais, balanço de pagamentos assim como de proteção ambiental.

O jornal põe, simplesmente, a contemplar as pretensas ações e atitudes simbólicas referentes à preservação ambiental, ao se referir à “moderna tecnologia para proteger o meio ambiente”. O discurso jornalístico não expõe, não explica essa “moderna tecnologia” e muito menos a fonte demonstrou interesse em dar a conhecer qual seria a “tecnologia” para preservar o meio ambiente das mais diversas formas de poluição advindas de uma refinaria de alumina/alumínio. O discurso informativo legitima a fonte, na medida em que como mecanismo de reforço do discurso oficial ao registrar que “mereceu aprovação do CONSIDER e da SUDENE”, associando “melhorias tecnológicas” para o Estado, em detrimento das questões sociais e ambientais que advirão com a implantação da refinaria na Ilha de São Luís. Este discurso do jornal foi instaurado a partir dos significados criados pelas fontes Shell, Billinton e ALCOA, revestidos de valores e investidos de ideologia. Fica assim subtendido, que o sentido exposto deve ser decifrado pelo destinatário.

B – Categoria – Ações de Instituições – “O Imparcial”

Universidade e ALCOA fazem levantamento bioecológico

Ao chamar a Universidade Federal do Maranhão para uma ação conjunta em relação ao levantamento bioecológico na área de implantação da indústria, a ALCOA MINERAÇÃO S.A. desejava convencer os destinatários - sociedade, movimentos sociais, Comitê de Defesa da Ilha - que a Universidade, como campo de produção de conhecimento e porta-voz da ciência, ao proceder ao levantamento daria a essa sociedade a “garantia” de que não haveria alteração da forma de vida

da sociedade e dos indivíduos. Em contrapartida, a Universidade estaria promovendo ou avalizando novas formas de relacionamento com o meio.

Sabedora do “poder da Ciência”, a ALCOA MINERAÇÃO S.A., ao buscar esses parceiros técnicos e científicos, assegura a visibilidade das “intenções de proteção ao meio ambiente” e reforça o dito de um de seus diretores de que “o empreendimento não causa males a ninguém”. A Universidade/Ciência é evocada pela ALCOA MINERAÇÃO S.A., como fundamento da sua palavra argumentativa. No entanto, no excerto 4, **30.07.1980**, percebe-se a consciência evidente do risco e do perigo palpável:

Excerto (4) a Universidade Federal do Maranhão e o Consórcio Alumar firmaram convênio com a finalidade de ser feito um levantamento bioecológico, na área de implantação da indústria, especificamente no estuário dos rios Coqueiro e Cachorro, baía de São Marcos e São José. Os dados a serem coletados e analisados pela Universidade Federal do Maranhão sobre as características ambientais da área de implantação da indústria, antes da etapa de produção de alumínio, vão servir de subsídios para uma avaliação dos possíveis impactos de poluição ambiental na Ilha de São Luís e conseqüentes medidas preventivas e conservadoras a serem adotadas pelas autoridades encarregadas do meio ambiente.

“De possíveis impactos de poluição ambiental”, cria-se um cenário de menor certeza sobre a proteção do meio ambiente e leva a questionar o “não faz mal a ninguém” e sobre as somas em dólares com aparelhos modernos antipoluição. O texto apresenta verbo no infinitivo pessoal, o que leva a deduzir que o Estado assume, não só por meio legislação, mas de forma concreta, a proteção ambiental na Ilha de São Luís. O objetivo de fazer saber que o Estado também possui parcela de responsabilidade pela proteção e conservação do meio ambiente constitui, de imediato um contributo para a legitimação do dito.

C- Categoria - Ações do Governo - “O Imparcial”

“Água do Itapecuru jorra em São Luís”, foi à fórmula encontrada pelo Estado do Maranhão e ALCOA MINERAÇÃO S.A. para solucionarem o problema crônico da falta de água em São Luís e, ao mesmo tempo, reafirmar o dito por um dos diretores da ALCOA MINERAÇÃO S.A., que a indústria “não faz mal a ninguém”, pelo contrário, está pronta a estender a mão para ajudar, socorrer a quem precisa. A cidade padece de abastecimento d’água, a fábrica da transnacional consumirá grande quantidade de água, nada melhor do que mostrar/esvaziar e contradizer os discursos, a visão dos opositores/inimigos do progresso e bem-estar, “doando milhões de dólares” ao governo do estado do Maranhão para captação de água do

rio Itapecuru. São Luís melhora seu abastecimento, a ALCOA MINERAÇÃO S.A. é abastecida e o discurso apocalíptico ambiental iminente é esvaziado, surgindo, portanto, o discurso da esperança, pois só a esperança justifica a preocupação com o futuro, como se verifica no excerto (5) de **14.03.1983**.

Excerto (5) Acompanhado por centenas de pessoas, o governador João Castelo pôs em funcionamento, ontem pela manhã, os subsistemas de abastecimento de águas do Sacavém e Paciência. Em seguida rumou para o Outeiro da Cruz, onde acionou a chave do teste de um trecho da rede adutora do subsistema do Itapecuru. Com o funcionamento dos três subsistemas - Sacavém, Paciência e Itapecuru - que constituem o sistema Italuís, a cidade de São Luís teve aumentada a sua capacidade de abastecimento de 800 litros por segundo para 1400 litros por segundo, o que dará para ir garantindo o fornecimento de água para população até a conclusão da primeira etapa do sistema Italuís, em agosto próximo. O projeto Italuís na sua primeira etapa produzirá 3400 litros de água por segundo, sendo 2 mil litros oriundos do rio Itapecuru no continente e 1440 provenientes de mananciais da Ilha. Na segunda etapa, apenas com a instalação de mais um elevatório intermediário, a produção através do rio Itapecuru passara para 4400 litros somados aos 1400 já produzidos.

A segunda etapa do Italuís abastecerá a ALCOA MINERAÇÃO S.A. e como todo discurso é endereçado ao “outro” que, nesse caso, é o Comitê de Defesa da Ilha, mostra que a proteção e preocupação com o meio ambiente não cumpre somente ao Estado, mas exige a participação e a cooperação de quem tem interesse e preocupação com o futuro.

D – Categoria – Ações da Empresa - “O Imparcial”

“Maximiano mostrou-se impressionado com o surto desenvolvimentista”

Maximiano, ministro da Marinha, representante do Governo Militar deixa-se impressionar pelo “surto desenvolvimentista” de uma fábrica em construção, o que marca claramente uma posição ufanista do próprio ministro ou atribuída a ele pelo jornal, visto que não se encontra na matéria ou no excerto 6 (14.07.1980) essa impressão ou ato de ufanismo enunciado pelo ministro:

Excerto (6) Dirigiu-se aos canteiros de obras da Alumar, inteirando-se de detalhes sobre o projeto, tais como, por exemplo, a estimativa de funcionamento para agosto de 1984, com produção inicial de 500 mil toneladas de alumina e 100 mil toneladas de alumínio ao ano. Em sua exposição, feita ao ministro da Marinha, o diretor superintendente da Alumar, Luiz Antonio Monteiro de Oliveira, disse que 60 por cento da produção da Alumar atenderam as necessidades do mercado interno, ficando o restante para atender a demanda de exportação. O projeto, que vai proporcionar ao Estado cerca de 35 milhões de dólares anuais em arrecadações de Imposto de Circulação de Mercadoria (ICM) já está, ainda

na sua fase de implantação, empregando 8 mil pessoas e 80 por cento da mão-de-obra absorvida é maranhense, passando a gerar, depois de pronto para funcionamento, 1300 empregos diretos, com uma faixa de 85 por cento para mão-de-obra do Estado.

Vê-se que o ufanismo/impressão do “surto desenvolvimentista” com uma indústria em construção que proporcionaria a arrecadação anual de ICM de 35 milhões de dólares, pode ser um discurso para reverter o discurso anti-governo/anti ALCOA MINERAÇÃO S.A. e mostrar que essa indústria transnacional trará oportunidades de progresso para o estado do Maranhão, além de mostrar ao “outro” que a falta de uma melhor visão os impede de também ufanarem-se com as decorrências de progresso, emprego e novas fábricas que advirão ao estado do Maranhão. O discurso da ALCOA MINERAÇÃO S.A. busca sujeitar esse “outro”.

E – Categoria – Infraestrutura – Jornal “O Estado do Maranhão”

“Alcoa Alumínio mostrada em slides ao pessoal de O Estado”.

Buscando espaço na mídia como forma de sondar o que a imprensa publica ou pretende publicar sobre a transnacional, a ALCOA MINERAÇÃO S.A, adota medida de reposicionamento com a visita de cortesia ao jornal “O Estado do Maranhão”. Procura o estreitamento de relações, demonstra ver reproduzidos nas páginas desse jornal, destinado à população da Ilha de São Luís, os benefícios com a implantação da sua fábrica de alumina/alumínio, e o fato de que o Projeto Carajás, CVRD, dará ao Maranhão a promissora perspectiva de progresso no contexto industrial.

As “benesses” são mostradas, os “ganhos” são propalados e o “advento do progresso” que chegará ao estado do Maranhão com o projeto da fábrica de alumina/alumínio. A visita é divulga os 15 países onde opera a Alcoa, com uma “família de 47 milhões de trabalhadores”. Os diretores da Alcoa Alain Belda e Nemércio Nogueira declararam a Alcoa como sendo uma grande família (grupo de indivíduos que professam o mesmo credo), como se pode observar no excerto (7).

25.07.1980.

Excerto (7) São trabalhadores dentre homens e mulheres numa ‘profissão de fé’ conforme lema adotado dentro do complexo industrial.

Caracteriza-se a afirmação por uma busca de espiritualidade, talvez não necessariamente numa acepção religiosa, mas uma espécie de “energia vital” que uniria todos os homens e mulheres num relacionamento integrado com a Empresa e

na/com a natureza. Os diretores voltam a reafirmar o cuidado com a natureza como se pode ler no excerto (8).

Excerto (8) A Alcoa é uma empresa voltada para o futuro. Portanto, nosso maior interesse não é poluir. E sim preservar.

O importante aqui é perceber que a ALCOA MINERAÇÃO S.A. deseja se introduzir como empresa voltada para o futuro e que este futuro está imbricado com a preservação/proteção ao meio ambiente. Portanto, em que pese a existência de construção de um futuro promissor e da preservação do meio ambiente, no excerto (9) os diretores voltam a reafirmar a “fé” e/o “compromisso com a natureza”.

Excerto (9) Foram mostrados diversos slides das três maiores empresas da Companhia, localizadas na Noruega, Austrália e Estados Unidos, nos quais foi aparentado um perfeito equilíbrio ambiental entre o aspecto tecnológico e a vegetação.

Os países citados possuem legislação mais rigorosa sobre o meio ambiente, defendem uma postura de preservação de seus valores e da imagem pública, em detrimento do lucro exclusivamente financeiro e à custa da preservação ambiental.

O próprio enunciador jornalista “escorrega”, mostra-se não crédulo nas imagens que vê ao usar o gerúndio - aparentando - para fazer referência à suposta harmonia entre o tecnológico e o ambiental.

“**Porto, refinaria e redução integrados**”. Destaca-se, aqui, a infraestrutura com a ampliação e melhorias do Porto do Itaqui e construção do Porto da ALCOA MINERAÇÃO S.A.. A construção do porto da transnacional, que servirá de apoio ao complexo industrial da ALCOA MINERAÇÃO S.A., ficará localizado na confluência do Rio Cachorro com o Estreito de Coqueiro e permitirá a atracação de navios de 50 mil toneladas.

Este discurso manifesta-se como exercício estratégico dirigido à opinião pública, como prova/fundamento de que o Complexo Industrial é uma das alavancas para o desenvolvimento do estado do Maranhão, ao lado da CVRD, e de que o mar não será afetado pela poluição ou pela ação humana, como expresso no excerto (10) **16.08.1984**:

Excerto (10) O porto dispõe de uma rede de transporte, com 40 km de correias especiais e uma estação de bombeamento de soda cáustica dos navios para os tanques da fábrica, cuja capacidade é de seis metros cúbicos por hora.

Embora expondo os meios existentes para transporte do material tóxico, não há garantia de que não haveria poluição não só pela ação humana como também por agentes invisíveis como as substancias tóxicas. Este discurso da ALCOA MINERAÇÃO S.A. foi mais uma tentativa de colocar o tecnológico como “algo” de / empecilho proteção a qualquer dano ao meio ambiente.

“Projeto do presente e do futuro”. Ser portador de um discurso é ser portador de uma forma de poder, e essa forma de poder está evidente nas palavras do presidente da ALCOA MINERAÇÃO S.A., Alain Belda, como se lê no excerto (11)

16.08.1984:

Excerto (11) A fábrica do consórcio Alumar entra em operação com a disposição de trabalhar para o futuro industrial do Brasil e prestar colaboração efetiva no processo de desenvolvimento.

Ao usar em seu discurso “a disposição de trabalhar para o futuro” e “prestar colaboração” reafirma o presidente da ALCOA MINERAÇÃO S.A. que a produção deste discurso visa garantir a manutenção do poder, na entrada em operação (presente) e no processo de desenvolvimento (futuro). A ausência de verbo no “projeto do presente e do futuro” ressalta um aspecto de estado de permanência. E esta permanência, colaboração efetiva, disposição, coloca a Empresa como a que acolhe, partilha, comunga, bem como desenvolve papel social com o intuito de proporcionar bem estar à comunidade e em contrapartida espera que a comunidade assuma o discurso e as práticas da empresa como se observa no excerto (12).

Excerto (12) Alain Belda ressaltou o papel social da iniciativa privada, lembrando a participação do consórcio Alumar na solução dos problemas da comunidade. O presidente da Alcoa citou os US\$ 35 milhões em tubos que possibilitaram a captação das águas do rio Itapecuru e a construção do Sistema Italuís, que abastece a capital.

O discurso de Alain Belda chama e acentua o progresso, o papel social que a empresa assume em prol do Estado e da Comunidade. Este é um discurso que denuncia o bem-estar, a modernização/conscientização que permite evitar retaliações/protestos contra Empresa e reclama/cobra uma atitude refletida e de apoio ao Complexo Alumar. O Presidente da Empresa busca persuadir/atrair a comunidade, por todos os meios, e fazê-la simpática à ALCOA MINERAÇÃO S.A.

“Cohab beneficia população carente com as casas da Cidade Operária e Banco da Habitação libera recursos para a construção da Cidade Operária.”

Destaca-se aqui, nestas manchetes, que no primeiro caso, o sujeito, que é central em qualquer discurso, passa a ser enunciador e efeito ao beneficiar/favorecer os “carentes” com recursos públicos dentro de uma política de habitação do Governo Central. Tem-se aqui um sujeito ideológico, “virtuoso”, que age como se o povo/população não tivesse interesses próprios e as casas não fossem pagas. Este sujeito tenta se construir como “especial” e passar à população que pode dar adeus à desesperança, que pode sonhar e viver a realização concreta desse sonho, como se observa no excerto (13) **01.07.1980**:

Excerto (13) Antes de proceder à assinatura dos contratos, o engenheiro Antonio Cordeiro, presidente da Cohab Maranhão, fez um retrospecto do trabalho que vem desenvolvendo no órgão. Relembrou que uma das metas, quando de sua posse, a construção de um conjunto para a população carente, que se concretiza com a Cidade Operária.

Na segunda manchete destaca-se o sentido da reprodução do capital, opera-se uma mudança, em particular, com o “benefício da Cohab”, aqui aparece a camuflagem do autor e há o relato impessoal do jornalista. A legitimidade do texto é regida por determinações ideológicas e políticas, como se pode ler no excerto (14).

Excerto (14) O banco nacional de Habitação liberou recursos na ordem de 1 bilhão, 194 milhões, 858 mil, 284 cruzeiros e 72 centavos, os quais serão aplicados na construção de 6 mil casas da Cidade Operária. Parte desses recursos serão utilizados também na urbanização de 1500 dos 3 mil lotes.

Verifica-se que o sentido das duas manchetes é construído em direções opostas. Na manchete primeira o sujeito se posiciona social e historicamente e assume uma formação ideológica, fala a partir dela e faz uma escolha do que pode e deve ser dito. Na segunda sobressai questões política, ideológica e de “benesses”.

F – Categoria – Legislação Ambiental – Jornal “O Estado do Maranhão”

“Castelo cria INEB e preserva ambiente”. Esta é uma manchete puramente de função referencial, pretende transmitir uma informação. Não há tratamento, complemento, análise e confronto da Lei com a realidade a se instalar com a fábrica da ALCOA MINERAÇÃO S.A. Esta mesma matéria, publicada em “O Imparcial” pode ser confrontada na A – Categoria- Legislação Ambiental e excerto (1). **11.01.1980**.

“Solo, água e ar: sob cuidados”. A manchete chama a atenção, pois está com contornos de “verde”, conotando a ideia de “preservação” e de “cuidados”, mas não diz e nem apresenta os resultados, bem como as tomadas de decisões e

ações para compatibilizar o progresso com o meio ambiente. A matéria é introduzida pela via do discurso indireto ao apresentar estudo de monitoramento desenvolvido pelo Consórcio Alumar que são o estudo da biologia marinha; programa de monitoramento do ar e programa de monitoramento de água. No excerto (15), Estudo de Biologia Marinha, encontra-se a descrição do que fazem a bióloga do Departamento do Meio Ambiente da Alumar e Laboratório de Hidrobiologia da UFMA. **16.08.1984.**

Excerto (15) Estudos e pesquisas vêm sendo realizados pelo Laboratório de Hidrobiologia da UFMA, na região dos rios Cachorro e Coqueiro e baías de São José e São Marcos. Tais estudos abrangem os aspectos geológicos; características químicas das águas; características físicas do ambiente; conhecimento qualitativo e quantitativo dos organismos planctônicos (fito e zooplanton).

O mesmo se dá com os excertos (16), Programa de Monitoramento do Ar e (17), Programa de Monitoramento das Águas. São apenas discursos que deixam de apontar as decisões e as ações a serem tomadas para preservar e equilibrar o meio ambiente.

Excerto (16) Águas superficiais e subterrâneas com o objetivo de levantar as características físico-químicas e registrar as vazões das águas superficiais e fazer medições dos níveis estáticos do lençol subterrâneo.
Excerto (17) Implantação de uma placa de absorção de HF/SO₂ para monitoramento do ar.

Esta matéria da ALCOA MINERAÇÃO S.A leva a mídia impressa adotar a responsabilidade e o papel de realçar a argumentação e sensibilizar a opinião pública quanto ao papel que vem sendo desenvolvido pela transnacional no tocante à preservação do meio ambiente. O jornal “O Estado do Maranhão” cumpre o papel de intermediação entre a empresa e a população, ao levar o público os estudos realizados/a realizar de suas investigações.

“A Natureza não foi agredida antes; não será agora.” Passado, presente e futuro estão entrelaçados nesta manchete que se caracteriza como um discurso de esperança, de confiança e de ação. Embora o risco seja evidente e o perigo palpável, a Empresa mostra-se confiante e dá sinais positivos ao apresentar, no excerto (18), a unidade de Poços de Caldas (MG) como exemplo de preservação do Meio Ambiente **16.08.1984:**

Excerto (18) A unidade industrial da Alcoa, em Poços de Caldas (MG), é uma das indústrias que detém os mais baixos índices de acidentes, entre as mais de 50 fábricas da empresa em todo o mundo. Esse eloqüente dado é reforçado por levantamento realizado em 1979 pela Associação Brasileira

de Prevenção de Acidentes, entre as 144 empresas metalúrgicas nacionais. A segurança no trabalho e fora dele é assunto muito sério também para o Consórcio Alumar, visando eliminar ou reduzir, ao mínimo, as taxas de acidentes.

Aqui está a orientação que se espera do Consórcio Alumar, a de sustentar a participação da população em geral com uma avaliação positiva do trabalho realizado em Poços de Caldas (MG) e que será posto em prática na Ilha de São Luís. Espera, assim, o Consórcio Alumar que ao fazer referência à Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes e ao afirmar o quanto rigorosa e exigente é a sua política de prevenção e controle de acidentes, mais acolhimento poderá obter da população, e ainda arrefecer os argumentos do Comitê de Defesa da Ilha.

“Figueiredo: progresso sem poluição.” Esta manchete é construída a partir de velhos enunciados que criaram significados, pois um mesmo tema é e pode ser enunciado de diferentes modos. Afinal, o meio ambiente se tornou - tanto na mídia quanto nos discursos políticos – uma espécie de selo de qualidade que a mídia impressa põe em circulação pela perspectiva da ideologia dominante que sustenta a possibilidade da convivência harmoniosa da natureza com o sistema capitalista e o homem. Os discursos políticos visam convencer o outro com a desconstrução e reconstrução de significados. Observa-se no excerto (19) que há novos enunciados construídos a partir de velhos enunciados. O governo se apresenta, solene, na pessoa de seu funcionário número 1, para condenar os inimigos do progresso, para garantir como fonte de seu próprio poder que o Maranhão, em particular a Ilha de São Luís, não sofrerá com os projetos instalados - CVRD e ALCOA MINERAÇÃO S.A. **23.09.1982.**

Excerto (19) Aqui se condena a instalação da indústria de alumina/alumínio pela Alcoa e os projetos de industrialização dos minérios de Carajás. Sustenta-se que esses empreendimentos trarão grave dano à ecologia do Estado, poluição dos rios e dos mares, atentados à flora além de destruir a cidade histórica de São Luís do Maranhão. É visível a improcedência dessas informações, suscitadas mais pelo propósito de denegrir do que pelo intento de analisar objetivamente o desempenho governamental. Nada mais descabido, que dizer que os projetos relativos ao alumínio e aos minérios de Carajás vão trazer prejuízo à ecologia maranhense.

Sabe-se que a autoridade se constitui no interior do discurso quando se reporta ao povo do Maranhão, em particular ao da Ilha de São Luís, está revestida, em toda sua plenitude, na pessoa do Presidente da República. João Figueiredo veio pessoalmente assegurar ao povo maranhense que os discursos do outro, representado pelo Comitê de Defesa da Ilha, são da ordem do senso comum e que

ele, o Governo, está atento e pronto para atender/defender os interesses do povo. O Presidente apresenta-se como o grande enunciador do progresso e defensor da ecologia maranhense ao declarar no excerto (20) **23.09.1982**:

Excerto (20) Não desconhecem, contudo – embora não o proclamem, porque não lhes convém – o empenho notório do Governo em preservar a pureza do meio ambiente. Não permitirei que o progresso ameace destruir a natureza. Não consentirei, tampouco, que a cidade de São Luís um dos maiores patrimônios culturais do Brasil, sofra qualquer dano em razão das mudanças operadas na região. Não deixarei que nenhuma indústria instalada no Maranhão, venha a poluir a água dos seus rios ou baixar a qualidade do ar atmosférico. Asseguro nesta cidade, onde pulsa de modo especial, o sentimento de brasilidade que guardo no coração, os sonhos de que se nutre a juventude.

Este fragmento do discurso do Presidente João Figueiredo, pronunciado durante a sua visita a São Luís em setembro de 1982, restaura discursos anteriores pronunciados pelo Comitê de Defesa da Ilha, buscando vencer e desconstruir os significados e mostrar sua visão de mundo em oposição ao do outro. A sua prática discursiva busca bater/desconstruir e até propositalmente deixar claro que o outro conhece o “empenho” do Governo em proteger a natureza, mas se opõe por serem não defensores, mas contrários ao progresso, ao desenvolvimento buscando, assim, esvaziar o significado do discurso do outro e colocar-se como detentor de todo e qualquer poder, “imperilizando-se” assim mesmo e ser a “essência” de onde emana o poder ao “não permitir”, “não deixar”, “assegurar” a tranqüilidade e a não poluição, por esta ou qualquer outra fábrica. A exaltação do eu, marcada nessas construções do tipo “não permitirei”, “não consentirei”, “não deixarei”, “asseguro” evidencia a presença do poder da autoridade que faz uso da marca da certeza para tornar o seu argumento incontestável em relação a seus opositores. O Presidente João Figueiredo, ao assumir essa posição, deseja mostrar que está atento aos fatos e construir uma imagem comprometida com a natureza, o equilíbrio do meio ambiente e o patrimônio cultural da Ilha de São Luís. Este é o discurso que busca concretamente reverter o discurso antigoverno/anti desenvolvimento/anti ALCOA MINERAÇÃO S.A. A isto Pêcheux (1995) refere-se como a ilusão do indivíduo que se arvora de senhor de seus atos e pensamentos.

G – Categoria - Tecnologia e Biodiversidade – Jornal “O Estado do Maranhão”

“Balanço hídrico, lagos e poços para defesa.” Como reforço e como ressonância (cf. manchetes dos excertos 18 e 19), na tentativa de fazer a opinião

pública acreditar/descansar em relação à questão ambiental e os problemas decorrentes da implantação da fábrica de alumina/alumínio da ALCOA MINERAÇÃO S.A., e como contraposição ao Comitê de Defesa da Ilha que anunciava as ameaças de deterioração ambiental: o excerto (21) **16.08.1984** traz o posicionamento da fábrica:

Excerto (21) O projeto da Alumar foi planejado de forma a que nenhum resíduo líquido seja lançado ao mar ou aos rios, sem que seus parâmetros físicos e químicos estejam de acordo com as legislações Federal e Estadual. Todos os influentes sejam eles natureza líquida, gasosa ou sólida, serão efetivamente tratados e dispostos convenientemente dentro da melhor tecnologia de uso corrente, sendo em alguns casos adotados processos específicos de depuração.

Percebe-se aqui, um discurso “verde”, como estratégia. Os conteúdos das manchetes dos excertos 18, 19 e 20 não dissipam a insegurança ambiental que afeta parte da população e dos atores sociais. Volta, então, a Alumar, a afirmar o uso da tecnologia e o “respeito” às legislações Federal e Estadual, respeito esse, que não se concretiza tendo em vista o não acatamento da própria legislação e de todos os relatos contrários à instalação da fábrica de alumina/alumínio na Ilha de São Luís. A tecnologia pode ter sido usada, mas sem a garantia de não poluição dos mares, rios, igarapés e do próprio lençol freático.

H – Categoria – São Luís na era do alumínio – Jornal “O Estado do Maranhão”

“Brasil entra num clube fechado: com a Alumar, o ingresso no grupo de países produtores de alumínio”. A manchete tem força ênfase. Só foi possível entrar nesse clube “fechado” com a Alumar, que é detentora de tecnologia, de poder (a Alcoa é detentora de 60% da Alumar e a mais poderosa entre as chamadas 6 irmãs, anteriormente citado e explicitado), de sócios poderosos e de altos recursos em dólar para assegurar o empreendimento. A entrada do Brasil nesse clube leva a crer que advirão somente coisas boas conforme anunciado no excerto (22) **16.08.1984**:

Excerto (22) O Brasil que possui hoje a terceira maior reserva de bauxita do mundo, entra para o clube restrito dos grandes produtores mundiais de alumínio com a inauguração hoje (16/08/1984) da fábrica do Consorcio Alumar em São Luis. Resultante do maior investimento privado feito no país, cerca de US\$ 1,5 bilhão, a fábrica entra em operação com uma capacidade inicial de produção de 100 mil toneladas anuais de alumínio. Essa produção será triplicada em etapas posteriores e a curto prazo, pode gerar divisas da ordem de US\$ 200 milhões para Balança Comercial Brasileira.

A Alumar se coloca aqui como personagem da notícia e protagonista das ações, a que põe os ativos das ações em São Luís e no Brasil, ao abrir o grupo de países produtores de alumínio para receber/acolher o Brasil. Nesta matéria não cabe, não se faz referência à onipresença do discurso ambiental, mas manifesta, sim, o registro das benesses e conseqüências positivas com a entrada em operação da fábrica de alumínio/alumina da transnacional. Investimentos, empregos, divisas, impostos e melhorias da balança comercial passam a marcar o discurso, espaço simbólico pleno de vozes que anunciam o progresso econômico, o aumento tecnológico e a diminuição da pobreza.

I – Categoria – Inauguração da fábrica – Jornal “O Estado do Maranhão”

“A união de duas forças para um grande projeto: Billiton e Alcoa somam as experiências”. Esta união de forças e soma de experiências é a demonstração não só da verdade no discurso, mas da sua produção de efeito. Dois gigantes, duas poderosas, “duas promotoras do desenvolvimento”, duas introdutoras responsáveis pela entrada do Brasil no clube fechado dos países produtores de alumínio. Há um simbolismo nessa união e um exercício de poder sobre a comunidade. Veja-se o excerto (23) **16.08.1984**:

Excerto (23) O Consórcio Alumar, responsável por um dos maiores investimentos privados já realizados no país é formado pela Alcoa alumínio, companhia que lidera em escala global, a produção e tecnologia da indústria de alumínio e pela Billiton metais uma empresa subsidiária da Shell, especializada a mais de 100 anos em metais não ferrosos.

Todo um discurso “preocupado” com o meio ambiente num jogo de dito e não dito de implícito e de explícito é fechado com o discurso do poderio, da competência, da liderança e da experiência centenária das duas empresas que compõem o Consórcio Alumar, que aqui neste excerto (23) e na manchete mostram/apresentam o efeito resultante dessas “verdades” produzidas pelo discurso. Nas manchetes e excertos a seguir, tem-se o reforço desse discurso que reafirma “a empresa responsável pelo deslanchar do desenvolvimento e acento do Brasil entre os importantes e fortes produtores de alumínio.”

“Alcoa inicia fábrica em agosto.” 25.07.1980.

Excerto (24) Um dos grandes benefícios que a implantação da Alcoa trará ao Maranhão é a possibilidade da instalação de outras indústrias, além de proporcionar empregos para milhares de maranhenses.

“Alumar inaugura sua fábrica.” 16.08.1984.

Excerto (25) O Brasil ingressa hoje no grupo de países produtores e exportadores, em larga escala, de alumina e alumínio, com a inauguração da fábrica do Consórcio Alumar, a mais moderna unidade industrial produtora de alumínio do mundo. O complexo Alumar prenuncia novas riquezas que virão em termos de contribuição fiscal e de geração de divisas para o país.

“Alumar muda rumos da economia do Maranhão.” 16.08.1984.

Excerto (26) O que representam os novos números e a nova realidade que a fábrica do consórcio Alumar inscreverá no perfil econômico e social do Maranhão? Exatamente a chegada do futuro, do progresso e do desenvolvimento.

“A indústria maranhense participa do projeto: a contribuição da FIEMA e do SENAI.” 16.08.1984.

Excerto (27) O Centro de Formação Profissional de São Luís - SENAI desenvolveu cursos que compreendeu as seguintes áreas: Comandos Elétricos, Comandos Hidráulicos, Comandos Pneumáticos, Refrigeração e Diesel. Vale registra que a preparação de recursos humanos atingiu 3000 trabalhadores.

Estes discursos emergem com sistematicidade das demonstrações de poder não só político e econômico, mas, principalmente, do poder de fazer anteceder/chegar o futuro, o progresso, o desenvolvimento e novas riquezas através do pagamento de impostos. O Consórcio Alumar é apresentado como “a fada poder” que encarna a possibilidade ilusória de realização (material e imaterial) e todas as mudanças e reconfigurar/alterar a forma de vida da comunidade. Sabe-se que a produção foi transferida/exportada para o exterior sob a forma de energia empacotada, e para a Ilha de São Luís sobrou o forte impacto social e ambiental com a chegada/inauguração desse complexo minero metalúrgico.

J – Categoria – Ações do Governo – “Jornal Pequeno”

“A Alcoa só vai operar após análises.” Esta manchete do “Jornal Pequeno” é a reprodução da fala do secretário do Meio Ambiente, Marco Antônio. Percebe-se aqui, o uso da mídia impressa como instrumento que coloca em circulação os discursos da ideologia dominante. É mais um discurso que transforma o meio ambiente em ideologia descartável, consumível e comercial, ao lado das

outras manchetes já trabalhadas - Nova legislação estabelece rigoroso controle na preservação do meio ambiente; Universidade e Alcoa fazem levantamento biológico; Castelo cria o INEB e preserva ambiente; Solo, água e ar: sob cuidados. Este enunciado busca compartilhar com quem tem preocupação com o meio ambiente e fazendo-se uma “voz comunitária” e ao mesmo tempo autorizada pelo saber, pelo poder com credibilidade e legitimidade diante da comunidade. Como se observa no excerto (28). **23.03.1984**.

Excerto (28) A fábrica do Consórcio Alumar em fase de implantação, só entrará em sua etapa de operações mediante o resultado das análises que estão sendo realizadas pelos técnicos da secretária do Meio Ambiente e após conclusão deste trabalho serão ditadas as exigências à empresa multinacional.

É um discurso político que sinaliza um futuro com qualidade de vida e preservação dos bens naturais. É o secretário do Meio Ambiente falando, o que credibiliza a asserção/ afirmação. No entanto, apenas sinaliza, pois todos os estudos, análises, debates, encontros sobre a implantação do Complexo da Alumar, na Ilha de São Luís receberam parecer/votos contrários. Deduz-se, desse enunciado, que o Secretário, ao recorrer ao campo da certeza, deixa transparecer, por um lado, um discurso autoritário e, por outro, a busca de adesão ao seu discurso.

“**O medo da Alcoa**”. Esta manchete se refere ao fato de um ex-presidente da Federação das Uniões de Moradores e Entidades Similares do Maranhão ter sido chamado para aliciar moradores em favor da Alcoa e ter recusado tal pedido, embora lhe tenham oferecido ganhos. A matéria vinha assinada pelo senhor Augusto Silva de Carvalho que, ao utilizar a palavra “medo”, deixa explícito e implícito todo o significado do termo e tenta passar ao leitor que a transnacional encontrou uma “barreira intransponível” e que a sua hegemonia, que não se limita só às forças materiais, mas também à ideológica, ruiu ou poderá ruir. Como se lê no excerto (29) **14.01.1984**:

Excerto (29) O Senhor Fernando Mendes, Ex-presidente da Federação das Uniões de Moradores e Entidade Similares do Maranhão, recebeu um recado para se alistar com D. Marlene Coimbra, no apartamento 203, do Hotel Vila Rica credenciada pela Alcoa aqui em São Luís. Esta propôs ao Senhor Fernando comandar o aliciamento de moradores dos bairros pobres de São Luís, pelo que seria pago um salário de 31 mil cruzeiros mensais. O Senhor Fernando é um homem de caráter e não aceitou a oferta. A Alcoa terá que se contentar com os venais de gravata, de anéis vistosos, com os Doutores, os Deputados, com o Governador e toda corja de canalhas que vão vendendo o Maranhão, roubando seus recursos e promovendo toda

sorte de indignidade. A Alcoa será enxotada do Maranhão, da nossa Ilha. Aqui é que ela não fincará pé custe o que custar.

A utilização do personagem nesta matéria é uma tentativa do enunciador de levar os leitores ao convencimento de que a Alcoa, ao cometer esse deslize, venha sofrer maior represália por parte dos movimentos sociais e chegar ao ponto de ser escorraçada. O enunciador preconiza e conclama a comunidade a não permitir que ela “finque pé nesta Ilha, custe o que custar”.

“A questão do meio ambiente.” A educação tem como um de seus objetivos desenvolver a capacidade de pensar/questionar sobre as mais variadas questões. A manchete sugere o desenvolvimento/aquisição/compreensão básica das populações sobre os valores sociais, além do profundo interesse pelo ambiente como modo de fazê-las participar ativamente das questões/proteção/problemas do meio ambiente. Confira-se o excerto (30) **6.06.1982**:

Excerto (30) A criação da secretaria do meio ambiente representa um passo importante na batalha pela preservação da natureza, no momento da implantação, da instalação de projetos industriais de alumina/alumínio, na capital sem condições para suportar os impactos resultantes dos mesmos, e com a população simplesmente assistindo, sem suficientes informações sobre a indústria e as conseqüências ambientais, será apenas vítima e expectadora das profundas ocasionadas pela lesão ao meio ambiente natural, especialmente na Ilha de São Luís.

As afirmações do locutor nos levam a lembrar que não há discurso fechado em si mesmo, “discurso desinteressado ou neutro” e o locutor, de forma implícita, deseja dar significado em relação ao que não diz, ou seja, à falta de um maior conhecimento por parte da população sobre as conseqüências ambientais na Ilha de São Luís com a implantação do Consórcio Alumar. O locutor deseja nessa enunciação inserir o outro como constituinte do discurso e gerador de reações sociais e despertador de consciência em torno das questões do meio ambiente.

“Carajás aprova nova proposta da Alcoa.” A manchete já diz que a proposta anterior deixa de ter valor para que entre em vigor a nova que dará à ALCOA MINERAÇÃO S.A. a liberdade de exportar em função do mercado e não em limite definido. Observe-se o excerto (31) **05.07.1984**:

Excerto (31) O Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, reunido ontem, aprovou processo em que a Alcoa Alumínio propôs o cancelamento de exigência da exportação da metade de sua produção, apesar da posição contrária do Ministro da Indústria e Comércio, Camilo Penna. A Alcoa, em carta ao Conselho fez uma contra proposta de exportar um certo volume, definido em função das condições de mercado, considerado aceitável.

Ao dar sustentabilidade via infra-estrutura para receber grandes empreendimentos voltados à exportação como forma de obter lucros para pagamento da dívida externa, o Governo Militar espera o cumprimento do acordo por parte da transnacional. Observa-se que o poder de barganha e de imposição da transnacional é forte e presente. Seus interesses prevalecem em detrimento do País e ainda por cima com as “bênçãos” de servidores públicos. Aqui, a Alcoa mostra como joga e dá sentido ao seu enunciado na luta política, porque vencer, demonstrar força e poder nesse jogo é o foco de sua posição e visão de mundo.

L – Categoria – Poluição do Lençol Freático – “Jornal Pequeno”

“Alcoa Inimiga da Natureza”. O título da matéria busca reforçar no leitor o quanto é perigosa para a natureza a fábrica de alumina/alumínio da ALCOA MINERAÇÃO S.A. O alvo principal do título é a Alcoa, mas o texto se volta para a figura do Governador do Estado, Senhor João Castelo, visto e representado como irresponsável, co-autor do desastre e do descontrole ambiental que se abaterá na Ilha de São Luís. Leia-se o excerto (32). **17.05.1981.**

Excerto (32) Quem em nossa terra já não sabe que Castelo é o maior protetor da Alcoa? Responsabiliza-se, assim, inteiramente pelo que acontecer à Ilha de São Luís, caso vingue a implantação da abominável fábrica de alumina/alumínio. Porque essa omissão, essa convivência, essa pactuação a favor da Alcoa e contra os interesses maiores do povo de São Luís? Porque dar guarida à Alcoa e não aos interesses do povo ludovicense? Será que não há jeito de colocar essa indústria desgraçada em outro local, no continente? A indústria é realmente poderosa, consegue dobrar um governador sem vontade, destemperado e inimigo a natureza.

Neste excerto, há a sustentação de que o Governador do Estado comunga com os propósitos da transnacional e é o grande responsável pelos desastres ambientais futuros como desmatamento, extinção de espécies da fauna e da flora, poluição dos rios e do lençol freático. A ALCOA MINERAÇÃO S.A. não é, sozinha, inimiga da natureza, ela tem a companhia de um “governador destemperado e também inimigo da natureza”.

“São Luís será o monte calvário da Alcoa”. Tem-se, nesta manchete, uma relação com o local de sofrimento e morte do Cristo. Ao produzirem a manchete com estas palavras, deseja o locutor deixar claro ao leitor que também a Ilha de São Luís passará por sofrimentos e verá a morte de seu ecossistema, mas sem a possibilidade de uma recuperação/ressurreição. Confira-se o excerto (33). **16.04.1981.**

Excerto (33) O veneno da Alcoa está confirmando sua periculosidade pela própria Alcoa, que quer fazer de São Luis um cemitério cavando covas para enterrar seu veneno. Cujo veneno enterrado atingirá a água subterrânea, envenenando os rios, poços e cacimbas que são cavados por pobres braços humanos indefesos em termos de finanças e educação.

Aqui, temos um locutor que traz um grito de alerta, alardeando a catástrofe, que espera ser ouvido e que sua posição seja publicizada e renda resultados. Ao denunciar a “abertura de covas”, lança mão de um simbolismo, para denunciar os poços que seriam utilizados na recolha da lama vermelha (*red mud*) sem garantia de que não haveria contaminação do lençol freático. A intenção do locutor é pregar o “apocalipse”, principalmente para os que irão consumir água de cacimbas ou poços, cuja água estará contaminada e que virá acompanhada da morte “cavados por braços humanos indefesos”.

M – Categoria – Denúncia de conflitos socioambientais – “Jornal Pequeno”

“Alcoa, o defeito está na vista.” A apresentação do Complexo Alumar como a redenção econômica do Maranhão, elevação do Brasil ao restrito clube dos produtores de alumínio, milhares de empregos (temporários), futuro aumento na renda do município com pagamento de impostos, tudo isso buscava embaçar/ocultar/turvar os graves e conseqüentes problemas ambientais. Veja-se o excerto (34) 13.04.1981)

Excerto (34) Contam que um cigano foi negociar um cavalo de olho furado com um matuto na residência deste. Foi à noite e à luz de lamparina. O cigano no auge do seu calor, para envolver o matuto já convencido e certo do bom negócio perguntou ao cigano se o animal não tinha nenhum defeito, havendo este lhe dito: nenhum, o defeito está na vista.

Encontram-se nos jornais “O Estado do Maranhão”, “O Imparcial” e no “Alumar Notícias”, bem como nos debates promovidos pelo Governo, as benesses decorrentes da implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., sem defeitos, pois se os há, está na vista, isto é, o meio ambiente é que sofreria as conseqüências, não de imediato, mas ao longo dos anos. Este defeito, a saber, a contaminação do meio ambiente, é suplantado por toda ideologia do progresso, que chegará ao Maranhão. Compra-se, assim, essa ilusão de progresso, deixando de ouvir e de ver os gritos e as amostras do que sofrerá o meio ambiente.

“Projeto Alcoa traz mais desvantagens que vantagens.”

“Essa Ilha que não aceita ser pelada.”

As duas manchetes fazem coro, somam-se aos gritos de alarme da manchete anterior sobre os perigos que corre o meio ambiente da Ilha de São Luís. Igarapés, riachos, o ar e o mar serão afetados de modo profundo com o dióxido de enxofre e outros venenos próprios da atividade de mineração. Veja-se o excerto (35) da primeira manchete **08.02.1981**:

Excerto (35) O projeto Alcoa irá conflitar sobremaneira com a variável meio ambiente e qualidade de vida da população, devido à excessiva demanda por serviços básicos e a dificuldade do município em atender a essa demanda. O projeto Alcoa vai privar São Luis de suas futuras fontes d água e poluir o ar com a emissão de ácido sulfúrico.

Excerto (36) da segunda manchete. É preciso dizer que São Luis poderá se tronar uma Ilha pelada, caso continue a predatória destruição de seus recursos naturais, por aqueles que pouco se importam com a qualidade de vida humana.

O meio ambiente é a grande questão, o alarde para a comunidade sobre os problemas ambientais que decorrerão com a implantação na Ilha de São Luís da ALCOA MINERAÇÃO S.A.. A preocupação com a deterioração ambiental suscita a ação de pessoas e/ou grupos que lutam pela proteção ambiental através de associações, instituições. E não menos significativamente através da mídia impressa deixam explodir sua indignação para com o descaso, com a falta de preocupação com a preservação ambiental e com a melhoria das condições de vida da comunidade ludovicense.

“Famoso ecologista prega rebelião pacífica em defesa da Ilha de São Luís.” O enunciador citado, “famoso ecologista”, é um cientista que realiza a tarefa de tornar inteligível ao leigo os aspectos técnicos referentes aos desdobramentos com a instalação da fábrica de alumina/alumínio. O “famoso ecologista” tem atrás de si uma Instituição que lhe dá apoio/legitimidade/credibilidade. Observe-se o excerto (37) **12.03.1980**:

Excerto (37) O cientista Mário Guimarães Ferri, da Universidade de São Paulo, proferiu palestra sobre a ciência de que é renomado mestre. A Conferência do consagrado homem de ciência foi além das medidas. Conseguiu com simplicidade e clareza apresentar a Ciência Ecológica e os problemas de poluição e conclamou o “povo de São Luís a fazer uma rebelião pacífica contra tamanho crime a ser praticado por essa tal de Alcoa”.

Tem-se aqui uma forma de intertextualidade, com parte de outro discurso entre aspas. O famoso ecologista, agora identificado, ao fazer uso do conhecimento chama a atenção para a questão ambiental e um empenho cívico ao conclamar “o povo para uma rebelião pacífica”. Esse argumento de autoridade encontra na mídia

impressa espaço para se fazer ouvir, ter visibilidade e uma oportunidade para modificar/influenciar a opinião pública com denúncias/esclarecimentos sobre os problemas ambientais que advirão com a implantação dessa “tal de Alcoa”. A expressão entre aspas afirma ser legítimo manter essa empresa poluidora e nada protetora da natureza à distância.

N – Categoria – Lutas Ambientais e de movimentos sociais – “Jornal Pequeno”

“Querem transformar São Luís em lixeira das multinacionais.” A defesa do meio ambiente foi ganhando terreno no mundo mais desenvolvido e as empresas poluidoras foram buscando outros espaços, onde não só a legislação ambiental fosse mais “frouxa”, mas fosse também à mão-de-obra mais barata, onde houvesse mais energia, concessões de incentivos, além da isenção de impostos e busca de progresso. O Brasil estava receptivo, afinal, o que se desejava era progresso e dólares para pagamento da dívida externa. São Luís é escolhida, apesar de todos os contras da implantação de uma fábrica de alumina/alumínio numa ilha. Lixeira é o local apropriado para depósito de dejetos. A alusão de transformar São Luís em lixeira decorre da absorção dos resíduos tóxicos da futura fábrica de alumina/alumínio da ALCOA MINERAÇÃO S.A. O excerto (38) complementa. **03.06.1980.**

Excerto (38) Na extração da alumina da bauxita é eliminada grande quantidade de soda, utilizada no processo químico. Na redução da alumina em alumínio, é eliminado gás fluorídrico, ambas substâncias altamente nocivas à saúde. Enquanto a Alcoa - esta multinacional do alumínio-receberá quase de graça bauxita, energia, transporte, água, terreno, São Luís receberá o lixo como resultado imediato desta implantação, lixo esse formado pelas emissões de resíduos sólidos, da lama vermelha (*red mud*), constituída na proporção quase igual à dos produtos exportados.

Há uma identificação, uma alusão ao lugar onde se coloca lixo. Chama a atenção para as conseqüências dos dejetos tóxicos sobre o meio ambiente e alertando que a empresa e o governo, aliás, todos estão alheios, em virtude das conseqüências “do progresso”, às conseqüências futuras das decisões tomadas agora no presente. Percebe-se, pela leitura do texto, que as decisões estão voltadas unicamente mais para o lucro/renda/divisas, do que para o estado de coisas cujas conseqüências serão funestas em termos ambientais.

“Alcoa destruiu o cemitério de Andiroba”. O lugar onde se enterram os entes queridos foi aniquilado pela Alcoa. Ela fez desaparecer as últimas moradas

dos entes queridos, afrontou a lei e não respeitou sentimentos. Reduziu a nada o que se considera campo santo, o local onde se faz reverências e homenagens a quem nos são caros. Destruiu, fez desaparecer reduziu a nada, sob as bênçãos e proteção do Estado, o local de repouso de homens e mulheres, verdadeiramente donos desse pedaço de terra. Mais nos diz o excerto (39) 17.01.1980:

Excerto (39) Utilizando tratores a Alcoa destruiu o cemitério do povoado de Andiroba, no interior da Ilha. Mais de 900 sepulturas foram derrubadas, segundo informou à nossa reportagem um morador dessa localidade. A multinacional norte-americana não respeitou nem mesmo os mortos, profanando túmulos, triturando com suas máquinas pesadas, os ossos dos que foram enterrados no Campo Santo de Andiroba. Não podendo enfrentar o poderio econômico da Alcoa, as famílias residentes naquele lugarejo assistiram, impassíveis a cena de farisaísmo dos destruidores do cinturão verde de São Luís.

O locutor considera insustentável a atitude da multinacional ALCOA MINERAÇÃO S.A. que, utilizando-se de seu poderio econômico e das benesses e proteção do Estado, destrói, remove as comunidades até em seu aspecto religioso, apagando de modo perverso o espaço construído e vivido por todos. É um elemento perturbador do viver, do se reconhecer e desafiar as pessoas do lugar a buscarem uma nova identidade a partir de um recomeçar obrigados pelos desequilíbrios provocados pela ALCOA MINERAÇÃO S.A.

“Vidigal mostra na Câmara a outra face do Projeto Alcoa”. O político locutor, à época, deputado federal pelo Maranhão, se apresenta como a fonte da informação. Ao utilizar essa estratégia, põe à sua fala /argumentos incontestáveis, sobretudo em relação aos seus opositores. Os argumentos apresentados pelo político locutor, por meio de um relato, sugere que o assunto que está apresentando/discutindo, é de interesse não só do povo do Maranhão, mas também do país. Busca o político locutor, com esse discurso, atrair seus pares, diluir as responsabilidades para com a questão dos problemas ambientais e sociais que estão ocorrendo e irão ocorrer na Ilha de São Luís, que haja consciência em relação à questão ambiental e que não a façam menor. Veja-se o excerto (40) **26.04.1981**:

Excerto (40) Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito da imoralidade que envolve o Projeto Alcoa no Maranhão ainda não chegou ao conhecimento da Nação. O sistema autoritário de governo em que vivemos não permite que o povo saiba a verdade sobre as lesões que a portas fechadas, se consomem contra os interesses da coletividade. Não estão a perpetrar no meu Estado apenas um crime ecológico contra a natureza, mas também atentam, e de forma indecente, contra os interesse do País, a custa da cumplicidade com que os Governos, Federal e Estadual, estão a favorecer as pretensões multinacionais.

O locutor deputado neste seu discurso ambiental aborda as questões da irresponsabilidade, o descontrole ambiental e as perdas para o estado do Maranhão em função do favorecimento que está recebendo a ALCOA MINERAÇÃO S.A.. A preocupação da narrativa era destacar a atuação do Governo Federal e Estadual, preocupado em garantir a implantação da fábrica de alumina/alumínio em detrimento da legislação ambiental, das normas, dos interesses sociais, bem como dos interesses coletivos. À população que seria afetada pelo empreendimento foi negada informações com respeito às questões ambientais e à preservação dos recursos naturais. Leia-se o excerto (41). **26.04.1981**.

Excerto (41) No que se relaciona aos levantamentos geológicos e geotécnicos, a superficialidade da informação é de estarrecer afinal, a partir de tais dados, é que se poderão inferir os impactos e atividades que a empresa ocasionará sobre o solo, subsolo e lençóis freáticos da Ilha. Além disso, sobre a área onde estão localizados imensos espelhos d'água, serão realizados aterros e deslocamentos de solo; serão localizados aterros de resíduos sólidos obrigatoriamente controláveis, etc. E o manejo impróprio deste solo poderá afetar boa parte da superfície da Ilha.

O eu locutor dirige-se ao auditório/plenário promovendo uma maior interação e comprometimento dos deputados, ao dirigir-lhes suas opiniões e crenças. Busca o deputado locutor diluir a informação para estreitar o compartilhamento da denúncia e construir uma imagem de defesa incansável da natureza e do povo.

Identifica-se a presença de recursos e argumentos de caráter técnico com vista a aglutinar posições políticas em torno da questão. O discurso do sujeito enunciator sustenta a tese de que a ação humana, com a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A na Ilha de São Luís, será a grande responsável pelos desastres ambientais que advirão com a fábrica de alumina/alumínio. O deputado enunciator retrata o homem - técnico, governantes, diretores e dirigentes – como o responsável pelo desmatamento, extinção de espécies da fauna e da flora, bem como pela poluição dos rios, do mar e do lençol freático.

O objetivo do locutor é o de chamar a atenção de seus pares, de fazer – crer ou aceitar como relevante, o relato que faz do que será o estado de coisas, e fazê-los aderir, somar, posicionarem-se favoravelmente ao seu ponto de vista em busca de barrar a instalação da refinaria da ALCOA MINERAÇÃO S.A. na Ilha de São Luís.

O – Categoria – Progresso “Alumar Notícias”

“*O futuro melhor já está chegando.*” Esta manchete “enche os olhos” de quem a lê e também de quem a “ouve” pelo relato de parentes, amigos e, principalmente, através dos empregados da ALCOA MINERAÇÃO S.A. Foi dito no excerto (1) que o ambiente sofrerá os impactos da instalação da fábrica de alumina/alumínio, com a produção de resíduos. No entanto, insiste a ALCOA MINERAÇÃO S.A. com o seu discurso “ideológico desenvolvimentista”, sobre a chegada do progresso, da melhoria da qualidade de vida, de tudo que é bom, enfim, de “um futuro melhor”. A ALCOA MINERAÇÃO S.A., buscava anular a realidade, o dizer e o real, engendrar uma lógica da identificação que torne único o pensar, a linguagem, a realidade e que os sujeitos, o “outro”, partilhe da mesma imagem, isto é, a imagem construída de “portadora”, “realizadora”, “construtora do desenvolvimento”, como se pode analisar no excerto (42) **06.08.1982**:

Excerto (42) Foram aplicados Cr\$ 1,7 bilhão na aquisição de bens e serviços de fornecedores locais. Em salários e benefícios foram pagos e recolhidos mais de Cr\$ 553 milhões e a receita fiscal gerada pelo projeto montava mais de Cr\$ 186 milhões, entre ICM e ISS. Mais o que representam os novos números e a nova realidade que o Consórcio Alumar já esta inscrevendo no perfil econômico e social do Maranhão? Exatamente a chegada do futuro, do progresso e do desenvolvimento. Um progresso que, sem a menor duvida, conviverá com o passado histórico de São Luís, com nossa vocação cultural, nosso folclore e à alma generosa de nossa gente. A Alumar mostrou-se uma boa conterrânea ao contribuir com US\$ 30 milhões para viabilizar o Projeto Italuís, obra que resolverá um dos mais graves problemas da Capital, à falta d’água.

Esta mensagem da ALCOA MINERAÇÃO S.A. através do *House Organ* “Alumar Notícias” está impregnada de ideologia, visto que a ideologia infiltra-se em qualquer tipo de discurso/mensagem. E o ‘Alumar Noticias” está a oferecer uma interpretação, a visão ideológica de progresso, “boa convivência” com a nossa vocação cultural. A ALCOA MINERAÇÃO S.A. se utiliza da “infinitude”, para dizer que “tudo pode ser dito”. Ressaltar e fazer bradar que o progresso, o futuro brilhante e promissor que “já esta chegando” faça um desvio das questões sociais e ambientais. Vê-se, assim, que o editor/locutor se coloca como defensor da ALCOA MINERAÇÃO S.A. e a apresenta como natural de São Luís do Maranhão, “mostrou-se uma boa conterrânea”, como também “generosa” e “preocupada” com o grave problema da falta d’água. Este discurso de “conterrânea” se instaura a partir dos significados criados pelo Comitê de Defesa da Ilha e desconstruir esse discurso,

apresentando sua visão de progresso e esvaziando o significado do discurso do “outro”.

“Números do Projeto São Luís, certeza de um futuro melhor.” “Nova manchete”, “mesmo refrão”, o futuro melhor que a fábrica de alumina/alumínio, da ALCOA MINERAÇÃO S.A. trará para o Maranhão e os maranhenses. Ao utilizar o *House Organ* como meio de sensibilização e mobilização, deseja a ALCOA MINERAÇÃO S.A., através desse instrumento de comunicação, legitimar seu discurso, apesar de apontar frios números como alavancadores do “futuro melhor” como se pode observar no excerto (43) **31.07.1982**:

Excerto (43) Os resultados da implantação da fábrica do Consórcio Alumar, formado pela Alcoa S.A. e a Billiton Metais, está construindo nesta Capital, elevarão o Maranhão à condição de um dos principais pólos de desenvolvimento do Norte/Nordeste, criando condições para retomada do desenvolvimento econômico do Estado, tão rico e próspero entre o último quartel do século passado [século XIX] e as primeiras décadas deste século [XX]. Com a inauguração da fábrica, em 1984, prevê-se que a arrecadação estadual do ICM será superior a 2 bilhões de cruzeiros anuais e o recolhimento do IPI irá para mais de 400 milhões de cruzeiros por ano. Para que se tenha a ideia do vulto dessa receita fiscal, ela representa 2/3 do total do ICM e o dobro do IPI arrecadado em 1980. Um futuro melhor está chegando para o Maranhão e os maranhenses.

A ALCOA MINERAÇÃO S.A. busca legitimar esse tema materializando-o, tornando-o prática discursiva e sedimentando-o no imaginário social. Imaginário esse que circula na sociedade pelos números apregoados pela transnacional e a construção de uma imagem e identidade. A utilização do *House Organ* como canal de expressão e divisibilidade das ações da ALCOA MINERAÇÃO S.A. busca integrar os agentes envolvidos em torno do discurso do progresso/desenvolvimento econômico e de melhores dias para o maranhense. O interesse maior é gerar uma interpretação que possa “realçar os diferentes benefícios” apregoados pela ALCOA MINERAÇÃO S.A. e colocar a questão ambiental e social como um “discurso dos negativistas”, dos “contrários ao progresso”, pois “todo aparato a ser utilizado pela ALCOA MINERAÇÃO S.A. para preservar o meio ambiente é suficiente”, passando então, o discurso do progresso a ser o sinal de uma proposta atualizada e de empenho para a qualidade de vida e de um futuro melhor para o Maranhão e todos os maranhenses.

P – Categoria – Meio Ambiente “Alumar Notícias”

“Monitoramento do ar.” A ALCOA MINERAÇÃO S.A., sabendo que o discurso é constitutivamente persuasivo e um “jogo heterogêneo de equilíbrios instáveis entre diversas forças”, utiliza-o e reatualiza-o, para colocar sempre em evidência a preocupação/cuidados/monitoramento com a questão ambiental. Busca assim, a ALCOA MINERAÇÃO S.A., criar na população um envolvimento afetivo com as medidas tomadas/a tomar na preservação do meio ambiente e moldar essas consciências, pela utilização do discurso, como se lê no excerto (44). **03.10.1983.**

Excerto (44) Acima de qualquer outro compromisso com as crianças desta cidade, a qual vem trazer o progresso, o Consórcio Alumar está empenhado em que as perspectivas de um futuro melhor, que se abrem claras e límpidas para elas possam espelhar também a natureza exuberante e bela que compõe o cenário de suas alegrias e folguedos. A poluição industrial, que tanto preocupa a humanidade, hoje é minimizada e até eliminada pelos sofisticados sistemas e equipamentos de controle ambiental, como os desenvolvidos pelas empresas que constituem o Consórcio Alumar. Daí estarmos empenhados em que não só os adultos, mas principalmente as crianças, saibam que, hoje e amanhã, centenas de técnicos da Alcoa e da Billiton se preocupam e se preocuparão em conservar intacta a atlântica beleza desta Ilha para a qual convergem as atenções do mundo inteiro.

Percebe-se que este discurso da ALCOA MINERAÇÃO S.A. funciona como luta na busca de interpelar o sujeito e conquistá-lo com sua visão de mundo. Sabe-se, pois, que os interesses industriais/financeiros não serão colocados ao lado ou abaixo, para defender outros valores/interesses que não os seus, visto que a questão do lucro financeiro/domínio do mercado serão trabalhados à custa dos interesses público/das crianças/da cidade Ilha, enfim, de todos que residem e dos que lutam pela preservação ambiental e da conservação de um futuro sustentado para esta Ilha “para a qual convergem as atenções do mundo inteiro”.

O eu locutor dirige-se ao tu leitor, expressando suas opiniões, crenças e posição de defensora da qualidade do meio ambiente e protetora do progresso.

“US\$ 100 milhões para proteger São Luís.” A manchete já denuncia/reafirma/dá suporte ao Comitê de Defesa da Ilha, ao afirmar que serão gastos “milhões de dólares para proteger São Luís”. Todos os discursos da ALCOA MINERAÇÃO S.A. com relação ao meio ambiente é no sentido tanto de “mostrar”, “afirmar”, que ele não será tocado/alterado, como de esvaziar a visão individual que, do ponto de vista da coletividade, a fábrica de alumina/alumínio não trará conseqüências danosas ao meio ambiente. O “Alumar Notícias” nos oferece uma interpretação/visão do discurso da empresa e utiliza o discurso ao mesmo tempo

como um objeto simbólico e político como se pode observar no excerto (45) 03.10.1982:

Excerto (45) O presidente da ALCOA MINERAÇÃO S.A., Alain Belda, ressalta que a Alcoa está investindo mais de 100 milhões de dólares no projeto de São Luís, “justamente para assegurar a última palavra em técnicas e equipamentos de controle ambiental”, de modo a honrar todos os compromissos assumidos nessa área. Está sendo implantado, afirma José Maurício dos Santos, Superintendente de Meio Ambiente, “um sistema de monitoramento para manter um permanente quadro de informações sobre a qualidade do ar, água, do solo, da vegetação e as condições climáticas. As estações de monitoramento do ar analisaram o conteúdo de dióxido de enxofre, fluoreto e partículas (pó) na atmosfera antes e durante a operação da fábrica”. Todo esse conjunto de medidas farão com que as condições ambientais se mantenham dentro dos parâmetros estabelecidos por lei, sem qualquer dano a Ilha de São Luís.

Têm-se aqui, vozes autorizadas que dão a conhecer os dados, as quantidades, e as conclusões sobre o “controle sadio” do meio ambiente bem como tentar formar uma opinião pública a partir do público interno fundamentada na “visão verde e ecológica” da empresa. Busca através do discurso ideológico influenciar/modificar o comportamento de cada cidadão sobre a questão ambiental na Ilha de São Luís, bem como torná-los confiantes de que a qualidade de vida e preservação dos bens naturais continuarão intocáveis/preservados, “sem danos” buscando, assim, certificar que esses maquinários garantirão um “ar, água, solo e vegetação”, no futuro, de qualidade. Essa realidade é mostrada/apresentada a partir das ideias gestadas pela própria ALCOA MINERAÇÃO S.A.

Q – Categoria – Emprego/Migração de retorno – “Alumar Notícias”

“A 25 km daqui, o Maranhão e o Brasil já estão construindo o seu grande futuro.” Com uma foto do Centro Histórico de São Luís, a ALCOA MINERAÇÃO S.A., constrói a partir de velhos sujeitos e velhos enunciados, “o novo”, “o futuro”, “a redenção” do Maranhão na busca constante de não permitir, mudar, contrapor a visão do outro com construção de sua visão em relação à preservação dos monumentos históricos e do meio ambiente da Ilha de São Luís, como se lê no excerto (46) **31.07.1982**:

Excerto (46) Nada mudou na paisagem da cidade de São Luís do Maranhão. As tradições, as belezas arquitetônicas, os marcos históricos, a vida tranquila tudo permanece intacto e será preservado. O Complexo do Consórcio Alumar é resultante da união da Alcoa alumínio com a Billiton metais, uma das empresas Shell, especializada em mineração. O projeto representa um investimento de mais e 1.4 bilhão de dólares e foi aprovado pelo CONSIDER e pela SUDENE. A fábrica do Consórcio Alumar será dotada da última palavra em equipamentos de preservação do meio ambiente. Os habitantes de São Luís já começam a participar dos novos

tempos trazidos pela produção do alumínio. Mão-de-obra de todos os níveis está sendo recrutada na região, incentivando e valorizando estudantes, operários, técnicos e engenheiros. O esforço conjunto da Alcoa e da Billiton metais abre um novo futuro para o Estado e para o Brasil.

Os argumentos de autoridade dão poder ao discurso que procura construir, fazer valer sua visão de mundo e mostrar que a do outro é esvaziado sem sustentação, “nada mudou [...] tudo será preservado”. A ALCOA MINERAÇÃO S.A. realça o futuro glorioso, o progresso, o emprego para os maranhenses, a aprovação do empreendimento pelos órgãos federais e “dá a última palavra em equipamentos de preservação do meio ambiente”. Assim, a ALCOA MINERAÇÃO S.A. visa, pelo discurso presente, interpelar novos sujeitos e responder às demandas e trabalha no sentido de evidenciar o que está explicitado e silenciar no que se relaciona às conseqüências danosas para o meio ambiente com a implantação da fábrica de alumina/alumínio.

R – Categoria – Eliminação da pobreza – “Alumar Notícias”

“O futuro do alumínio.” A manchete se refere à associação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. com a Billiton Metais para a construção de uma fábrica de alumínio/alumina na Ilha de São Luís, futuro esse proveniente da associação que garantirá recursos e mercado para a exportação do alumínio como se lê no excerto (47) **05.11.1981**:

Excerto (47) O presidente da Shell Brasil, Abel Carparelli, destacou a importância do Consorcio Alumar dizendo que “a grande virada do alumínio no Brasil estará acontecendo nesses próximos anos”. Para Alain Belda, presidente da ALCOA MINERAÇÃO S.A., “o período de negociações do Consórcio Alumar, sela definitivamente o magnífico sucesso da fábrica de alumínio de São Luís do Maranhão”. E Carparelli conclui que “a fábrica atenderá aos interesses de nosso País e se constituirá em fator importante no processo de desenvolvimento econômico-social do Maranhão”.

Várias vozes se fazem ouvir na reafirmação do discurso como uma forma de ação orientado a vaticinar o sucesso que da associação. Deixam transparecer o jogo que jogam entre si na busca de ganhos financeiros de mercado e financeiros com a instalação da fábrica de alumina/alumínio na Ilha de São Luís. Neste, “o futuro do alumínio” não se toca no meio ambiente, a tônica são “os interesses do País”, isto é, divisas para pagamento da dívida e para o Consórcio os dividendos pela exportação do alumínio. Este é o discurso que dá sentido à reprodução do capital.

“Novo Maranhão” é uma manchete que apresenta a renovação do Estado com a futura implantação da fábrica de alumina/alumínio, bem como tenta

abarcam públicos heterogêneos e fazer valer o poder da palavra mobilizadora em torno do Secretário de Indústria e Comércio, José Joaquim Ramos, que pode motivar e moldar líderes de opinião e a opinião pública, conforme o excerto (48)

05.11.1981:

Excerto (48) Para o secretário de Indústria e Comércio do Maranhão, José Joaquim Ramos, o Consórcio Alumar possibilitará “o deslanchar de um novo Maranhão, deixaremos de ser um Estado problema para caminharmos em direção a um Estado solução. Isso porque o Consórcio representa uma etapa importante do verdadeiro processo de desenvolvimento integrado em que o objetivo é o homem operário, o homem empresário, o homem governo e o homem comunidade.

A Instituição, Indústria e Comércio, dá respaldo ao que diz o Sr. José Joaquim que busca, desse modo, desconstruir todo e qualquer outro discurso, vencer a luta, interpelando através da construção de uma nova visão, que é o “novo Maranhão”, buscando construir sujeitos com a mesma visão ao chamar para o “progresso, o desenvolvimento, o homem operário, o homem empresário, o homem governo e o homem comunidade”. É um discurso que busca apresentar/construir uma nova visão de mundo e de interesses da sociedade.

7 CONCLUSÃO

Nesta tese foram percorridos três planos de análise para se compreender a formação discursiva sobre o desenvolvimento no Brasil, formulada pelo Estado e por governantes: a fase de transição de uma economia agrícola para uma economia industrial, nos anos 1930; a matriz da ideologia do desenvolvimento da Amazônia, formulada desde a década de 1960 e os discursos sobre o projeto de mineração de bauxita, empreendido pela ALCOA MINERAÇÃO S.A., no estado do Maranhão.

O momento de finalização de uma pesquisa, ainda que provisoriamente, é sempre aquele em que o pesquisador social volta-se para si questionando a estrutura, o objeto e os propósitos que pretendeu com seu trabalho. Auto-avaliação necessária, em função da limitação a que está submetido quando se propõe à produção de conhecimento.

Neste estudo teve-se por objeto de análise *o discurso da mídia impressa sobre o processo de implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A em São Luís, Maranhão*. Pode-se afirmar que a mídia, no caso o jornal impresso, noticiou os acontecimentos relacionados a essa implantação a partir dos critérios e valores políticos dos que lhe detêm o controle e não a preocupação em apresentar e esclarecer a população da Ilha de São Luís sobre as consequências sociais, econômicas e ambientais advindas com a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A.

O que se encontra após leitura e análise das matérias veiculadas é que a mídia impressa reproduziu o discurso de agentes sociais sem um posicionamento firme e direto sobre as questões sociais, econômicas e ambientais. Desse modo, o jornal enquanto ator social, exerce sua função e legitima sua ideologia de construtor da realidade social ao levar seus leitores a partilharem das ideologias e “das verdades” por ele construídas, alicerçadas no modelo de organização midiática sustentado pela aliança entre comunicação, política e tecnologia.

Com base nesses pressupostos e amparado em referencial teórico objetivou-se analisar o discurso da mídia sob o ângulo da proteção ambiental, examinar o processo de industrialização no Brasil e seus impactos na Amazônia através de um Estado oscilando entre o intervencionismo e o desenvolvimentismo, com o intuito de promover o progresso interno e de “anexar” a Amazônia ao restante do Brasil.

Mudanças sociais e políticas no país aconteceram de forma acelerada a partir de 1930, tendo como causa, além da Guerra de 1914-1918 que dá início à substituição de importações, a Revolução Comunista de 1917; a tomada do poder na Alemanha pelos nazistas e a grande crise mundial de 1929 com repercussão na economia nacional. Somado a tudo isso, houveram as causas endógenas como o não controle das oligarquias descontentes, os movimentos culturais, a Semana de Arte Moderna de 1922 e a deposição do Presidente da Primeira República, acontecimentos estes, que acarretaram profundas transformações políticas, sociais e econômicas no Brasil agrárioexportador. O desenvolvimento autônomo, com forte base industrial, é a ideologia que ganha vigor e se implanta com a Revolução de 1930.

Como resultado dos objetivos alcançados apresentam-se, a seguir, as inferências sobre o que foi articulado e discutido no decorrer deste estudo. No capítulo dois, examinou-se a forma como a industrialização desenvolveu-se através do processo de substituição de importações, isto é, tendo como resultado a produção no país do que antes era importado. A ênfase dada nessa primeira fase de industrialização, 1930-1940, recai sobre a produção de bens não duráveis e a ação contínua e prolongada que avançou com um capitalismo que se consolidou tardiamente através da implantação da indústria automobilística, em 1950, e, na década de 1970, com a produção de máquinas e equipamentos.

Os gestores públicos, desde a Era Vargas, percebiam na industrialização uma das mais eficazes estratégias de promoção do desenvolvimento econômico da região, com a conseqüente geração de receitas, desenvolvimento tecnológico e criação de empregos, mas sem melhorar/modificar as condições de vida social da população

Os planos, projetos e programas dos Governos Vargas e Kubitschek, alicerçados na “ideologia cepalina” buscavam transformar/desenvolver o Brasil. No entanto, essa forma de organização econômica não galgou resultados sociais gerais, quer para a burguesia industrial, quer para a grande maioria representada pela classe média e pelos trabalhadores, ao contrário, trouxe e produziu desequilíbrios regionais; ampliação das desigualdades regionais e desequilíbrios na infraestrutura econômica e social, visto que o esforço da industrialização concentrou-se no Sudeste do país.

O discurso desenvolvimentista chega à década de 1980, com um Brasil ainda subdesenvolvido, endividado e buscando, através da abertura com empresas transnacionais, “reviver a alavancagem do desenvolvimento”. Desse modo, a questão ambiental é “afrouxada” e o país torna-se vulnerável à poluição, o que na visão do Governo traria dólares tanto para o pagamento da dívida externa quanto para a promoção do poderio econômico, ainda que à custa do meio ambiente

Sendo o Brasil uma sociedade desigual por conta do modo como se deu e tem se dado a expansão do capitalismo pelas diferentes regiões do país, o “desenvolvimento” como política pública e intervenção econômica, política e social redesenha as relações e ganha vários sentidos para as populações envolvidas. Trata-se de analisar como se forma o objeto “desenvolvimento” no imaginário social e nas relações sociais que constituem um dado território, no caso o estado do Maranhão.

O Maranhão, sem a indústria têxtil, que dera grande impulso à economia na primeira metade do século XX, recebe o projeto de produção de alumina/alumínio sob forte movimento contestatório do grupo ecologista Comitê de Defesa da Ilha, por entender que o projeto traria ameaças ao meio ambiente, assim como impactos econômicos e sociais. A implantação da indústria não correspondeu ao “*sonho de desenvolvimento*”, mas conseguiu desagregar o “*espaço socialmente construído*” e deixar nos rios e riachos da cidade impactos causados pelos resíduos de sódio e de soda cáustica, aspectos estes que se constituíram o objeto de análise do capítulo três.

A chegada da ALCOA MINERAÇÃO S.A. promoveu uma tumultuosa e rápida transformação nas relações sociais como a privação, remoção e exclusão dos proprietários do “espaço socialmente construído” que perderam suas moradias e suas atividades tradicionais; além da destruição da floresta e dos riachos que cortam a área de instalação do complexo industrial, configurando-se a clássica assertiva de Marx e Engels (1998, p.72): “de um lado, a destruição forçada de uma massa e forças produtivas, de outro, através da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa dos antigos”.

No capítulo quatro abordou-se o discurso desenvolvimentista e ambiental, mostrando como o Governo e a transnacional ALCOA MINERAÇÃO S.A. buscaram a construção de uma realidade que produzisse lucro, lucro esse destinado a “saciar o apetite” crescente de uma sociedade ávida por produtos, mas insensível aos

estragos sobre a natureza e as relações humanas. Embora, tenham sido assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade (LEFF, 2001).

Na análise do discurso da mídia impressa foi possível verificar que ela age em nível da ideologia e que seus discursos têm origem em vários “*lugares de enunciação*”: governo, políticos, atores sociais diversos, tornando-se porta-voz dessa pluralidade, usando seu poder para legitimar suas práticas e apresentar o *real*, sem chamar seus leitores ao debate e sem assumir uma posição clara e independente quanto à questão ambiental.

Isto significa que um momento importante da análise diz respeito ao reconhecimento das instâncias de interlocução social. Dentre essas instâncias os jornais impressos e diários ocupam um lugar estratégico no sistema de comunicação do Estado em razão do perfil das suas redações e do uso das matérias produzidas pelas emissoras de rádio e televisão. Por conta disto, esta instância, constituída na concorrência entre jornais e na relação com os anunciantes e os leitores, será um lugar de disputa dos agentes envolvidos na questão.

Dessa forma, o leitor alimenta-se de verdades que vão ao encontro de verdades já reconhecidas, A mídia hegemônica esforça-se por anunciar coisas novas, mas isso chega a ser impossível, enquanto dispositivo emissor que se estrutura dentro de uma sociedade histórica e contemporaneamente marcada pela dessemelhança em que a uns é consentido o poder-fazer o discurso, e a outros, apenas o de poder-consumir o discurso, quer chamemos a isso de mercado, disputa, globalização. (DUTRA, 2005).

No capítulo cinco foram abordados os diferentes discursos em torno da implantação da fábrica de alumina/alumínio e a posição de cada um dos jornais como porta-vozes favoráveis, ou não, ao empreendimento, visto que é por meio do discurso que a mídia impressa posiciona-se a respeito da questão ambiental e que vai estruturar o conhecimento ecológico dos cidadãos.

Enquanto isso, a ALCOA MINERAÇÃO S.A. se instalava, contra atacava, transmudava-se em ALUMAR – Alumínios do Maranhão e buscava mostrar e reforçar em discurso persuasivo, que sua instalação na Ilha de São Luís não seria perniciosa ao meio ambiente. A ALCOA MINERAÇÃO S.A. faz a “[...] autolegitimação do próprio discurso por meio da convocação de vozes autorizadas do campo da ciência, do poder político e de outros atores [...]” (DUTRA, 2005, p.256),

tratando o assunto da poluição do ar e do solo como um problema ambiental trivial, sem grande importância e, portanto, menor. O projeto estava consumado, o Governo Federal e Estadual usaram, “abusaram e subtraíram a lei” para garantir a instalação daquela que foi propagada como “a redentora”, ou seja, a que traria a “redenção do Maranhão”.

A mudança da imagem pública da empresa, inclusive do nome, tinha o objetivo de interagir com as percepções das populações locais e as polaridades estabelecidas com as críticas sobre a instalação do empreendimento na Ilha de São Luís. Embora o embate parecesse ter chegado ao fim com a instalação da empresa, esta precisava reagir aos aspectos negativos associados à marca ALCOA MINERAÇÃO S.A.. A saída, pois, era desenvolver um programa de reposição da marca no Estado. Os embates com o Comitê de Defesa da Ilha estão na origem da mudança do nome.

Os movimentos sociais, principalmente o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, sentiram “o peso da força” do Governo Militar, do Governo Estadual, do contraponto do jornal “O Estado do Maranhão”, e o apoio dado ao empreendimento pelos sucessores de João Castelo, os Governadores Ivar Saldanha e Luiz Rocha.

Em agosto de 1984, a ALUMAR é finalmente inaugurada e quase três décadas depois se torna a principal produtora mundial de alumínio. Com a expansão de sua fábrica na Ilha de São Luís eleva sua capacidade de produção de alumina de 1,5 milhões de toneladas/ano para 3,5 milhões de toneladas/ano, sem os protestos e sem o brado de “fora ALCOA/ALUMAR”, sem artigos ou editoriais contrários publicados na mídia impressa e sem as passeatas, mas com a presença do Presidente da República, de Ministros, Governador, Prefeitos, Deputados, Vereadores, Presidente do Congresso Nacional e dos grandes executivos da ALCOA MINERAÇÃO S.A. As lutas, os protestos, as passeatas e os processos na justiça cessaram com a inauguração da ALCOA MINERAÇÃO S.A./ALUMAR.

No capítulo seis são apresentados os paradigmas e a tipologia da pesquisa, bem como a técnica adotada para análise do discurso e interpretação dos dados. Faz-se a descrição dos passos metodológicos e a apresentação do material central da análise.

A questão central da tese constituída pelos discursos veiculados pela mídia impressa sobre a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. e os impactos ambientais, foi trabalhada no capítulo sete, onde se fez análise das vozes plurais,

tanto em discurso direto quanto indireto, fundamentada na “Análise do Discurso da Escola Francesa”. Mediante a referida análise pode-se afirmar que há “interdiscursos midiáticos plurivocal” não sobre as conseqüências ambientais para a Ilha de São Luís e seus habitantes, mas sim e sempre, sobre as apregoadas “vantagens”, do “progresso”, dos “empregos”, do passar a ser “membro do clube dos produtores de alumínio”, buscando a ALCOA MINERAÇÃO S.A. e os poderes políticos, nesse espaço vital do discurso, o “convencimento” de líderes de opinião e a própria comunidade de suas mensagens e ideologias.

Nas disputas de poder e saber que marcaram a época, os jornais impressos e diários ludovicenses adotaram a posição de porta-vozes dos grupos de interesses: “O Estado do Maranhão”, alinhado às posições do governo do Estado, assumiu a defesa dos interesses da ALCOA MINERAÇÃO S.A./ALUMAR, enquanto o “Jornal Pequeno”, tradicional porta-voz da oposição antisarneista, assumiu a defesa do ponto de vista dos movimentos sociais, de intelectuais e artistas, que se contrapunham à instalação da transnacional na Ilha de São Luís.

Em situação como essa os jornais, embora reivindicuem para si determinado lugar idealizado da fala a partir das máximas de objetividade, da imparcialidade e da neutralidade, adotam um discurso híbrido, construído nas mediações entre o jornalismo e a propaganda, já que as notícias são subordinadas à interpretação conveniente dos acontecimentos, ou seja, àquela versão que interessa a seus aliados e patrocinadores. Por meio desses procedimentos, os jornais adotam a posição de porta voz.

O Estado pôs-se a produzir, “abusar e subtrair leis” que permitissem a instalação do complexo industrial de alumina/alumínio. Esse agir do Estado, no entanto, não podia obrigar os cidadãos conscientes a se envolverem, de forma afetiva ou emocional, com tais deliberações. Sabe-se que nem sempre é a força da lei que fará com que certas práticas e ou atitudes sejam feitas ou aceitas pelo cidadão, mas o poder da palavra/o discurso que molda/dá forma às consciências.

Convoca-se a ciência, apela-se para o “progresso”, evocam-se as “vozes autorizadas” (Presidentes da República, Governador, Secretário do Meio Ambiente e toda uma máquina publicitária) no sentido de conferir “credibilidade” aos discursos ideológicos que vão minar a contenda verbal dos que “não aceitam, nem querem o desenvolvimento/progresso do Maranhão.”

As “vozes” – dos desalojados da comunidade de Coquilho, de estudantes e de políticos de oposição - se calaram, não no sentido de que tudo estava perdido, pois algumas conquistas foram alcançadas como o aparelhamento e o cuidado para melhor mitigar a questão ambiental. As “vozes” do Comitê de Defesa da Ilha continuam atentas e vigilantes quanto ao meio ambiente exigindo providências, denunciando irregularidades, descuidos e descumprimento de leis e normas de segurança. O movimento continua mantendo aceso o ideal de sustentabilidade ecológica e racionalidade ambiental em memória de seu fundador, o poeta-escritor-jornalista Nascimento Morais, e dos ideais de parte dos habitantes de São Luís, que se mantém firme na busca da construção de uma racionalidade produtiva, do equilíbrio ecológico e do bem estar da atual e futura geração.

Apesar da vigilância/cobrança, o meio ambiente recebe, agora, poluição em dobro, desequilíbrio, agressão, assoreamento dos rios e riachos, contaminação do lençol freático em função do aumento da já mencionada produtividade da fábrica de alumina/alumínio, sem que o propalado desenvolvimento tenha acontecido, nem a redenção econômica do Estado, tampouco a verticalização da cadeia de alumínio.

A polêmica, as lutas, os movimentos, as passeatas, os protestos, os artigos são questões que parecem superadas. Todas estas ações representam matéria da história dos discursos e das disputas em torno de um projeto que mudou a sociedade maranhense, não na linha do progresso, em função do desequilíbrio entre a riqueza extraída e a riqueza mal distribuída que alimentou os cofres públicos controlados por “grupos oligárquicos” defensores da ALCOA MINERAÇÃO S.A., e de futuros(s) projeto (s) em nome do “progresso e do desenvolvimento”.

Na primeira metade do século vinte a economia do Maranhão alcançou um patamar de desenvolvimento com a indústria têxtil. No entanto, com a chegada da fábrica de alumina/alumínio, viu o Estado nesse empreendimento uma nova oportunidade de crescimento, embora num setor ainda sem raízes e caracterizado como indústria de caráter oligopolista com foco eminentemente exportador.

O cenário idealizado e propagado com a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., decorridos quase três décadas, não se concretizou e não há por parte do setor público e da empresa qualquer sinalização que venha explicar as causas desta não realização.

Viveu-se um “sonho”, fomos “bombardeados” com discursos que anunciaram cenários de “progresso” e um “melhor viver para os maranhenses”. Em

16 de agosto de 1984 a fábrica da ALUMAR é inaugurada e quase três décadas depois se tem o “replay” do mesmo “sonho” de “progresso”, do “bem viver”, dos “milhares de empregos” com o anúncio da instalação da “Refinaria Premium”, megaprojeto da Petrobrás a ser instalada no município de Bacabeira, distante 66 quilômetros da capital São Luis. Tem-se uma nova bandeira político-partidária para divulgação dos benefícios do tipo geração de empregos e oportunidades de negócios.

O General João Figueiredo, último presidente do Regime Militar, veio a São Luis para afirmar e reafirmar os benefícios da ALCOA MINERAÇÃO S.A./ALUMAR, como agora o fez o presidente Lula em sua passagem por São Luís, em 10 de dezembro de 2009, para anunciar que “depois da refinaria, o Maranhão será outro estado”. Membros das “oligarquias” lançam mão dessa oportunidade para mais uma vez proclamar, em discursos de caráter ufanista, as “benesses” e se perpetuarem no poder afirmando, com seu oportunismo político, que só e somente através deles o Estado pode obter ganhos.

Matéria publicada no “Jornal Pequeno” na edição de 17 de janeiro de 2010 sob o título “Refinaria virou peça publicitária do sarneysismo”, anuncia o que já se afirmou sobre o “crescimento” e as “melhorias” do Estado como sendo possíveis somente através das forças oligárquicas:

“Se você ama o Maranhão, vote por ele votando em Roseana Sarney. A refinaria gerará 30.000 empregos diretos e indiretos. [...]. Não abandone o Maranhão, esta refinaria só sairá por decisão política. Sarney é o único político do Maranhão com força para brigar pela refinaria”.

Assim, fica como proposta uma futura pesquisa sobre o atual discurso que retoma o anúncio dos “benefícios” da nova refinaria, semelhante ao que se divulgou sobre a ALCOA MINERAÇÃO S.A. há trinta anos, de cuja instalação nem São Luís, muito menos o Maranhão, nada recebeu do anunciado progresso. Resta, agora, acompanhar o capítulo que se descortina com a “Refinaria Premium”.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; TRINDADE, Joselene Barreto. Wakymãhã mikto kônhitnxákaka: projeto da hidrelétrica de Marabá-Pará. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.). **Conflitos sociais no Complexo Madeira**. Manaus: Ed. UEA, 2009. pte. 3, p. 367-389.

ACOT, Pascal. **História da ecologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: UFSC, 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**. Brasília, DF, 2004.

ALTHUSSER, Louis. **Posições II**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ALUMAR (Maranhão). **A empresa**. Disponível em: <[http:// www.alumar.com.br](http://www.alumar.com.br)> Acesso em: 28. ago. 2008.

ÁLVARO, Gilberto. **A arquivologia como metodologia de análise do discurso**. 2006, 83f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2006.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNALDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

AMPARO, Paulo Pitanga; PINTO, Emanuel. Breve descrição e apreciação de alguns programas na Amazônia. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da (Org.). **Os grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas**. Belém: UFPA/NAEA, 1987 (Cadernos NAEA, 9).

ANDRADE, Sueli Amália de. Bases filosóficas do pensamento ambiental. In: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI – MEDINA, Naná (Coord.). **Educação ambiental**: curso básico à distância; questões ambientais; conceito, história, problema e alternativas. 2. ed. ampl. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2001. v. 3.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Formação discursiva como conceito chave para a arqueologia de Foucault. **Revista Aulas**, n. 3, p. 1-23, dez. 2006/mar. 2007.

ARAÚJO, Silva Maria de. Ação coletiva: equívocos interpretativos. **Interthesis**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 2-8, jan.jun. 2006.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade cível, espaço público e poder local**: uma análise do orçamento participativo de Belo Horizonte e Porto Alegre. Belo Horizonte: DCP/FAFICH/UFMA, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3. ed. São Paulo: Hucetac, 1986.

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil**: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. São Luís: UEMA, 2006.

BARIANI, Edson. **O estado demiurgo**: Alberto Torres e a construção nacional. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewissue.php?id=78>>. Acesso em: 23 jun. 2010.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

BECKER, Bertha. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Gramond, 2005.

BELLO FILHO, Wilson de Barros. **História do Planejamento Econômico no Maranhão**. 1998, 154 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. São Paulo: Unicamp, Pontes, 1991.

_____. **Problemas de linguística geral II**. São Paulo: Unicamp, Pontes, 1989.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. A era Vargas acabou? In: SEMINÁRIO O LEGADO DE GETÚLIO VARGAS: 50 ANOS DEPOIS, 2004, Recife. **Anais...** Recife: INPSO/PPGCP/UFPE, 2004.

BERNARDES, Juliano. **A formação do Estado desenvolvimentista brasileiro na obra de Octávio Ianni**. 2009. 121f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro - o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

BRANCO, Alberto Manuel Vara. **O nacionalismo nos séculos XVIII, XIX e XX: o princípio construtivo da modernidade numa perspectiva histórico-filosófico ideológica: um caso paradigmático: Alemanha**. Disponível em: <www.ipv.pt/millenum>. Acesso em: 16 jun. 2010.

BRANDÃO, Helena Hatsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 2004.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: <www2.gestao.presidencia.serpro.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2010.

_____. Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento – 1975 - 79**. Brasília, DF, 1974.

_____. Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais. **O ciclo do homem**. Brasília, DF, 1967.

BRITO, Daniel Chaves. **A modernização da superfície: estado e desenvolvimento na Amazônia.** Belém: UFPA/NAEA, 2001.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983.** 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BONFIGLIOLI, Cristine Pontes. Discurso ecológico e mídia impressa: análise do discurso de um acidente ambiental. **Caligrama**, São Paulo, v. 1, jan./abr. 2005.

BORDENAVE, Juan Diaz; CARVALHO, Horácio Martins de. **Comunicação e planejamento.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BOUDON, Raymond et. al. **Tratado de Sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007..

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 24. ed. Petrópolis: Vozes/UNIJUI, 1999.

BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia de análise. In: CLEGG, Stewart R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 1998. v. 1.

CADORIN, Severino. Imparcial: perfil do jornal mais antigo de São Luís. **Cambiassu**, São Luís, ano 3, n. 4, p. 5-19, 2. sem. 1986.

CAMPOS, Maria Aparecida Ferreira. **A política econômica do Governo Kubitschek (1956-1961): o discurso em ação.** 2002. 224 f. (Mestrado em Economia) - Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento.** Petrópolis, Vozes, 1993.

____; FALETTO, Enzo. **Dependências e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.** México: Siglo XXI, 1970.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Agricultura familiar e grandes projetos no Maranhão na década de 1990: resultados e perspectivas.** São Luís: Forum Carajás, 1999.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Introdução à teoria do planejamento.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CASTRO, Edna. Transformations socialis et dynamic du marché du travail. **Cahiers du Brésil Contemporain**, n. 21, p. 40 - 61, 1993.

____; ACEVEDO MARIN, Rosa. Amazônia: dinâmica política da divisão regional do trabalho. In: CARLEIAL, Liana Maria; NABUCO, Maria Regina (Org.) **Transformações da divisão internacional do trabalho no Brasil.** ANPEC/CAEN/CEDEPLAR, p. 229 - 245.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discursos das mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.

____. **Discurso político.** São Paulo: Contexto, 2006.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. (Org.) **Impactos ambientais urbanos no Brasil.** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CORSI, Francisco Luiz. **As discussões em torno dos rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo.** Campinas: UNICAMP/IE, 1994.

COSTA, Beatriz Souza. **O gerenciamento econômico do minério de ferro como bem ambiental no direito constitucional brasileiro.** São Paulo: Fiuza, 2009.

COSTA, Francisco de Assis. **Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia: questões para o desenvolvimento sustentável.** Belém: CEJUP, 1998.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Grandes projetos e perspectivas da Amazônia. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da. (Org.). **Os grandes projetos da Amazônia**: impactos e perspectivas. Belém: UFPA/NAEA, 1987. (Cadernos NAEA, 9).

COSTA, Luciana Miranda. **Comunicação e meio ambiente**: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

_____. **Discurso e conflito**: dez anos de disputa pela terra em Eldorado do Carajás. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

COTA, Raimundo G. **Carajás**: a invasão desarmada. Petrópolis: Vozes, 1984.

CRUZ, Mônica da Silva. **O discurso pela f(r)esta**: espaço de produção de identidades. 2005, 209 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 19, ano 7, p. 40-54, jun. 1992.

_____. **A era Vargas**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. (Coleção Polêmica).

DEMO, Pedro. **Cidadania menor**: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política. Petrópolis: Vozes, 1992.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 31-50.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O discurso da violência**: as marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: 2004.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. **A dispersão do sujeito em lugares discursos marcados.** 2005. 267f. Tese (Doutorado Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960.** Rio de Janeiro, 1985.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DREW, Davi. **Processos interativos homem-meio ambiente.** 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DUTRA, Manuel. **A natureza da TV: uma leitura dos discursos de mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...** Belém: UFPA/NAEA, 2005.

_____. **O Pará dividido: discurso e construção do Estado de Tapajós.** Belém, UFPA/NAEA, 1999.

ENGLISH, Barbara Ann. **Alcoa na ilha.** São Luís: Cáritas Brasileira, 1984 (Série Transformações Recentes).

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília, DF: UnB, 2001.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes; RIBEIRO, Evela Brito. Desenvolvimento industrial do Maranhão: indícios socioeconômico e histórico. In: CASTRO, Edna; MAIA, Maria Lucia (Org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço.** Belém: UFPA, 1995.

_____. Capital, espaço e população: ensaio sobre a área de influência da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Ramos de. (Org.). **Energia na Amazônia.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/ Universidade Federal do Pará/ Associação de Universidades Amazônicas, 1996. v.1, p. 439-458.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **O processo sócio-econômico do Maranhão: história e desenvolvimento.** Belém: UFPA, 1994.

_____. **Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais.** São Luís: UFMA, 1998.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO. **Análise das possibilidades de adensamento da cadeia produtiva do alumínio no estado do Maranhão.** São Luís: Prole Comunicação, 2009.

FÉLIX, Ana Elisabete da Silva. **A semiologia dos discursos da publicidade.** São Luís: Central dos Livros, 2006.

FERNANDES, Marcionela; GUERRA, Lemuel. **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável.** 2. ed. rev. Belém: UNAMAZ/NAEA, 2006.

FERREIRA, Noraney. **A implantação da Alumar e o deslocamento de famílias camponesas.** 1997. 139f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1997.

FIORI, J.L. **Para uma economia política do estado brasileiro.** São Paulo: IESP/FUNDAP, 1993, v. 11.

FIORIN, José Luiz. **Elemento de análise do discurso.** 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FOGLIATTI, Maria Cristina; FILIPPO, Sandro; GOUDARD, Beatriz. **Avaliação de impactos ambientais: aplicação aos sistemas de transportes.** Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 26, p. 225-256, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. **A arqueologia do saber.** 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1959.

GADET, E; HAK T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** por uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997.

GELLNER, Ernest. **Nacionalismo e democracia.** Brasília, DF: UnB, 1981.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GISLER, Cristianny Villela Teixeira. **O uso da serapilheira na recomposição da cobertura vegetal em áreas mineradas de bauxita, Poços de Caldas, MG.** São Paulo, 1995, 165 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade de São Paulo.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **O Brasil de JK.** Rio de Janeiro. FVG, 1991.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico.** São Luís: UFMA/ PROIN (CS), 2000.

GUATTARI, Félix. Ecologia e movimento operário. In: _____. **Movimento sindical e defesa do meio ambiente:** o debate internacional. Rio de Janeiro: IBASE, 2000 (Série Sindicalismo e Justiça Ambiental).

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos:** o Estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

HAFFNER, Jacqueline A. H. **A Cepal e a industrialização brasileira (1950-1961).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Felipe de. **Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos**. São Luís: IMESC, 2008.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____; SINGER, Paul; COHN, Gabriel; WELFORD, Francisco. **Política e revolução no Brasil**. Civilização Brasileira, 1966.

IBGE. **Censos (1970), 1980, 1991, 2000**). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

_____. **Contas Nacionais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)** (vários anos). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

_____. **Contas Regionais - Bases 1985-2004**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ma&tema=censo2010primeirosresultados>>. Acesso em: 8 jun 2010.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL: ano 2008. São Luís: IMESC, v. 1, 2010.

INSTITUTO DO PVC. **O PVC e a preservação ambiental**. São Paulo. Disponível em: < www.intitutodopvc.org/publico>. Acesso em: 2 jul. 2009.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Balança comercial.** Disponível em: <http://www.imesc.ma.gov.br/html/balança_comercial_MA_2009.htm>. Acesso em: 8 jun. 2010.

INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. **Amazônia Legal.** Disponível em: <http://mapas.socioambiental.org/website/UC_Novo/viewer.htm>. Acesso em: 2 jul. 2009.

JACOBI, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil:** representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. Patrimônio Ambiental. São Paulo, Procam/ USP, 2003.

JAPIASSU, Hilton. Objetividade científica e pressupostos sociológicos. In: HÜHNE, Leda Miranda (Org.) **Metodologia científica:** cadernos de textos e técnicas. 5. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1992. p. 237 – 239.

_____; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

KHÉDE, Sonia Salomão. **Censores de piricenê e gravata:** dois momentos da censura teatral no Brasil. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

KOENIG, Samuel. **Elementos de sociologia.** 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LACERDA, Antonio Corrêa de et AL. **Economia brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2001.

LAVERHASS JUNIOR, Ludwig. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1986.

LEAL, Aluizio Lins. **Grandes projetos amazônicos:** dois casos percussores. 1996. 248f. Teses (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEMOS, Haroldo Mattos de. **Meio ambiente e o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: BNDES, 1991.

LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru: Edusc, 2006.

LESSA, Carlos. **15 anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOBO, Marco Aurélio Arbaze. **Estado e capital transnacional na Amazônia: o caso da Albrás-Alunorte**. Belém: UFPA/NAEA, 1996.

LOUREIRO, Violeta Refkabsky. **A grande ilusão do desenvolvimento: mais cedo ou mais tarde todos serão desenvolvidos**. Belém: UFPA, 2004.

_____; **Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LOW-BEER, Jacqueline. O estado e as políticas públicas: uma revisão histórica (1950 a 1997). **Espaço & Geografia**, Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 65-100, 2002.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MANHÃES, Eduardo. Análise do discurso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Método e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 305 – 315.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

MARANHÃO. Lei n. 2.658 de 16 de setembro de 1966. Dá nova redação aos artigos 25 e 26 da Lei n. 2.669 de 29 de julho de 1966 e dá outras providências. Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão, 1968.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1989.

MARCONI, Prado. **A censura política na imprensa brasileira: 1968 - 1978**. São Paulo: Parma, 1980.

MARGULIS, Sérgio. **Meio-ambiente**: aspectos técnicos e econômicos. Rio de Janeiro: IPEA: Brasília, IPEA/PNUD, 1990.

MARTINS, Ana Raquel Paiva. **Desenvolvimento sustentável**: uma análise das limitações do índice de desenvolvimento humano para refletir a sustentabilidade ambiental. 2006, 138 f. Dissertação (Mestrado Estratégia, Gestão e Finanças Empresariais) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MARX, Karl ; ENGELS, Friederich. **Manifesto do partido comunista**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MASINI, Elcie F. Salzano. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994. p. 61 – 67.

MAZIÉRE, Francine. **A análise do discurso**: história e práticas. São Paulo: Parábola, 2007.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **Desenvolvimento econômico recente do Maranhão: uma análise do crescimento do PIB e perspectivas.** São Luís: IMESC, 2008.

MILAN, Marcelo. **Estado, acumulação de capital e subdesenvolvimento no Brasil – 1930 – 1980.** 2002, 135 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) – Universidade de São Paulo, 2002.

MONTEIRO, Maurílio Abreu. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia: drenagem energético-material e pauperização regional.** Belém: UFPA/ETFP, 1998.

_____; COELHO, Maria Cecília Nunes. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.7, n.1, p. 91-122, jun. 2004.

MOREIRA, José Ausino Raposo. **A implantação da Alcoa em São Luís: uma análise espacial da inserção do Maranhão no pólo de alumínio da região.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1989.

MOREIRA, Joventino Fernandes. **Avaliação do resíduo alcalino do refino de bauxita como condicionador de solos e do estabelecimento de dendê nos tanques de estocagem.** Rio de Janeiro, 2006, 165 f. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

MOREIRA, Maria Vilma Coelho. **Alcoa on the island: a case study of a multinational and its impact in a brazilian community.** 1992, 137 f. Thesis (Master of Artes Degree) - The University of Tennessee, Knoxville, 1992.

MORICOCCHI, Luiz; GONÇALVES, José Sidnei. Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: uma revisão crítica. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 24, n. 8, p. 27-35, ago. 1994.

MTSUMOTO, Hiroshi. **Necessidade de treinamento de mão-de-obra em áreas de influência do Programa Grande Carajás.** São Luís: UFMA, 1990.

MYRDAL, Gunnar. **O Estado do futuro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva.** São Paulo: Edusp, 1999.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. rev. e aum. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez, 1994.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

OTONI, Ricardo Benedito. **Os grandes projetos econômicos e a qualidade de vida**: a percepção dos moradores da Vila Maranhão - São Luís - MA, 2006, 167 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à informação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. **Análise automática do discurso**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1991.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2002.

PINHO NETO, Demosthenes Madureira. Prefácio: a estratégia brasileira em perspectiva internacional. In: DIAS, José Luciano de Matos; PINHEIRO NETO, Demosthenes Madureira. (Org.). **O BNDES e o Plano de Metas**: 1956/1961. Rio de Janeiro: BNDES, CPDOC. 1996. 153 p. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro/plamelas.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney**: o discurso do plano cruzado. São Paulo: Hucitec, 1989.

PINTO, Lucio Flavio. **Carajás**: o ataque ao coração da Amazônia. Rio de Janeiro: Marco Zero/ Stúdio Alta, 1982.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**: introdução à análise do discurso. São Paulo: Hacker, 1999.

PIQUET, Rosélia. **Indústria e território no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamand, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PRODUTO INTERNO BRUTO DO ESTADO DO MARANHÃO: nova série 2002 a 2007. São Luís: IMESC, v. 5, 2009.

_____. :período 2004 a 2008. São Luís: IMESC, v. 6, 2010.

RAMOS, Rui Manoel do Nascimento Lima. **O discurso do ambiente na imprensa e na escola**: uma abordagem linguística. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkin, 2009.

RÊGO, José Fernandes do. **Estado e políticas públicas**: a recuperação econômica da Amazônia durante o período militar. São Luís: EDUFMA/UFAC, 2002.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Economia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

RUHOFF, Anderson. Políticas territoriais na Amazônia. In: _____. **Políticas territoriais e cooperação internacional**. Santa Maria: Universidade Santa Maria, 2005.

SANSOLO, Davis Gruber; Cavalheiro, Felisberto. Geografia e educação ambiental. In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michele. (Org.). **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: Rima, 2006.

SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes de. **Ecossistemas dos conflitos sócio-ambientais**: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.

SARNEY, José. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís, 1966.

_____. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís, 1970.

SCHOLZ, Imme; DRÄGER, Daniel; FLOER, Isabelle; NEHER, Constanze; Unger, Júlia. **Sociedade civil e política ambiental na Amazônia**: os casos da barragem Belo Monte e da rodovia federal BR-163. Boon, Instituto Alemão de Desenvolvimento - IAD, 2004. (Relatório e Estudos, 11).

SCHUMPETER, Josep Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 3. ed. São Paulo: Nova. Cultural, 1988.

SCHUWARZER, Helmut. **A CEPAL**: teoria clássica e a proposta de transformação produtiva com equidade social. 1993. 135 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**. 4. ed. Itajaí: UNIVALI, 2002.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Inventário das Leis, decretos e Regulamentos de Terra do Maranhão**. 1850-1996. Belém: Supercores, 1998.

SILVA, Ilse Gomes. **Participação popular e “reforma” do estado brasileiro nos anos 1990**: contradições e impasses. São Paulo, 2001, 287 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

_____. **Os grandes projetos**: elementos da política mineral brasileira e os cenários locais e internacionais do Programa Grande Carajás. São Luís: Maria Fumaça, 2001.

SILVA, Telma Domingues. **A biodiversidade e a floresta tropical no discurso do meio ambiente e desenvolvimento**. 1995. 165 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

SIMMEL, George. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOUZA, Edison Rezende de. **O ISEB**: a intelligentsia a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950. Disponível em: < www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/h563.pdf>. Acesso em: 10 maio 2010.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 13, p. 302-323, jan./jun. 2005.

SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.8, n.4, p. 5-16, out./ dez. 1988.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: fábrica de ideologia. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. Brasília, DF: UnB, 1982.

TSUJI, Tetsuo. **Cenários do Maranhão para o ano 2007**. São Luís: EDUFMA, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO; SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Necessidades de treinamento de mão-de-obra em área de influência do Programa Grande Carajás- Maranhão**. São Luís, 1990.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentidos**. São Paulo: Cultrix/USP, 1980.

VILLAS-BÔAS, Ana Lúcia. **Mineração e desenvolvimento econômico**: a questão nacional nas estratégias de desenvolvimento do setor mineral (1930 - 1964). Rio de Janeiro: CNPq/CETEM, 1995. v. 1.

WEINSTEIN. Bárbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência 1850 – 1920. São Paulo: Hucitec/USP, 1993.

WIRTH, John D. **A política do desenvolvimento na era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

ZAULI, Eduardo Meira. Grupos de interesse ação coletiva: uma crítica formal a Mancur Olson. **Revista Desafio**, Rio de Janeiro. set. 2000.

ANEXOS

ANEXO A – Josemar Pinheiro, advogado, administrador, integrante do Comitê de Defesa da Ilha

O cientista, químico, economista e militante social Raul Ximenes, de família de Caxias- MA, chegou até nós, eu e principalmente o Nascimento Moraes com o relatório sobre a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. o posicionamento dos que integravam o grupo de trabalho constituído pelo Governo do Maranhão foi contrário à instalação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., na Ilha de São Luís, pelos seus inconvenientes impactos ambientais, sociais e econômicos.

Ao tomarmos conhecimento desse documento, pensamos em elevar o assunto ao conhecimento da sociedade, a três níveis, o popular, o educativo e o político. Nos reunimos na casa do Deputado José Santos, onde se fizeram presentes vários seguimentos da sociedade, inclusive o advogado Gervásio Santos, posteriormente deputado estadual e forte aliado ao futuro Comitê, assim como o médico Cesário Veras, Pedro Novais, o deputado Estadual Haroldo Sabóia, o deputado Remi Ribeiro, o jornalista Luis Pedro, estudantes e a comunidade em geral, em defesa da preservação da Ilha de São Luís.

Nossa primeira reunião foi para tomarmos conhecimento, na integra, do relatório e sabermos o que realmente era essa tal de ALCOA MINERAÇÃO S.A.. Não a conhecíamos, não tínhamos ideia da amplitude do projeto e muito menos das negociações com o Governo do Estado.

Nas reuniões, feitas na Igreja São João, debatíamos que caminho seguir. Alguns se posicionavam contra o capital estrangeiro que viria tomar conta da Ilha de São Luís. Alguns ideologizavam um pouco essa luta. Nascimento Moraes não se posicionava assim, ele via a coisa mais voltada para a preservação da vida, do meio ambiente, da vida humana mesmo. Com essas discussões ficou acordado que faríamos a defesa da Ilha de São Luís, surgindo então em dez de agosto de 1980 o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís.

O Nascimento Moraes se posicionou sobre a defesa da Ilha, pois acreditava que assim tomaria depois proporção internacional. Todos concordaram. Definido o rumo, começamos a traçar as estratégias, os movimentos, enfim, os comícios e visitas aos bairros e povoados para darmos conhecimento à população, do que viria a acontecer com o social e ambiental na Ilha de São Luís. Buscávamos também desmistificar que o Comitê de Defesa da Ilha era um movimento só de

intelectuais. Nossas visitas aos povoados nos fizeram ver que era necessário organizá-los, instruí-los quanto à chegada e instalação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. e pensar também na questão jurídica. Cogitou-se buscar juristas no Rio de Janeiro ou São Paulo, com mais experiência na área, mas, prevaleceu a tese de que nós daríamos conta do recado. Eu e o João Batista, mais tarde desembargador, redigimos uma ação popular.

O Comitê de Defesa da Ilha convoca um grande comício para a Praça Deodoro, bem no centro de São Luís e palco de todas as manifestações da Ilha. É negada a liberação da praça para o comício, pois havia recurso financeiro a ser liberado ao Governo do Estado. Tentamos negociar, não fomos atendidos no nosso pleito. Qualquer outro local, diziam as autoridades, menos a Deodoro. A Deodoro é emblemática. Entramos com mandado de segurança junto ao Tribunal, invocando o direito líquido e certo de reunião e várias personalidades assinaram o mandado, encabeçado pelo Nascimento Moraes. Foi concedida a liminar para realização do comício na Deodoro. Fomos até o Secretário de Segurança do Estado apresentar a decisão do Tribunal que nos garantia realizar o comício.

O Procurador Geral do Estado entra com um agravo no Superior Tribunal Federal para não realização do comício na Deodoro. O Tribunal Superior Federal caça a liminar e o comício não se realiza.

Fomos informados que o comício poderia ser em qualquer outro local, que o Governador do Estado não estava proibindo o comício, apenas não poderia ser realizado na Deodoro. Optamos então pela Praça da Alegria, muito menor, sem a devida segurança e estrutura da Deodoro. A Polícia Militar fez um grande aparato nas redondezas da Alegria, cercando as ruas de Sant'Ana, do Norte, que dão acesso à Praça, prejudicando e despertando temor na população que receava por uma repressão maior. Mas posso afirmar que o comício teve sucesso e brilho e várias personalidades de vulto se fizeram ouvir.

A luta jurídica continuou e posteriormente, o Supremo nos liberou a Deodoro para comícios.

Entramos com uma ação popular para impedir a terraplanagem do local onde se instalaria a ALCOA MINERAÇÃO S.A.. Essa ação durou seis anos e nos foi negada. Entramos com vários outros instrumentos jurídicos, e pasme, até hoje não foram julgados.

O Comitê de Defesa da Ilha não morreu. Não temos mais, hoje, ações espetaculares, mas continuamos ativos. Em abril próximo, teremos audiência para julgamento de reintegração de posse de uma área que a Alumar se diz proprietária.

As televisões canadense, francesa e a BBC de Londres, mandaram repórteres à época, para fazerem reportagens sobre a atuação do Comitê de Defesa da Ilha contra a instalação da fábrica de alumina/alumínio da ALCOA MINERAÇÃO S.A.

Quero registrar, que o Comitê de Defesa da Ilha não era contra a ALCOA MINERAÇÃO S.A., e sim, defensor do meio ambiente. Por exemplo, no bairro do Filipinho existia um curtume, o Comitê de Defesa da Ilha agiu de forma correta e firme e solucionou o problema. Outro exemplo foram os dejetos jogados num braço de rio chamado “nunca mais”, o Comitê de Defesa da Ilha agiu e conseguiu reverter a situação. O Nascimento Morais foi a Grajaú, pois estavam derrubando a floresta e fez intervenção para sustar esse desmatamento que foi feito a mando do Senador Lobo, do Piauí. Em Imperatriz, fizemos juntada de esforços em favor do rio Tocantins e participamos também de alguns movimentos a nível nacional.

Estivemos na Assembléia Legislativa de São Paulo para darmos testemunho do que estava acontecendo aqui. Quem conseguiu esse espaço foi o Raul Ximenes, que morava e trabalhava em São Paulo. Enfim, participamos de vários grupos e movimentos, como o “Solo Urbano”, que hoje faz parte da legislação da cidade de São Luís. O Greenpeace mandou representantes para fazer uma homenagem ao Comitê de Defesa da Ilha, na figura de Nascimento Morais que recebeu uma placa. A doutora Marlene, do IBAMA apoiou as ações do Comitê de Defesa da Ilha contra a ALCOA MINERAÇÃO S.A., baixando normas que obrigavam a transnacional a reflorestar, plantar, sanar os danos causados ao meio ambiente. Foi transferida para o Paraná.

O Comitê de Defesa da Ilha fez movimentos, passeatas de protesto, quando da visita do último Presidente da Ditadura Militar, João Figueiredo, a São Luís. Ele que dizia que prendia e arrebentava, propalava que éramos arautos do pessimismo, contrários ao desenvolvimento. Nascimento, eu e mais alguns carregávamos faixas contra a instalação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., contra Figueiredo e o exército. Os homens da segurança arrancaram as faixas e impediram que nos aproximássemos do palanque onde estavam as autoridades. Houve embate físico para que pudéssemos protestar.

Levamos a luta do Comitê de Defesa da Ilha ao Fórum Social Mundial, denunciando e entregando dossiê sobre o que acontecia aqui. O artigo 222 da Constituição Federal do Brasil foi uma luta de todos nós. O Raul Ximenes, à frente e o então Deputado Federal Aécio Neves encampou essa nossa luta em Defesa do meio ambiente.

O Comitê de Defesa da Ilha tem uma dimensão transcendental. Ele alcança a visão nacional e internacional da questão do desenvolvimento sustentável. Hoje, estou me aprimorando, inclusive terminando o curso de Administração, para uma melhor compreensão da planta de empresas.

Hoje, está comprovado que a ALCOA MINERAÇÃO S.A. não trouxe desenvolvimento econômico, assim como o Projeto Carajás da Vale.

ANEXO B – Haroldo Sabóia, ex-deputado estadual MDB

Digamos que o projeto era “secreto”. Quem deu munição técnica sobre o projeto da ALCOA MINERAÇÃO S.A., foi Raul Ximenes Galvão (Químico e Economista). Com as informações técnicas repassadas pelo Ximenes, pudemos construir um discurso que foi vitorioso em defesa/preservação da Ilha de São Luís.

Alguns dos documentos são chaves para compreendermos o processo de luta do Comitê de Defesa da Ilha, pela preservação do meio ambiente da Ilha de São Luís: meus discursos proferidos à época na Assembléia Legislativa do Estado; um deles com o título de “Querem transformar São Luís numa lixeira da multinacional esse discurso é um eixo da campanha e os subsídios técnicos fornecidos pelo Raul Ximenes Galvão.

Eu, Nascimento Moraes, Raul Ximenes e Maria Aragão nos reunimos para centrar nosso discurso, contra a instalação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., na Ilha de São Luís. Os nossos sentimentos nacionalistas de preservação e também antiimperialista, nos levaram a essa posição de confronto e não aceitação da instalação na ilha de São Luís desse empreendimento. A razão não se limitava somente a questão ambiental, mas também a questão social que levava inúmeras famílias a retornarem ao interior e outros tantos ingressarem a periferia de São Luís, sem como desconstruir todo um esforço vivido. A postura assumida pelo grupo passou a ser a bandeira do Comitê de Defesa da Ilha. Com isso começou a vicejar uma consciência ambiental na sede e recebemos apoio de vários setores.

É importante recordar que tivemos discussões quanto à denominação do Comitê, se da Ilha ou do Maranhão, mas acabou prevalecendo Comitê de Defesa da Ilha e isso tem toda uma consequência no nosso discurso. Havia todo um interesse na construção de autonomia do Comitê de Defesa da Ilha e não que ele fosse ligado/subjugado pela Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos- SMDH.

Todo o discurso do Comitê de Defesa da Ilha esteve calcado nas informações técnicas fornecidas pelo Raul Ximenes Galvão.

Foi, contudo um documento sobre as consequências da instalação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. na ilha e levamos ao conhecimento e debate na Federação das Indústrias do Maranhão- FIEMA com a presença do Senhor Alain Belda.

Uma forma da ALCOA MINERAÇÃO S.A. se contrasta ao movimento contrário a sua instalação na Ilha era favorecer certos jornais/jornalistas para não veiculação de materiais contrários a ALCOA MINERAÇÃO S.A./ALUMAR. Essa informação foi postada a pouco tempo pelo jornal.

O Governo Castelo cria a Secretaria do Meio Ambiente dirigida à época por Dagoberto, possuidor de uma formação acima da média de seus pares. Estruturou a Secretaria, trouxe profissionais de fora, mas não conseguiu limpar os nomes frente ao poderio da ALCOA MINERAÇÃO S.A., e pressões externas. Sendo que hoje não temos uma burocracia que se respeite pessoas que representem o Estado, não o governo que é transitório.

Devemos lembrar que em 1979/80 falou-se em chuva acida no Maranhão, convenhamos que algo fantasmagórico, difícil de acreditar.

Embora existindo a Secretaria do Meio Ambiente não possuía, como ainda hoje, equipamentos para medição/controle dos níveis de poluição.

Entretanto acredito que em função do movimento + a pressão do Comitê de Defesa da Ilha a ALCOA MINERAÇÃO S.A. incluiu no projeto elementos que viessem inovar quanto à preservação do meio ambiente, principalmente em relação a outros congêneres do Grupo. Embora tendo instalado este ou aquele não adianta as conseqüências na Ilha se fazem sentir. Crustáceos estão se reproduzindo cada vez menos, o lençol freático esta sumindo pouco a pouco contaminado, quando a maré... se nota uma espécie de iodo no fundo do mar.

Outro ponto que se deve realçar é que a ALCOA MINERAÇÃO S.A. nunca internalizou a produção do alumínio no Estado.

ANEXO C – Augusto Pellegrini, ex-superintendente de Compras e Materiais da Alcoa, ex-integrante da Superintendência de Comunicação

Minha função na ALCOA MINERAÇÃO S.A. foi a de Superintendente de Compras e Materiais e depois fui deslocado para a Superintendência de Comunicação que à época era dirigida pelo Luiz Antonio, Relações Públicas e o Sérgio Brito, jornalista. Existiram duas superintendências, uma interna e outra externa. O Brito ficou com a parte de Jornalismo, Política, Instituições e Universidades e eu fiquei responsável pela satisfação do empregado (público interno), contato com as empresas que prestavam serviços à ALCOA MINERAÇÃO S.A., bem como o restaurante e desempenhando também a função de Ouvidor, recebia as queixas e buscava soluções, com o objetivo de deixar o público interno contente. Exerci essa função por dois anos.

Com a reorganização da Superintendência de Compras de Empresas, fui chamado a reassumir a função e lá fiquei por mais três anos, quando então me desliguei da ALCOA MINERAÇÃO S.A./ALUMAR.

O meu investimento com a ALCOA MINERAÇÃO S.A. foi muito grande. No início, começamos a trabalhar no escritório montado no Hotel Vila Rica (não existe mais) e posteriormente fomos para o bairro de Jordoa Um fato curioso que ocorreu à época nesse hotel, é que ficamos impedidos, de deixar suas dependências pelo período de três dias, o que não nos causou grandes transtornos visto que o hotel dispunha de estrutura para que pudéssemos desenvolver nossas atividades.

Para nós, essa manifestação/cerco do Comitê de Defesa da Ilha, representava essa atividade isolada/localizada, pois em nossa avaliação, a população de São Luís estava na expectativa de uma mudança na sua qualidade de vida. Exemplificando, posso apontar os taxistas, que antes não tinham tantas e longas corridas, indo da Jordoa (bairro onde estava localizado o nosso escritório) para o Aeroporto-Pedrinhas-Jordoa e outros deslocamentos. Os restaurantes, os hotéis estavam achando fantástica toda essa movimentação e as reais perspectivas de melhoria para os setores. Essa era a grande verdade.

O ponto contrário, o não apoio, o contra mesmo da instalação da ALCOA MINERAÇÃO S.A. na Ilha de São Luís foi do Comitê de Defesa da Ilha. Na minha

avaliação, toda essa movimentação se deu em função de grupos anti-castelistas, que buscava transtornar o processo, para impedir que o governador João Castelo, fosse o homem do poder, que viesse a fazer nome historicamente. Creio eu, que se o governo fosse de oposição ao grupo Sarney, não teria havido toda essa movimentação, toda essa gritaria. No meu modo de ver, existia sim, um aspecto político, até porque os nomes que estavam por trás Haroldo Sabóia, Josemar Pinheiro, Nascimento Moraes (já falecido) e outros tantos, eram nitidamente de oposição.

Estive no Jornal Pequeno para conversar com Sr. Ribamar Bogéa (já falecido), proprietário do jornal, em virtude de matérias que afirmaram que a ALCOA MINERAÇÃO S.A./ALUMAR iria envenenar a Ilha de São Luís, os frutos do mar seriam extintos, as crianças nasceriam sem cérebro e outras coisas absurdas desse tipo. Conversamos e o Zé Pequeno, como era conhecido o Sr Ribamar Bogéa, me disse que “o seu jornal estava veiculando as informações que recebia, que tudo que estava impresso não era fabricado”.

Solicitei então um debate, ali mesmo no auditório do Jornal Pequeno com o informante/supridor das matérias veiculadas. Nunca aconteceu esse debate. Não sei se não houve a transmissão de nosso interesse em debater com o informante ou se o informante não desejou/não se sentiu confortável para debater. Tínhamos todos os dados, laudos, documentos para rebater essas colocações. Posso afirmar, à época e até hoje mesmo, apesar de já estar afastado há muito tempo da ALUMAR, que aqui no Maranhão não tinha uma empresa preocupada, atenta, ciosa com o meio ambiente. É bom lembrar que a ALCOA MINERAÇÃO S.A., tem um nome a preservar e também o seu país de origem, bem como os países que a acolhe.

A ALUMAR cumpre um rigoroso esquema de segurança. Dentro das instalações da fábrica é cumprido, a arrisca, todos os procedimentos de segurança. Por exemplo, não era lei, mas todos os motoristas, dentro dos limites da fábrica, eram obrigados a usar o cinto de segurança. Seria um absurdo que uma empresa como ALCOA MINERAÇÃO S.A./ALUMAR, preocupada com a segurança, deixasse o meio ambiente desprotegido. Os Estados Unidos sempre preocupado com sua imagem não permitiria que uma empresa nativa viesse manchar a imagem do país.

Sabemos, que toda e qualquer indústria polui, mas, a ALCOA MINERAÇÃO S.A./ALUMAR possuía todos os equipamentos que permitiam minimizar/reduzir ao máximo os impactos ao meio ambiente.

O maranhense, ao ser contratado pela ALCOA MINERAÇÃO S.A./ALUMAR se destacava, pois ganhava um salário maior que o piso local, tinha plano de saúde para toda a família e de acordo com a função exercida, tinha o curso de inglês pago pela ALCOA MINERAÇÃO S.A./ALUMAR, o mesmo acontecendo com cursos de aperfeiçoamento.

As empresas terceirizadas que prestavam serviços à ALCOA MINERAÇÃO S.A./ALUMAR tinham que seguir os mesmos padrões adotados pela empresa, isto é, os requisitos de segurança, salários, saúde etc.. Não poderia haver diferenças entre os funcionários da ALUMAR e os terceirizados. Como consequência dessa política da ALUMAR, as terceirizadas não sofriam greves. Já saí da ALUMAR há muito tempo, mas não posso deixar de registrar que ela é uma empresa séria e responsável.

ANEXO D – Luiz Alberto Costa Rodrigues, ex-membro da Superintendência de Comunicação

Bom dia sou Luiz Aberto Costa Rodrigues, vou falar sobre o processo de implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., logo após Alumínio do Maranhão S.A.-ALUMAR. Este ano a ALUMAR fará trinta anos do processo de construção da fábrica.

A minha primeira função na ALUMAR foi de Assistente Auxiliar de Expatriados, ou seja, auxiliava os estrangeiros principalmente americanos, australianos, finlandeses e ingleses. Com uma equipe composta de mais três profissionais tínhamos um contingente de mais ou menos 110 estrangeiros a quem prestávamos assistência, tais como, fazer tradução, recepcioná-los na chegada ao aeroporto, levá-los ao médico, quando necessário, ajudar no aluguel de residências, enfim, prestar apoio total a eles e seus familiares.

Sobre a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., posso afirmar que ela recebeu bastante forte incentivo do Governo Federal, bem como do Governo do Estado, sendo à época o Sr. João Castelo Governador nomeado pelos militares. Recebeu, sim, todas as isenções fiscais, como qualquer outra Empresa que aqui se instalasse.

Sobre a polêmica criada pelo Comitê de Defesa da Ilha, sobre a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., afirmo que a ALCOA MINERAÇÃO S.A. tinha uma preocupação muito grande com a preservação do meio ambiente. Ainda hoje, apesar das três décadas de implantação, a ALUMAR é considerada a segunda mais moderna e segura fábrica de alumina/alumínio do mundo.

Afirmo que durante o período que trabalhei na ALUMAR, nunca houve problema ambiental, pois como já afirmei, a ALUMAR tinha e tem, com certeza, toda uma preocupação com o meio ambiente.

Na minha visão, o papel desempenhado pelo Comitê de Defesa da Ilha foi muito importante no tocante a informar/conscientizar a população da Ilha sobre a necessidade de preservar o meio ambiente, muito embora não veja, ainda hoje, a população de São Luís com uma visão crítica da política. Para termos as outras sociais, ambiental, cultural e econômica é necessária essa visão/conhecimento/apropriação da questão política. Sem isso, os problemas que

tivemos ou termos em qualquer dos níveis já citados, passaram sem grandes e profundos debates e sem receber a devida solução.

Embora tenha sido saldada como a redentora econômica do Estado, a ALCOA MINERAÇÃO S.A. não desempenhou e nem desempenha esse papel, como também a Vale. A contribuição da ALUMAR é com o pagamento de impostos que são altos, diga-se de passagem, cabendo a nós maranhenses observar, cobrar a correta aplicação desses recursos em benefício da população e em particular dos mais necessitados.

Voltando à questão ambiental, o que lhe consta, nunca houve nesses trinta anos qualquer problema, quer seja de vazamento ou outro tipo qualquer de risco para o meio ambiente. Trabalhei na Acessória de Relações Públicas, sou formado em Comunicação Social, com esta habilitação, sou advogado, hoje com mestrado, com o Sr. Sérgio Brito e assessorei os presidentes Sr. Sendoval, Sr. Rodolfo e o Sr. Edson, que vieram da ALCOA MINERAÇÃO S.A. de Poços de Caldas-MG.

Qualquer empresa faz, promove o assistencialismo, principalmente naqueles anos em que a população era muito mais necessitada. Esse trabalho era desenvolvido tanto pela ALUMAR, quanto pela Fundação ALCOA. Lamento muito lembrar que as Universidades Federal e Estadual e outras Instituições/Associações não souberam aproveitar os recursos da Fundação ALCOA, ou porque não tinham, à época técnicos preparados para construção de projetos educacionais ou simplesmente por questões ideológicas não se interessaram em se apropriar dos recursos para investimentos em biblioteca, laboratórios etc.. O dinheiro da Fundação ALCOA é diferente do dinheiro de qualquer outra Fundação? Não, não é.

Durante os 12 anos que trabalhei lá afirmo que tivemos um bom relacionamento com a comunidade, além de termos feito um trabalho social de grande vulto. A área cultural recebeu apoio para publicação das obras de grandes autores maranhenses de interesse histórico e econômico do Estado.

A ALCOA MINERAÇÃO S.A., não é o diabo, nem a santa como tentaram pregar. Ela é sim, uma empresa que investe, produz, exporta e cumpre todas as suas obrigações. Paga seus impostos e oferece bons salários, além dos benefícios sociais, como toda e qualquer empresa.

É verdade, que no período da sua construção, o grosso da mão-de-obra era de maranhenses, e os cargos mais altos ou mais técnicos estavam nas mãos de poucos maranhenses que foram reciclados, de profissionais vindo de fora do país e de sua fábrica em Poços de Caldas- MG, em virtude da especificidade das funções. Hoje, a fábrica de alumina/alumínio da ALUMAR tem um percentual de 90% de mão-de-obra maranhense, inclusive o Diretor Geral Sr. Wilson Ferraz.

Fala-se na Siderurgia, na Refinaria Premium. Não serão, também, as redentoras econômicas do Maranhão? Volto a afirmar que a falta de uma consciência política, a falta de educação no sentido mais amplo, impedem o melhor aproveitamento desses investimentos para deslanchar o desenvolvimento do Maranhão. Temos exemplos do Japão, Coréia do Sul e outros países que investiram séria e maciçamente em educação e hoje colhem os frutos. Volto ao questionamento do porquê das Universidades não dialogarem, não apresentarem projetos para uma melhor adequação dos seus meios e principalmente fins.

Fui presidente por oito anos do Clube da ALUMAR, por indicação do Sr. José Rodolfo. Funcionava no bairro do Turú. Lá, desenvolvia um belo trabalho com cerca de 2000 jovens na área dos esportes, chegando a termos atletas que se destacaram e passaram a trabalhar como profissionais em vários clubes daqui e fora do Estado. Este trabalho foi um dos esforços feitos pela ALUMAR para se aproximar de forma benéfica da sociedade. Eu tenho orgulho de ter tido participação ativa nesse processo com o meu trabalho.

A minha relação com o Comitê de Defesa da Ilha, sempre foi muito profissional. Conversávamos, dialogávamos, nos escutávamos. A ALCOA MINERAÇÃO S.A. possui várias fábricas no Brasil e não me conta que tenhamos tido problemas dessa ordem. Aqui, por ser uma Ilha, não houve um grande e amplo debate sobre a instalação da fábrica da ALCOA MINERAÇÃO S.A., para que todos tivessem uma visão do processo.

Redentora do Estado, a ALUMAR nunca foi. Acredito que ela própria nunca se auto-intitulou assim. Foi mais uma propaganda do Estado via meios de comunicação.

Pelas condições sócio-culturais, não somos uma sociedade dita organizada. Quem sabe, um dia. Mas é importante que se discuta, que se informe, que se diga que vai haver benefícios, quais e com os pés bem no chão.

Lamentamos como maranhenses, que entra ano, sai ano, haja muitas promessas e pouquíssimo de concreto.

A ALUMAR se instalou sob protestos, esta aqui há três décadas, vinte e seis de produção, produzindo, exportando, pagando impostos e ano passado (2009) conclui a expansão da sua planta industrial.

ANEXO E – João Otávio Malheiros, Diretor-Presidente AMAVIDA

O projeto sigiloso da ALCOA MINERAÇÃO S.A./ALUMAR só veio à tona, ao conhecimento público, quando o ex-deputado Haroldo Sabóia, através de discurso na Assembléia Legislativa, apresenta os dados técnicos em que mostram as conseqüências danosas para a Ilha de São Luís, com a implantação dessa fábrica de alumina/alumínio da ALCOA MINERAÇÃO S.A.

O Maranhão passa a ser simplesmente hospedeiro da transnacional, de forma passiva, visto que o Governo recebe o projeto já totalmente amarrado, fora da governabilidade local.

A conjunção política da época era João Castelo, governador biônico, José Sarney, presidente do partido que dava sustentabilidade aos governos ditatorial e o projeto era macro, cheio de isenções de tarifas, de impostos ultra amigáveis e sem nenhuma preocupação ambiental, até porque não era moda, digamos assim. Embora se falasse do assunto, não havia grande preocupação e repercussão.

O vazamento da informação da implantação da fábrica de alumina/alumínio da ALCOA MINERAÇÃO S.A., é dada pelos próprios técnicos, principalmente o Raul Ximenes. Com o repasse das informações e o pronunciamento do Haroldo Sabóia, há um alvoroço da ala esquerda da política, mas não se pode esquecer o período da Ditadura Militar. Lembremos que tanto a nível local quanto nacional, os governos agem mais como lobistas do empreendimento da transnacional do que como analistas, protetores, guardiões, servidores da coisa pública. Eles, o Governo Estadual e Federal, se aliam ao projeto de uma forma preocupante e à margem dos interesses públicos, sob a proteção do sistema ditatorial. Lamento ter que afirmar, que a mídia, de um modo geral, quer impressa ou televisiva, faz a negação de todos os postulados da própria profissão e se alia ao empreendimento, se deixa seduzir. Alguns jornalistas assumem a função de Assessor e se encantam com os valores pagos, com as viagens e mordomias oferecidas pela ALCOA MINERAÇÃO S.A.. A empresa oferecia todas as facilidades e comodidades para conhecimento da sua unidade em Poços de Caldas-MG.

Afirmo, que o Jornal Pequeno há época era o fiel depositário da “maranhensidade” inconformada, mas sem uma grande visão do futuro definido.

A criação do Comitê de Defesa da Ilha não teve um parto muito normal,

sereno. Houve uma certa disputa estratégica entre o grupo que lutava contra o empreendimento e o Partido Comunista do Brasil - PCB, que queria o movimento mais a nível nacional e/ou internacional, e que se chamasse Comitê de Defesa do Maranhão, visto que o imperialismo não era só local. O grupo se posiciona em defesa da Ilha, da Cidade. O Comitê se preocupava com os impactos que o empreendimento traria à Ilha. Desejava o Comitê, com essa posição, preservar a Ilha e levar o empreendimento para o continente. A localização da fábrica da ALCOA MINERAÇÃO S.A., além dos impactos ambientais, provocaria graves problemas sociais como o deslocamento das famílias da área de Coquilho. O discurso do Comitê de Defesa da Ilha, era de preservação da Ilha, lutava pela preservação da moradia das comunidades tradicionais da localidade de Coquilho.

O professor Nascimento Moraes, que virou emblemático, tinha uma sensibilidade maior que a média, rejeitou a imortalidade via Academia Maranhense de Letras, por não perceber o apoio a ele e também pelo não engajamento dos literatos na luta em defesa da Ilha. Não havia um discurso unificado dentro do Comitê de Defesa da Ilha.

O Comitê de Defesa da Ilha promove uma grande manifestação contra a ALCOA MINERAÇÃO S.A. na Praça da Alegria, com a presença do então deputado pelo PDT, Sebastião Nery, com aproximadamente quatro mil pessoas, para denunciar as mazelas que adviriam com a instalação da fábrica de alumina/alumínio da ALCOA MINERAÇÃO S.A.. A minha visão da empresa, na época, era de um imenso balcão de negócios, nada mais que isso.

A família Bogéa, proprietária do Jornal Pequeno, se considerava membro do Comitê de Defesa da Ilha e cedia o espaço do seu auditório para algumas reuniões do Comitê. Havia uma ligação “centenária” da família com o professor Nascimento de Moraes.

Outro que apoiou o movimento foi o então deputado Edson Vidigal, denunciando o Projeto São Luís. Enfim, a ALCOA MINERAÇÃO S.A./ALUMAR se implanta. Tem início novas discussões, novos posicionamentos surgem, há uma diversidade de opiniões. O empreendimento vai completar trinta anos, promoveu a duplicação e expansão da planta industrial sem nenhuma discussão técnica. O Estado, que poderia promover essa discussão não demonstra interesse e a sociedade, meio que anestesiada vê o empreendimento dobrar de tamanho sem

esboçar qualquer reação. O Estado age como agente defensor do interesse privado, ao invés do interesse público.

Um empreendimento que existe há quase três décadas, não cabem mais posicionamento de ser contra, mas sim buscar um equilíbrio de forças para reformar o que tem de ruim na lei e focar melhor nos interesses públicos e na preservação da Ilha.

A mídia foi a favor do empreendimento, com exceção da radio educadora, pertencente à Arquidiocese de São Luís, que tinha uma linha crítica e seguia os passos e orientações da Teologia da Libertação.

O Estado não tem projeto, planejamento, ainda hoje, definindo o desenvolvimento e o que se vê é que os empreendimentos que aqui aportam recebem todos os benefícios para se instalarem, ficando para a sociedade os ônus sociais, ambientais e econômicos dessas “benesses”, pois não se verificam benefícios sociais, nem por parte do Estado e muito menos por parte das Empresas. O que se verifica é o Estado aplainando terreno para as Empresas terem lucro. O que se vislumbra é uma maior favelização no meio urbano e uma maior e rápida degradação do patrimônio ambiental do pouco que resta na Ilha.

Do ponto de vista da sociedade dita civil, ela tem uma força midiática inversamente proporcional a sua força política. Nós, que fazemos o discurso ambiental conseguimos passar nossas posições, mas isso não se traduz em reverter às forças políticas que atuam no sentido de promover esse tipo de favorecimento. É preciso alterar a correlação de forças na sociedade, para que os gestores públicos, comprometidos com a visão de sustentabilidade ambiental tenham mais força política para passar sua regulamentação e não, como impera hoje a liberação geral, tornando o Estado “carimbador” dos empreendimentos.

Não temos partidos e instituições fortes no âmbito do meio ambiente. O Partido Verde ainda carece de uma atuação mais firme e de uma maior atuação ambiental. Nossas instituições ambientais não se aproximam de um Greenpeace ou WWF.

A sociedade hoje esta muito além os gestores públicos não conseguem responder a altura. Penso que a saída é influenciar os partidos, isto é, nós militantes fazermos essa política dentro dos partidos e aumentar a capacidade de mobilização da sociedade dita civil organizada que às vezes é meio apostólica, profética.

O quadro é esse, não é de otimismo imediato, mas também não é apocalíptico com iminência de extinção por incapacidade da espécie de dar resposta imediata.

ANEXO F - "O IMPARCIAL"

- Nova legislação estabelece rigoroso controle na preservação do meio ambiente. 31.01.1980

- ALCOA: protesto inútil. 25.07.1980

- Universidade e ALCOA fazem levantamento bioecológico. 30.07.1980

- Água do Itapecuru jorra em São Luís. 14.03.1983

- Maximiano mostrou-se impressionado com o surto desenvolvimentista.
14.07.1980



Nova legislação estabelece rigoroso controle na preservação do meio ambiente

O Secretário do Meio Ambiente e Recursos Naturais, Darson Dagoberto Duarte, apresentou a imprensa local através de entrevista coletiva realizada durante a manhã de ontem, a Legislação de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão, a qual já se acha em vigor, independente de sua regulamentação que só ocorrerá daqui a trinta dias.

Falando inicialmente a imprensa, Darson Dagoberto, destacou que "a presente Legislação foi criada baseada na Legislação Federal já existente e enriquecida com algumas peculiaridades locais, para disciplinar a política Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Maranhão, conservando o seu potencial como uma herança as gerações futuras".

CARÁTER PREVENTIVO E REPRESSIVO

"A Lei, frisou Dagoberto, considera: Meio Ambiente — o espaço físico composto dos elementos naturais (Solo, água e ar) obedecidos os limites do Estado; Poluição Ambiental —

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas quer direta ou indiretamente; Agente Poluidor: qualquer pessoa física ou jurídica de direito público e privado que direta ou indiretamente seja responsável por atividade poluidora ou potencialmente poluidora do meio ambiente e Agente Pecedor: qualquer pessoa física ou jurídica de direito público e privado que em virtude de uso e exploração inadequadas, destrua a capacidade produtiva dos recursos naturais".

A Lei segundo o que explicou o Secretário de Senart, tem caráter preventivo quando visa resguardar o nosso potencial de uma possível destruição o que já vem ocorrendo em muitos Estados Brasileiros onde a natureza vem sofrendo total processo de depreciação tanto em sua fauna e flora como seus mares, rios, lagos e outros recursos, preservando os recursos naturais do Maranhão, dentro do seu Meio Ambiente, e repressivo no que tange as punições que sofrerão

os infratores como advertências, multas e indenizações, entre outras.

TRABALHO DE CONSCIENTIZAÇÃO

Indagado, sobre os possíveis prejuízos que o rigor da Lei poderá trazer as populações pobres do Estado cuja fonte de renda se baseia no extrativismo e outros ataques a natureza, Darson Dagoberto destacou que "será feito com a ajuda da própria comunidade, imprensa e outros veículos, um trabalho de conscientização face a estas camadas, porém as mesmas receberão ajuda para que não dependam fontes vitais de riqueza de nosso patrimônio como a madeira de lei. Não proibiremos de maneira alguma que se extraia o necessário, sem abusar, sem depredar e para esta fiscalização já propusemos que o IBDF estabeleça conosco um convênio neste sentido, pretendendo também criar a Polícia Florestal para o controle na derrubada de árvores".

Sobre os Manguezais, uma das interações feitas ao Secretário do Meio Ambiente, o

mesmo acentuou que "esta é uma fonte de riqueza que não pode desaparecer, ser destruída, isto porque além da alimentação que constituem para os moluscos, crustáceos e peixes que por sua vez são também fontes de renda e alimentação para o homem, são utilizados tanto para a extração da lenha o que não prejudica se houver um manejo de corte acertado, e até mesmo para fins turísticos, funcionando os manguezais como criatórios particulares para peixes, crustáceos e moluscos".

SALVAR OS MANGUEZAIS

"Já estamos com o Projeto de Zoneamento e Avaliação dos nossos manguezais pronto para ser executado durante o correr de 1980, continuou Dagoberto, e nossa preocupação maior se volta neste campo a parte imobiliária (construção e loteamento) para que os manguezais não sejam aterrados por estas, estabelecendo para os mesmos o critério de preservação permanente, tornando-os intocáveis. Uma das possíveis soluções no caso para o problema será dedi-

car-lhes a devida proteção, procurando cercá-los, salvando-os assim da extinção, e conscientizando as populações que moram nas proximidades e dependam destes mangles da necessidade de preservá-los; esperando a Secretaria de Recursos Naturais, ter ainda este ano a viabilidade desta idéia.

Com relação a preservação do nosso potencial pesqueiro enfatizou Dagoberto, a Sudepe já nos delegou poderes para efetuarmos uma fiscalização preventiva principalmente, e repressiva quando não for possível prevenir. Também todas as indústrias e fábricas que estejam poluindo o ambiente, prejudicando o equilíbrio, necessário a saúde dos moradores estarão sujeitas as punições da Lei, sendo que para tanto todas elas terão que se registrarem nesta Secretaria conseguindo aqui um certificado para continuarem funcionando, como também aqueles que procederem a derrubada de árvores e matas, terão que executar o reflorestamento sob pena também de sofrerem as punições da Lei".

"A presente Legislação, disse ainda o Secretário da Senart, também cria e reforça o Conselho Estadual de Proteção Ambiental do qual farão parte outros sistemas de governo, órgãos de classe e a comunidade em geral, como também a imprensa cuja função deve ser a de exercer pressão, denunciando, criticando, apontando, ajudando a Secretaria, pois o problema ecológico não é só do governo mas de toda a comunidade para que tudo o que está contido dentro desta Lei venha a se tornar uma realidade dentro do Maranhão.

O que este Estatuto representa é uma grande mensagem, não só pelo que traz em si, mas procurando unir esforços para salvação de nosso potencial de recursos naturais, e do meio ambiente, necessitando do apoio geral, inclusive dos estudantes de 1ª e 2ª Grãos aos quais será instituída a preservação da natureza como disciplina, como também aos universitários, e ao povo em geral tanto que em março próximo a Senart vai efetuar um debate tendo como base a discussão da educação ambiental da nossa gente".

ALCOA: protesto inútil

Quem se der ao trabalho fácil de buscar os jornais de um ano atrás, para não ir muito longe, vai encontrar protestos diários contra coisas novas ou pessoas estranhas que, depois de recepcionadas com toda a descortesia ou recusadas por um ou outro motivo, dias depois, começam a receber rasgados elogios pelas mesmas figuras opositoras, deixando cada vez mais latente a verdade de que "a mão que afaga é a mesma que apedreja", ou então, para caracterizar melhor o jeito maranhense: "os que apedrejam são os mesmos que irão afagar". Pois bem. O prato atual é a instalação aqui na província da

poderosa ALCOA, que através de um dos seus diretores já disse no dia da solenidade de assinatura do contrato: "opera desde 1889 e nunca causou males a ninguém". Vemos agora os protestos e disparos da oposição por todos os cantos e até estão estranhando o silêncio da turma do PDS. Ora bolas, se eles já há anos que promovem o mesmo histerismo de agora, em forma de protesto, torna-se-ão amanhã os porta-vozes do "seja bem vindo, aplausos, pode meter, e etc". Sempre foram assim os protestos nesta Ilha desmoralizada, portanto, é bom não ficar repetindo a tranqüinagem de sempre.

O IMPARCIAL

Universidade e A levantamento b

Na área de implantação da indústria no estuário

A Universidade Federal do Maranhão e o Consórcio Alumar firmaram um convênio com a finalidade de ser feito um levantamento bioecológico na área de implantação da indústria, especificamente no estuário dos Rios Coqueiro e Cachorro, balas de São Marcos e São José. Os estudos visam a um levantamento integrado desse ambiente considerando-se a importância que a flora e a fauna exercem sobre as populações litorâneas da Ilha de São Luís e das potencialidades da área em estudo. O convênio será executado, neste aspecto, pelo Laboratório de Hidrobiologia da UFMA, sob a supervisão da Coordenadoria dos Órgãos Suplementares dessa mesma instituição.

O PLANEJAMENTO

O planejamento dos estudos — que deverá ser desenvolvido pelo período de 12 meses e continuado durante e depois da fase de operação da indústria — tratará sobre os seguintes aspectos: Estudos Geológicos; Fatores Físicos das Águas; Fatores Químicos das Águas; Plâncton; Produção Primária e Clorofila, Bentos (compreendendo a Fauna do Infralitoral e a Fauna do Supra e Médio Litoral); Ictiofauna; Estatística de Desembarque; Mangues e Ictioplâncton.

Os estudos geológicos compreenderão a granulometria do sedimento, análises geoquímicas e biocomponentes do sedimento,

taxa de sedimentação e origem do dimento. Os Fatores Físicos das Águas envolvem as características de circulação regiões, como a baía de São Marcos, raial e São José, bem como as dos estuários do Coqueiro, Mosquitos e Rio dos Cachorros, e o estabelecimento das características físicas: evolução temporal durante um ano, correntes, salubridade, temperatura, umidade relativa, ventos, batimetria, etc. O item Fatores Químicos das Águas visa determinar: o potencial redox, oxigênio dissolvido, nutrientes totais, sólidos dissolvidos, sólidos em suspensão e condutividade. Os outros itens de estudo determinarão a zooplâncton e fitoplâncton marinhos; a produtividade primária e clorofila em pontos selecionados da área; os índices de biomassa e de densidade da fauna bentônica e, supra e médio litoral, o estudo do caranguejo-uça, ostra do mangue e sururu.

Os dados a serem coletados e analisados pela Universidade Federal do Maranhão sobre as características ambientais da área de implantação da indústria, durante a etapa de produção de alumínio, vão servir de subsídios para uma avaliação dos possíveis impactos de poluição ambiental na Ilha de São Luís e consequentemente medidas preventivas e conservadoras a serem adotadas pelas autoridades encarregadas do meio ambiente.

GOVERNO LUIZ ROCHA
BIBLIOTECA PÚBLICA "BENEDITO LIMA"

Alm. Maria da Graça Reis Campos

Água do Itapecuru jorra em São Luís

Sem problemas teste da adutora do projeto Italuís

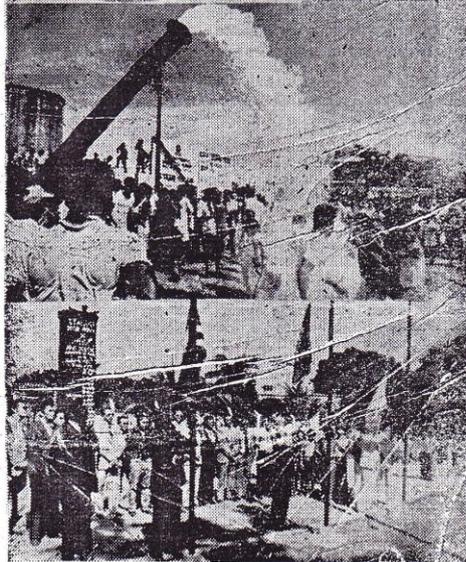
Sem discursos, mas sendo acompanhado por centenas de pessoas, o governador João Castelo pôs em funcionamento, ontem pela manhã, os subsistemas de abastecimento de água do Sacavém e Paciência. Em seguida, rumou para o Outeiro da Cruz, onde acionou a chave de teste de um trecho da rede adutora do subsistema do Itapecuru.

Com o funcionamento dos três subsistemas, (Sacavém, Paciência e Itapecuru), que constituem o Sistema Italuís, a cidade de São Luís teve aumentada a sua capacidade de abastecimento de 800 litros por segundo para 1.400 litros por segundo, o que dará para ir garantindo o fornecimento de água potável para a população até a conclusão da primeira etapa do Sistema Italuís, em agosto próximo.

AS INAUGURAÇÕES

Acompanhado pelo secretário-geral do Ministério do Interior, cel. Augusto Cesar de Sa Rocha Maia — que veio representar o ministro Mário Andreazza nas solenidades —, o diretor-presidente da Caema, Manoel Cláudio Ferro da Mota, e do Coordenador do Italuís, engenheiro Ivan Caldas, além de várias autoridades e assessores, Castelo percorreu todas as instalações do Parque de Operacionalização do Sacavém. Pela ordem, foram cortadas as fitas e descerradas as placas alusivas à ampliação da Subestação Principal do Sacavém, da construção do Departamento de Operações (consistido de prédio-alcova de micro-metros e prédio-escritório de Operações e Manutenção da Caema) e ampliação, também da Estação de Tratamento do Sacavém.

No Outeiro da Cruz, muitas pessoas viram o governador abrir o registro da adutora do projeto Italuís, jorrando água com abundância, vinda da barragem do



DEPOIS DAS SOLENIDADES DE HASTEAMENTO DE BANDEIRAS, NO PARQUE OPERACIONAL DO SACAVEM, O GOVERNADOR CASTELO ABRIU O SISTEMA DA ADUTORA DO PROJETO ITALUIS, FAZENDO JORRAR, PELA PRIMEIRA VEZ, A ÁGUA DO RIO ITAPECURU.

GEPI - CAEMA - SETOP

São Raimundo, mas já fazendo parte do subsistema do Itapecuru. Apesar de um pânico estar armado, o governador João Castelo não fez discurso — o sol estava muito quente e o Chefe do Executivo já demonstrava cansaço em virtude de ter sido muito exigido por participar de uma série de inaugurações de obras construídas em sua administração, nas últimas duas semanas.

CONCLUSÃO DO ITALUIS
Ao ser entrevistado no Outeiro da Cruz, o coordenador do GEPI — Grupo Executivo do Projeto Italuís, engenheiro Ivan Caldas, afirmou que, com a mudança de governo, as obras do Projeto Italuís não serão interrompidas. Segundo ele, até agosto será inaugurado definitivamente a primeira etapa do Italuís, "porque os recursos estão totalmente garantidos", assegurou.

Ivan Caldas, depois de participar da festa do Outeiro da Cruz, seguiu para Itapecuru-Mirim, em companhia do cel. Augusto Cesar de Sa da Rocha Maia, secretário-geral de MINISTÉRIO e representante do ministro Mário Andreazza, a quem foi mostrar o processo de captação de água do Sistema Italuís.

REALIZAÇÃO DE UM VELHO SONHO

O Projeto ITALUIS, na sua primeira etapa, produzirá 3.400 litros de água por segundo, sendo 2 mil litros oriundos do rio Itapecuru no continente e 1.400 provenientes de mananciais da Ilha.

Na segunda etapa, apenas com a instalação de mais uma elevatória intermediária, a produção através do rio Itapecuru passará de 2.000 litros por segundo para 3 mil litros, que, somados aos 1.400 litros de São Luís, perfazerão um total de 4 mil e 400 litros de água por segundo, garantindo, assim, o abastecimento doméstico para a cidade por um período de aproximadamente 20 anos.

O IMPARCIAL

BENEDITO LEITE

Cidade-Estado-7

Ministro visita projetos industriais em São Luís

Maximiano mostrou-se impressionado com o surto desenvolvimentista

Após uma série de visitas nos mais diversos locais da Ilha de São Luís, onde tomou conhecimento do estágio atual de alguns projetos que aqui estão sendo instalados, principalmente os ligados às atividades da Marinha o Almirante-de-Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca que visita São Luís em caráter oficial desde o último dia 14 - retorna hoje às 7:30 h, à Capital Federal.

Ontem, durante toda manhã, acompanhado de sua comitiva e autoridades locais, o ministro se deslocou às 8 horas do Hotel Quatro Rodas para o Módulo-I do Distrito Industrial, dando início ao seu programa de visitas onde, na oportunidade, conheceu algumas indústrias de pequeno e médio porte em funcionamento e em fase de implantação.

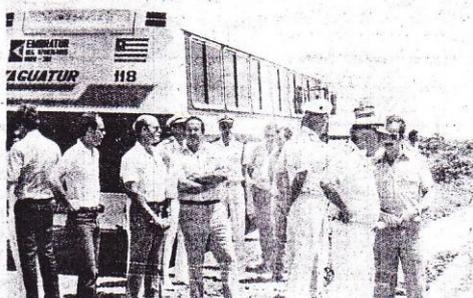
PROJETO ALUMAR

Em seguida, o ministro dirigiu-se ao Canteiro de Obras da ALUMAR, inteirando-se de detalhes sobre o projeto, tais como, por exemplo, a estimativa de funcionamento para agosto de 1984, com produção inicial de 500 mil toneladas de alumina e 100 mil toneladas de alumínio ao ano.

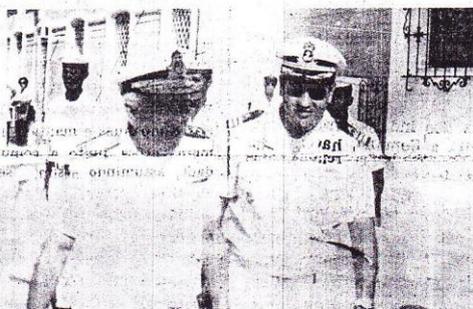
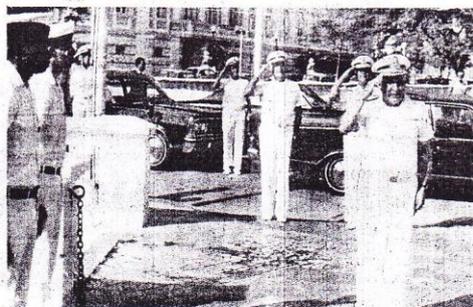
Em sua exposição, feita ao Ministro da Marinha, o diretor-superintendente da ALUMAR, Luiz Antônio Monteiro de Oliveira, disse que 60 por cento da produção da ALUMAR atenderão às necessidades do mercado interno, ficando o restante para atender a demanda da exportação. O projeto, que vai proporcionar ao Estado cerca de 35 milhões de dólares anuais em arrecadações de Imposto de Circulação de Mercadoria (ICM), já está, ainda na sua fase de implantação, empregando oito mil pessoas e 80 por cento da mão-de-obra absorvida é maranhense, passando a gerar, depois de pronto para funcionamento, 1.300 empregos diretos, com uma faixa de 85 por cento para mão-de-obra do Estado.

PROJETO CARAJÁS

Antes de se dirigirem para o canteiro de obras da Companhia Vale do Rio Doce, o ministro e sua comitiva ouviram, no Porto Grande, onde se constrói o Terminal Pesqueiro de São Luís, ampla explanação do superintendente regional da SUDEPE no Maranhão, Gilson Caminha, sobre detalhes técnicos, importância e peculiaridades da obra.



Ministro e comitiva visitam Complexo Alumar



Maximiano da Fonseca visita a Capitania dos Portos

O Ministro Maximiano da Fonseca percorreu, depois, as instalações da Vale do Rio Doce tomando, assim, conhecimento, com detalhes, sobre as obras da ferrovia Ponta da Madeira Carajás e todo sistema exportador do minério.

O Ministro foi informado, na oportunidade, que já em agosto, quando entrar em operação comercial, no trecho São Luís-Santa Luzia, a ferrovia já terá totalmente concluída 220 quilômetros, o que servirá de importante apoio às atividades madeireira ao longo do seu leito, das quais virão os dormentes nela empregados.

PONTA DA MADEIRA

Na Ponta da Madeira, o Ministro da Marinha demonstrou vital interesse pelas obras de engenharia civil e informou-se sobre detalhes da construção do porto, ficando ciente de que a tecnologia ali empregada é 100 por cento a que a obra consumirá a aplicação de recursos que se elevam a 19 milhões de dólares. Na ocasião, o ministro foi agraciado com vários presentes, entre os quais um crucifixo de metal um "poster" e recebeu relatório, distribuindo aos presentes, medalhas da Marinha.

O ponto final do roteiro de visitas, no período da manhã, foi o Porto do Itaqui, onde ouviu do presidente da CODOMAR, comandante Washington Viégas, informações sobre as atividades portuárias de São Luís, principalmente agora, com a construção, no porto da Ponta da Madeira, de um dique de pedra, com 350 metros de extensão e 40 de altura.

ALMOÇO COM O GOVERNADOR

Antes de se dirigir para a Capitania dos Portos, já no período da tarde, onde manteve uma reunião às portas fechadas com o capitão dos portos do Maranhão, Gustavo Medeiros, o Ministro almoçou em companhia do Governador Luiz Rocha, na residência do diretor da CODOMAR. Às 17 horas, após a reunião na Capitania dos Portos, o ministro se dirigiu ao Hotel Quatro Rodas, onde manteve uma outra reunião, dessa vez com representantes da comunidade marítima de São Luís.

ANEXO G – “O Estado do Maranhão”

- ALCOA Alumínio mostrada em slides ao pessoal de “O Estado”.

25.07.1980

- Porto, refinaria e redução integrados. 16.08.1984
- Projeto do presente e do futuro. 16.08.1984
- Cohab beneficia população carente com as casas da “Cidade Operária”.

01.07.1980

- Castelo cria INEB e preserva ambiente. 11.01.1980
- A natureza não foi agredida antes; não o será agora. 16.08.1984
- Figueredo: progresso sem poluição. 23.09.1982
- Balanço hídrico, lagos e poços para a defesa. 16.08.1984
- Brasil entra num clube fechado. 16.08.1984
- A união de duas forças para um grande projeto. 16.08.1984
- ALCOA inicia fábrica em agosto. 25.07.1980
- ALUMAR inaugura sua fábrica. 16.08.1984
- ALUMAR muda rumos da economia do Maranhão. 16.08.1984
- A indústria maranhense participa do projeto: a contribuição da Fiema e

do Senai. 16.08.1984

Alcoa Alumínio mostrada em slides ao pessoal de "O Estado"

A equipe de "O Estado do Maranhão" deu votos de boas vindas ontem à tarde, ao Projeto Alcoa Alumínio S/A, depois que seus titulares, Alain Belda e Nemércio Nogueira, mostraram em audiovisual todos os detalhes sobre aquela companhia, bem como os projetos de sua breve implantação em nosso Estado, fato que igualmente ao Projeto Carajás, dará ao Maranhão a promissora perspectiva de desenvolvimento no contexto industrial.

Após ser recebido pelos nossos dirigentes, o presidente e o diretor da Companhia foram apresentados a nossa equipe, passando em seguida a exigir slides acompanhado de explicações sonorizadas, ao mesmo tempo que dirimiram dúvidas quanto ao desenvolvimento do projeto em nosso Estado.

O Projeto Alcoa Alumínio S/A opera, hoje em dia, em 15 países sendo em funcionamento 53 unidades, numa família de 47 milhões de trabalhadores dentre homens e mulheres, numa "profissão de Fé" conforme a lama

Em nosso Estado, Alain Belda garantiu que o projeto estará operando, inclusive produzindo alumínio, a partir de julho de 83, com investimentos na ordem de um bilhão de dólares e abrindo um mercado de trabalho capaz de suportar 2.500 empregos diretos, além de milhares de outros intermediários. Os primeiros reflexos positivos de sua implantação em nosso Estado já são anunciados pelos jornais e demais órgãos de comunicação da cidade, com os constantes anúncios populares para o recrutamento de pessoal para o trabalho primário. E isso ele enfatizou ser apenas o começo de tudo.

Ontem, os diretores Alcoa assinaram com o governador João Castelo no Palácio dos Leões, o contrato de compra da área onde será implantada a refinaria de alumínio, localizada no sul da ilha de São Luís. Serão 3.500 hectares de terras úteis, e que futuramente serão transformadas num dos maiores pólos industriais do

maranhense.

O FATOR POLUIÇÃO

Para dirimir qualquer dúvida quanto ao fator poluição, já especulado pela imprensa tão logo a companhia anunciou a implantação do projeto para nosso Estado, Alain Belda e Nemércio Nogueira fizeram questão de frisar por diversas vezes que "a Alcoa" é uma empresa voltada para o futuro. Portanto, nosso maior interesse não é poluir. E sim preservar.

Depois, foram mostrados diversos slides das três maiores empresas da Companhia, localizadas na Noruega, Austrália e nos Estados Unidos, nos quais foi aparentado um perfeito equilíbrio ambiental entre o aspecto tecnológico e a vegetação, inclusive locais onde no passado foram feitos lagos de lama, e que hoje são terrenos férteis para a agricultura.

Estado do Maranhão

Especial

SÃO LUÍS
NA ERA

DO ALUMÍNIO



Porto, refinaria e redução integrados

O complexo industrial do Consórcio Alumar é composto basicamente por três áreas de operação: o porto, a refinaria e a redução. O porto, que fica localizado na confluência do Rio das Cachorros com o Estreito dos Coqueiros, a uma distância de apenas 5 KMs da área industrial, será feito o descarregamento das matérias-primas empregadas no processo industrial, e também o embarque

da alumina e alumínio para os mercados consumidores.

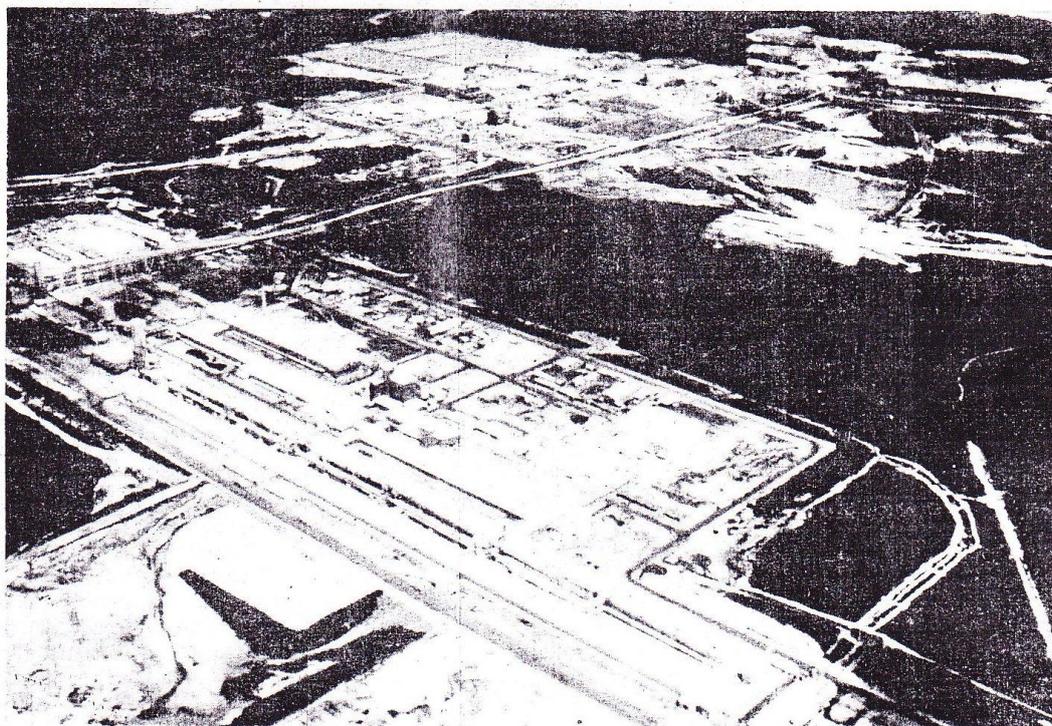
Dotado de um canal que permite a atracação de navios de até 50 mil toneladas, o porto do Consórcio Alumar deverá ter um movimento médio de 100 embarcações por ano. Para isso, dispõe dos mais modernos equipamentos, inclusive um sistema próprio de coletor de pó.

Na operação de desembarque das matérias-primas a bauxi-

ta será retirada dos porões dos navios por caçambas automáticas, que são levadas até o pátio de estocagem por correias transportadoras. A capacidade do descarregador, uma máquina com altura aproximada de 50 metros e peso de 900 toneladas — é de 1.500 toneladas métricas por hora.

Equipamentos de porte semelhante, com capacidade para 2 mil toneladas por hora, serão responsáveis pela operação em

sentido inverso, ou seja, o carregamento de navios com alumina. Além desses equipamentos, o porto dispõe de uma rede de correias especiais e uma estação de bombeamento de água cáustica dos navios para os tanques da fábrica, cuja capacidade é de 6 metros cúbicos por hora.



Ao fundo, a unidade de redução, a refinaria, onde é processada a matéria-prima para a fabricação da alumina. O complexo industrial da Alumar ocupa uma grande área.



GOVERNO LUIZ ROCHA
BIBLIOTECA PÚBLICA "MENEZES LEITE"
Alm. Maria da Graça Reis Campos

Projeto do presente e do futuro

Alain Belda e Abel Carparelli dizem porque é importante investir



Belda, presidente da Alcoa



Abel Carparelli, presidente da Billiton

A fábrica do Consórcio Alumar entra em operação com a disposição de trabalhar para o futuro industrial do Brasil e prestar colaboração efetiva no processo de desenvolvimento". A declaração é do presidente da Alcoa Alumínio, Alain Belda.

Para Belda, a construção dessa fábrica é uma prova eloqüente da força empreendedora da iniciativa privada, que realizou essa obra, apesar das dificuldades enfrentadas pela economia brasileira e internacional, "porque acredita no potencial deste país e na capacidade que temos para superar os problemas, encarando o futuro com confiança e procurando colaborar para a geração de divisas necessárias à balança comercial brasileira".

Reforçando essa posição, o presidente da Billiton Metais, Abel Carparelli, disse que, com esse empreendimento, a iniciativa privada mostra a capacidade realizadora da livre empresa, que é uma colaboração efetiva para o país prosseguir rumo ao desenvolvimento. Ele destacou a instalação de um novo polo industrial, como um instrumento de viabilização do progresso, em uma área que passará para o estágio da industrialização intensiva".

Alain Belda reconhece que a criação de um novo polo industrial no país não é uma tarefa simples e nem dependerá exclusivamente de uma única iniciativa empresarial. Acrescenta, porém, que os benefícios dessa nova realidade são in-

evitáveis, e analisa, como parte do processo, as dificuldades superadas pela distância dos grandes centros fornecedores e pela escassez de mão-de-obra especializada.

Para o presidente da Billiton, a consolidação de um polo industrial em São Luís vai contribuir decisivamente para a melhoria da infra-estrutura urbana da capital maranhense. "O mercado de trabalho, terá novas opções, a energia elétrica fornecida por Tucuruí trará mais conforto à população, atraindo, certamente novas empresas".

PAPEL SOCIAL

Alain Belda e Abel Carparelli ressaltaram o papel social da iniciativa privada, lembrando a participação do Consórcio Alumar na solução dos problemas da comunidade. O presidente da Alcoa citou a aquisição de US\$ 35 milhões em tubos que possibilitaram a captação das águas do rio Itapecuru e a construção do Sistema Italuís, que abastece a capital, como exemplo típico "do efeito multiplicador da atividade empresarial na comunidade".

Os dois presidentes mencionaram, a esse respeito, a tradição da Alcoa e da Billiton/Shell em procurar consolidar laços de cooperação com as comunidades onde estão instaladas, integrando-se e partici-

pando dos problemas vividos por elas. "Nossas empresas — diz Carparelli — têm consciência do papel social da iniciativa privada e do apoio que ela poderá prestar na melhoria das condições de vida das comunidades que partilham conosco uma convivência mutuamente cooperadora".

Ainda dentro desse raciocínio, o presidente da Alcoa sublinhou a disposição do Consórcio Alumar de contribuir para o desenvolvimento econômico e o progresso industrial. Lembrando a contratação, com indústrias nacionais, de 88 por cento do valor dos equipamentos para a fábrica de São Luís, e quase a totalidade dos serviços necessários à construção da fábrica, ele acrescentou que o Consórcio Alumar pode gerar fortes divisas para a balança comercial brasileira, com a exportação de alumina e alumínio, consolidando o país como produtor de escala internacional.

Por último, Alain Belda destacou as grandes jazidas minerais do Brasil (o país possui a terceira maior reserva de bauxita do mundo), e disse que a construção da hidroelétrica de Tucuruí propiciará um grande impulso industrial à região Norte. "Mas não é somente para atender as indústrias que Tucuruí foi feita" — lembrou, acrescentando: "Ela permitirá a substituição de caras usinas termoeletricas, principalmente na Amazônia, que possui uma das maiores bacias hidrográficas do mundo".

Cohab beneficia população carente com as casas da "Cidade Operária"



A Diretoria da COHAB-MA (ao centro o presidente Cordeiro Filho) quando dava início ao ato de assinatura dos contratos.

A Companhia de Habitação Popular do Estado do Maranhão procedeu, ontem, a assinatura dos contratos com as firmas empreiteiras vencedoras da concorrência referente à construção das casas do Conjunto "Cidade Operária".

O ato foi realizado no próprio canteiro da obra, às 10 horas, e contou com a presença dos representantes de todas as firmas construtoras, diretores e funcionários da COHAB-MA jornalista e trabalhadores da construção civil.

Antes de proceder a assinatura dos contratos, o engenheiro Antonio Cordeiro, presidente da COHAB-MA, fez um retrospecto do trabalho que vem desenvolvendo no órgão, com referências ao apoio decidido que nunca lhe faltou por parte do Governo do Estado e do Banco Nacional de Habitação, graças ao que há conseguido realizar muito em favor da política habitacional, ainda hoje em deficit em todo o País.

Relembrou que, quando de sua posse na presidência da COHAB, marcou alguns pontos como meta prioritária, três dos quais naquela ocasião podia anunciar como atingidos: a interiorização da COHAB-com o lançamento dos Editais para construção de conjuntos em cinco cidades do interior maranhense; a construção de um conjunto para a população mais carente, que é a de menor renda, o que se concretiza com a Cidade Operária, e a implantação de uma Agência do Banco Nacional de Habitação em nossa capital, que já era uma necessidade dado o grande vulto de realizações com financiamento daquele Banco, o que vai se realizar no próximo dia 18.

Falou ainda, o engenheiro Cordeiro Filho dos investimentos que a COHAB-MA fará em 1981 e 1982, em torno de sete bilhões de cruzeiros, o que assegura, o bom desenvolvimento do cronograma de trabalhos. Citou, também, a construção da sede própria do órgão, o qual deverá estar concluído no começo do segundo semestre deste ano. Por fim, enfatizou que as obras de construção da primeira etapa das casas da Cidade Operária vão iniciar ainda hoje. Págs 4 e 5.

O Estado

PREÇO:

Castelo cria INEB e preserva ambiente

Os objetivos da Política de Controle e Preservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais são: o estabelecimento de diretrizes, as nível governamental, para a conservação do meio ambiente, da proteção da flora e da fauna e das belezas cênicas e o uso racional do solo, água e ar; a racionalização do processo de desenvolvimento econômico e social, com a melhoria dos níveis da qualidade ambiental, tendo em vista o bem-estar da população; fixar critérios para a exploração e o uso racional dos recursos naturais, possibilitando um aumento nos rendimentos, observada a produtividade, mas sem prejuízos a saúde; criação de uma consciência pública voltada para o uso adequado dos recursos naturais, através de programas e campanhas de esclarecimento e fixação de critérios para reparação dos danos causados por agentes poluidor e predador do conjunto ambiental.

A Lei define como Meio Ambiente o espaço físico composto dos elementos naturais (solo, água e ar) obedecidos os limites deste Estado; como Poluição Ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas; Agentes Poluidor qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado que, direta ou indiretamente, seja responsável por atividade poluidora ou potencialmente poluidora do meio Ambiente; Agente Pedrador qual-

privado, que, em virtude de uso e exploração inadequadas, destrua a capacidade produtiva dos recursos naturais.

Ao Conselho Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente e Recursos Naturais caberá a formulação da política para o setor. Esse Conselho dará assessoria, a nível de órgão consultivo, ao Sistema Estadual.

A Lei sancionada pelo Governador incorpora a legislação existente sobre o controle dos babaçuais, anulando diplomas anteriores acerca do problema.

Nesta parte, o projeto original recebeu emenda da Assembléia Legislativa, reconhecendo os trabalhadores rurais sindicalizados como notificadores oficiais das infrações referentes a derrubada da palmeira. O notificar comunicará a ocorrência ao seu Sindicato, que por sua vez, informará o fato a qualquer das Secretarias responsáveis pela fiscalização.

Os recursos financeiros necessários a execução da política prevista na Lei serão proporcionados por um Fundo Especial do Meio Ambiente que se valerá de recursos orçamentários e créditos adicionais, repasses, subvenções, empréstimos, doações, auxílio, legados, contribuições ou quaisquer outras transferências de pessoas físicas ou jurídicas, de direito

com entidades públicas municipais, estaduais, nacionais ou estrangeiras, rendas de operações que envolvam atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e assistência técnica e rendas resultantes das multas e indenizações de infração da Lei.

O diploma legal estabelece penalidades (multas, indenizações, restrições do crédito, estabelecimentos oficiais e suspensão ou restrição da fonte causadora da poluição ambiental) contra os punidos poderão recorrer ao CEPRA.

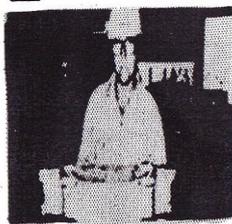
O INSTITUTO DO BABAÇU

A fundação Instituto Estadual do Babaçu também foi sancionada, vincular-se-á a Secretaria de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente. Coordenará a política de aproveitamento intensivo do produto, promovendo pesquisas, orientando produtores e estabelecendo programas de extensão e de práticas de cultivo do babaçu.

No Conselho de Administração da INEB, presidente é o Secretário de Recursos Naturais, representadas a Associação dos Engenheiros Agrônomos, Argicultura e Indústria, Comércio, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Universidade Federal do Maranhão, Federação das Escolas Superiores Educadoras de São Luís.

30 São Luís-MA, 16/8/84 — Quinta-feira

SÃO LUÍS
NA ERA
DO ALUMÍNIO



A fábrica em São Luís nasceu sob o compromisso da defesa do meio ambiente.

**A natureza não
foi agredida
antes; não o
será agora**

Especial

O Estado do Maranhão

A unidade industrial da Alcoa em Pocos de Caldas é uma das indústrias que detém os mais baixos índices de acidentes, entre mais de 50 fábricas da empresa em todo o mundo. Esse eloquente dado é reforçado por levantamento realizado em 1979 pela Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes: entre 144 empresas metalúrgicas nacionais, a Alcoa possui um índice de acidentes do trabalho inferior a 1/6 da média do setor.

Por sua vez, na Shell Brasil, conforme preceitua a política de segurança, saúde ocupacional e conservação ambiental, todos os empregados, na proporção de seus níveis hierárquicos, são responsáveis, através de ações diárias e permanentes, pela implementação des-

sa política. Assim, normas e padrões de procedimentos de segurança, bem como ações preventivas e corretivas, são praticadas de acordo com a legislação em vigor.

Da mesma forma, a segurança no trabalho e fora dele é assunto muito sério também para o Consórcio Alumarc, visando eliminar ou reduzir ao mínimo as taxas de acidentes, o setor de segurança industrial da fábrica adotou o princípio de que todo acidente pode ser evitado.

Nesse sentido, desenvolverá permanente trabalho de educação, envolvendo inclusive as famílias dos seus empregados. A razão dessa conduta simples: menos acidentes do trabalho beneficiam a todos: os funcionários, suas famílias e a empresa.

Figueiredo: progresso sem poluição

Não permitirei que o progresso ameace a natureza. Não consentirei, tampouco, que a cidade de São Luís, um dos maiores patrimônios culturais do Brasil, sofra qualquer dano em razão das mudanças operadas na região. Não deixarei que nenhuma indústria, instalada no município, venha poluir a água dos seus rios ou a qualidade do ar atmosférico.

A declaração é do presidente João Figueiredo, em discurso proferido ontem, durante as solenidades de inauguração do Palácio do Trabalhador, em um público superior a 20 mil pessoas. O presidente rebateu as críticas da oposição, que foram consideradas improcedentes e "suscitadas pelo propósito de denegrir o que pelo intuito de analisar objetivamente o desempenho governamental. "Ac final do discurso, João Figueiredo, atendendo as reivindicações dos trabalhadores maranhenses, anunciou que o Banco Nacional de Habitação (BNH) autorizou a sua filial local à aprovação do projeto de construção de um conjunto, através da Cooperativa Regional dos Trabalhadores Sindicalizados.

Durante as solenidades falaram, ainda, o presidente nacional do PDS, senador José Sarney; o governador Ivar Saldanha, o ex-governador e deputado ao Senado, João Castelo; o deputado Luís Rocha, candidato ao Governo do Estado, e representante dos trabalhadores, José Ribamar Sobrinho, que solicitou a manutenção da Lei 6.708/69, que estabelece os reajustes semestrais, bem assim como que o presidente João Figueiredo rejeite qualquer plano de controle à inflação que provoque a recessão econômica do país.

O ex-governador João Castelo, candidato ao Governo do Estado, fez uma retrospectiva dos três anos de administração e do salto de desenvolvimento alcançado pelo Maranhão, através de um trabalho realizado em nome do Partido governista e com o apoio do Presidente da República, fazendo menção especial aos ministros Mário Andreazza, do Planejamento, e Delfim Neto, do Planejamento. Citou também a presença do Presidente da República no Maranhão para fortalecer a campanha eleitoral do PDS, envolvendo todas as entidades de classe dos trabalhadores e os 132 prefeitos dos municípios maranhenses.

O governador Ivar Saldanha lembrou a polêmica do presidente João Figueiredo, implantada visando redemocratizar o país através do processo de abertura política, da anistia e da realização das eleições a 15 de novembro, e a posse dos eleitos.

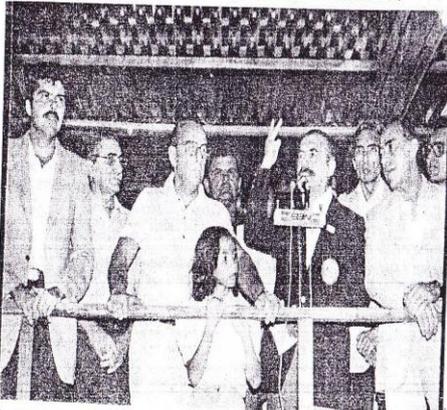
O deputado Luís Rocha, candidato ao Governo do Estado, destacou a administração do "ilustre presidente que busca conhecer os problemas reais", na busca de soluções adequadas. O governador, assegurou que o PDS maranhense



O Presidente João Figueiredo fala para compacta multidão que foi saudá-lo ontem, no Calhau, quando da inauguração da Casa do Trabalhador.



O presidente Figueiredo desce a escadaria e dá por inaugurada a Casa do Trabalhador, tendo ao lado o governador Ivar Saldanha.



O presidente nacional do PDS, senador José Sarney, destaca a arrancada de desenvolvimento por que passa o Estado, com o apoio do Governo Federal.



O povo chegou ao Presidente, que também recebeu flores, num gesto de gratidão pelo que já feito em favor do nosso Estado.

O discurso do Presidente

Ouvimos a palavra brilhante dos líderes de vosso Estado, que vos disseram do significado desta Casa do Trabalhador, da obra do Governo e dos sentimentos que inspiram os

trabalhadores, ampliar os programas de apoio alimentar, melhorar as condições de saúde e oferecer maiores oportunidades de educação a todos os

maranhenses. Os profetas do pessimismo, na sua ignorância, desconhecem a existência de técnicas, hoje de uso comum, para a melhoria da

Trabalhador, da obra do Governo e dos sentimentos que inspiram o nobre povo maranhense.

Agradecendo as manifestações de apreço que acabo de receber, quero dizer-vos que volto a vosso Estado com grande alegria, como grande é o respeito com que piso esta terra justamente orgulhosa das tradições, de sua história, da inteligência dos seus filhos, e de sua contribuição à cultura brasileira.

Com igual contentamento, participo desta cerimônia da Casa do Trabalhador, uma iniciativa inspirada no respeito ao trabalho, no apoio à organização sindical e nos ideais de colaboração e solidariedade.

Uma obra que proclama, ainda uma vez, o interesse e o empenho do Governo em valorizar o trabalhador e melhorar suas condições de vida.

Meu Governo concentra seus objetivos na continuidade do progresso econômico, na incorporação de todas as classes sociais, especialmente as menos favorecidas, aos benefícios do desenvolvimento e na consolidação da democracia.

A escolha destes objetivos tem base na convicção de que a humanidade ainda não descobriu melhores alternativas para a democracia política e a livre iniciativa econômica.

Inspira-se também no princípio de que cabe ao Estado atenuar desigualdades, reduzir sofrimentos, desmontar o quadro que impede, tantas vezes, os mais necessitados de vencerem a fatalidade da pobreza absoluta. Assim agindo, o Governo obedece ao imperativo da solidariedade humana.

Este o motivo da ênfase que foi dada à política social.

Esta a origem do conjunto de iniciativas que visam a melhorar a condição do trabalhador, na cidade e no campo. Instituí a correção semestral dos salários, para atenuar os efeitos corrosivos da inflação;

Acelerei a atividade do BNH, para dar casa própria a um número crescente de famílias;

Ampliei a ação do PLANASA, para levar água potável e conforto a um número cada vez maior de lares;

Dei apoio ao programa da merenda escolar, que alcança, este ano, 21 milhões de crianças em todo o Brasil; determinei a aceleração dos trabalhos do INCRA que, de 1979 para cá, já tituló mais propriedades do que em todos os anos anteriores, desde a aprovação do Estatuto da Terra.

São alguns exemplos do que já foi feito. São sinais do que será feito e do que pretendo fazer nos dois anos de mandato que tenho pela frente.

Espero poder dar mais casas aos

oportunidades de educação a todos os brasileiros.

A única recompensa que espero é saber que pude contribuir para fazer mais felizes os brasileiros de todos os rincões e de todos os níveis sociais.

A dificuldade financeira do momento reduziu os recursos disponíveis para as obras do Governo.

A criação do FINSOCIAL, criticado pelos meus opositores, visa justamente a financiar projetos de alcance social. Já aprovei a destinação de mais de 60 bilhões de cruzeiros, que irão dar casa e melhorar a alimentação dos que mais precisam.

Meu Governo tem procurado manter o crescimento da economia como um todo, e tem apoiado de modo decisivo a economia nordestina.

Assim agindo, não busca colecionar estatísticas: quer alcançar um crescimento equilibrado, e melhores condições de vida para todos os brasileiros.

Sabem os negativistas que o trabalho do Governo, que se manifesta em todos os setores, recolhe o aplauso da população.

Sentem que a opinião pública aprova, em massa, a ação governamental. Arguições de toda ordem são levantadas, por isso, com o objetivo de amesquinhar nossa política administrativa.

Aqui se condena a instalação da indústria do alumínio pela "ALCOA", e os projetos de industrialização dos minérios de Carajás. Sustenta-se que esses empreendimentos trarão grave dano à ecologia do Estado, poluição dos rios e dos mares, atentado à fauna e à flora, além de destruir a cidade histórica de São Luís do Maranhão.

Ali se afirma que o projeto de Carajás causou profunda mudança na vida do Estado, aumentou o custo de vida, encareceu os aluguéis, elevou o preço dos serviços e utilidades, sem nenhuma contrapartida.

Acolá se argumenta que o Maranhão sofreu um processo de colonização, ficando reduzido à condição de simples testemunha de uma fase de mudança, sem participar desse importante episódio da sua história.

É visível a improcedência dessas acusações, suscitadas mais pelo propósito de denegrir do que pelo intento de analisar objetivamente o desempenho governamental.

Nada mais descabido que dizer que os projetos relativos ao alumínio e aos minérios de Carajás vão trazer prejuízo à ecologia maranhense.

Isso implica insinuar que o Governo não se interessa pelos problemas ecológicos, quando o certo é que tais questões, como está comprovado, merecem de sua parte o mais vigilante cuidado.

Não se inquiete a população mara-

comum, pelas quais é fácil evitar qualquer malefício.

Não desconhecem, contudo, — embora não o proclamem, porque não lhes convém —, o empenho notório do Governo em preservar a pureza do meio ambiente.

Não é verdade, de outra parte, que o Maranhão seja mero espectador do processo de mudanças, resultantes de grandes iniciativas que se desenvolvem em torno do alumínio e dos minérios do Carajás.

O Maranhão participa ativamente desses projetos.

O Porto de Itaqui não será apenas escoadouro de minérios, mas também a porta de entrada de riquezas, que beneficiarão o povo maranhense.

Não permitirei que o progresso ameace destruir a natureza.

Não consentirei, tampouco, que a cidade de São Luís, um dos maiores patrimônios culturais do Brasil, sofra qualquer dano em razão das mudanças operadas na região. Não deixarei que nenhuma indústria, instalada no Maranhão, venha a poluir a água dos seus rios ou baixar a qualidade do ar atmosférico.

Asseguro ao povo desta cidade, onde pulsa de modo especial, o sentimento de brasilidade —, que guardo no coração, os sonhos de que se nutre a juventude:

O seu idealismo, o seu amor pela natureza, o seu empenho de preservar harmonia ecológica, a sua vocação democrática, o seu apego à justiça social.

As eleições, que se avizinham, são oportunidade para que o povo maranhense manifeste seu apoio aos objetivos do meu Governo;

Diga que aqui certo em assegurar a verdade de expressão, em proclamar a honestidade, em propor a eleição direta dos Governadores, em garantir eleições livres e democráticas, que aqui certo danos nova ênfase à casa popular, à educação, à saúde e à alimentação; que aqui certo em não me afastar um momento do ideal de fazer do Brasil uma grande democracia.

Este o sentido do vosso voto aos candidatos do PDS: Luiz Rocha para Governador do Maranhão, João Gonçalves, para Vice-Governador, João Cabral e Luiz Fernando Freire para Senador, e a todos os candidatos deputado Federal, Estadual, Prefeito Vereador.

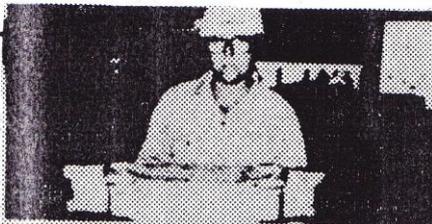
O Maranhão, seguindo os seus grandes líderes, me dará o seu apoio. Este é o único estímulo de que necessito para levar adiante o programa de prosperidade e democracia, fazendo do Brasil a grande nação a que aspiram todos.

O Estado
do Maranhão

Especial

SÃO LUÍS
NA ERA
DO ALUMÍNIO

São Luís-MA, 16/8/84 — 19
Quinta-feira



Balanço hídrico, lagos e poços para a defesa

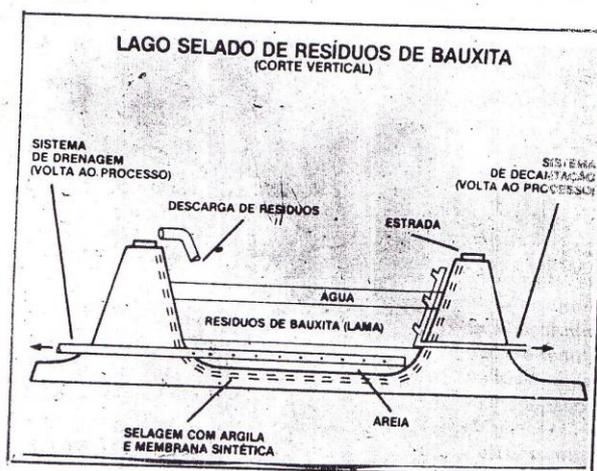
O projeto da Alumar foi planejado de modo a que nenhum resíduo líquido seja lançado ao mar ou aos rios, sem que seus parâmetros físicos e químicos estejam de acordo com as legislações federal e estadual.

Todos os efluentes, seja eles de natureza líquida, gasosa ou sólida, serão efetivamente tratados e dispostos convenientemente, dentro da melhor tecnologia de uso corrente, sendo em alguns casos adotados processos específicos de depuração.

Criterioso balanço hídrico foi elaborado para o projeto, permitindo-se dizer que nenhum lançamento de qualquer efluente líquido virá a comprometer as águas, o solo ou o subsolo da região. Desta forma, equacionou-se o problema de efluentes líquidos industriais através da reutilização das águas em circuito fechado.

Para complementar estes cuidados, uma rede de poços de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas e superficiais também foi prevista, com o objetivo de detectar qualquer variação das características de operação dos lagos de resíduos.

Um conjunto de lagos comporá o sistema de circulação das águas de processo. Os lagos de resfriamento e os lagos destinados a receber os resíduos de bauxita são duplamente impermeabilizados com uma camada de argila e uma manta de membrana sintética de PVC que impedem qualquer vazamento. A água contida nesses lagos não



Os lagos de resíduos de bauxita são dotados de sistemas de impermeabilização e reciclagem que permitem a reutilização do hidróxido de sódio e impedem infiltrações.

é lançada ao mar ou aos rios da região, mas é mantida em circuito fechado com a refinaria. Um conjunto de poços de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas assegurará o controle desses lagos, permitindo detectar qualquer infiltração, ainda, que seja remota a possibilidade de isso ocorrer.

LAGOS DE DRENAGEM

Existem ainda, no projeto da refinaria, dois lagos de águas pluviais limpas (lago de água bruta e lago de detenção 1) e um terceiro lago para recolhimento das águas pluviais que tiveram contato com substâncias indesejáveis (lago de detenção 3). Foram também projetados lagos para recolhimento das águas pluviais para as áreas de redução, estocagem de bauxita e carvão. A utilização deste sistema de lagos, que está diretamente

relacionado com a operação da fábrica, permitirá o controle da operação do sistema de efluentes sem prejudicar o ambiente.

O lago de detenção 1 recebe as águas pluviais provenientes da área da refinaria, cujos padrões satisfazem a legislação federal e estadual. Sempre que essas águas contiverem substâncias que possam comprometer sua qualidade, um sistema automático de controle de medição afastará por derivação o fluxo, através de uma caixa distribuidora, para o lago de detenção 3, de onde, elas retornam ao processo.

A exemplo dos lagos de resíduos de bauxita e de resfriamento, a impermeabilização dos lagos de detenção e dos taludes internos dos diques será feita com uma manta sintética de PVC aplicada sobre uma camada de solo argiloso compactado.

14 São Luís-MA, 16/8/84 — Quinta-feira

SÃO LUÍS
NA ERA
DO ALUMÍNIO

Especial

O Estado do Maranhão

Brasil entra num clube fechado

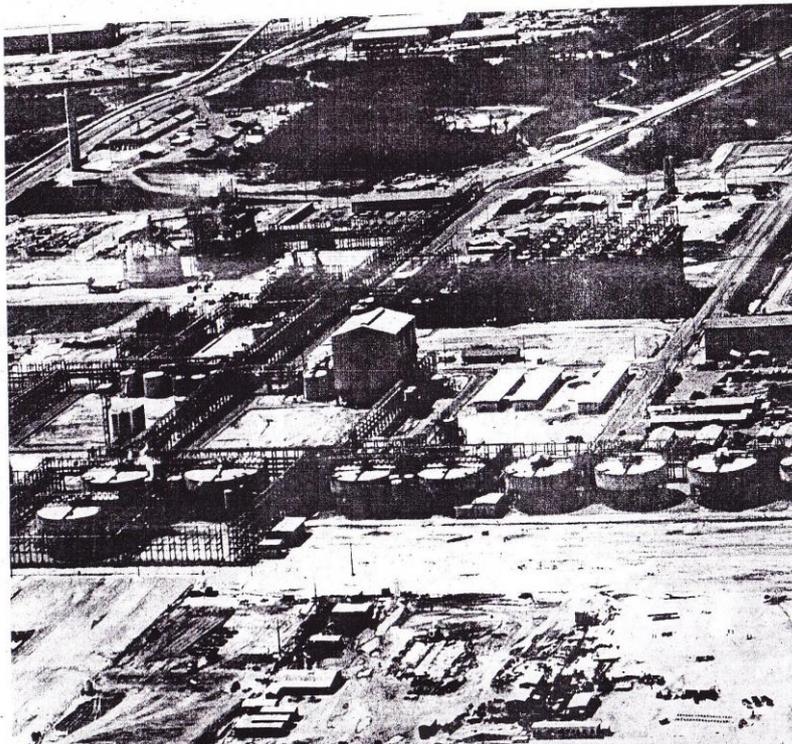
Com a Alumar, o ingresso no grupo de países produtores de alumínio

O Brasil, que possui hoje a terceira maior reserva de bauxita do mundo, entra para o clube restrito dos grandes produtores mundiais de alumínio, com a inauguração hoje da fábrica do Consórcio Alumar, em São Luís. Resultante do maior investimento privado feito no país (cerca de US\$ 1,5 bilhão), a fábrica entra em operação com uma capacidade inicial de produção de 100 mil toneladas anuais de alumínio. Essa produção será triplicada em etapas posteriores, e, a curto prazo, pode gerar divisas da ordem de US\$ 200 milhões para a balança comercial brasileira.

Construída numa área de 252 metros quadrados, com a mais alta tecnologia, desenvolvida pela Alcoa, a fábrica do Consórcio Alumar é uma das maiores e mais modernas unidades industriais produtoras de alumínio e alumina do mundo.

Nesse empreendimento, o Consórcio Alumar, formado pela Alcoa Alumínio (60 por cento) e Billiton Metais, uma empresa subsidiária da Shell (40 por cento), investiu cerca de US\$ 1,5 bilhão, dos quais aproximadamente US\$ 900 milhões foram aplicados na contratação de equipamentos e serviços nacionais.

O empreendimento — o maior do país através de um único projeto — requereu a elaboração de mais de 15 mil plantas e desenhos e exigiu milhares de horas/homens, com uma incidência mínima de aci-



A refinaria da Alumar: o local onde máquinas processam a alumina

dentas. As obras de montagem do complexo industrial foram iniciadas

a partir de julho de 1980 e chegaram a atingir, na fase de maior ativi-

dade, investimentos da ordem de US\$ 1 milhão por dia, com a con-

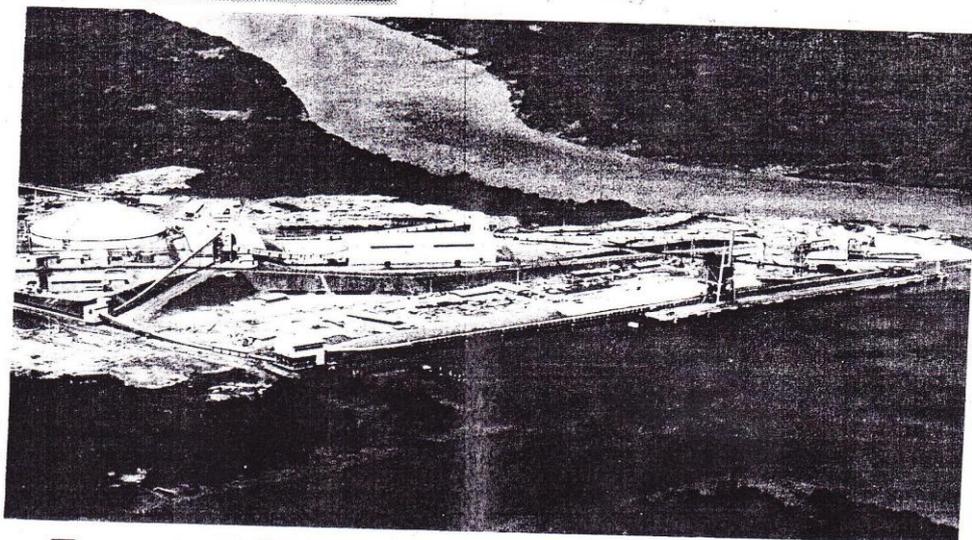
tratação de 1850 empresas fornecedoras de materiais e serviços e a

absorção de uma mão-de-obra superior a 13 mil pessoas, constituída, em sua maior parte, por trabalhadores maranhenses (85 por cento).

Em termos de investimento, o projeto de construção da fábrica alcançou uma taxa de nacionalização de 88 por cento do total dos recursos aplicados — somente a contratação de equipamentos e serviços nacionais foram gastos

US\$ 900 milhões. Parte desses recursos foram recolhidos ao Tesouro do Estado em pagamento de ICMS (Cr\$ 1,5 bilhão), e à Prefeitura de São Luís, em arrecadação de US\$ (Cr\$ 1,6 bilhão), entre julho de 1980 e maio de 84.

O consórcio Alumar investiu ainda cerca de 15 por cento do valor total do projeto na instalação de equipamentos e sistemas de proteção do meio ambiente, utilizando tecnologia mais moderna disponível no mundo. Além de uma manta sintética de PVC com extensão de 550 mil metros quadrados para forrar os lagos de resíduos de bauxita, foram implantados reatores para remover os metais gerados nas cubas eletrolíticas, e estações de monitoramento do ar, solo, vegetação e água. Através de um convênio firmado com o Laboratório de Hidrobiologia da Universidade Federal, estão sendo feitos estudos e pesquisas biológicas nos mangues, rios e baía da região.



No porto da Alumar, uma visão da grandeza do projeto. Por esse local serão exportados o alumínio e a alumina, para o Brasil e para o mundo.

A união de duas forças para um grande projeto

Billiton e Alcoa somam as experiências

O Consórcio Alumar, responsável por um dos maiores investimentos privados já realizados no país, é formado pela Alcoa Alumínio, companhia que lidera, em escala global, a produção e tecnologia da indústria de alumínio, e pela Billiton Metais, uma empresa subsidiária da Shell, especializada há mais de 100 anos em metais não ferrosos.

A origem da Alcoa, a maior produtora mundial de Alumínio, está ligada ao próprio descobrimento do processo industrial do metal. Pouco tempo depois do americano Charles Martin Hall ter descoberto esse processo, em 1888, nasceu nos Estados Unidos a Aluminium Company of America, que, de um início modesto, transformou-se numa companhia que está presente atualmente em 15 países, operando 53 unidades industriais, com 113 escritórios e cerca de 50 mil empregados.

A Alcoa chegou ao Brasil em 1965. Em 70, deu início às suas operações, inaugurando a Fábrica de Alumínio de Poços de Caldas, que recebeu o nome de Companhia Mineira de Alumínio, mudado, dez anos mais tarde, para Alcoa Alumínio S.A. Nessa primeira década de atividades, a produção de alumínio foi triplicada para atingir 90 mil toneladas anuais, ao mesmo tempo em que a empresa partia para o desenvolvimento de seu plano de expansão.

Com a constituição da Divisão de Condutores Elétricos, em 1980, a Alcoa ingressava em outro segmento potencialmente promissor: o mercado da eletrificação. Nos anos subsequentes, inaugurava mais duas fábricas— a Alcoa Alumínio do Nordeste, fabricante de laminados e extrudados, com instalações situadas em Itapissuma, na região metropolitana de Recife, e a Fábrica

de Alumínio em Pó, construída em Poços de Caldas.

Reforçando sua presença na área de semimanufaturados, iniciada com a instalação da fábrica de Alumínio do Nordeste em associação com a Caixa Econômica Federal, a Alcoa resolveu implantar uma unidade industrial no eixo-Rio—São Paulo, incorporando a fábrica de Pindamonhangaba (SP), em 1983. Essa incorporação proporcionou à empresa a oportunidade de atuar também nos segmentos de produtos fundidos e acabados de alumínio. Com a aquisição de mais uma fábrica de extrudados, em Sorocaba (SP), a Alcoa espera consolidar, definitivamente, sua posição também no mercado da região Sudeste.

TRADIÇÃO DE 120 ANOS

A Billiton, Metais iniciou suas atividades em 1860, na Indonésia, com a mineração de estanho. Os negócios, posterior-

mente, foram expandidos e, em 1970, a Billiton integrou-se a Shell, mantendo sua própria razão social e passando a constituir a principal estrutura das atividades minerometalúrgicas dessa empresa.

Especializada há mais de 100 anos em metais não ferrosos, as atividades da Billiton estão ligadas às áreas de prospecção, mineração, produção, redução e comercialização de metais, minérios e outros produtos derivados. A empresa possui hoje 50 companhias de capital exclusivo ou majoritário e trabalha em 22 países. Suas atividades de mineração vão desde a bauxita, no Suriname, até ao estanho, no Extremo Oriente.

Em projetos próprios ou em associação com outras empresas, a Billiton atua no Canadá e na Austrália, no Círculo Polar Ártico e nos Andes, nas zonas tropicais e nas profundezas oceânicas. Atualmente, desenvolve prospecção e mineração em 13 países e, além da bauxita está envolvida com o níquel, titânio, tungstênio, molibdênio, zinco, ouro, prata, chumbo, cobre e tântalo.

A estratégia da Billiton, nos últimos anos, tem se voltado, com maior ênfase, para o alumínio e suas matérias-primas, mantendo também sua posição nas áreas de outros metais não ferrosos e minerais industriais. Além de sua própria estrutura organizacional, a empresa dispõe da assessoria e dos serviços do escritório central, em Haia, na Holanda.

O Estado

DIRETOR SUPERINTENDENTE CARLOS FERREZ PEREIRA
EDITOR CHEFE RICARDO SOARES

16 PÁGINAS - SÃO LUÍS, SEXTA-FEIRA, 25/07/80 - No. 2774 - CAPITAL CR\$ 12,00 - INTERIOR CR\$ 13,00

LCOA inicia fábrica em agosto



Um contrato de compra e venda de um imóvel foi assinado ontem, entre o Governo do Estado e a ALCOA Alumínio S/A, em continuidade ao termo de acordo firmado no dia 12 deste mês. O imóvel fica localizado na área do Distrito Industrial de São Luís.

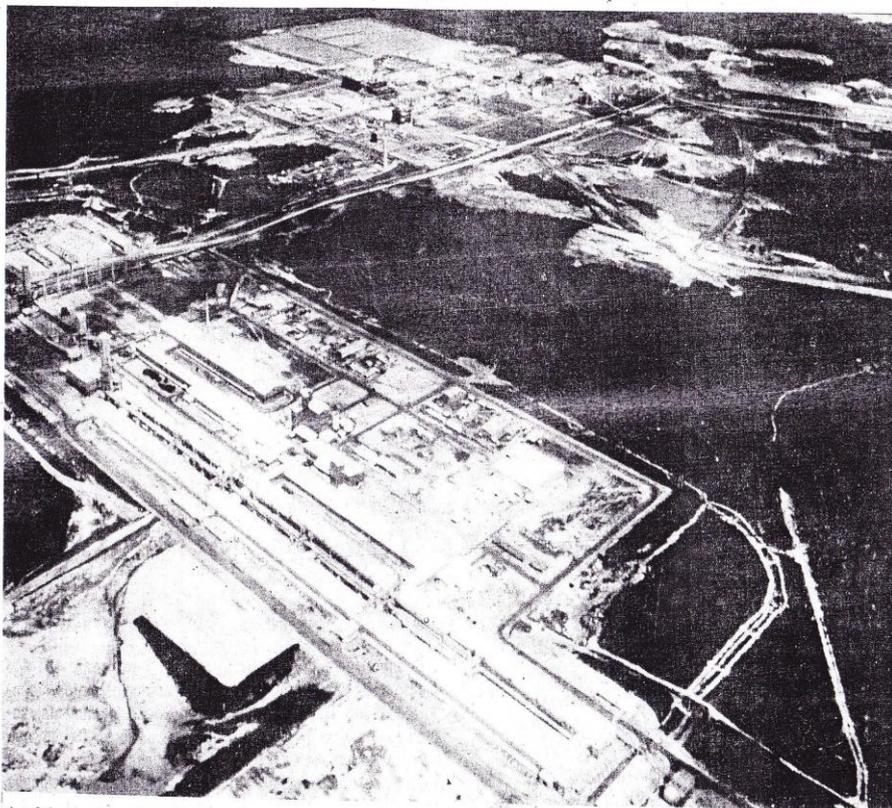
O contrato foi assinado no Palácio dos Leões, sendo o governador João Castelo representado pelo Procurador Geral, Pedro Leonel. Pela ALCOA assinou o seu presidente, Alair Belda.

Um dos grandes benefícios que a implantação da ALCOA trará ao Maranhão é a possibilidade da instalação de outras indústrias, além de proporcionar emprego para milhares de maranhenses.

A construção da fábrica será iniciada em agosto, inclusive com a instalação de completo equipamento contra a poluição. Na fase de implantação, serão criados aproximadamente 4 mil empregos diretos.

A indústria entrará em operação em 1983 e proporcionará uma arrecadação de ICM no Estado de Ordem de 37 milhões de dólares, quantia superior à atual arrecadação estadual. Serão produzidos inicialmente cerca de 500 mil toneladas de alumínio e 100 mil toneladas de alumínio, anualmente. Nessa fase, a indústria oferecerá 2.500 empregos diretos e 5.000 indiretos.

mar inaugura a sua fábrica



A fábrica da Alumar em São Luís. No primeiro plano, a unidade de redução, ao fundo, a refinaria

O Brasil ingressa hoje no grupo de países de produtores e exportadores, em larga escala, de alumínio e alumina, com a inauguração, em solenidade a ter início às 10 horas, da fábrica do Consórcio Alumar, a maior e mais moderna unidade industrial produtora de alumínio do mundo. Construída numa área de 252 mil metros quadrados, no Distrito Industrial de São Luís, a fábrica entra em operação com uma capacidade inicial de produção de 100 toneladas anuais de alumínio e 500 mil toneladas de alumina, o que representa cerca de 25% da produção nacional.

O presidente da Alcoa Alumínio, Alain Belda, que presidirá, juntamente com o presidente da Billiton Metals, Abel Carparelli, a inauguração da fábrica, disse ontem que o início das operações do Complexo Alumar prenuncia novas riquezas que virão, em termos de contribuição fiscal e de geração de divisas para o país.

Belda ressaltou a disposição do Consórcio Alumar de contribuir para o desenvolvimento econômico e o progresso industrial do Brasil, acrescentando que a inauguração dessa fábrica é uma vitória da Iniciativa privada.

Diversas autoridades, em

**SÃO LUÍS
NA ERA
DO ALUMÍNIO**



O que representam os novos números e a nova realidade que a fábrica do Consórcio Alumar inscreverá no perfil econômico e social do Maranhão? Exatamente a chegada do futuro, do progresso e do desenvolvimento.

Alumar muda rumos da economia do MA

Os números já diz em tudo

Um progresso que, sem a menor sombra de dúvida, conviverá harmoniosamente com o passado histórico de São Luís. Com a vocação turística e cultural da cidade. Com suas praias de azul imaculado. Com o rico folclore do Tambor de Mina e do Bumba-Meu-Boi. Com os sobrados seculares de "paredes iluminadas".

Especial

O Estado do Maranhão

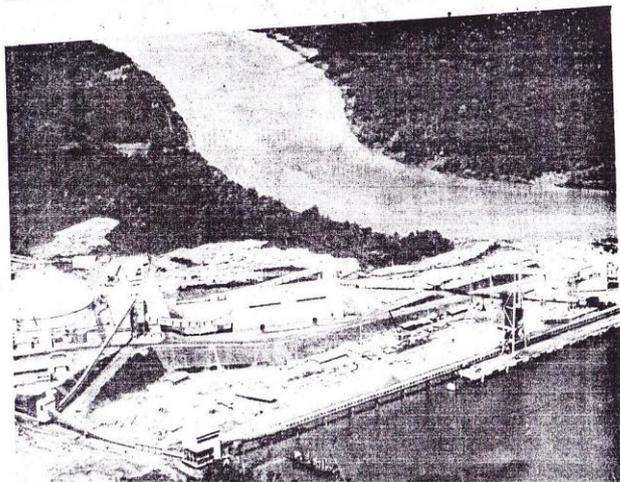
A poluição industrial, que tanto preocupa toda a humanidade, é minimizada e quase eliminada pelos sofisticados sistemas e equipamentos de controle ambiental desenvolvidos pela Alcoa e de eficiência comprovada, mediante quase um século de pesquisas, e ao custo de gigantescos investimentos.

Na capital maranhense, todo esse passado de boa cidadania assegura não só a preservação da fauna e da flora nativas, mas também do casario de azulejos que valeu a São Luís o cognome de "cidade dos pequenos palácios de porcelana".

Por outro lado, ao implantar em seu solo a indústria de alumínio, o Mara-

nhão estará dando um gigantesco impulso no sentido de conquistar para si as vantagens que a indústria proporciona, em termos de conforto e progresso profissional.

Dai porque, para o Consórcio Alumar e para as empresas que o integram, o mais alto significado da nova realidade do ponto de vista social, consiste em representar a cidade uma nova tradição, nesta terra tradicional que é o Maranhão: a tradição industrial, que, com o passado e protegendo-o, apresenta também mais uma tradição para as gerações.



**SÃO LUÍS
NA ERA
DO ALUMÍNIO**



São Luís-MA, 16/8/84 — Quinta-feira **27**

GOVERNO LUIZ ROCHA
BIBLIOTECA PÚBLICA "BENEDITO LEITE"
Adm. Maria da Graça Reis Campos

A indústria maranhense participa do projeto

A contribuição da Fiema e do Senci

COM o advento do Programa Grande Carajás e o surgimento de diversos projetos para utilização das matérias-primas minerais disponíveis decorrentes da Província Mineral de Carajás, implantaram-se em São Luís do Maranhão, dois grandes empreendimentos: Projeto Ferro Carajás e o Projeto Alumar. O primeiro, composto-se de mina, ferrovia e porto, destinado a extração, transporte e embarque de minério de ferro da Serra dos Carajás. O segundo, compreendendo refinação de bauxita, redução de alumina e instalações portuárias, destinados respectivamente à produção de alumina, produção de alumínio básico, transporte e embarque destes produtos.

Desse modo, sendo São Luís a sede desses complexos industriais e levando-se em consideração um dos objetivos dessa implantação, qual seja, a promoção do desenvolvimento regional que, em termos de recursos humanos, destaca-se a geração de empregos diretos à população local e, situando-se o SENAI ao nível de oferta de mão de obra qualificada, foi convocada para preparar recursos hu-

manos para esses complexos.

Assim, o SENAI — Departamento Regional do Maranhão, após reavaliação de suas atividades, revisão dos seus programas e instalações e reciclagem dos seus próprios recursos humanos, inicia em 1981 a qualificação da mão-de-obra requerida, antes mesmo de ser firmado o Termo de Cooperação Técnica e Financeira entre o SENAI — Departamento Nacional e as empresas — Companhia Vale do Rio Doce e da Alcoa Alumínio S/A.

Os programas montados em função desses projetos, alguns com atendimento imediato, outros a curto prazo, para suprir as carências de mão-de-obra, quer na fase de construção/montagem, quer na fase de operação, vêm sendo desenvolvidos através do Centro de Formação Profissional de São Luís, contando a partir de 1983 com cinco novas unidades móveis (3 semi-reboques e 2 containers), compreendendo as seguintes áreas: Comandos Elétricos, Comandos Hidráulicos, Comandos Pneumáticos, Refrigeração e Diesel, as quais vêm possibilitando maior atendi-

mento pelo SENAI.

Essas novas Unidades Móveis, desde abril de 1983, encontram-se instaladas no Centro de Treinamento da ALCOA — BR 135 — Km 18, nas proximidades do Distrito Industrial de São Luís, apolando os programas de manutenção elétrica e manutenção mecânica do Projeto ALUMAR, com instrutores e supervisão do SENAI.

Vale registrar que o preparo de recursos humanos nos canteiros de obras dessas empresas, até o primeiro semestre de 1984, atingiu mais de 3.000 trabalhadores, dos quais aproximadamente 75% correspondem ao Projeto ALUMAR, incluindo atendimento a várias empreiteiras.

Além desse trabalho de ação conjunta, em que foram ministrados programas específicos sobre Instrumentação, Metrologia, Segurança, Mecânica de Automóveis, Mecânica Geral e Eletricidade, o SENAI continua dando atendimento a essas empresas e preparando novos profissionais para concorrerem com êxito aos postos de trabalho a serem oferecidos, nesse e em outros segmentos industriais.

ANEXO H – “JORNAL PEQUENO”

- ALCOA só vai operar após análise. 23.03.1984
- O medo da ALCOA. 14.01.1984
- A questão do meio ambiente. 06.06.1982
- Carajás aprova nova proposta da ALCOA. 05.07.1984
- ALCOA, inimiga da natureza. 17.05.1981
- São Luís será o monte calvário da ALCOA. 16.04.1981
- ALCOA, o defeito está na vista. 13.04.1981
- Projeto ALCOA trás mais desvantagens que vantagens. 08.02.1981
- Famoso ecologista prega rebelião pacífica em defesa da ilha de São

Luís. 12.03.1980

- Querem transformar São Luís em lixeiro das multinacionais. 03.06.1980
- ALCOA destruiu o cemitério de Andiroba. 17.01.1980
- Vidigal mostra na Câmara a outra face do Projeto Alcoa. 26.04.1981

SECRETARIO AFIRMA:

Alcoa só vai operar após análises

para fazer uma análise acurada sobre o relatório "Impacto Ambiental do Consórcio Alumina (Alcoa)", no tocante à poluição atmosférica encontram-se em São Paulo as consultoras Viviani Braille e Isaura Mesquita Resende, da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), do Rio de Janeiro. O secretário

Marco Antonio que a fábrica do Consórcio Alumina, em fase de implantação, só entrará em sua etapa de operações mediante o resultado das análises que estão sendo realizadas pelos técnicos da SERNAT, em convênio com a FEEMA. Adiantou o titular da SERNAT que somente após a conclusão deste trabalho é que serão estabelecidas as exigências que

serão ditadas à empresa multinacional.

Aproveitando a presença das duas consultoras da FEEMA, a Secretaria de Recursos Naturais será analisado, também, o relatório de acompanhamento das atividades da fábrica MERCK, no que diz respeito à emissão de efluentes atmosféricos e líquidos por parte daquela empresa.

CONFRONTO (II)

RIO (escreveu Paulo Branco) — Recado ao ministro do Exército, general Walter Pires: Vossa Excelência está programando comparecer, no próximo dia 23 de março, ao coquetel que a diretoria do Clube Militar oferecerá a seu presidente e candidato a re-

leição, general Tasso Vital de Aquino. Evite. Os adeptos da candidatura do general Serpa, igualmente associados e que não foram convidados para o evento que será custeado com a mensalidade dos sócios, estão prometendo comparecer mais cedo e ostensivamente.

Não ficará simpático ao ministro e nem ao comandante do I Exército, general Heraldo Tavares, irem a uma festa que será, com certeza, tumultuada. E mais: e que contará com a presença do general Antônio Carlos de Andrada Serpa, o candidato da oposição.

Jornal
PROFESSOR

DIRETOR-PROPRIETÁRIO -
 1958 RIBAMAR BOGSA
 SEDE PRÓPRIA

Janeiro

14

QUINTA-FEIRA

Plantão de
 Farmácias

O medo da ALCOA

A Alcoa sente o profundo golpe da reação dos filhos desta terra, contra sua nefasta pretensão. E sabe também que a luta será grande, de vida ou morte, e que a gente da nossa ilha não permitirá a implantação de sua usina mortífera e destruidora na capital maranhense. Nós precisamos de respirar um ar puro, de beber uma água sadia, de desfrutarmos de tudo que nos é permitido receber, nem só do mar, como das frutas e do bem estar que estamos acostumados a usufruir. Por tudo isso, como ainda pelo nosso espírito de brasilidade, conscientes do nosso dever patriótico, não iremos ceder nem um palmo. E vamos continuar a nossa campanha de esclarecimento público, levando ao conhecimento de todos os maranhenses, tanto de nossa ilha, como de outras regiões do grande perigo, da calamidade que teríamos de suportar, se calássemos.

E o povo já vai entendendo, tomando sua posição, ficando na espreita. As notícias que temos recebido dão conta da revolta dos habitantes da Raposa, de Paço do Lumiar, de Ribamar, da Estiva e todos os lugares que dali vão até o Rio dos Cachorros, enfim,

nosso terra. O ganha pão do povo não será roubado, como não roubarão o oxigênio que respiramos, dádiva do nosso Amado Deus Jeová.

E, embora o dinheiro, o vil metal que tantas consciências de rato têm comprado, subjugadas, não comprará a consciência do nosso povo humilde. Comprará sim, como tem acontecido, a consciência dos grandes, dos chefes, dos mandantes da terra, já que suas consciências, como disse acima, são de ratos, venais, vulneráveis ao dinheiro, do Dólar.

Para ilustrar o que afirmo, em dias da semana passada, o sr. Fernando Mendes, ex-Presidente da Federação das Uniões de Moradores e Entidades Similares do Maranhão, recebeu um recado para se avistar com D. Marlene Coimbra, no apartamento 203, do Hotel Vila Rica, credenciada pela Alcoa aqui em S. Luís. Esta propôs ao Sr. Fernando comandar o aliciamento de moradores dos bairros pobres de S. Luís, pelo que lhe seria pago um salário de 31 mil cruzeiros mensais. O trabalho consistia em promover uma campanha de simpatia para Alcoa, em troca do que a Alcoa daria refrigeradores, condiciona-

tras coisas às Associações de bairro. Ao sr. Fernando além do salário estipulado caberia também outras tagens. Tudo muito bem. Acontece que Fernando um homem de caráter e nossa terra, deixando Marlene Coimbra e a Alcoa à sua espera, vendo lá não voltou e nem virá.

A Alcoa terá de se tentar com os venais de vata de anéis vistosos, os doutores, os Deputados camarilha, com o Governador e toda corja de lhas que vão vendendo Maranhão, roubando seus cursos e promovendo toda sorte de indignidades, gra a um regime que acoberta e garante a marcha de corrupção, nunca vista tempo algum e que talita gônia causa ao povo.

Como já tenho dito, mo que a corrupção com a cobrir a safadeza da máfia que sonha levar a cabo, com a implantação Alcoa em nossa terra, dia este País será sacudido despertará e, então, tar Alcoa e seus cúmplices rão punidos, em honra não de nossa Pátria. . . 662 será enxotada do Maranhão, da nossa Ilha, pe do ser colocada no Continente. Aqui é que ela não mará pé, custe o que eu

— São Luís, 6-6-1982 — DOMINGO

A questão do meio-ambiente

JOSEMAR PINHEIRO

De alguns anos para cá a ecologia virou área de interesses de milhares de pessoas. Na Europa e nos Estados Unidos os movimentos ecológicos já ficaram famosos pelo ruído dos protestos mais radicais contra a instalação de usinas nucleares. Inicialmente, encarados com zombarias, os preservacionistas ganharam as ruas com suas faixas, conquistando a simpatia das populações. As vezes até com seus protestos violentos e algumas baixas em conflitos com policiais, souberam conquistar o espaço reservado hoje à preocupação com o meio-ambiente. As autoridades, pressionadas por toda aquela onda contestatória à devastação dos recursos naturais, cederam com a criação de leis estabelecidas de normas sobre a exploração desses recursos e os níveis de tolerância de poluição. O encontro de Estocolmo, em 1972, serviu, também, para reunir, pela primeira vez, cientistas em torno da questão do meio-ambiente e discussão da industrialização versus a conservação da vida vegetal, animal, e do próprio homem. O Brasil, cuja industrialização é bem recente — da época do pós guerra —, despreocupava-se por longo tempo de qualquer intervenção, a nível prático e legal, com os riscos do progresso que envenena o solo, a água e o ar. O surgimento de micro-regiões industriais no eixo Rio-São Paulo trouxe incidentes industriais que provocaram as primeiras reações das populações, principalmente ribeirinhas, nas cidades margeadoras de rios, despertando, só aí então, para os perigos dos resíduos industriais despejados sem nenhum tratamento adequado e com trope tecnológico. E as catástrofes ecológicas se

avolumaram, ora na enseada de Salvador, onde um navio derrama toneladas de óleo, ou em Betio, onde uma família morre envenenada por herbicidas, ou em Cubatão, também conhecido como "vale da morte", onde milhares de crianças começam a nascer com anomalias no cérebro.

A tragédia mais nova, às vésperas dos festejos da semana do meio-ambiente, é a contaminação do rio Paraíba do Sul, com a morte de centenas de cardumes de peixes e a possibilidade de envenenamento da população de cidades e povoados situados às suas margens, já com alguns casos constatados.

Ano passado, o governo federal, que só havia criado uma Secretaria de Meio-Ambiente (SEMA) ligada ao Ministério do Interior, criou a lei de política do meio ambiente, preenchendo uma lacuna, apesar de suas falhas, ainda mais que deixou de lado a política punitiva de empresas violadoras das regras de resguardo da natureza.

A criação de secretarias estaduais de meio-ambiente representa um passo importante, havendo, entretanto, a enfrentar dificuldades devido a falta de recursos orçamentários e pessoal técnico qualificado. Particularmente, no Maranhão, a batalha pela preservação da natureza alcança, no momento da implementação de instalação de projetos industriais de alumínio e alumina, siderurgia e outros, importância capital, posto que, sem infraestrutura possíveis de suportar os impactos resultantes dos mesmos, e com a população, simplesmente, assistindo essa vinda, sem suficientes informações sobre eles, será apenas vítima e espectadora das profundas mudanças ocasionadas pela lesão do meio-ambiente natural, especialmente, na Ilha

de São Luís, de vocação característica turística e cultural, e não, equivocadamente industrial. Ao lado disso, ao deslocar para a economia de esco

la a economia rudimentar da lavoura e da pesca de milhares de famílias, empurradas de seu habitat natural para as áreas palafitadas, as pe

riferias ocupadas pelas imobiliárias, provocando conflito social e o sofrimento de crianças e adultos.

A água particular

Até o momento em que escrevo, sexta, 4, 13,40 hs.), já são três dias em que, na parte alta do conjunto da Cohebe do Sacavém, não dá uma só gota d'água. Com o calor que está fazendo, não há mais quem se banhe e, até para beber, enfrenta-se uma dificuldade enorme, recorrendo a fontes suspeitas e de má qualidade.

Também não há uma explicação, não houve um aviso, por parte da empresa irresponsável.

Tudo o que se vê, é um carro-pipa, que vai deixar água de esmola, e apenas nas casas dos funcionários da Caema, que vem, na certa, pertencer ao PDS, ou serem os únicos que pagam suas contas, com os generosos aumentos. O resto que se lixe, que morra de sede.

Mas, no fim do mês, como é de praxe, virá certamente a explicação do maravilhoso êxito desse prodígio que é a Ita-luís, com seu fornecimento de ar encanado. E isso será feito sob a forma de um elegante distico, ao pé da conta; em termos equivalentes a estes: "Sr. consumidor (o certo seria "consumido"), de acordo com as necessidades eleitorais do PDS, ou para tapar os rombos do INAMPS, houve elevação de tarifa".

O governo João Castelo não foi nenhuma solução, a não ser para o dono. Pelo contrário, durante a administração Nunes Freire, muitas vezes nos levantamos à noite, para reparar canos que haviam estourado com a força da água. Mas, desde que o milagroso assumiu, o a-

bastecimento líquido desapa-receu, retornando, por vezes, a horas tardias, para ser recolhido por fantasmas.

Mas agora, sumiu de todo, sem nenhuma explicação. E talvez nem fosse mesmo preciso. Um bairro sem um supermercado, sem uma farmácia, sem um posto médico, sem transporte (já que a linha da Taguatut é um deboche) pode também ficar sem água.

Mas as eleições se aproximam e, com o seu cortejo de coações, bem pode ser que a gente continue votando no partido reinante, para que a Cohebe se transforme nas Malvinas, contanto que no resto da cidade, haja futebol e carnaval, é claro...

Carajás aprova nova proposta da Alcoa

BRASILIA — O Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, reunido ontem, aprovou processo em que a Alcoa Alumínio propôs o cancelamento da exigência da exportação da metade de sua produção, cuja fase inicial a ser inaugurada em 15

de agosto próximo, prevê 110 mil toneladas anuais. Na reunião anterior, de 19 de junho passado, o processo da Alcoa havia sido requerido pelo ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, inconformado com a solicitação de suspensão pura e simples da exigência da exportação, mas a Alcoa, em carta enviada ao Conselho, no dia 28 de junho, fez uma contraproposta, de exportar um certo volume, definido em função das condições de mercado, considerada aceitável.

A Alcoa está desenvolvendo em São Luís do Maranhão o Projeto Alumar, com investimentos de US\$ 1,5 bilhão e incentivos fiscais por prazos de até dez anos concedidos pelo Governo Federal. Segundo anunciou o secretário-executivo do Conselho do Grande Carajás, João Menezes, segunda-feira foram ligadas as primeiras cubas eletrolíticas, dando o início efetivo à produção de alumínio na capital do Estado do Maranhão, e no maior projeto em implantação no país.

ALCOA, INIMIGA DA NATUREZA

Prosegue a luta contra a ALCOA, essa famigerada indústria de alumínio que com o beneplácito do Sr. João Castelo quer transformar a Ilha de São Luis numa latrina de resíduos para matar nosso peixe, nossos mariscos e nossa gente.

É uma luta apartidária, ecológica, e por isso mesmo, reúne em torno de si expressivas figuras de segmentos da sociedade maranhense, além de notabilidades da vida nacional, entre as quais, Sebastião Néry, Maria, Raja Gabaglia, Hélio Fernandes e Adonias Filho.

Em todas as partes do mundo há uma inquietante preocupação com a preservação da natureza. Até por que já se sabe que os recursos naturais não são renováveis, uma vez destruídos, jamais voltam a se reproduzir.

Por ironia do destino, goverta (sem eleição) hoje o Maranhão um homem sem nenhuma preocupação com a natureza, um verdadeiro inimigo da ecologia, um despreparado e insensível que galgou o Palácio dos Leões pela porta do acaso, e que não tem como Benedito Leite o comportamento de um estadista, mas de um homem desumano e cruel que briga com o povo por causa de uma praça construída com os impostos dele arrecadados. Onde se já viu no mundo um governador ir para a mais alta Corte de Justiça do País reivindicar para si o direito de exclusiva utilização por ele de uma Praça como a Deodoro. Só existe um único caso: o governador João Castelo Ribeiro Gonçalves. Em um Estado pobre como o nosso, o governador pode se dar ao luxo de gastar o dinheiro público com dispendiosas via-

gens do procurador do Estado para apelar ao Presidente do Supremo Tribunal Federal para que suspenda a decisão do Tribunal de Justiça concedendo à população o direito de se reunir na praça que já escolheu para ser o local de seus protestos contra medidas governamentais antipáticas e infelizes como é essa de permitir a instalação da ALCOA na Ilha de São Luis.

Castelo jamais dormirá em paz com sua consciência. O povo já o vela nos clubes. Na televisão, onde aparece com frequência extraordinária e espetacular, é visto com desdém. Das solenidades oficiais, já foge com medo dos aplausos do povo. É um final pouco feliz para quem pretende ser Senador através de eleição em 82. Quem em nossa terra já não sabe que Castelo é o maior protetor da ALCOA? Responsabiliza-se, assim, inteiramente pelo que acontecer à Ilha de São Luis caso vingue a implantação da abominável fábrica de alumínio e alumínio aqui.

Os caprichos e a vaidade do Sr. João Castelo fazem dele um "político" singular no Maranhão, passando para trás aquele que até hoje não levantou sua voz em defesa da natureza da Ilha de São Luis, que é seu preceptor, Sr. José Sarney.

Contam até nas rodas do Largo do Carmo que o Sr. João Castelo, todas as vezes, ao acordar pela manhã, consulta um espelho do Palácio, perguntando:

— Espelho, espelhinho meu, existe neste país governador mais prepotente, mais vaidoso e mais demagogico que eu?

O espelho reage, sisuda-

damente, afirmando:

— Não ainda não nasceu!

As eleições estão se aproximando, e o Sr. João Castelo já não aparece como antes nas cerimônias e solenidades publicas. A televisão é seu único apanágio e consolo. As câmeras o seduzem, é o fulgor, glória, a consagração das luzes! Por acaso pensa ele que o povo é burro para não compreender que a propaganda pessoal é feita com o dinheiro da receita dos cofres publicos. Um Grande Maranhão para Todos! O Estado Souzão! Só que essa solução é a cáustica trazida pela "muy boa vizinha" ALCOA, patrocinada pelo governador, pelo prefeito Roberto Madeira e pelo Sr. José Sarney.

Porque essa omissão, essa conivência, essa pactuação a favor da ALCOA e contra os interesses maiores do povo de São Luis?

São Luis, a Ilha dos Amores, do Largo dos Remédios, das Pedrinhas, do Ilhéu, de S. José de Ribamar, do Araçagi e da Raposa se lembrará daqueles que ficaram caídos, asistindo e permitindo, de braços cruzados, a instalação dessa empresa destruidora da natureza. Um punhado de maranhenses e, agora outros brasileiros de renome nacional a quem o governador incapaz, presunçoso e "fabricado" chamada de "minoría radical", o que, na verdade, representa o grito de toda a população de São Luis contra a instalação dessa indústria da morte entre nós.

O governador até hoje, apesar de usar cotidianamente, a televisão dos Bacelar (esse veículo parcial e deturpador da informação) não respondeu ao desafio lhe

imposto pelo bravo povo da ilha de S. Luis. Por que dar guarida à ALCOA e não aos interesses do povo ludo vicense? Será que não há jeito de colocar essa indústria desgraçada em outro local, no continente? A indústria é realmente poderosa, consegue dobrar um governador sem vontade, des-temperador e inimigo da natureza. Essa indústria está sendo expulsa dos países mais desenvolvidos do mundo. Por que? A Austrália, os Estados Unidos, o Japão, a Suécia, fazem severas restrições à atividade da ALCOA (não só dela como de outra qualquer indústria de alumínio. O governador está com o ouvido mouco para não ouvir o povo (ousou até querer impedir o comi-

cio programado em favor da ecologia na Praça Deodoro, feito, em protesto, na Praça da Alegria, mas de que se espera a final decisão do Supremo Tribunal Federal, um órgão colegiado, que não aceitará a prepotência da suspensão imposta pelo Presidente Antonio Neder, para que São Luis interaja e se manifeste contra a ALCOA). Ele só sabe querer que o povo o veja e ouça nessa televisão que pertence ao Grupo Bacelar, e não seria para menos, pois o Sr. Magno Bacelar (Secretário de Justiça), segundo consta não é um homem afeito à liberdade de informação. Tanto que o povo de São Luis é testemunha de que só

no Comitê de Defesa da Ilha de São Luis na Televisão Difusora (monopólio da informação televisiva local), a partir da suspensão da decisão do Tribunal de Justiça que reconheceu o direito do povo se reunir, pacífica e ordinarmente, na Praça Deodoro e o Sr. João Castelo pediu a La Rocque, ao Sarney e ao Alexandre Costa que intercedessem junto ao Ministro Neder a fim de não permitir a afronta de se protestar contra a vinda da ALCOA para São Luis, alegando entre outras mentiras, que que a manifestação seria perigosa à ordem e segurança publicas. O povo se reuniu na Praça da Alegria e provou que isso era deslavada calúnia e infâmia.

Josemar Pinheiro

Opinião do Leitor:

"S. Luis será o monte calvario da ALCOA"

São Luis, a principal ilha do Estado do Maranhão, dividida, em três municípios, que são: São Luis, onde fica a capital do Estado, em sesuáda, Ribamar e Paço de Lumiar, formando dessa maneira, um território, que tem o nome de ilha de São Luis, cujo nome, tem origem a um francês, que nasceu santo, ou santificou-se depois que nasceu, ou seja, a Luis Treze, de família imperial francesa. Essa ilha tem tido vários nomes poéticos como: "Ilha Rebelde", "Ilha do Amor", "Ilha Abençoada por Todos os Deuses" e Atenas do Brasil. De qualquer forma, é um pedaço de chão, que se deflagra com muitas lutas, mas em cada luta, é mais uma gloriosa vitória alcançada pelo sofrido povo de São Luis.

Enquanto todos os brasileiros de São Luis dormiam, eu era acometido de fortes e tormentosas pesadelos, cujos pesadelos associados de insônia, tinha única origem em mim: 1.º — como dar fim à inflação galopante gerada e alimentada pelos golpistas de 1.º de abril de 1964; 2.º — como descobrir o porque, do delegado bionico castelo de sonhos, gastar tantos milhões de cruzeiros, em uma obra nefasta e faraônica que é, a propalada encanação do Rio Itapecuru, para fornecer água a São Luis; 3.º — porque São Luis, além da barragem do Batatan,

de 10 anos tem capacidade de resolver o grave problema. Perguntado por mim, qual a melhor maneira de amenizar o problema da falta de água, uma garotinha respondeu assim: "bastava que o governo mandasse a Caema perfurar poços, como ele não manda, nós o fazemos, com muita dificuldade, porque quem precisa é nós e não governo. Olhem só a proposta acertada de uma criança sofrida. Bem, como a Cemar e a Caema são dois órgãos fânicos do governo. A Cemar já cobrou até duas vezes, a conta de energia de um só mês, e a Caema cobrou conta de água onde nunca teve torneira de qualquer natureza; 5.º — descobri a farsa da encanação Itapecuru-São Luis, não é que São Luis não tenha água em seu solo. Descobri que é mais que uma farsa, é um crime premeditado contra a vida dos pobres seres humanos e ecológicos, descobri, criminosa farsa, quando diário do Bom Preço, ex-Diário do Povo, de 14 de novembro de 1980 de número 625 na 6.ª página. Na pergunta n.º 26, conteúdo total da pergunta a localização da fábrica da Alcoa próximo ao rio dos Cachorros irá prejudicar o fornecimento de água à população de São Luis? Como resposta, que não vou dar todo conteúdo, a própria Alcoa, deu um tapa no tocino criminoso dos seus defensores. A pri-

citocentos milhões de cruzeiros. Respondendo a pergunta n.º 16 o responsável em dar resposta da Alcoa, mentiu ao desmentir o que disseram na resposta da p. n.º 15. Na r. da p. 15 a "Alcoa disse que contribuiu", vejam bem digno povo de São Luis, contribuir é quem vai doar, e contribuiu é quem já doou. Os moleques de recado da Alcoa, para a desleacia bionica, enlouqueceram quando notaram que tiraram as 7 capas do crime, cuja armadilha, o povo de São Luis e quem é vítima. Olhe só, na p-26 certa altura a lingua da Alcoa, diz: "Alcoa comprometeu-se a fornecer à Caema equipamentos no valor de trinta milhões de dólares". Somente compromisso, sem hora, mês, nem ano, para sanar esse compromisso, e, nem fala se esse compromisso, é cumprido de, uma ou 1.000 vezes.

Na p. n.º 15, a r. da "Alcoa contribuiu", quer dizer doou trinta milhões de dólares para solucionar o problema de fornecimentos de água para a população. Até aí, bom coração da Alcoa. Não pediu nada em troca dos trinta milhões de dólares, doado ou por doar a Caema. Na p. 18 a r. da r. azana da Alcoa abriu o bocado no mundo, e, começaram a botar o jogo podre na rua. R. da Alcoa, primeiramente é preciso esclarecer que não se tratou de doação.

que não possui instituto de qualquer natureza, morre na rua ou em casa, porque São Luis não tem um pronto socorro publico. É muita falta de vergonha, de humanidade, para com o ser humano, que são todos iguais; O HPD, recebe as pessoas, sem lenço e sem documentos. Se até 3 dias o enfermo não apresentar a carteira de segurade, é cuspidor do hospital por força de direito. Se a pessoa não tiver pistolaõ morre na calçada. Se tiver pistolaõ, pode até com dificuldade se internar na Sta. Casa ou H. Geral.

Enquanto os olhos do subdelegado bionico Sr. Roberto Macieira, estão cegos, para a recuperação do socorrão, os olhos do Sr. João Gonçalves, ficaram com a visão de um microscópio que aumenta até 1.500 vezes para encanação Itapecuru-São Luis. Isto porque, este projeto dá muito lucro em Cr\$ ou dólar.

Quando o Estado não vai gastar com esta obra menurosa? Se, so a Alcoa, diz que contribuiu, com a vultosa importancia de trinta milhões de dólares. Contribuiu, quer dizer doou ou deu de esmola, é a primeira vez que meu Estado recebe esmola, quando se transformou em Estado solução? Estado mentira, isto porque quando o profeta uniuco apareceu na TV falando de encanação

do solução, e, em seu lugar põe o Estado menurora. Ao dizer que os 30 milhões de dólares e pagamento antecipado da água que a Caema vai fornecer para matar a sede da fábrica Alcoa. A Alcoa confessou ser uma cascavel com chamei no meu artigo de 8-11-80 com o titulo de "A Alcoa e uma cascavel". Respondendo a p. n.º 10 em certa altura diz a Alcoa, são cercados por um verdadeiro muro que impede transbordamentos, pois os resíduos depositados não alcançam a mesma altura. Se o lago tiver 10 metros de profundidade, por exemplo, o muro que o cercará terá 10 metros de altura. Se a profundidade for 12 metros, a altura da borda será também 12 metros, e assim por diante. Essa resposta da Alcoa, só fez confirmar o que eu já tinha dito. O veneno da Alcoa está confirmando sua periculosidade pela própria Alcoa, que quer fazer de São Luis um cemitério cavando covas para enterrar seu veneno. Cujo veneno enterrado atingirá a água subterrâneas envenenando os rios, poços e cacimbas que são cavados por pobres braços humanos indefesos, em termos de finanças e educação. Quando isto acontecer, o surto de mortes é igual o da terrível peste suína, pois, quem não beber água do rio Itapecuru morrerá porcerto, e mesmo be-

de suas chaminés. Desta forma, São Luis será "o monte calvario da Alcoa". Por isso, peço, em nome das vidas humanas, das aves, dos peixes, das árvores e dos animais. Peço a todos os parlamentares do bravo PMDB, ao bravo Movimento Feminino, em defesa da ilha, aos direitos humanos, ao presidente da OAB no Ma., ao DCE, enfim, a todos os órgãos, da brilhante oposição maranhense, aos profissionais liberais, como os advogados filhos da Atenas do Brasil que se unam, em um só pensamento, para juntos e unidos expulsarmos esta terrível peste humana, que é a Alcoa. Não somos carneiros para morrerem catados. Pois, quando projetaram a encanação Itapecuru-São Luis o projeto foi em nome do povo e com verbas da nação. Agora a Alcoa diz que contribuiu com a vultosa quantia de 30 milhões de dólares. Como a Alcoa furou o tumor, o crime ficou constatado, pois a água é para a Alcoa, e nao para o povo. E, os trinta milhões de dólares, contribuído pela Alcoa pode não aparecer, de vez que, o projeto foi feito em nome do povo e com o erário do povo, pois cabe a nação brasileira arcar com todas as despesas do nefasto projeto.

Identificação:
Carteira de Identidade:

do Brasil. De qualquer forma, é um pedaço de chão, que se deflagra com muitas lutas, mas em cada luta, é mais uma gloriosa vitória alcançada pelo sofrido povo de São Luís.

Enquanto todos os brasileiros de São Luís dormiam, eu era acometido de fortes e tormentosos pesadelos, cujos pesadelos associados de insônia, tinha única origem em mim: 1.º — como dar fim à inflação galopante gerada e alimentada pelos golpistas de 1.º de abril de 1964; 2.º — como descobrir o porque, do delegado bionico castelo de sonhos, gastar tantos milhões de cruzeiros, em uma obra nefasta e faraônica que é, a propalação da encanação do Rio Itapecuru, para fornecer água a São Luís; 3.º — porque São Luís, além da barragem do Batatan, que substituiu a antiga caixa d'água, que fornecia água encanada a São Luís. A antiga caixa d'água, fornecia água ao povo de S. Luís desde 1885. Caixa d'água, era nome ou apelido, dado pelos poucos moradores do Batatan, a caixa d'água usava como combustível, madeira em tamanho de metro. Os proprietários de carros de bois vendiam em carruagens, e posteriormente os produtos, eram jogados em uma caldeira, e em seguida através do calor produzida força; 4.º — por outro lado, São Luís possuía uma fortuna em água potável. Em quase todos os lugares que se cava na água. Ou seja, isso sem se falar em riachos, se o rio sobre sede, não é fato do produto no rio de São Luís, e sim, incompetência dos delegados bionicos, que se prepararam para o trabalho que ocupam, não ocupam com os trabalhos mais agudos do povo. O problema da água, onde não existe canalização, uma criança

só mês, e a Caema cobrou conta de água onde nunca teve torneira de qualquer natureza; 5.º — descobri a farsa da encanação Itapecuru-São Luís, não é que São Luís não tenha água em seu solo. Descobri que é mais que uma farsa, é um crime premeditado contra a vida dos pobres seres humanos e ecológicos, descobri, criminoso farsa, quando diário do Bom Preço, ex-Diário do Povo, de 14 de novembro de 1980 de número 625 na 6.ª página. Na pergunta n.º 28, conteúdo total da pergunta a localização da fábrica da Alcoa próximo ao rio dos Cachorros irá prejudicar o fornecimento de água à população de São Luís? Como resposta, que não vou dar todo conteúdo, a própria Alcoa, deu um tapa no rosto criminoso dos seus defensores. A primeira coisa que a Alcoa disse em resposta, foi confessar o crime, dizendo em r — "a Alcoa reconhece a seriedade do problema de fornecimento de água para São Luís". Depois de um longo-longo de 35 palavras incluindo a, o, como palavras, faz ponto na palavra Luis. Ai os donos ou defensores da famigerada Alcoa, continuam falando a verdade de que a implantação da Alcoa em São Luís é um crime premeditado. Quem são, depois das palavras São Luís, em seguida diz a Alcoa, "a canalização e a extração de água do rio Itapecuru é a melhor solução para o problema da falta de água. É justamente para auxiliar na concretização desse projeto, que é o projeto Itapecuru, a Alcoa comprometeu-se a fornecer a Caema equipamentos no valor de trinta milhões de dólares Cr\$ 1.800.000,00. Respondendo a pergunta n.º 15, r. "pelo contrário: Alcoa contribuiu com a vultosa quantia de trinta milhões de dólares. Ou seja Cr\$ 1,8 bilhão e

a língua da Alcoa, diz: "Alcoa comprometeu-se a fornecer à Caema equipamentos no valor de trinta milhões de dólares". Somente compromisso, sem hora, mês, nem ano, para sanar esse compromisso, e, nem fala se esse compromisso, é cumprido de, uma ou 1.000 vezes.

Na p. n.º 15, a r. da "Alcoa contribuiu", quer dizer dou trinta milhões de dólares para solucionar o problema de fornecimentos de água para a população. Até ai, bom coração da Alcoa. Não pediu nada em troca dos trinta milhões de dólares, doado ou por doar a Caema. Na p. 18 a r. da ratana da Alcoa abriu o bocado no mundo, e, começaram a botar o jogo podre na rua. R. da Alcoa, primeiramente é preciso esclarecer que não se tratou de doação, e sim da antecipação do pagamento da água que será fornecida pela Caema à Alcoa para o funcionamento da fábrica.

Ora, povo de São Luís muita gente diz perto de mim que, o doutor João Ribeiro vai trazer água encanada do rio Itapecuru, para matar nossa sede, frase do zé povinho, que continuam dizendo, para isto ele tem lutado em Brasília para adquirir muitos milhões de cruzeiros, mais eu sempre preocupado com esse projeto faraônico, 1.º porque, em São Luís não conheço um caso de pessoa que morreu de sede por falta d'água, agora de fome e doença, estão morrendo aos poucos, seres humanos. Segundo porque existe, problema, tão asado e alarmante que requer, urgentes soluções, este é, o problema da saúde pública. Assistência médico hospitalar, que na atual administração da delegacia bionica, é a pior das piores. Essa mortífera administração que eu "chamo de administração febre amarela". O pobre

Geral.

Enquanto os olhos do subdelegado bionico Sr. Roberto Macieira, estão cegos, para a recuperação do socorrão, os olhos do Sr. João Gonçalves, ficaram com a visão de um microscópio que aumenta até 1.500 vezes para encanação Itapecuru-São Luís. Isto porque, este projeto dá muito lucro em Cr\$ ou dólar.

Quando o Estado não vai gastar com esta obra menirosa? Se, só a Alcoa, diz que contribuiu, com a vultosa importância de trinta milhões de dólares. Contribuiu, quer dizer dou ou deu de esmola, é a primeira vez que meu Estado recebe esmola, quando se transformou em Estado solução? Estado mentira, isto porque quando o profeta bionico apareceu na TV, falando da encanação Itapecuru-São Luís; falou somente no problema do povo e não na sede da Alcoa na R da P-16 a Alcoa tira do mapa o Esta-

metros de profundidade, por exemplo, o muro que o cercará terá 10 metros de altura. Se a profundidade for 12 metros, a altura da borda será também 12 metros, e assim por diante. Essa resposta da Alcoa, só fez confirmar o que eu já tinha dito. O veneno da Alcoa está confirmando sua periculosidade pela própria Alcoa, que quer fazer de São Luís um cemitério cavando covas para enterrar seu veneno. cujo veneno enterrado atingirá a água subterrâneas envenenando os rios, poços e cacimbas que são cavados por pobres braços humanos indefesos, em termos de finanças e educação. Quando isto acontecer, o surto de mortes é igual o da terrível peste suína, pois, quem não beber água do rio Itapecuru morrerá porcerto, e mesmo bebendo a água do rio Itapecuru quem não tiver ar condicionado também morrerá, ao cheirar a poluição dos cigarros da Alcoa, que é, a poluição

samento, para juntos expulsarmos terrível peste hui que é a Alcoa. Não são carneiros para mimos catados. Pois, do projetaram a encanação Itapecuru-São Luís projeto foi em nome do povo e com verbas doação. Asora a Alcoa que contribuiu com a tosa quantia de 30 milhões de dólares. Co Alcoa furou o tumor crime ficou constatado pois a água é para coa, e nao para o j E, os trinta milhões de dólares, contribuído Alcoa pode não aparecer de vez que, o projeto feito em nome do povo com o erário do j pois cabe a nação brasileira arcar com todas despesas do nefasto projeto.

Identificação:
Carteira de Identidade n.º 246.890-Ma.
C.P.F. 125409783-04
Resid. rua da Liberdade S/N — Ribamar-MA
16-11-80

HELIO CO

ALCOA - o defeito tá na vista

Contam que um cigano foi negociar um cavalo de olho furado com um matuto na residência deste. Foi a noite e a luz era de lamparina. O cigano, no auge do seu calor para envolver o matuto lhe mostrava o animal garbosamente. O matuto já convencido e certo do bom negócio perguntou ao cigano se o animal não tinha nenhum defeito, havendo este lhe dito: Nenhum, o defeito tá na vista.

É assim que quer fazer a Alcoa. Entregando a alguns parlamentares o seu balanço de 1980 discriminado numa revista rica e vistosa, colocou em sua capa mapa colorido da posição na Alcoa em S. Luis. A visão da monumental obra mostra o crime. A Alcoa se encontra sendo construída sob um "CHARCO". Em todas as direções se observa a presença de igarapés e rios, além da baía de São José se encontrar próxima, já que o Estreito dos Mosquitos fica a sua porta, local onde construiriam seu porto de embarque e desembarque.

O que a Alcoa quis evidenciar foi a verdade de suas atitudes, para que mais tarde pudesse se defender, como o caso do cigano que vendeu o cavalo de olho furado,

avisando que o defeito estava na vista. Tentou mostrar aos homens que nos parecem de olhos furados, mais que na realidade eles encheram bem, melhor que nós com apenas dois, porque poderão ter até mais, que o negócio foi avisado com antecedência e com documentos; que todos tiveram conhecimento de sobra. Acontece que os responsáveis pela negociata, homens que na realidade são irresponsáveis e criminosos, desumanos e ladrões, sabem muito bem do crime, da marmelada sinistra.

Por outro lado, no caderno publicado pela dita Empresa sob o título "Perguntas e Respostas", ela confessa a vulnerabilidade dos poços que depositarão os 2.740 milhões de quilos de veneno anualmente, havendo possibilidades de vazamentos, isso mesmo com todas precauções tomadas pelos seus conceituados técnicos, estes que justificam que o veneno que alcançar o mar será facilmente eliminado por este.

Também confessam que escolheram S. Luis devido a facilidade de embarque e desembarque, caso contrário, se colocada no Continente, a Empresa teria de ad-

quirir grande frota de caminhões, além de facilidade residencial a seus funcionários em S. Luis. Uma prova concreta de que a Alcoa vi seus bens econômicos sem nenhuma preocupação com a segurança, tranquilidade dos habitantes de nossa ilha, como também da preservação da nossa fauna silvestre e marinha, de nossos rios e mares próximos.

No próximo artigo voltarei com profundas análises sobre esse horrendo crime que deseja perpetrar em nossa terra.
Augusto Silva de Carvall

Governador escondeu trabalho que ele mesmo encomendou

PROJETO ALCOA TRAZ MAIS DESVANTAGENS QUE VANTAGENS

Perigos ao meio-ambiente de São Luis

No mesmo dia em que tomou conhecimento oficial do projeto da Alcoa para instalar um complexo de alumínio na ilha de São Luis, o governador do Maranhão, João Castelo Ribeiro, criou um Grupo de Trabalho para estudar o impacto do empreendimento sobre a economia, a vida social e a ecologia da capital e do Estado. Esse grupo começou a trabalhar no dia 6 de junho do ano passado e, 14 dias depois, entregava seu relatório ao governador.

O documento é contundente: questiona eventuais vantagens econômicas do empreendimento, levanta alguns problemas de crescimento desordenado da população de São Luis e, sobretudo, aponta os sérios riscos ecológicos da localização da Alcoa na ilha.

O relatório, entretanto, não veio a público. E, tudo indica, também não serviu para o governador rever posições iniciais e negociar com a multinacional norte-americana uma nova localização — no continente — para

ambientais do projeto, deixando de lado a discussão sócio-econômica. E, também, conforme consta nas páginas de seu relatório, não recebeu, quer da Alcoa, quer do governo estadual, quer dos órgãos federais (CDI, Consider, etc.) qualquer informação que lhe permitisse melhor estudar o empreendimento e suas consequências.

Além dos impactos ecológicos altamente negativos (ver box), o GT concluiu:

1 — O projeto em sua fase de operação deverá importar de outras partes do Brasil a maior parte de sua mão-de-obra, já que esta será especializada ou semi-especializada e a Alcoa não apresentou planos de treinamento local. Por outro lado, na fase de implantação, ocorrerá cerca de 4 mil braços que, depois, serão lançados no mercado de São Luis sem previsão de novos aproveitamentos.

2 — Como a Alcoa quer isenção de 90% no ICM (além de isenção total de imposto de renda por 15 anos, de IPI e

to, investindo na empresa, em impostos que deixará de recolher, US\$ 99

O Projeto Alcoa irá "conflitar sobremaneira com a variável meio-ambiente e qualidade de vida da população, devido à excessiva demanda por serviços básicos e a dificuldade do município em atender a essa demanda".

Mesmo sem dados mais detalhados, essa é a conclusão do relatório do Grupo de Trabalho do governo maranhense a respeito dos impactos ambientais do Projeto Alcoa sobre a ilha de São Luis. Particularmente grave serão seus efeitos sobre os mananciais de água da cidade, já que os atualmente utilizados estão com sua capacidade prestes a se esgotar e "os p revistos, para uso futuro, localizam-se coincidentemente na área escolhida pela Alcoa para localizar sua planta industrial".

Ou seja: o Projeto Alcoa vai privar São Luis de suas futuras fontes de água, exatamente no momento em que a ilha de

São Luis "não poderão ser utilizadas, principalmente para a alocação de poços artesianos, nos locais de despejo de resíduos sólidos e dos lagos de lama". Isso porque os despejos altamente poluidores feitos nos lagos de lama (tanques de rejeito com capacidade para 410 mil toneladas anuais de lama vermelha) poderão infiltrar-se pelo subsolo poroso da ilha, afetando as águas subterrâneas que são ou serão utilizadas no abastecimento da cidade.

Além disso, fica impedida qualquer atividade futura de reflorestamento, exceto se através do emprego de árvores com raízes profundas. Mas, o que é mais grave, essa infiltração "poderá ocasionar efeitos degradantes e irreversíveis sobre os ecossistemas sobre os mangues e estuários existentes no entorno, ecossistemas esses extremamente frágeis e vulneráveis e responsáveis pela alta produtividade biológica, principalmente das ocor-

bioenergético dos mencionados ecossistemas".

Acido sulfúrico. Outro risco ecológico do Projeto provém dos resíduos gasosos. A Alcoa prevê, como única precaução, sua emissão através de elevadas chaminés, que permitiriam maior dispersão dos gases. Só que, conforme adverte o GT, esse método apenas transferirá para regiões mais distantes o problema, não dispondo as autoridades sequer de meios para controlar os destinos desses resíduos. Lembra o relatório que "se desconhecem de forma sistêmica as direções predominantes e velocidade dos ventos na região", mas, pelo que se sabe, é possível prever estar o vale do Mearim bastante ameaçado por futuras precipitações gasosas.

Os gases de uma usina estrutura do subsolo dos mangues por carreamento de lama vermelha para os mesmos, refletindo negativamente no equilíbrio dinâmico e

de alumínio possuem em alta quantidade dióxido de enxofre. Este se combina facilmente com a água, transformando-se em ácido sulfúrico. Água, nessa região de elevado índice pluviométrico, é o que não falta. Os resultados serão "precipitações ácidas que comprometem os recursos hídricos, as espécies animais e vegetais, bem como a fixação e ciclo biológico do nitrogênio nas águas e na camada edáfica dos solos". Segundo a Alcoa, a emissão diária de dióxido de enxofre será da ordem de 67 toneladas.

VENDE-SE um Chevrolet branco, particular, modelo tropical 1970, conservado, emplacado, terminação zero, com tocafitas e rádio FM. Tratar com Castelo, à Av. João Pessoa n.º 268 — Outel- ro da Cruz.

São Luís e, sobretudo, aponta os sérios riscos ecológicos da localização da Alcoa na ilha.

O relatório, entretanto, não veio a público. E, tudo indica, também não serviu para o governador rever posições iniciais e negociar com a multinacional norte-americana uma nova localização — no continente — para sua fábrica.

Mais: alguns dias depois de iniciado seu trabalho, o GT foi orientado pelo governo maranhense a se preocupar exclusivamente com as questões locacionais e

panos de treinamento local. Por outro lado, na fase de implantação, ocorrerá cerca de 4 mil braçais que, depois, serão lançados no mercado de São Luís sem previsão de novos aproveitamentos.

2 — Como a Alcoa quer isenção de 90% no ICM (além de isenção total de imposto de renda por 15 anos, de IPI e ICM para a compra de equipamentos nacionais e draw back nos equipamentos importados), o Estado apenas recolherá US\$ 11 milhões nos primeiros cinco anos de funcionamento do proje-

to. Também utilizados estarão com sua capacidade prestes a se esgotar e "os previstos, para uso futuro, localizam-se coincidentemente na área escolhida pela Alcoa para localizar sua planta industrial".

Ou seja: o Projeto Alcoa vai privar São Luís de suas futuras fontes de água, exatamente no momento em que a implantação do grande Projeto Carajás imporá uma rápida expansão do sistema de abastecimento da cidade. São Luís, então, terá que buscar água no continente a custo muito mais elevado.

Subsolo comprometido. Com base em dados da própria Alcoa, o relatório do GT afirma que, após 50 anos, as águas

raízes profundas. Mas, o que é mais grave, essa infiltração "poderá ocasionar efeitos degradantes e irreversíveis sobre os ecossistemas dos mangues e estuários existentes no entorno, ecossistemas esses extremamente frágeis e vulneráveis e responsáveis pela alta produtividade biológica, principalmente das ocorrências pesqueiras, que hoje se constituem item importante da economia maranhense".

Explica o relatório que o "aumento dos índices de turbidez, modificações no grau de salinidade dessas águas, mudanças de pH, assoreamentos e deposições de metais pesados podem ocasionar o desaparecimento de sururus, camarões, bagres, ostras e diversas outras espécies importantes que constituem o ecossistema lagunar e esturiano das baías de São Marcos e São José, no momento em que os últimos ecossistemas íntegros das costas brasileiras".

Conforme ressalta o documento, "o extravasamento dos lagos de lama poderá ocorrer por rompimento de suas paredes, por transbordamento, consequente de altas precipitações pluviométricas concentradas em curto espaço de tempo, fato deveras comum na região, e ainda por infiltração dos terrenos arenos-argilosos existentes no local".

"Todas essas formas de extravasamento", acrescenta, "comprometerão as águas superficiais e subterrâneas, como também modificarão a estrutura do substrato dos mangues por carreamento de lama vermelha para os mesmos, refletindo negativamente no equilíbrio dinâmico e

Famoso Ecologista prega rebelião pacífica em defesa da ilha de S. Luis

A convite do Reitor da Universidade Federal do Maranhão, esteve em São Luís, no fim da semana passada, o cientista Mário Guimarães Ferri, nome internacional da ecologia brasileira, e prof. da Universidade de São Paulo, para proferir algumas palestras sobre a ciência de que é renomado mestre.

Por compromissos outros e ligados à sua atividade científica, apenas pôde pronunciar duas conferências as quais se reaizaram no auditório da Faculdade de Farmácia.

As conferências do consagrado homem de ciência foram além das medidas, pois sobre ser profundo conhecedor da matéria, demonstrou ser um grande professor (o que quase sempre não andam juntos) pela simplicidade e clareza que levou ao entendimento dos presentes a ciência da ecologia e aos problemas da poluição.

PRO-MORAR CONDENADA

Respondendo a uma pergunta sobre o projeto Pro-Morar, louvou a intenção do governo, mas condenou veementemente a execução do projeto por causa do desastre ecológico e que provocará, originário da destruição do mangue.

A ALCOA TAMBÉM CONDENADA

No decorrer de sua brilhante e profunda justificativa em que condenava o Projeto Pro-Morar, revelou que já conhecia São Luís, pois

aqui estivera há alguns anos. Nesta oportunidade percorreu como agora a periferia da cidade. Que barbaridade está cometendo uma "TAL DE ALCOA" (sic) que está se implantando nesta encantadora ilha! E revoltado verberou "O POVO DE SÃO LUÍS DEVE FAZER UMA REBELIÃO PACÍFICA CONTRA TAMANHO CRIME!"

Esta rebelião, essa Balaiada Ecológica, professor, aparteu uma voz do auditório, já começou desde agosto do ano passado, e tem o nome de Comitê de Defesa da Ilha de São Luís. — Era Nascimento Morais Filho que, no auditório, exultava com o inesperado aliado, embora natural, e, portanto, mais um militante do comitê que começa a escrever o primeiro capítulo da Nova História Política do Maranhão.

E, quando, no dia seguinte, depois que o professor Guimarães Ferri terminou a sua magistral conferência sobre poluição, Nascimento Morais Filho, indo até a mesa do conferencista apresentou-lhe a informação do "Relatório Reservado" (publicação especializada publicada no Rio de Janeiro) baseado no documento oficial do Vale do Rio Doce, popularmente conhecido como "Carajazão". O professor Guimarães Ferri ficou estarrecido... E não era para menos... O artigo, ilustrado com a Ilha de São Luís, informa o seguinte:

"Nos planos do governo está prevista a instalação, em São Luís, de 1) uma siderúrgica com capacidade para 10 milhões de toneladas de semiacabados por ano, 2) uma usina de sinterização com capacidade para 5 milhões de toneladas, 3) uma coqueira para dois milhões de toneladas, 4) uma fábrica de alumina para 2 milhões de toneladas e 5) uma usina de alumínio para 400 mil toneladas anuais. Além disso poderá também ficar em São Luís, 6) uma usina de cobre e 7) usinas de ferro-ligas para exportação. Todo esse complexo industrial, conforme mostra o mapa acima, ocupará um quinto da ilha, na região do porto de Itaqui."

Muito bem disse Nascimento Morais Filho,

quando escreveu: "A maldição da Terra não cairá apenas sobre a cabeça dos assassinos da Ilha de São Luís. A maldição da terra cairá também sobre a cabeça daqueles que, criminosos também, por omissão, servilismo ou qualquer outra alegação, não tiveram a coragem moral de, por qualquer meio ou modo, lutar, contra tamanha iniquidade, de lutar, de qualquer forma ou maneira, pela dignidade humana de sua própria existência, ou, ao menos, não tiverem a coragem animal, a reação instintiva, de defender os seus próprios filhos: a sua descendência. A maldição da terra é a ira de Deus! Ai das Alcoas! Ai dos Corruptos! Ai dos Hipócritas! Ai das Pústulas de Covardia!"

UM DISCURSO HISTÓRICO

QUEREM TRANSFORMAR S. LUIS EM LIXEIRO DAS MULTINACIONAIS

(Discurso pronunciado pelo Deputado Haroldo Sebóia — PMDB na Assembleia Legislativa do Maranhão em 03.06.1980)

No dia vinte e cinco de maio último, o Diário do Povo em manchete de primeira página anunciou: "São Luis vai ter usina de alumínio...". A informação, dada em íntimo pelo ministro das Minas e Energia César Cais, que como bom estatista de interesses monopolistas complementava: "O Governo dará a Alcoa Alumínio S/A Tratamento Especial no que diz respeito ao fornecimento de energia elétrica e matéria-prima para a usina que pretende construir em São Luis destinada à produção de Alumina e Alumínio".

Ora Sr. Presidente, Srs. Deputados... Que empresa é esta, tão merecedora de tratamento especial quanto ao fornecimento — vejam bem a gravidade — de dois produtos de grande escassez: energia e matéria-prima? Será a Alcoa uma empresa privada nacional? Será a Alcoa uma empresa estatal? São perguntas que nos vêm à

mente de violência e de morte".

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Maranhenses, não será a uma empresa nacional, nem a uma empresa pública que o Governo Federal dará tratamento especial em energia e matéria-prima. A Alcoa não é fruto de empreendimento de empresários brasileiros, não resulta do processo de fortalecimento do setor público de nossa economia, o que nos informa o professor Wladimir Andreff, em seu livro "Profits and Structures do Capitalismo Mundial" (Editora Calmann Lévy, 1979): Já em 1914, da centena de empresas americanas realmente multinacionais, algumas entre elas, cerca de vinte, já haviam chegado àquela data a um grau de extensão muito forte "tanto pelo número de países de implantação como pela importância relativa as atividades realizadas no estrangeiro".

Entre estas vinte empresas figura a Alcoa ao lado da Standard Oil, da General Electric, da United Fruit, da U.S. Steel e outras. Onde se con-

tre o conograma de obras da ferrovia Carajás-Itaqui, a Hidrelétrica de Tucuruí, e o Projeto Italuís — todos eles prevêem para 1983 o término de obras e o início de funcionamento também a Usina de Alumínio da Alcoa segue o mesmo conograma.

Segundo informações que deverão ser confirmadas ou não pelo sr. secretário da Indústria e Comércio, José Joaquim Guimarães Ramos, pelos técnicos da CDI, e pela assessoria do sr. João Gonçalves, o Projeto da Alcoa começará a ser implantado em julho deste ano! Isto sem que o povo do Maranhão tenha tido conhecimento das consequências para a Ilha de São Luis. Sem que esta Casa o tenha discutido. Sem que os maranhenses sejam chamados a opinar.

Com efeito, segundo as dimensões do projeto, a Alcoa deverá ocupar mais de 10.000 hectares das terras de São Luis, entre a BR-135 e a Baía de São Marcos. Perguntamos às autoridades deste Estado, à Secretaria de Comércio

bem largas, já que o seu testa de ferro político, neste País, dizem, é um ex-Ministro de Indústria e Comércio e, coincidentemente, ex-Governador biônico do Estado de São Paulo, o Sr. Paulo Egydio Martins.

Oitocentos milhões de dólares para produzir 8 mil toneladas de alumínio e 40 mil toneladas de alumina, por mês, em sua fase inicial, e — pelo que me foi dado saber — em sua expansão, 25 mil toneladas de alumínio e 175 mil toneladas de alumina mensal. Ou seja: menos de 15 por cento da produção será transformada em alumínio. O restante deverá, pelo que deixam entender, ser exportado na forma de alumina, produto semi-acabado, com menor valor agregado.

As autoridades deste Estado terão que informar e precisar estes dados, já que os maranhenses exigem que lhes informem se o governo quer de fato industrializar a região, criando novas oportunidades de emprego; ou se aqueles encastelados no Palácio

portada a preços baixos pela ferrovia da AMZA, construída com recursos do povo brasileiro, e muita e muita energia. Energia essa que não será fornecida pela Cemar, o que poderia vir a beneficiar o Estado do Maranhão, seu acionista majoritário. A energia a ser consumida pela Alcoa será da CHESF, futuramente integrada à Eletronorte; e para isto, a Usina vai ficar bem defronte do posto de transmissão à beira da BR 135, diminuindo em muito os seus custos de implantação. Também não vai beneficiar a CO DOMAR, já que multinacional é multinacional e terá um porto próprio ao lado do Itaqui.

Mas vai consumir, e muita energia; e energia barata, pois assim já anunciou o Ministro César Cais. Pelo que dizem, o consumo de energia será da ordem de 600 MW por mês, quando o consumo de todo o Estado em pouco ultrapassa os 100 MW.

Dirão os menos avisados e aqueles só capazes de pensar no curto

de óxido de titânio, aquele mesmo que iniciou a esterilização do mar da Bahia — cianuretos, fluoretos, sódio, soda cáustica, penetrando no solo arenoso, vão bater direito nos nossos depósitos naturais de água subterrânea e que quando carregados pela nossa chuva — que ainda é muita — vai para nos rios, lagos e mares...

Além disso, vamos ganhar no nosso ar algumas partículas de alumínio, alumina, dióxido de enxofre, fluoretos que vão penetrar em nossos pulmões, e nos pulmões de nossos filhos, além de corroer o que resta do nosso patrimônio histórico — de nossos casarões, nossas ruas e igrejas.

Será que suportaremos tanta sobrecarga de gases poluentes? Será que nos habituaremos a respirar partículas de alumina, dióxido de enxofre e fluoreto?

No solo, cuja permeabilidade ninguém pode atestar, será depositada a "lama vermelha", consistida de Trióxido de

guntas que nos vêm à mente tão logo aprendemos que o Governo Federal, através de um ministro de Estado, mostra-se não somente complacente como exageradamente interessado na sua instalação. E' de su-
por, portanto, que um governo que se diz guardião único da segurança nacional não irá, de forma alguma, dar tratamento especial a uma empresa que não fosse de capitais privados ou públicos, de origem nacional.

Nesta ilha de São Luis de tantas chaminés desativadas, que viu desaparecer enormes contingentes de operários têxteis, sua atenuadora a informação da breve instalação de uma indústria cujos simples anúncio já semeia esperanças e tantos desempregados, a tantos sub-empregados, abandonados da terra, de suas lavouras expulsos, que vivem e povoam o cordão da palafitas plantadas por entre os mangues. Uma esperança, um fio de esperança que seja, aos homens e às mulheres de São Luis, esses desamparados que quando ousam reivindicar um punhado de terra recebem do prefeito Roberto Macieira o tratamento de "moleques"; como se o robusto prefeito que lhes nega a terra e o pão se distraisse em oferecer-lhes, de graça, um espetáculo de um "circo... da ameaça de desejo de despe-

clui que o Governo Federal considera normal, e mesmo torna publico através do Sr. César Cals, dar tratamento privilegiado a uma grande e m p r e s a multinacional, em desrespeito a nossa soberania, estimulando com energia e matérias-primas o apete devorador do capitalismo monopolistas internacional.

Mas como o governador biónico João Gonçalves costuma afirmar que o Maranhão constitui um "Estado-solução" e jamais um Estado-problema", somos levado a pensar que vários projetos governamentais, desenvolvidos com recursos oriundos do esforço nacional, do trabalho de milhões e milhões de brasileiros, são mecanismos destinados a criar facilidades e atrativos às multinacionais. O Maranhão tornar-se-ia, portanto, um Estado-solução não à crise econômica, social e política que atravessa nosso país, não solução ao estado de miséria e subnutrição em que vive nosso povo, mas sim solução de investimento subsidiado, de matéria-prima e não de obras baratas, às empresas multinacionais de origem americana, muitas delas já expulsas de outros países pela luta de independência nacional de povos irmãos oprimidos do Terceiro Mundo.

E' de notar, Srs. Deputados, Maranhenses, a enorme coincidência en-

e Indústria, à CDI e ao prefeito que não soulo ou o problema das populações carentes do Coroadinho, do Vera Cruz; estas terras serão dadas de mão beijada à multinacional do alumínio ou serão vendidas, e a que preço?

E as populações do interior da Ilha, do Cajueiro, de Juçaral, de Inhaúma, de Jacamin, serão expulsas para dar lugar à Alcoa? Para onde irão?

No ante-projeto remetido às autoridades deste Estado, qual é, sr. Secretário da Indústria e Comércio, senhores membros da CDI, o montante da reserva destinada a aquisição de máquinas e equipamentos importados que serão acrescidos à já astronômica dívida externa brasileira? Qual o montante destinado ao pagamento de "royalties", licenças de fabricação, etc. etc. etc?

E' verdade, senhores técnicos responsáveis pela aprovação deste projeto, que o total de investimentos atinge o montante de oitocentos milhões de dólares, que proporcionariam apenas 2 mil empregos? Ou seja, um investimento de 20 milhões de cruzeiros para cada emprego diretamente criado? Será, senhores, entre as alternativas tecnológicas, esta de capital intensivo, a mais apropriada para o nosso Estado? E' estarrecedor.

Mas acontece que a Alcoa parece ter costas

dos Leões querem é transformar São Luis em lixeiro das multinacionais.

Isto porque, senhores, sabe-se que a indústria que utiliza o alumínio como matéria-prima como por exemplo, a indústria de embalagens, de fios, de persianas, de esquadrias, esta sim gera renda, gera emprego, gera atividade e é uma indústria de "tecnologia limpa". Já o processo de transformação de bauxita em alumina é terrivelmente poluidor.

Como nos informa o Jornal Resistência, de Belém do Pará, pois também lá se luta contra a instalação de semelhante usina, "o alumínio industrial" é obtido a partir da alumina, que por sua vez é extraída da bauxita. Até a obtenção do produto comerciável, a bauxita, portanto, passa por dois processos industriais — o primeiro por métodos mecânicos e químicos, e o segundo por eletrólise, consumindo uma grande quantidade de energia.

Na extração da alumina da bauxita, é eliminada grande quantidade de soda, utilizada no processo químico. Na redução da alumina em alumínio, é eliminado gás fluorídrico; ambas substâncias altamente nocivas à saúde.

Como vemos a Alcoa não quer apenas sombra e água fresca e muitos lucros. Quer também bauxita na porta, trans-

zes de pensar no curto prazo: afinal Tucuruí está aí e é necessário dar uso à sua energia gerada a custo do impacto causado na nossa dilapidada Amazônia... Mas, Srs. Deputados, nenhum País decente hoje em dia, produz alumínio e alumina para exportar ao exterior afinal, no processamento desses produtos, o insumo que mais se incorpora é a energia, fator carente em todo o planeta.

Mas a Alcoa também tem sede e necessitará de 400 mil metros cúbicos do precioso líquido de que tanto carece a nossa Ilha: a água. Mas o Estado, pelo visto, será responsável por tal fornecimento. Afinal, o Projeto Italuís, está previsto para ser concluído em 83/84, com recursos nossos, para amamentar a multinacional do alumínio.

Enquanto a Alcoa — esta multinacional do alumínio — receberá quase de graça bauxita, energia, transporte, água, terreno, São Luis receberá o lixo como resultado imediato desta implantação. Lixo esse formado pelas emissões de resíduos sólidos, de lama vermelha constituída na proporção quase igual a dos produtos exportados, porém não de produtos nobres que irão enfeitar as construções civis de gente mais "civilizada" que a nossa, mas sim de trióxido de ferro; de óxido de silício,

óxido de níquel, de Ferro, na proporção de 30 por cento; Óxido de Silício, na proporção de 17 por cento e Óxido de Titânico, na proporção de 4 por cento; e a parte aquosa, contendo 15 gramas por litro de Alcalis. Cada tonelada de óxido de alumínio produzido resultará em 830 quilos de lama vermelha. Façam, por favor, o cálculo da quantidade desse resíduo que será depositado no fundo das lagoas de decantação ao lado da indústria. Lagoas que cobrirão área de grande extensão e que terão somente 5 anos de vida útil, tendo que ser selados após a exaustão. Tijolos refratários e resíduos em cubas terão de ser colocados em escavações e poderão ocasionar a lixiviação do solo circunvizinho por conterem alumínio, fluor, enxofre, sódio, cianuretos...

As águas de nossas chuvas — que não são poucas — transportarão principalmente a soda cáustica para as vias naturais drenagem, ou trocando em miúdos, para nossa bacia hidrográfica e para o mar.

Será que diante de todo este quadro, os senhores deputados estarão de acordo com a implantação desse monstro nas cercanias de nossas casas?

Temos que dar um basta a essas decisões fechadas em gabinetes: (Conclui na 6.ª página)

ALCOA DESTRUIU O CEMITERIO DE ANDIROBA

Utilizando tratores, a ALCOA destruiu, de quinta para sexta-feira da semana passada, o cemitério do povoado Andiroba, no interior da ilha. Mais de 900 sepulturas foram derrubadas, segundo informou à nossa reportagem um morador dessa localidade. A multinacional norte-americana não respeitou nem mesmo os mortos, profanando túmulos, triturando, com suas máquinas pesadas, os ossos dos que foram enterrados no Campo Santo de Andiroba.

Não podendo enfrentar o poderio econômico da ALCOA, as famílias, residentes naquele lugarejo, assistiram, impassíveis, à cena de farisaísmo dos destruidores do cinturão verde S. Luís, que não a cobertura do

do Estado.
INDENIZAÇÕES VIS
 A ALCOA vem pagando indenizações vis aos donos das terras que invade. Os povoados de Araucária, Porto Grande, Anajatuá, num total de 8 mil hectares, estão sendo devastados pela ALCOA para implantar a sua usina de alumínio e alumina, em S. Luís.

A LASA fez o levantamento aerofotogramétrico das áreas ocupadas pela poderosa empresa estrangeira.

A ALCOA tem 4 aviões disponíveis.

ATO VANDÁLICO

Destruir um cemitério é contra os princípios do cristianismo. A igreja possui terras no sítio Andiroba e não pode sientar diante um plano de ato vandálico da ALCOA.

da mais, a um terrorismo político persistente e contínuo.

O Brasil não seria, infelizmente, uma exceção a esse quadro e assim, assiste o País a uma onda crescente de crimes das mais variadas espécies, com o seu cortejo de vítimas e propriedades saqueadas. O quadro é ainda mais agravado pelo reconhecimento da inadequação dos meios de repressão à disposição do Estado e também em virtude do nosso obsoleto e moroso sistema judiciário.

ANÁLISE DA ORIGEM DA VIOLENCIA

É perfeitamente estéril tentar uma análise das causas e concausas da violência e consequente criminalidade, não só devido à extensão do problema, sobre o qual não existe consenso, mas, também, porque isto está fora dos propósitos deste projeto.

A única coisa a estabelecer com clareza e que a violência e criminalidade são "geradas" dentro da própria sociedade e, portanto, a solução envolverá necessariamente a presença da sociedade civil e não apenas a do Estado. A unção dos dois componentes principais do País para combater a criminalidade ao que se sabe ainda não foi tentada em profundidade, por nenhum País do mundo.

UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO BRASILEIRA

Se a premissa acima é válida, então a nossa solução deverá ser a integração da comunidade às

sociedades Comerciais.

Assim, tomando-se a classe empresarial, com fulcro nas Associações Comerciais locais, planeja-se a formação de um órgão societário que possa congrega os valores mais representativos da sociedade em uma certa e determinada região pequena. Pretende-se que aí estejam incluídas: a) Outras associações empresariais; b) Clube de serviços; c) Clubes sociais e esportivos; d) Associações de pais e mestres; e) Associações de bairros; f) Associações de escoteiros; g) Órgãos de divulgação e comunicação, etc., além da representação condigna da Igreja, além de quaisquer outras forças sociais autênticas porventura aqui omitidas.

Qual seria o veículo adequado para, sob a égide do empresariado, congrega, liderar e unir as outras forças vivas da sociedade no propósito de se colocar ao lado das forças do Estado no combate ao crime e à violência?

Entendemos que deveria ser uma sociedade Civil sem fins lucrativos, ordenada e dirigida por componentes da Associação Comercial local e com acesso e representação de todos os órgãos e indivíduos que se queiram empenhar nessa nobre tarefa.

Se bem que o nome não seja o item mais importante de tal empreendimento, julgamos chamá-las de "Associação de Vigilantes", expressão tirada de um exemplo passado nos Estados Unidos e América Espanhola e que

1 — Integrar a comunidade em um corpo sólido e sadio com os propósitos abaixo mencionados.

2 — Ser um estio da lei em toda a sua comunidade.

3 — Colaborar com as autoridades constituídas sob todas as formas para auxiliar a combater o crime, a iniquidade da repressão do Estado, a injustiça ou excessos das autoridades contra o indivíduo e/ou grupo social.

4 — Estar presente junto ao Poder Judiciário e aos órgãos de repressão para incentivá-los no seu esforço de proteger a comunidade contra o fora da lei e sobretudo conhecer das suas necessidades.

5 — Contribuir, com bens materiais, para completar as lacunas possivelmente existentes na Polícia e Poder Judiciário a fim de lhes permitir um melhor desempenho de suas tarefas funcionais.

6 — Ter articulação permanente com os altos escalões da Administração Pública, Congressistas, Líderes Políticos e outros para conquistar o seu interesse para as causas comunitárias defendidas pela Associação.

DA "ASSOCIAÇÃO DOS VIGILANTES"

A integralização e implementação da "Associação dos Vigilantes" será feita pela Associação Comercial local que se empenhará para que a nova Associação venha a ser um sucesso.

A organização da "Associação dos Vigilantes" deve ser sempre a mesma salvo modificações para

que tenham dos exemplares que recebeu trazia a Revista Nacional. E paguei 25 cruzeiros pela sua edição dominical, mas sem o Suplemento. "O Imparcial" tem uma gloriosa tradição a preservar".

que nenhum dos exemplares que recebeu trazia a Revista Nacional. E paguei 25 cruzeiros pela sua edição dominical, mas sem o Suplemento. "O Imparcial" tem uma gloriosa tradição a preservar".

que nenhum dos exemplares que recebeu trazia a Revista Nacional. E paguei 25 cruzeiros pela sua edição dominical, mas sem o Suplemento. "O Imparcial" tem uma gloriosa tradição a preservar".

que nenhum dos exemplares que recebeu trazia a Revista Nacional. E paguei 25 cruzeiros pela sua edição dominical, mas sem o Suplemento. "O Imparcial" tem uma gloriosa tradição a preservar".

Vidigal mostra na Câmara a outra face do Projeto ALCOA

O SR. EDSON VIDIGAL (P-M.A. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito da imoralidade que envolve o Projeto ALCOA no Maranhão ainda não chegou ao conhecimento da Nação. O sistema autoritário de Governo em que vivemos não permite que o povo saiba a verdade sobre as lesões que, a portas fechadas, se consumam contra os interesses da coletividade.

Aos poucos, porém, vão aparecendo as minhas mãos documentos autênticos que, analisados, nos levam facilmente à certeza de que não estão a perpetrar no meu Estado apenas um crime ecológico contra a natureza, mas também atentam, e de forma intencional, contra os interesses do País, a custa da cumprimento com que os governos, Federal e Estadual, estão a favorecer as pressões internacionais.

Tão desmoralizada ficou, em pouco tempo, a ALCOA perante a opinião pública do Maranhão, que logo lhe mudaram a denominação. Passou a chamar-se ALUMAR — Alumínio do Maranhão S.A. Isso foi possível por artimanhas dos advogados da "Bunton", subsidiária da "Royal Dutch Shell", que a transformaram no agora chamado consórcio ALUMAR, uma forma de joint venture de caráter excepcional e inédito no Brasil que, de um lado, buscou respeitar as exigências das leis antitrustes norte-americanas e, de outro lado, ainda não desistiu de cumprir a Lei das SAs brasileiras.

Desesperadamente tentam dar cunho de legalidade a contratos e ajustes feitos às pressas com o corrupto Governo do Maranhão e, agora, mediante um cadastro a posteriori na Secretaria de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado, en-

viando aquela repartição informações incompletas e falsas, como as que apresentarei agora numa análise, de relance, sobre este catastrófico projeto que tenho em mãos, cujo original está em poder do Governo Estadual e cuja cópia me chegou ontem de São Paulo.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados: este é o chamado projeto técnico descritivo que a ALCOA ou ALUMAR remeteu como tentativa de atender às formalidades legais. Este desarranjado rol de dados, impropriamente chamado de projeto, foi elaborado em conjunto pela NAIKON — Consultoria e Projetos S.A. e pela ALCOA com o objetivo, como já disse, de, embora a posteriori, tentar legalizar sua localização na cidade de São Luís e os favoritismos com que foi contemplada pela administração incompetente e corrupta que intenciona noje o Maranhão. Há uma ação popular, inspirada pelo Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, mantendo na Justiça do meu Estado.

Mas a pressa e tanto o desrespeito à capacidade dos técnicos da Secretaria de Meio Ambiente e Tamberão, e o pouco caso a opinião pública brasileira e maranhense, em particular, atingiu tal nível, que a multinacional do alumínio não teve escrúpulos em apresentar o "projeto" com aspectos falsos que o descaracterizam como tal, principalmente por se tratar de um documento que, obrigatoriamente, deve obedecer aos mínimos requisitos científicos em sua estruturação.

Assim, trata-se de norma legal que procura disciplinar o controle e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais do Maranhão, ameaçados com a simples presença da ALCOA.

Ao descrever os aspectos gerais do projeto concebido pela empresa,

logo de início encontramos uma nova cifra de investimentos, agora de 1,4 bilhão de dólares, e acena com um desenvolvimento econômico e social, entre outras coisas, para o Maranhão, que deixa de especificar. Generalidade, somente, já que, hoje, não há maranhense que não saiba que todo o investimento previsto pela ALCOA está sendo subsidiado pelos cofres do Estado, que deixará de receber 90% do ICM gerado durante os quatro primeiros anos; e que o mesmo só gerará 2 mil empregos especializados na fase de produção e 4 mil na fase de construção; que sua presença na área já desempregou mais de 7 mil chertes de imanta que, com os excedentes de uma economia de subsistência, garantiam renda familiar em torno de 12 mil cruzeiros mensais; que estes mesmos chertes de imanta perambulando pela ilha vem ocupando áreas de navegação onde a montanha humana e a orçum de 164 crianças/mil e ouve, com muita sorte, poderão obter ocupação que as remunere com um salário mínimo. Não há também um só empresário local que não tenha sentido sua exclusão no empreendimento, em recente concorrência para o fornecimento de estruturas metálicas a ALCOA, exclusão relacionada com o mínimo de capital social de 200 milhões de cruzeiros e que acabou fazendo com que uma empresa do Sul ganhasse a concorrência.

Da mesma forma, o "projeto" refere-se ao controle das emissões geradas às atividades de processamento que visaram a proteção do meio ambiente e a minimização dos efeitos sobre a ecologia. É bom que os cupinças da ALCOA entendam que a ecologia, como ciência, tem sofrido muito com os seus comentários em defesa do projeto na Ilha de São Luís e que impactar o complexo ecossistêmico representado pela Ilha de São Luís e seu entorno. É uma região lagunar e estuarina formada pelas baías de São Marcos e São José.

Mas agora a expansão explícita da capacidade de produção é definida para os seguintes níveis: 3 milhões de toneladas/ano de alumínio e 300 mil toneladas/ano de alumínio para o ano de 1983. Pergunto à Secretária Especial de Meio Ambiente, à SEMA do Governo Federal; pergunto à Secretária de Meio Ambiente do Maranhão: estes níveis são compatíveis com os limites fixados pelas Nações Unidas, para ambientes semelhantes ao complexo ecossistêmico da Ilha de São Luís? Ou acatam a afirmação da ALCOA de que essa expansão se condiciona somente às possibilidades dos mercados interno e externo? Se aprovarem isso, estarão aprovando aspectos incorretos como os aqui destacados!

Segue-se no "projeto" a listagem dos insumos quantitativos para a fase inicial de produção de 500 mil toneladas/ano de alumina e de 100 mil toneladas/ano de alumínio.

Nesta listagem, primeiro se nota a inexistência de óleo de manoina que, por suas características biodegradáveis, posteriormente é incluído no "projeto", com vistas a minimizar os efeitos poluidores das águas de resfriamento dos lingotes. Entendemos que isso já demonstra o interesse da ALCOA em ajustar a sua ussentação a pruzes de emissões legais, que os técnicos do Maranhão comparem o rol de insumos apresentados no "projeto" com o constante da publicação da ONU/ONU, de dezembro de 1979 — volume 3 — "Mineral Processing in Developing Countries" — Industry 2.000 — New Perspectives Collected

Background Papers', principalmente no que se refere às quantidades destes insumos, por tonelada do produto. Afinal, aí se encontram os presumíveis ajustamentos a padrões de emissão legalmente descritos.

A página 38 são encontrados os quantitativos de insumos necessários à transformação da bauxita e desta em alumínio. Criei ser necessário que a equipe técnica da SERMAT (Secretaria de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente do Maranhão), em carregada da análise do projeto, recorra a tais dados para constatar o que presume.

Também é importante que a equipe técnica de análise recorra à publicação: "Controle de Poluição na Indústria de Alumínio — Alcan Alumínio do Brasil S.A." — Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia — Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais — CETEC, Belo Horizonte, março de 1981, para uma melhor avaliação das informações fornecidas pela ALCOA.

No capítulo referente à "Localização e Ocupação da Área", item 1,3, a ALCOA, no inciso (b) estabelece que devoverá ao Governo do Estado área de cerca de 2.000 ha em que serão localizados os lagos de acumulação dos resíduos de bauxina, localizados a leste da rodovia bit-100, em zonas de propriedade resolúvel da Empresa que, após utilizada, será, diz ela, recuperada pela ALCOA. A que título?

A que preço? Para que desanagot? Nada disso foi explicitado. Não é necessário fazê-lo.

E em sequência, no inciso C do mesmo subitem, diz o "Projeto" que: "Ao redor das duas áreas acima descritas acima, haverá um cinturão verde de propriedade do Governo do Estado, cedido pelo regime de servidão à ALCOA, para que nela

a Companhia organize atividades não industriais, de interesse comunitário (agricultura, pesca e lazer etc.), visando à preservação do meio ambiente". Pergunto aos meus nobres pares: Poderá o Governo do Estado do Maranhão proporcionar tal cessão a multinacional do alumínio? Área verde não é regida por preceitos do Código Florestal? Pode o Estado ceder-lhe a particular? Está a Empresa habilitada estatutariamente a explorar atividades não industriais como as descritas? A que título? Supletivamente às funções atribuídas às Secretarias de Agricultura, Esportes e Lazer, Trabalho e Assistência Social? Quem terá acesso a essas atividades? Quanto ao lazer serão restritos à elite Alta Administração da Empresa? Realizar-se-ão tais atividades mediante um modo de produção servil ou escravista, cujos benefícios serão restritamente compartilhados por essa elite? Será uma marina? Praia particular? Associações-me. Esclareçam este Parlamento esclareçam a opinião pública do Maranhão.

Porém lamentavelmente é o Capítulo 2, o "Projeto ambiental" que me chamou a atenção. Mas que análise de consideração pela Equipe Técnica da SERMAT. Acredito que um funcionamento administrativo e sua empresa, devido do a obras de divulgação de baixíssimo nível, registou este capítulo. Ou a NAIKON não foi correta com seu compromisso de trabalho para com a ALCOA. Ou ainda, a ALCOA não tinha um setor C pactado a encomenda de trabalhos de tal tipo.

(Continua na 4.ª página)

ATENÇÃO

Compro 02 telefones comerciais, prefixo 222 vista. Tratar com o Edson, pelo fone 21780.

Compro 02 telefones comerciais, prefixo 222 vista. Tratar com o Edson, pelo fone 21780.

Vidigal mostra na Câmara outra face da Alcoa

Ao tratar da cobertura vegetal, lê-se, textualmente que: "A área apresenta-se em sua maior parte recoberta por uma capoeira baixa, em regeneração, tendendo a transformar-se em floresta igual à original (grifo nosso), fato comprovado pela dominância de espécies arbóreas e palmáceas". Quem teve a coragem de fazer tal afirmação científica? Pelo que eu saiba, não se tem notícia de que, em qualquer região do planeta, uma cobertura vegetal retorne à sua forma original, após transformada. Os próprios remanescentes de palmáceas e de outras espécies arbóreas podem constituir-se em etapas de transformação de cobertura vegetal original, a partir de transformações e intervenções antrópicas. Da forma como se apresenta, o trabalho pode ser rejeitado por esta única afirmação leviana. Não acham os Srs. engenheiros florestais dos quadros da SERNAT que não dá para deglutir tal imbecilidade, sob pena de abrir mão de todos os preceitos éticos, técnicos e profissionais que lhes cabe defender?

E a narrativa prossegue, listando dados fisiográficos e da paisagem, provavelmente compilados de algum compêndio pedagógico de 1.º Grau e que, por sua inconsistência, deve ser riscado das orientações didáticas de escolas desse nível.

Ao inventariar espécies correntes de palmeiras, o "Projeto" comete erro imperdoável a qualquer profissional com resquícios de formação científica. Mistura em um mesmo rol, nomes vulgares com classificações científicas. Não obedece a uma sistematização e à mínima ordenação científica e taxonômica exigível em tais procedimentos, principalmente quando a descrição é atribuída a uma possível e eventual confirmação de levantamentos botânicos da área. Qual foi o botânico que coordenou o levantamento? E necessário que a comunidade científica o conheça. Afinal, sua metodologia de apresentação de inventários botânicos é "sui generis", surrealista e tropicalista. E o item encerra dizendo que cerca de 200 espécies levantadas a partir de um inventário botânico. Informação leviana... Nobres Deputados, Srs. Técnicos da SERNAT — Opinião Pública do País e do Estado do Maranhão.

"Centros de Excelência" em Botânica Básica, tais como os do Rio de Janeiro, de São Paulo, do INPA/Manaus, provavelmente em toda a sua existência tinham

espécies, como afirma a multinacional do alumínio, também especializada em projetos "fajutos".

No que se relaciona aos levantamentos geológicos e geotécnicos, a superficialidade da informação é de estorcer. Não acredito que a massa crítica de técnicos da SERNAT tenham a coragem de aceitar a abordagem sintética da ALCOA. Afinal, a partir de tais dados, é que se poderão inferir os impactos que a atividade da empresa ocasionará sobre o solo, subsolo e lençóis freáticos da Ilha. Além disso, sobre a área serão localizados imensos espelhos d'água; serão realizados aterros e deslocamentos de solo; serão localizados aterros de resíduos sólidos obrigatoriamente controláveis etc... E o manejo impróprio deste solo poderá afetar boa parte da superfície da Ilha.

Neste caso, para enfrentar pressões políticas, recomendo aos técnicos da SERNAT que apelem para a Sociedade Brasileira de Geologia e obriguem a ALCOA a aprofundar informações sobre a geologia, geomorfologia, pedologia, edafologia etc. E este aprofundamento é condição necessária para a aceitação ou não do "Projeto". Afinal, também os geólogos da SERNAT não podem deixar de salvaguardar suas honorabilidades técnicas, éticas e profissionais.

Seguem-se dados referentes a aspectos hidroclimáticos da área: regime de chuvas, drenagem natural da área; águas subterrâneas; e mares e seus efeitos nos mangues. Tais dados, como os precedentes não merecem, por parte do "Projeto", tratamento mas sério ou aprofundado, muito menos científico. Desordenadamente são arrolados, sem uma única menção às fontes onde foram coletados, o que por si só conduz a uma necessária rejeição por parte de um analista consciente e descomprometido. Afinal, no balanço hídrico, encontram-se os parâmetros de poluição das águas, capacidade de dispersão de poluentes, ocorrências de precipitações ácidas etc...

No referente a mares e seus efeitos nos mangues, o capítulo tem início, como sempre, com informações incompletas e inconsistentes. Se não vejamos: "É sabido que as marés na baía de São Marcos são de grande amplitude". Sabido por quem? Qual a fundamentação técnico-científica para a assertiva? Convenhamos, — isto é um desrespeito à SERNAT e aos maranhenses. E a dissertação prossegue, encontrando-se mais à

frente: "Não há levantamento da área de implantação da indústria e especificamente na região onde se implantará o porto...". Sem este levantamento basta à SERNAT dirigir recurso à nossa Marinha de Guerra, para que se invalide a pretensão da empresa de vir a possuir um porto exclusivo.

Ao mencionar os sedimentos, mantêm-se a superficialidade da abordagem. Afinal, creio que o transporte dos sedimentos e a drenagem natural da área, não importa somente à localização do porto de atracação da ALCOA, mas a todo o complexo portuário de Itaqui e Ponta da Madeira, onde se prevê, dentre outras localizações a do Terminal Pesqueiro de São Luís. E os Srs. técnicos da SERNAT são também responsáveis por este último terminal. Já pensaram nisso?

E o "Projeto" prossegue, agora com dados climatológicos, dentre os quais: atributos climáticos (temperatura, insolação, radiação solar e nebulosidade; umidade relativa e evaporação do ar); balanço hídrico; circulação dos ventos (pressão atmosférica e ventos de superfície). Tais dados, importantíssimos, principalmente no que se relaciona com a dispersão dos poluentes atmosféricos são lançados sobre o papel, sem a mínima referência ao número de postos de coleta; localização destes postos; série histórica; amostragem e fontes. Daí a pergunta dirigida aos meus nobres pares, ao Governo do Estado do Maranhão, aos técnicos da SERNAT, ao povo de São Luís: Podem aceitar assim como estão? Qual a credibilidade que se pode atribuir a tais dados?

Como vêem, os nobres Deputados, sigo rigidamente a seqüência de apresentação do tal "Projeto". E, assim fazendo, atinjo agora o capítulo 2.5. Fauna e Flora, que tem início com uma informação que contradiz outra, anteriormente mencionada: "o levantamento da cobertura vegetal revela que, no compartimento da capoeira degradada se encontram 196 espécies vegetais diferentes". Não mais as 200 atrás referidas e por mim comentadas. Repetidamente desordenada e em que se misturam nomes vulgares com classificações científicas. Menciona também "a existência de mangueiras esparsas que atestam a presença de desaparecidos os atuais sítios cultivados". — Descoberta digna de figurar em uma antologia de besteiras de um novo Ponte Preta. Afinal estes sítios são

os pomares, as cercas do cemitério, as alamedas daqueles pobres que engrossaram os contingentes da miséria e do medo que percorrem a Ilha de São Luís à busca do descanso, do paraíso perdido que irá transformar-se na sua lagoa de lama vermelha.

E prossegue: "Nas várzeas ou igapós, sem influência do mar, conserva-se a fisionomia da floresta original, devido à sua inadequação à agricultura". — Quem ateitou isso? Que estudos de solo levaram os autores do "papelucho" a fazer tal afirmação? Mais adiante se lê — "Finalmente, no domínio do mangue, mais preservado, mercê das marés que inunham a rota 7, na poucas espécies, pois a variedade de umidade e salinidade limitou os vegetais adaptados". — Que conclusão genial e empírica! Quem a fez jamais recorreu a um estudo sobre os mangues. Se realmente se interessasse em recorrer à inteligência local, como apregoa, teria ouvido o Engenheiro Agrônomo Joaquim Rodrigues Moché, autor de pesquisas sobre este ecossistema, citadas internacionalmente. Teria sabido que neles a grande quantidade de matéria orgânica produzida pela cadeia detritica forma o elo básico das cadeias alimentares economicamente importantes. Não teria importado a informação a tal simplificação e se teria aprofundado na análise das espécies vegetais halófilas que se distribuem na área. Teria distinguido as diferenças raras ocorrentes: vermelho (Phycorhiza manglie); Tinteira (Conocarpus erectus); Branco (Laguncularia racemosa) e de Botão (Avicennia nitida). E se assim fizesse teria imprimido ao "projeto" o cunho científico que lhe falta, o que o torna inaceitável.

Sobre a fauna, o "Projeto" se constitui em um texto humorístico. Afinal, afirma enfaticamente a não existência de rebanhos de animais silvestres de porte. Desajavam os inventariantes da fauna encontrar naquele ambiente espécies de fauna terrestre específicas das savanas africanas, do pantanal de Mato Grosso, da mata Atlântica ou da Selva Amazônica? Na sua preleção de apropriação de um paraíso tropical, por acaso não teriam sonhado com o império de Tarzan na Ilha de São Luís?

E a ficção prossegue — "Além de prováveis serpentes não encontradas...". Que serpentes? As filhas da serpente de prata da lenda de Ana Jansen? O conchito antigo turista da Ilha de São Luís?

E prossegue o inventário — "e de insetos típicos das florestas úmidas — Que insetos? Qual o entomologista que tão superficialmente se deparou com outra generalização — "a característica mais peculiar do mundo animal, no sítio, pertence ao domínio dos mangues, dos riachos "e do mar" — Quais? Existem aves? Encontraram-se répteis? Existem roedores? E queônios povoam a área? Qual a característica da ictiofauna local? Como se procedeu o inventário? Qual a metodologia empregada e a bibliografia consultada? Existem guaxinins? Caranguejos dançam por lá a sua dança de amor nas noites de lua cheia? Qual a possível dimensão desses estoques? Algum programa de levantamento de dados bioestatísticos foi seu equacionamento para dimensionar tais estoques?

Mas não fica aí a chantagem. Lê-se, a seguir: "Os estuários que caracterizam os rios da região são ambientes naturais de alta fertilidade. A queda de largas folhas e a espessa camada de sedimentação que constitui o solo do mangue, retém grande quantidade de matéria...". Atenção os Srs. Técnicos da SERNAT, para a caracterização dada pelo "Projeto" aos ecossistemas estuarinos e lagunares. Isso é um inaceitável desrespeito aos senhores, incumbidos de analisá-los. Afinal, o primarismo da descrição atenta contra a nossa inteligência...

Segue-se o processo de fabricação. Repetitivo, cansativo, mal ordenado e onde a erudição é centralizada em inúmeras e dispensáveis citações em inglês e próprias do colonialismo que nos querem impor: ("reversing bracket wheel reclaimer" no lugar de sistema rotativo de caçambas); (transportadora "aislide"); ("fy ash" ao invés de cinzas voláteis); ("ring furnace" — fornos de anel); ("off-site"); ("Dry scrubbing" — Lavagem a seco); ("make-up" das caldeiras); e outros tão a gosto de executivos cooptados pelas multinacionais. Aliás, processo de fabricação que já foi fornecido ao público, como divulgação da "Boa Vizinhança", desde os primórdios do assédio da empresa. Processo de divulgação usado em documento científico. Credi- bilidade quantos aos dados de processamento de alumínio podem ser encontrados em publicações existentes na SERNAT; amalhadas pelo Poeta Nascimento Moraes e por outros mem-

sionar, várias páginas são gastas com equações químicas, bem primárias e em que se quantificam os elementos em reação, o que se tenta de se esperar dado o destino do "papelucho". Sequencialmente e de forma descritiva, também não mensurada, surge o Memorial Descritivo das Áreas de Processo".

Para que os Senhores tenham uma ideia do imprevisto do pretens documentário, ao descrever a Área 261-Cozimento de Anodos — surge, como por encanto resíduo de um instante: até então não mencionado no corpo do "Projeto" — Oleo de hiamona — com sua característica biodegradação e a ser utilizado no processo de in-gomagem contínuo. Insumo aqui enxertado para justificar possível questão em torno da poluição por águas de restrição. Isto corrabora minha assertiva em torno da levianidade com que foi tratada a informação total que a ALCOA diz haver transmitido à SERNAT.

E o "papiro" prossegue, agora descrevendo uma eventual e incompleta "Avaliação das Cargas Poluidoras" (vide documento da Fundação CETEC mencionado antes, neste discurso). Restringe-se ao processo, à descrição das áreas potencialmente poluidoras, não se referindo àquelas incluídas nos depósitos, transportes e estocagem de matérias-primas e insumos.

Quanto à observação de que, no caso das refinarias de alumina, considerações econômicas somam-se às preocupações de proteção do meio ambiente, a mesma se refere de forma exclusiva à recuperação máxima do hidróxido de sódio e alumina presentes nas águas de processo.

Referindo-se às cargas poluidoras, em potencial, do complexo industrial, pela primeira vez a ALCOA refere-se aos fluoretos que, por ocasião dos primeiros contatos com a SERNAT, foram declarados inertes, a desrespeito do conhecimento generalizado de que a presença excessiva de certos fluoretos podem ocasionar fenômenos de toxicidade aos animais e aos homens que se alimentam de plantas que têm na sua superfície, não na sua constituição esse tipo de produto depositado.

Também são excluídos da análise o hidróxido de sódio e a criolita.

(Conclusão na 5.ª página)

HOTEL KLAUSS
 Quartos para mensa-
 listas e diaristas — ca-
 sal e solteiro, café da

VÍDUAL MUSITA NA CAMARA (FINAL)

Para enfrentar a permeabilidade dos solos da região, em geral, 80% arenosos, onde são observadas taxas de infiltração elevadas, da ordem de 10-4cm/s; prevê o "Projeto" uma proteção do lençol freático e de águas superficiais vizinhas, mediante a impermeabilização das lagoas de resíduos e de resfriamento, com tecnologia não descrita e pelo que se sabe, desconhecida, eis que este é o grande desafio para indústrias localizadas em Cubatão, dentre as quais a Carboclor e que operam em ambiente bastante semelhante ao da Ilha de São Luís. E com isso afirmam atingir o controle do lençol freático, que não condiz com informação textual oferecida pela empresa ao grupo de trabalho que primeiramente examinou o Projeto e que ao estabelecer uso futuro das áreas ocupadas pelas lagoas de lama vermelha, afirmou que: "Se for fechada a fábrica, as terras poderão ser aproveitadas para qualquer uso, com exceção de que poços artesanais não deverão ser fundados nas áreas de bauxita (lagoas de lama). Também os lagos de lama recuperada não deverão ser

vão, óleo diesel e piche, transferindo a ALCOA sua responsabilidade pelas emissões aos fornecedores destes insumos.

Mas, vamos aos totais declarados de emissões atmosféricas, minimizadas pela ALCOA, pela sonegação de dados reais dos insumos utilizados. Dióxido de Enxofre — 31,6 toneladas/dia; Fluoretos Totais — 344,8 Kg/dia; e Material Particulado — 3,7 toneladas/dia.

Ao se referir aos fluxos, nova afirmação não corresponde à realidade, ou seja, a de que são potencialmente prejudiciais ou fluoretos encontrados na forma gasosa. Há uma vasta literatura sobre o assunto que necessita ser compulsada pela equipe técnica da SERNAT, para refutar esta assertiva falaciosa, como as demais contidas no "Projeto".

No referente à dispersão do dióxido de enxofre, novamente o controle é atribuído à dispersão pela altura da chaminé e direção dos ventos e que não assolarão São Luís. Pergunta-se — Para onde vão dirigirse as precipitações acidas? Para o Caribe? Para o Vale do Mearim?

tamentos geológicos e geofísicos e das condições de luxo das águas e de transporte dos sedimentos na área dos canais e baía de São Marcos, permitiriam estabelecer as premissas básicas de projeto referentes às possíveis interações das obras com o Porto de Itaqui, navegabilidade dos canais e um pacto sobre o meio ambiente". Afinal vale para a análise esta afirmação ou a anterior que a contradição, encontrável nos preâmbulos do "Projeto" com isso caracterizado como montagem, não consolidada, verdadeira "colcha de retalhos" entregue a uma equipe técnica de alto nível de uma Secretaria de Estado do Maranhão — a SERNAT.

O "Projeto" termina, como era de se esperar, compatibilizando os padrões de emissão da planta industrial com exigências legais.

E nos anexos, histogramas, gráficos, tabelas etc. continuam a ser apresentados, dentre os quais o referente à variação cíclica das chuvas em São Luís, no período de 1913/1979, para o qual não se menciona a fonte.

Quase finalizando a

que a política da ALCOA mudou após acabar com a Jamaica?

E, por favor, abandone a ALCOA o argumento já gasto da eficiência dos controles exercidos pela empresa em Poços de Caldas. Todos sabem que o meio ambiente lá é outro. Não há quem desconheça a realidade do solo vulcânico da região.

Use todos estes argumentos e seu "Projeto" em panfletos multicoloridos de sua empresa, mas nunca em trabalhos que deveriam conter um mínimo de seriedade e de rigor científico.

Na próxima sessão legislativa será instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a ALCOA. Tenho certeza de

que muitas irregularidades e imoralidades serão levantadas e denunciadas. E tenho esperança em que a impunidade não alcançará os responsáveis pelo que está sendo perpetrado contra o nosso povo no Maranhão. Mas ainda voltarei, Sr. Presidente, com novos fatos e novos documentos, a esta tribuna! (Palmas).

ANEXO I - "ALUMAR NOITÍCIAS"

- O futuro melhor já está chegando. 06.08.1982
- Número do Projeto São Luís, certeza de um futuro melhor. 31.07.1982
- Monitoramento do ar. 03.10.1983
- US\$ 100 milhões para proteger São Luís. 03.10.1983
- A 25 km daqui o Maranhão e o Brasil já estão construindo seu grande futuro. 31.07.1982
- O futuro do alumínio. 05.11.1981
- Novo Maranhão. 05.11.1981

O FUTURO MELHOR JÁ ESTÁ CHEGANDO

No dia 31 de julho de 1986, data da implantação do Projeto São Luis, o presidente da Alcoa Alumínio S.A. então a única responsável pelo empreendimento, comprometeu-se solenemente com o povo maranhense a lutar para que o Maranhão revivesse, através do alumínio, os tempos experimentados por sua indústria fértil. Em 30 de setembro de 1981, quando da formação do Consórcio ALUMAR, resultante da associação entre a Alcoa e a Billiton Metals, o presidente da Shell do Brasil, empresa a qual a Billiton está integrada, reafirmou aquele compromisso. Hoje, com o avanço das obras que estão sendo realizadas no Km 18 da BR 135, Atão Beldá e Abel Carparelli, podemos ter certeza de que a sua promessa de proporcionar um futuro melhor ao Maranhão e aos maranhenses está bem próxima de ser cumprida.

Decorridos já dois anos de sua implantação no Distrito Industrial de São Luis, os números que a ALUMAR apresenta são verdadeiramente expressivos. O movimento de terra realizado em serviços de terraplanagem foi da ordem de 8.000.000m³ e o material dragado na área do porto e no canal de acesso apresenta um volume de 4 milhões de metros cúbicos. Até 27 de julho, haviam sido lançados 60.000 m³ de concreto e utilizadas 4.000 toneladas em estruturas metálicas e tanques.

No canteiro de obras, encontram-se em atividades, 5.782 empregados, sendo 4.942 das empreiteiras e 840 do Consórcio. Destes, 696 são maranhenses, o que significa que a ALUMAR está sendo movida por 82,85% de mão-de-obra local, índice igualmente eloqu沿海 (mais de 70%) em relação às construtoras.

Até 30 de junho último, foram aplicados perto de Cr\$ 1,7 bilhão na aquisição de bens e serviços de fornecedores locais. Em salários e benefícios foram pagos e recebidos



Porto: Obras de dragagem já atingem 4.000.000m³.



Refinaria: em breve, 500 mil toneladas de alumina por ano.

mais de Cr\$ 353 milhões e a receita fiscal gerada pelo projeto montará a mais de Cr\$ 186 milhões, entre ICM e ISS. Somados ou isoladamente, esses valores espelham bem o estímulo que, em apenas dois anos, o Projeto São Luis trouxe à economia maranhense. Com a inauguração da fábrica, em meados de 1984, prevê-se que a arrecadação estadual do ICM será superior a Cr\$ 2 bilhões anuais e o recolhimento do IPI irá abarcar Cr\$ 400 milhões. Essa receita fiscal representará dois terços do ICM e quase o dobro do IPI arrecadados no Maranhão em 1980.

Mas, o que representam os novos números e a nova realidade que o Consórcio ALUMAR já está inscrevendo no perfil econômico e social do Maranhão? Exatamente a chegada do futuro, do progresso e do desenvolvimento. Um progresso que, sem a menor dúvida, conviverá com o passado histórico de São Luis, com nossa vocação



R. F. Dutcher: 25 anos construindo Alcoa.

cultural, nosso folclore e a alma genuína de nossa gente. A ALUMAR mostrará um boa vontade ao contribuir com US\$ 30 milhões para viabilizar o Projeto Itaipu, obra que resolverá um dos mais graves problemas da Capital, a falta d'água. Hoje, os maranhenses reconhecem também o interesse do Consórcio ALUMAR em valorizar a capacidade, em seus técnicos, submetendo-os a treinamento e a cursos de capacitação, do que são exemplos mais recentes os 34 técnicos de nível médio e nível superior, que se encontram no curso Rio-Paraná de Caldas e dois jovens engenheiros metalúrgicos que já estão nos EUA e são vistos na página 4. Bem falar na presença de mais de 50 profissionais maranhenses de nível universitário em atividade no nosso canteiro de obras. Daí porque nossos filhos nos ressaltam que, com o alumínio, o Maranhão constrói mais um futuro.



EDITORIAL

Nesta primeira edição, que coincide com o segundo aniversário da implantação do Projeto São Luís, já nos entusiasmamos com o acelerado andamento das obras que quase sem um trabalho estão realizando, estágio que dois funcionários maranhenses foram comprar nos EUA e que sobre o interesse da ALUMAR em preservar, também, o folclore da terra, com tubinho para a gravação de um LP com temas de Bumba-meu-boi. Tudo isso e muito mais não pode passar sem uma menção e destaque ao registro. Mas, afinal de contas, quem serão os ingredientes e a receita que tornam um jornal de empresa merecedor da atenção e da confiança dos seus leitores? Basta a correta utilização do resultado dos estudos de todos, nas atitudes que a cultura popular da terra merece de parte da companhia e das oportunidades que ela oferece a aqueles que têm condições de produzir e progredir mais? Em parte, sim, porque isso não basta.

Um jornal como este, além de ser um canal para o diálogo entre a empresa e seus empregados, deve ter finalidade, pois só assim será lido com alma e produção, o efeito que esperamos da palavra escrita. Da mesma forma, se sóbria, pretendemos perspicaz, nos objetivos que tomamos. A ALUMAR Notícias não apenas trata, ainda de quase 2000 publicações a sulfitear que, atualmente, são 15, mas porque 10 milhões de pessoas em todo o país. Isso, aproximadamente, o número que equívoco publicações do Clube de Esportos recenseou, com o nome de "jornalistas", através de uma campanha de saúde, alcançaram, sucessivos anos, através de uma pesquisa de opinião, e o resultado foi o lançamento do M.A. (M.A. é o código que representa o jornal) e o lançamento do M.A. (M.A. é o código que representa o jornal) e o lançamento do M.A. (M.A. é o código que representa o jornal).

A ALUMAR Notícias, além de ser um canal para o diálogo entre a empresa e seus empregados, deve ter finalidade, pois só assim será lido com alma e produção, o efeito que esperamos da palavra escrita. Da mesma forma, se sóbria, pretendemos perspicaz, nos objetivos que tomamos. A ALUMAR Notícias não apenas trata, ainda de quase 2000 publicações a sulfitear que, atualmente, são 15, mas porque 10 milhões de pessoas em todo o país. Isso, aproximadamente, o número que equívoco publicações do Clube de Esportos recenseou, com o nome de "jornalistas", através de uma campanha de saúde, alcançaram, sucessivos anos, através de uma pesquisa de opinião, e o resultado foi o lançamento do M.A. (M.A. é o código que representa o jornal) e o lançamento do M.A. (M.A. é o código que representa o jornal).



31 de julho de 1980 - implantação do Projeto São Luís

30 de setembro de 1981 - Alvo e Aneli Buiton formam a ALUMAR

NÚMEROS DO PROJETO SÃO LUÍS CERTEZA DE UM FUTURO MELHOR

Do resultado da implantação de obras que o Consórcio Alumina, formado pela Alcoa Aluminio S.A. e a Bilson, Melão, está construindo nesta Ilha, visando o Maranhão e o Brasil, são dois princípios que se tornam fundamentais: os Sertão Nordeste, grandes condições para

a retomada do desenvolvimento econômico do Estado, tão rica e próspera entre o quinto quarto do século passado e as primeiras décadas deste século. Com a inauguração da Ilha em 1984, prevê-se que a atividade industrial do M.A. será superada em bilhões de reais em

anuais e o recolhimento de IPI para o Estado de R\$ 400 milhões por ano. Para que se tenha ideia do nível de desenvolvimento local, eis representado nos dados de 1980 do IPI recolhido em 1980: R\$ 10 milhões, sendo R\$ 10 milhões em 1980 e R\$ 10 milhões em 1980.

AFA: ATRAÇÃO À MODA INDÍGENA

"ILHA DO AMOR" UM LP FAZ SUCESSO



ALUMAR

ANO 1 Nº 1 - OUTUBRO 1982
INFORMATIVO DOS FUNCIONÁRIOS DA ALUMAR



Francisco, Amir e Alberto: três nomes e uma só idéia

GRÊMIO ESPORTIVO: CONSTITUINTE É A SAÍDA

Quase todas as conversas entre funcionários da empresa nos últimos dias giram em torno de um assunto que vem lançando a atenção geral: as eleições para o Grêmio Alumar. Logo após a notícia que veiculamos na edição passada sobre a realização do pleito, algumas chapas começaram a ser formadas e chegou a haver acirrada disputa entre os organizadores dessas chapas, tentando atrair para o seu lado nomes considerados "bons de votos". Mas, a certa altura da verdadeira luta eleitoral que vinha sendo realizada, esbarrou-se num aspecto legal da questão: sem ter estatuto, o clube não tinha vida jurídica e uma eleição, assim, seria ilegítima. Decidiu-se, então, convocar uma "Assembleia Constituinte" que vige aqueles que compoem os Conselhos e a Diretoria Provisória que regerá os destinos do clube nesta sua fase de impção. A eleição acontecerá no dia 6 e apuração será feita no dia imediato. PÁG. - 4

ÍNDIA UYARA, MEDIANEIRA E CONFIDENTE

Muitos dos empregados da ALUMAR não podem passar um dia sem conversar com Uyara, nem que seja para dar um alô ou para dizer que, "depois daquela foto", as coisas melhoraram". Formada pela Universidade Federal do Pará, Uyara é, ao mesmo tempo, Assistente Social, astróloga, irmã amiga, medianeira, confidente... se, por o caso, até mesmo curandeira, tal e sua dedicação ao serviço. PÁG. - 3



Uyara, ao mesmo tempo, é irmã, amiga e confidente.



Amir Cúrcio, boa amizade com os porcos

AMIR CÚRCIO UM MINEIRO DE BOA FAI

Depois de percorrer o Brasil de ponta a ponta, construiu mil e um sorrisos, entre os quais se a rodovia Belém-Brasília. Amador de porcos, Amir Cúrcio seu para: um pouco e o Horizonte. E foi 2 começou a sua história no funcionamento da primeira Alcomina na Alumar. Bom de e de trabalho, Amir como foram os primeiros dias de implantação do projeto em São Luís. PÁG.

HOMENAGEM ÀS SECRETÁRIAS



As secretárias buscam valorizar a profissão. PÁG. - 3

A ALUMAR E O PRESIDENTE



Uma das unidades de monitoramento do ar. PÁG. - 2

EDITORIAL

Jarbas e Nilson são mais dois jovens técnicos maranhenses que não aos Estados Unidos fazer curso de especialização de alto nível em moderna indústria da Alcoa naquele país. Não faz muito, mal saídos do colégio, eles resolveram acreditar em que o Maranhão - após um longo luto em sua rica história econômica - retomaria o ritmo do desenvolvimento, voltando a gerar as riquezas e a produzir os talentos que o embrioceram no passado.

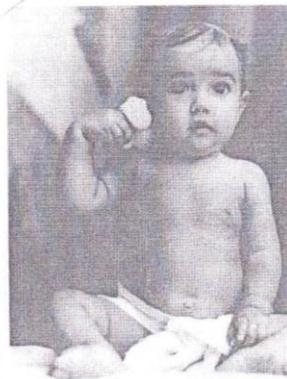
Não faz muito também, o hoje brasileiro Alain Beldá via admitido como contador na Alcominas, de onde, impulsionado pelo seu valor e ganhando sucessivos postos, chegou a presidência da Alcoa no Brasil e, agora, vem de ser eleito vice-presidente da Aluminum Company of America, constituindo-se no primeiro não-americano a ocupar tão importante função. Tanto a vitória de Alain quanto a ex-cessiva partida na carreira de Jarbas e Nilson merecem ser destacadas. Ambas servem de lição que devemos aprender e transmitir aos nossos filhos. Aláís, é aos nossos filhos e a todas as crianças que dedicamos este editorial.

Estamos a apenas dez anos do 50º aniversário do Descobrimento da América. Porém, ainda que não fosse outubro, a imagem das crianças se sobrepõe ao feito de Cristóvão Colombo, cobrando em cada consciência profundas reflexões sobre o futuro que lhes está reservado. Reflexões estas que não devem apenas provocar mais um Ano Internacional da Criança ou uma festa bancária, cujo número

as suas incertezas.

Admita de qualquer outro compromisso com as crianças desta cidade a qual vem trazer o progresso, o Consórcio ALUMAR está empenhado em que as perspectivas de um futuro melhor, que se abrem claras e límpidas para elas, possam espelhar também a natureza exuberante e bela que compõe o cenário de suas alegrias e folguedos. Cerca de US\$ 100 milhões serão aplicados pela Billiton e Alcoa na aquisição de técnicas e equipamentos de proteção ambiental e na criação de uma mentalidade preservacionista menos irreal e mais científica. E tamanha é a confiança que temos em que esse objetivo será alcançado e mantido, que não duvidamos em garantir às crianças de São Luís que, dependendo de nós, o verde sempre amará seus olhos e respirar continuará sendo uma forma de viver.

A poluição industrial, que tanto preocupa a humanidade, hoje é minimizada e até eliminada pelos sofisticados sistemas e equipamentos de controle ambiental, como os desenvolvidos pelas empresas que constituem o Consórcio ALUMAR, em quase um século de pesquisas e ao custo de gigantescos investimentos. Daí estamos empenhados em que não só os adultos, mas principalmente as crianças, saibam que, hoje e amanhã, centenas de técnicos da Alcoa e da Billiton se preocupam e se preocuparão em conservar intacta a atlântica beleza desta Ilha para a qual convertem as atenções do mundo inteiro.





A 25 km daqui o Maranhão e o Brasil já estão construindo o seu grande futuro.

Nada mudou na paisagem da cidade de São Luís do Maranhão.

As tradições, as belezas arquitetônicas, os marcos históricos, a vida tranquila, tudo permanece intacto e será preservado.

Mas, a apenas 30 minutos dali, cresce uma nova fábrica de alumínio que abre tantas perspectivas econômicas e sociais, que a muitos ainda deixa perplexos.

Em 1984 a nova indústria estará funcionando e ajudando a tornar o Brasil auto-suficiente na produção de alumínio. É mais do que isso, graças ao Maranhão e ao trabalho do seu povo, o Brasil estará dando largos passos para ampliar as exportações desse importante metal.

O complexo do Consórcio Alumar é resultante da união da Alcoa Alumínio com a Billiton Metais, uma

das empresas Shell, especializada em mineração.

O projeto representa um investimento de mais de 1,4 bilhão de dólares e foi aprovado pelo CONSIDER e pela SUDENE, além de ter merecido a Declaração de Relevante Interesse Nacional, assinada por cinco ministros e aprovada pela própria Presidência da República.

A fábrica do Consórcio Alumar - que será dotada da última palavra em equipamentos de preservação do meio ambiente - será o maior comprador de energia elétrica da Usina de Tucuruí, no Rio Tocantins.

Por tudo isso, os habitantes de São Luís, a exemplo dos de Poços de Caldas (MG) onde a Alcoa atua há mais de 10 anos - já começam a participar dos novos tempos trazi-

dos pela produção do alumínio.

Mais de 4 mil novos empregos serão necessários para a construção da fábrica, já em andamento desde julho de 1980. E mais de 2 mil funcionários, serão contratados para empregos definitivos quando a fábrica estiver em operação.

Mão-de-obra de todos os níveis está sendo recrutada na região incentivando e valorizando estudantes, operários, técnicos e engenheiros de acordo com uma política de recursos humanos que visa ao maior aproveitamento possível do pessoal local.

O esforço conjunto da Alcoa e da Billiton, no Maranhão, abre um novo futuro para o Estado e para o Brasil.

Exatamente no Maranhão, terra de belíssimo passado,



Criado pela ALMAP, o anúncio de uma nova era.

US\$ 100 MILHÕES PARA PROTEGER SÃO LUÍS

No discurso que proferiu, na inauguração da Casa do Trabalhador, em sua recente visita a São Luís, o presidente João Figueiredo referiu-se ao projeto que o Consórcio Alumar está implantando na Capital maranhense, ressaltando sua confiança em que a ecologia da ilha não será afetada pelo empreendimento, graças às medidas postas em prática pela empresa para resguardar o meio ambiente.

Em agradecimento a essa atitude do general Figueiredo, o presidente da Alcoa Alumínio S/A, Alain Belda, dirigiu-telex ao Chefe do Governo destacando as precauções que sempre foram tomadas no setor, de modo a corresponder a confiança que a população maranhense e o Governo têm depositado no projeto. Belda ressaltou que a Alcoa, em consórcio com a Billiton, está investindo mais de 100 milhões de dólares no projeto de São Luís, "justamente para assegurar a última palavra em técnicas e equipamentos de controle ambiental", de modo a honrar todos os compromissos assumidos nessa área.

Efetivamente, os cronogramas relacionados à preservação da ecologia vêm sendo cumpridos dentro dos prazos estabelecidos, alguns até mesmo com certa antecipação. José Maurício dos Santos, nosso superintendente de Meio Ambiente, mostrou ao ALUMAR NOTÍCIAS em que pé estão algumas dessas providências. O grosso dos recursos destinados ao setor, segundo José Maurício, vêm sendo aplicados nos la-



Convênio com a Unicamp para a preservação do verde na área do projeto.

gos de recirculação e de resfriamento, destinados a separar o resíduo insolúvel da bauxita da soda cáustica e promover o retorno desta última ao processo de fabricação. Na lagoa de recirculação está sendo complementada a confecção dos taludes, faltando apenas os revestimentos de argila, PVC e a colocação do sistema de drenagem. A de resfriamento está recebendo o revestimento de argila e a manta de PVC. Esses dois lagos, que têm por objetivo evitar a contaminação do solo e do lençol de

águas subterrâneas, deverão estar prontos até o final do ano.

Ao lado dessa medida, está sendo implantado um sistema de monitoramento para manter um permanente fluxo de informações sobre a qualidade do ar, da água, do solo, da vegetação e as condições climatológicas. Acabam de chegar, por exemplo, duas estações de monitoramento do ar que analisarão o conteúdo de dióxido de enxofre, fluoreto e particulados (pó)

na atmosfera, antes e durante a operação da fábrica. Uma dessas estações ficará em Coqueiro, a 3 km da fábrica, e a outra no pátio da Escola Técnica Federal, em Monte Castelo. Com o mesmo objetivo, foi implantada uma rede de placas para absorção de fluoretos e dióxido de enxofre em 35 pontos diferentes, dentro e fora da área do projeto.

Outras providências para preservação do meio ambiente anunciadas por José Maurício: implantação de três estações meteorológicas na área do projeto para medir temperatura, evaporação, precipitação pluviométrica, umidade relativa, direção e velocidade dos ventos; convênios com a CAEMA e com um laboratório paulista para análise físico-química da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, trabalho que contará com a participação de técnicos da empresa; estudo de biologia marinha, desenvolvido pelo Laboratório de Hidrobiologia da UFMA, já em realização nos estreitos dos Mosquitos e do Coqueiro, no Rio dos Cachorros, na Baía de São Marcos e na Baía do Arraial, para levantamento da qualidade da água e da vida marinha; e convênio com a Universidade de Campinas para estudo de botânica na área do projeto.

Todo esse conjunto de medidas e mais algumas que já estão projetadas, conforme José Maurício, farão com que as condições ambientais se mantenham dentro dos parâmetros estabelecidos por lei, sem qualquer dano à ilha de São Luís.

Maurício dos Santos

NOVEMBRO 1981

NOTÍCIAS

ALUMAR



BILLITON

Sobre o Consórcio Alumar, Carparelli enviou a Belda um telex. Alguns trechos: "Caro Alain, Ao final da viagem que nos levou a Brasília e São Luis e que marcou o nascimento da Alumar, gostaria de registrar minha satisfação pela associação

com a Alcoa, e registrar também meus cumprimentos a todo o pessoal que esteve envolvido no período das negociações, pela dedicação com que se empregaram. Desejando um futuro promissor a nossa Alumar, espero revê-lo muito breve. Abel"



ALCOA

O futuro do alumínio

Com a associação da Billiton à Alcoa, a fábrica de alumínio que estamos construindo em São Luis do Maranhão, já de persi uma das realizações empresariais mais expressivas da indústria no Brasil, ganha o apoio e a participação da Shell — um dos maiores complexos industriais do mundo — o que só pode representar condições ainda melhores de êxito para o projeto", afirmou o presidente da Alcoa Alumínio S.A., Alain



Belda, a propósito da assinatura dos contratos de constituição do Consórcio Alumar. O presidente da Shell Brasil, Abel Carparelli, destacou a importância do Consórcio Alumar dizendo que "a grande virada do alumínio no Brasil estará acontecendo nesses próximos anos. Nesse sentido, o Consórcio Alumar proporcionará ao País, em futuro próximo, a exportação de alumínio e alumina, e porá fim à impor-

tação desse metal, oferecendo uma contribuição significativa para a balança comercial brasileira".

Para Alain Belda, o período de negociações do Consórcio Alumar quando as duas empresas travaram um conhecimento mais próximo, "transcorreu da melhor maneira possível e nos assegura também um excelente convívio pessoal e profissional futuro — o que, a nosso ver, sela definitivamente o magnífico destino de sucesso da fábrica de alumínio de São Luis do Maranhão". E Carparelli conclui que "a fábrica atenderá aos interesses de nosso País e se constituirá em fator importante no processo de desenvolvimento econômico-social do Maranhão".

Novo Maranhão

Para o secretário da Indústria, Comércio e Turismo do Maranhão, José Joaquim Guimarães Ramos, o Consórcio Alumar possibilitará "o deslanchar de um novo Maranhão: deixaremos de ser um Estado problema para caminharmos em direção a um Estado solução. Isto porque o Consórcio representa uma etapa importante do verdadeiro processo de desenvolvimento integrado em que o objetivo é o homem operário, o homem empresário, o homem governo e o homem comunidade".



Guimarães Ramos